ATLAS
DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA



Maria Regina Soares de Lima
Carlos R. S. Milani
Rubens de S. Duarte
Marianna R. A. de Albuquerque
Igor D. P. Acácio
Tássia C. Carvalho
Josué Medeiros
Niury Novacek
Murilo Gomes da Costa
Hugo Bras M. da Costa
Juliana P. Lemos

CLACSO

LATITUDE SUL

ATLAS
DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA



Maria Regina Soares de Lima
Carlos R. S. Milani
Rubens de S. Duarte
Marianna R. A. de Albuquerque
Igor D. P. Acácio
Tássia C. Carvalho
Josué Medeiros
Niury Novacek
Murilo Gomes da Costa
Hugo Bras M. da Costa
Juliana P. Lemos

CLACSO 50 AÑOS

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Secretário Executivo
Pablo Gentili

Diretora Acadêmica
Fernanda Saforcada

Área de Desenvolvimento de Pesquisa
Coordenador
Pablo Vommaro

Assistentes
Rodolfo Gómez, Teresa Arteaga, Giovanny Daza, Alessandro Lotti y Ángel Dávila

Área de Produção Editorial e Conteúdos Web
Coordenador Editorial
Lucas Sablich

Coordenador de Arte
Marcelo Giardino

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
EEUU 1168| C1101 AAX Ciudad de Buenos Aires | Argentina
Tel [54 11] 4304 9145/9505 | Fax [54 11] 4305 0875| e-mail clacso@clacso.edu.ar | web www.clacso.org

CLACSO conta com o apoio da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI)

Este livro está disponível em texto completo na Rede de Bibliotecas Virtuais do CLACSO.

ATLAS
DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA

CLACSO
LATITUDE SUL
Rio de Janeiro | 2017

Atlas da política brasileira de defesa / Maria Regina Soares de Lima ... [et al.] ; prefacio de Celso Amorim. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Rio de Janeiro : Latitude Sul, 2017.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-722-231-9

1. Atlas. 2. Brasil. 3. Defensa. I. Soares de Lima, Maria Regina II. Amorim, Celso, pref.
CDD 353.9

Índice

Equipe e apoio II

Prefácio III

Lista de siglas e acrônimos V

Introdução:
Introdução 04
O mundo político 08

Capítulo 1: Histórico da defesa no Brasil
Colônia, conflitos e expensão territorial 12
Império e ameaças de fragmentação 14
República, desafios políticos e geoestratégicos 16
Conferências de Paz e Primeira Guerra Mundial 18
Segunda Guerra e nova ordem mundial 20
Guerra Fria, intervenções e golpes militares 22

Capítulo 2: Brasil, distribuição de poder e ordem global
Capacidades e assimetria estrutural 26
Capacidades militares e competição global 28
Mecanismos internacionais de segurança e defesa . . . 30
Controle nuclear e congelamento do poder mundial 32
Nações Unidas e Conselho de Segurança 34
Participações em operações de paz 36
Segurança ambiental e mudança climática 38
Insegurança alimentar 40
Epidemias 42
Terrorismo e crime organizado 44
Problema mundial das drogas ilícitas 46
Segurança e defesa cibernética 48

Capítulo 3: Geopolítica da América do Sul
Entorno estratégico 52
América do Sul: um continente pacífico? 54
Presença de potências extrarregionais 56
Cooperação regional em defesa. 58
Cosiplan e IIRSA 60
Amazônia verde 62
Amazônia azul 64
Recursos estratégicos 66
Brasil: potência regional? 68

Capítulo 4: Cooperação e desenvolvimento
Cooperação militar com o Sul 72
Cooperação militar com o Norte 74
África e ampliação do Atlântico Sul 76
Comércio com BRICS e países em desenvolvimento 78
Geopolítica e cooperação nuclear 80
Economia, política e Congresso 82
Indústria da defesa no Brasil. 84
Sociedade civil e defesa. 86

Glossário 90

Referências bibliográficas 100

Apêndice metodológico 114

Equipe e apoio

Coordenadora	Maria Regina Soares de Lima
Coordenador	Carlos R. S. Milani
Coordenador executivo	Rubens de S. Duarte
Pesquisadora	Marianna R. A. de Albuquerque
Pesquisador	Igor D. P. Acácio
Pesquisadora	Tássia C. Carvalho
Pesquisador	Josué Medeiros
Pesquisador	Niury Novacek
Pesquisador	Murilo Gomes da Costa
Pesquisador	Hugo Bras M. da Costa
Pesquisadora	Juliana P. Lemos
Geógrafo/cartógrafo	Allan Medeiros Pessôa
Geógrafa/cartógrafa	Nadhine Hentzy Stellet da Silva

Gostaríamos de agradecer especialmente à professora Enara Echart Muñoz, por gentilmente ceder as fotos que embelezam este Atlas.

Contou com o apoio financeiro das seguintes instituições:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Instituto Pandiá Calógeras - Ministério da Defesa

Prefácio

Prefácio por Celso Amorim

É com grande prazer que apresento a obra organizada pelos professores Maria Regina Soares de Lima e Carlos Milani, entre outros acadêmicos e pesquisadores, *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Conhecedor de trabalhos anteriores, como o Atlas da Política Externa Brasileira, e, tendo eu próprio ocupado as pastas que tratam de ambos os temas, posso avaliar a importância de possuir elementos facilmente perceptíveis, que demonstrem com clareza como o nosso país enfrenta suas necessidades nesses dois campos, vitais para a nossa inserção soberana no mundo.

Como ministro das Relações Exteriores não me faltaram oportunidades de observar como a Diplomacia e a Defesa devem interagir. Mais obviamente nas operações de paz em que o Brasil esteve envolvido, mas também em discussões sobre temas sensíveis, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o papel das Forças Armadas sempre surgia, ainda que implicitamente, como um instrumento de ação ou como um valor que servia de pano de fundo para o julgamento das credenciais do Brasil. Da integração sul-americana às parcerias estratégicas extrarregionais, como o IBAS e os BRICS, a capacidade de nossas forças militares e a disposição de utilizá-las em situações específicas sempre foi motivo de atenção. Assim, ainda como ministro do exterior, tive a oportunidade de apoiar o projeto de nossa Marinha de desenvolver um submarino de propulsão nuclear, capaz de garantir a preservação dos nossos recursos naturais, mesmo antes que a dimensão das reservas de petróleo do pré-sal se tornasse evidente. A presença de importante contingente militar brasileiro na missão de paz da ONU no Haiti (Minustah) reforçou a nossa posição na região e permitiu, em certo momento, que o Brasil colaborasse para o respeito à vontade do povo haitiano nas eleições presidenciais que levaram o René Préval ao poder, em 2006. Nossa projeção política no mundo se viu reforçada por iniciativas que se concretizaram em partes do globo mais longe do nosso território, como a participação de um navio brasileiro na Unifil, a força de paz da ONU no Líbano.

Em conferências e discursos que proferi como ministro da Defesa, vali-me com frequência do conceito de Grande Estratégia , com o qual procurava conjugar os objetivos da política externa com os da política de defesa. Nesse contexto, grande atenção foi dada ao entorno estratégico do Brasil, amplamente ilustrado no Atlas. De particular interesse são os dados relativos à América do Sul, núcleo desse entorno estratégico. Foi pensando sobretudo na América do Sul que busquei juntar os conceitos de cooperação e dissuasão (ambos fundamentais na política de defesa), sublinhando que em nossa região imediata, a cooperação é a melhor dissuasão. O conceito de América do Sul (distinto de outro mais comumente utilizado, mas menos relevante do ponto de vista da defesa, o de América Latina ou, mesmo, de forma mais precisa, de América Latina e Caribe) informa muitos dos quadros e diagramas do Atlas. De fato, a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, como parte importante da arquitetura da UNASUL (a União das Nações Sul-Americanas), foi, do ponto de vista da doutrina, um dos passos mais importantes da política externa e da política de defesa, nos últimos anos. Ela permitiu substituir a noção politicamente caduca de "hemisfério ocidental" pela de América do Sul, área com a qual compartilhamos não só a geografia, mas condições culturais, políticas e econômicas, inclusive no que concerne aos recursos naturais que temos que proteger. O estabelecimento de uma Escola Sul-Americana de Defesa, que, com o tempo – esperamos -, se tornará uma prioridade nas discussões estratégicas levadas a cabo no Brasil e em seus vizinhos, foi um elo importante no novo encadeamento da dialética cooperação/dissuasão. Quem sabe, um dia, teremos um Atlas de Defesa da América do Sul, que exponha seus pontos fortes e suas vulnerabilidades.

Sabiamente, o Atlas, recolhendo conceitos da Estratégia Nacional de Defesa (2008, revista em 2012) e do Livro Branco de Defesa, alarga o entorno estratégico, de modo a fazê-lo abarcar o Atlântico Sul e a costa ocidental da África. Segue, nesse aspecto, uma prioridade da política externa, reforçada nos últimos anos, com maior participação da defesa, qual seja, a da consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). A cooperação com a África, uma prioridade diplomática do Governo do Presidente Lula da Silva, estendeu-se ao domínio militar no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Um bom número de acordos e de visitas ministeriais, além da criação de novas adidâncias, atesta essa prioridade. Juntando a política com a geografia e combinando iniciativas de origens diversas, talvez possamos pensar em uma Zopacas que abarque outros países, como os do norte da América do Sul e que se estenda às margens mais ao Sul do Oceano

Índico, de modo a compatibilizar a Zopacas com a CPLP (Timor e Portugal ficariam, naturalmente, de fora).

Vinculado a esses esforços de cooperação está o empenho em dar uma dimensão continental sul-americana à indústria de defesa, um objetivo – é mister reconhecer – ainda longínquo. Ainda assim, é significativo o fato de que se tenham iniciado projetos nas áreas da aviação militar (aviões de treinamento e veículos não tripulados) e das embarcações fluviais de combate. Muitos outros projetos (como o da cooperação em sistemas de monitoramento de fronteiras e defesa cibernética) foram objeto de exame durante esses períodos. Evidentemente, sua concretização supõe uma forte determinação e uma visão de longo prazo, nem sempre presentes em momentos de crises políticas e dúvidas sobre a direção que tomará o projeto nacional.

É natural que o desenho de uma Grande Estratégia para o Brasil envolva uma compreensão adequada dos principais eixos de confrontação/cooperação (ou subordinação) presentes na ordem mundial. Essa tarefa, que por algum tempo pode ter parecido (ainda que enganosamente) fácil na época da Guerra Fria ou durante o curto predomínio da ordem unipolar que se lhe seguiu, é hoje de grande complexidade. Mesmo antes do Brexit ou do resultado das eleições norte-americanas de 2016, analistas de várias partes do mundo alertavam para o "retorno da geopolítica", do qual as tensões em torno da questão da Crimeia e do Leste da Ucrânia eram as ilustrações mais óbvias. Hoje, em que uma bem-vinda multipolaridade parece obrigada a conviver com um pouco alvissareiro desapreço pelo multilateralismo – sem que os dois fenômenos estejam logica ou materialmente relacionados -, o entendimento de "para onde vai o mundo" requer uma análise despida de noções apriorísticas, tão comuns nos períodos anteriores ao nosso. Para que logremos uma situação de maior estabilidade, em que multipolaridade e multilateralismo se combinem de forma positiva, necessitamos mais do que nunca compreender os fatores que compõem o "poder estatal", além das motivações de seus líderes. E, naturalmente, este esforço de compreensão tem que começar por nós mesmos: nossas capacidades e nossas limitações - algumas reais, mas muitas delas imaginárias, que servem de pretexto para a inação. Sob este aspectos, entre muitos outros, o *Atlas da Política Brasileira de Defesa* traz elementos indispensáveis para a análise adequada da nossa realidade estratégica e fornece valiosos elementos para o desenho do projeto, soberano e solidário, que desejamos ver implantando em nosso país.

Rio de Janeiro, março de 2017

Celso Amorim é diplomata, chefiou o Ministério das Relações Exteriores (1993-1995 e 2003 - 2011) e o Ministério da Defesa (2011 - 2015).


Enara Echart Muñoz

Lista de siglas e acrônimos

ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ABED – Associação Brasileira de Estudos de Defesa

Abimde – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ACISO – Ações Cívico-Sociais

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AIDS – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*)

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latinoamericana de Livre Comércio

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

Amazul – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

Anvfeb – Associação Nacional dos Veteranos da FEB

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations*)

ATT – Tratado de Comércio de Armas (*Arms Trade Treaty*)

Avibrás – Avibrás Indústria Aerospacial

BEC- Batalhão de Engenharia de Construção

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BWC – Convenção de Armas Biológicas (B*iological Weapons Convention*)

CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

Caisan – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAN – Comunidade Andina das Nações

Caricom – Comunidade do Caribe

CBC/Magtech – Companhia Brasileira de Cartuchos

CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (*China-Brazil Earth Resources Satellite*)

CCM – Centro Cultural Missionário

Ccopab – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CCW – Convenção sobre Certas Armas Convencionais.

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano

CEED – Centro de Estudos Estratégicos de Defesa

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

Censipam- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CERT – CCentro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil

CG-Fome – Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome

CIEX – Centro de Informações do Exterior do Itamaraty

CISB – Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro

CMA – Comando Militar Amazônico

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cnumah – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano

Cnumad – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CNV- Comissão Nacional da Verdade

CO2 – Dióxido de Carbono

COE – Conselho da Europa (*Council of Europe*)

Comina – Conselho Missionário Nacional

Cosiplan – Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CREDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTBT – Tratado de Banimento Completo dos Testes Nucleares (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty*)

CWC – Convenção de Armas Químicas (*Chemical Weapons Convention*)

DEA – Drug Enforcement Agency

DI – Divisão de Infantaria

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DNOG – Divisão Naval de Operações de Guerra

DOS – Ataque de Negação de Serviço (*Denial Of Service*)

DPKO – Departamento para Operações de Manutenção da Paz (*Department of Peacekeeping Operations*)

E-Sic – Sistema Eletrônico Do Serviço De Informação Ao Cidadão

EADS CASA/Airbus Group – Construcciones Aeronáuticas S.A

Ecomog – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

EDA- Agência de Defesa Europeia (*European Defence Agency*)

EIA – Administração de Informações sobre Energia (*U.S. Energy Information Administration*)

Emgepron – Empresa Gerencial de Projetos Navais

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*)

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FEMAR – Fundação de Estudos do Mar

FIESP – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul

Fonplata – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

FRF – Fundação Ricardo Franco

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

FUNAI – Fundação Nacional do Indio

Fundep – Fundação de desenvolvimento da pesquisa

G20 – Grupo das 20 maiores economias do mundo

G4 – Grupo formado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão para pleitear a reforma do CSNU.

GGM – Grande Guerra Mundial

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

Helibrás – Helicópteros do Brasil S.A

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (Human Immune Deficiency Virus)

IAI – Israel Aerospace Industries

IBAS – Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBSA-Mar – Exercícios navais conjuntos da Índia, Brasil e África do Sul

ICIJ – Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (*International Consortium of Investigative Journalists*)

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IED- Investimento Estrangeiro Direto

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IISS – International Institute for Strategic Studies

IMBEL- A Indústria de Material Bélico do Brasil

IMI – Israel Military Industries

INACE – Indústria Naval do Ceará

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA – Instituto Socioambiental

Itaguaí C.N. – Itaguaí Complexo Naval

ITU – União Internacional de Telecomunicações (*International Telecommunications Union*)

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

JBIC – Japan Bank for International Cooperation

JID- Junta Interamericana de Defesa

Mercosul – Mercado Comum do Sul

Minustah – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MOU – Memorando de Entendimento

MRE: Ministério das Relações Exteriores

MTCR – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime*)

MSF- Médicos sem Fronteira

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*)

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Cooperation and Development*)

ODT – Odebrecht Defesa e Tecnologia

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

OUA – Organização da Unidade Africana

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCN – Programa Calha Norte

PEB – Política Externa Brasileira

PIB – Produto Interno Bruto

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPC – PIB por paridade de poder de compra.

Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PRIS – Power Reactor Information System

PTBT – Tratado de Banimento Parcial dos Testes Nucleares (*Partial Nuclear-Test-Ban Treaty*)

Renctas – Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais

SAARC – Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (*South Asian Association for Regional Cooperation*)

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SCCC – Sistema Comum de Contabilidade e Controle

SDN – Sociedade de Nações (Liga das Nações)

Sinamob – Sistema Nacional de Mobilização

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

Sisfron – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP – Tratado de Não Proliferação

UA – União Africana (*African Union*)

Unaids – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

Unasul – União de Nações Sul-Americanas

UNBISnet – Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas (*United Nations Bibliographic Information System*)

UN Comtrade – Base de Dados de Estatísticas das Nações Unidas sobre Comércio de Mercadorias (*United Nations Commodity Trade Statistics Database*)

Unctoc – Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (*United Nations Convention against Transnational Organized Crime*)

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

Unila – Universidade da Integração Latinoamericana

Unoda – Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (*United Nations Office of Disarmament Affairs*)

UNTS – United Nations Treaty Series

UPP – Unidades de Polícia Pacificadora

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

WITS – Solução Integrada Comercial Mundial. Setor de dados do Banco Mundial (*World Integrated Trade Solution*)

WRI – Instituto de Recursos Mundiais (*World Resources Institute*)

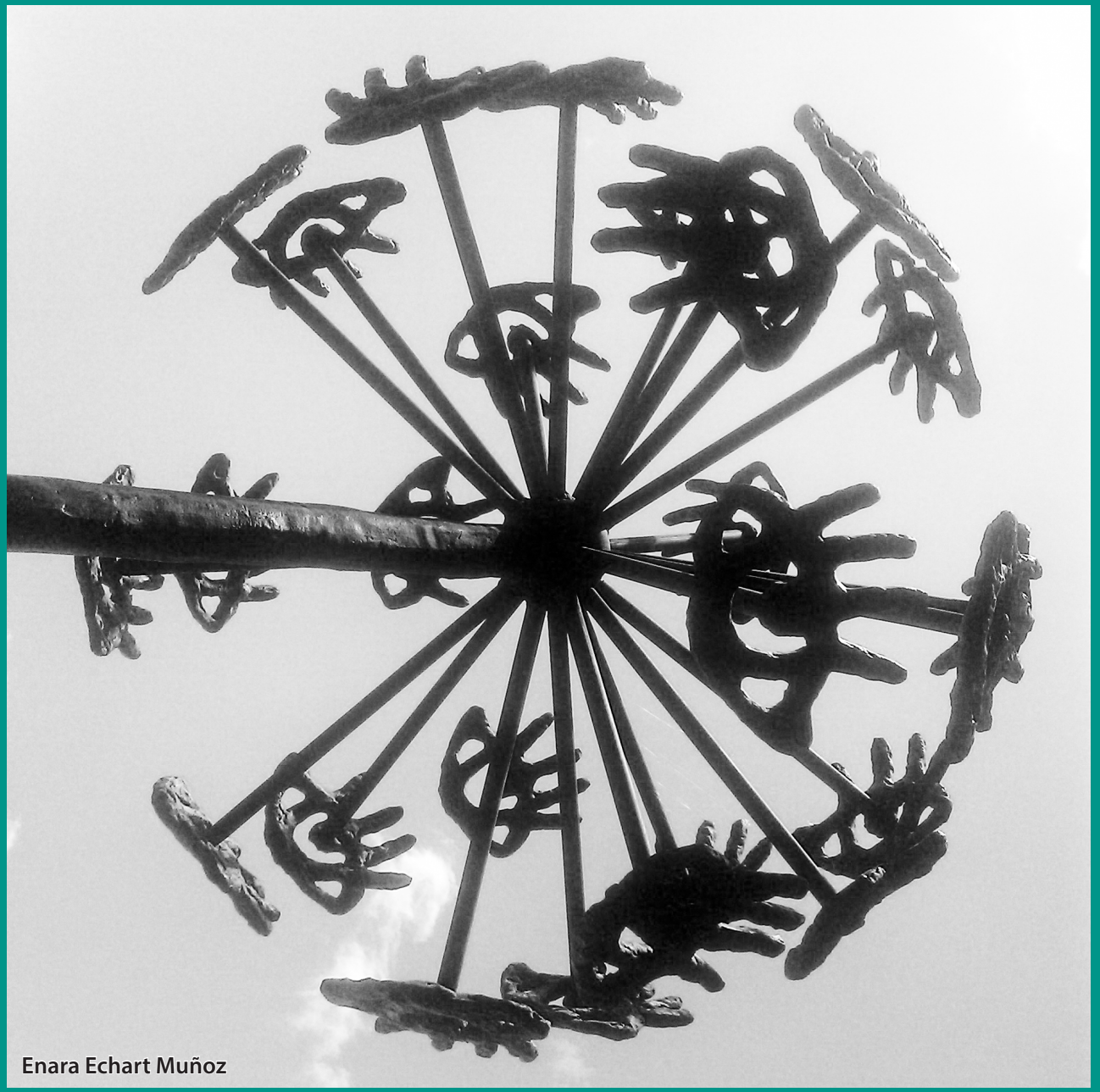
WWF – Fundo Mundial para a Natureza (*World Wildlife Fund*)

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZLAN – Zona Livre de Armas Nucleares

Zopacas – Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul

Introdução



Enara Echart Muñoz

Introdução

Introdução por Maria Regina Soares de Lima e Carlos R. S. Milani

A defesa da soberania e da integridade territorial, no uso legítimo dos meios de violência, é uma das funções clássicas que define o Estado, entendido em uma perspectiva weberiana. Desse ângulo, o Estado é um ator no sistema internacional, inserido simultaneamente no sistema de Estados, cuja principal característica é a anarquia ou a descentralização de poder, e na ordem capitalista global marcada pela assimetria sistêmica entre o centro, as semiperiferias e as periferias, mas também pela reprodução estrutural das desigualdades que atravessam as fronteiras estatais.

Contudo a função defesa, no uso dos meios coercitivos e, no limite, da guerra interestatal, não tem sido exercida de forma homogênea pelos diferentes Estados ao longo dos séculos desde a formação de um sistema internacional. A hipótese clássica da sociologia histórica, como desenvolvida por Charles Tilly, do papel da guerra na formação dos Estados europeus e sua posterior implicação para o desenvolvimento institucional dos Estados não se verificou no solo latino-americano, ou pelo menos não na mesma intensidade e com as mesmas características. Seja em função do contexto temporal de suas respectivas constituições enquanto Estados nacionais, seja por suas incipientes formas de autonomia geopolítica na região e no mundo, seja ainda por sua inserção na esfera de influência dos EUA, a guerra internacional, como fenômeno total envolvendo a utilização de exércitos profissionais e a mobilização da sociedade no esforço bélico, foi fenômeno relativamente raro na América Latina nos últimos 200 anos desde os processos de independência no início do século XIX, como lembra Miguel Angel Centeno.

Duas consequências se seguiram. Ao contrário do que ocorreu na Europa, os Estados latino-americanos nunca desenvolveram o mesmo grau de poder infraestrutural, utilizando o conceito de Michael Mann, de se sobrepor completamente aos poderes locais e de desenvolver capacidades específicas na implementação de suas decisões. A fragilidade infraestrutural do Estado seria acompanhada de seu maior poder despótico, quando comparado a seus congêneres europeus. A outra consequência foi legitimar, perante as elites civis e castrenses, a tese do inimigo interno, definido socialmente em termos de classe, etnia e raça. A força coercitiva do Estado foi usada primordialmente para combater as revoltas internas contra as oligarquias no poder e as tentativas federalistas contra o poder central. Na Guerra Fria, a tese do inimigo interno ganhou reforço externo, então definido como a "ameaça do comunismo", e foi incorporada à doutrina de segurança do sistema hemisférico sob a hegemonia dos EUA. O que se viu no pós-Segunda Guerra foi a securitização da política doméstica e a consequente proliferação das ditaduras militares em praticamente todos os países da região. As demandas sociais por reforma estrutural (em matéria de educação, saúde pública, acesso à terra produtiva, por exemplo) eram consideradas "revolucionárias", "comunistas" e, portanto, uma ameaça à segurança nacional.

No caso do Brasil não foi diferente, a tutela militar das Forças Armadas sobre a sociedade foi legitimada e constitucionalizada em 1891, gerando a autoidentificação de uma instituição insulada da vida política, reforçada por uma cultura organizacional que atribuía às Forças Armadas o papel autoritário de tutela da nação, intervindo na política sempre que assim o desejasse ou que interpretasse que fosse necessário. O estabelecimento da hegemonia regional brasileira e do equilíbrio geopolítico favorável ao país no Império não apenas levou à redução posterior dos efetivos do exército, mas reforçou nas elites a perspectiva da baixa securitização de eventuais ameaças regionais. Tal visão, conjugada com a prevalência da tese do "pacifismo e o jurisdicismo da política externa" e de uma avaliação da fraqueza de meios militares para quaisquer movimentos de projeção internacional do poder militar, gerou uma narrativa dominante entre as elites, qual seja: a neutralização de qualquer legitimidade à utilização da força no plano internacional e ao incremento das capacidades militares para sua função precípua que é fazer a guerra ou dissuadir os inimigos de eventual ataque, como ressalta João Alsina Júnior.

Essa lógica circular foi reforçada no período da Guerra Fria em que o Brasil participava da defesa hemisférica associada e coletiva, sob hegemonia norte-americana e, simultaneamente, aderia às práticas da contra-insurgência e as implementava em solo nacional, com a instalação da ditadura civil-militar por cerca de vinte anos, e em solo estrangeiro, mediante a criação de serviços de informação vinculados às embaixadas brasileiras, como ressalta Pio Penna Filho. A Guerra Fria não apenas legitimou, perante às elites dominantes, a intervenção militar na política doméstica, como reforçou a orientação para dentro dos mesmos. O desemprego estrutural dos militares foi um dos principais responsáveis pelo abandono da missão clássica de defesa, assim como pela construção da autoidentificação de uma instituição separada e acima das demais.

A baixa securitização na percepção das elites das ameaças regionais no início do processo de construção do Estado nacional e a securitização da política doméstica se reforçaram mutuamente e foram os principais responsáveis pelas trajetórias institucionais separadas da diplomacia e da defesa. A tênue integração entre estes dois campos se manifestou na contribuição praticamente nula da defesa à atuação externa do país e pela orientação da defesa eminentemente voltada para dentro. Legado histórico, fatores ideacionais e doutrinários próprios de cada um destes dois âmbitos atuaram para reforçar a falta de sinergia entre defesa e diplomacia que se manifestou na prática pela virtual monopolização das funções externas pela diplomacia. Também contribuíram para a solidificação da identidade de ambos de um status diferenciado na estrutura do



Estado e na sociedade e a autopercepção da legitimidade da autonomia das duas corporações na definição de suas respectivas políticas.

O fim da Guerra Fria, o término do ciclo de regimes militares e a redemocratização, no final dos anos 1980, mudaram significativamente o papel e a política militar na região e no Brasil. Novas agendas internacionais e novos atores no Estado e na sociedade vão induzir à reconfiguração do lugar político da defesa para a nação, no sentido de definir um novo papel externo. Simultaneamente, a maior participação e mobilização da sociedade civil na dinâmica política e societal pressionaram pela democratização destas corporações e sua necessária responsabilização perante à sociedade. A participação em postos de comando dos militares brasileiros nas Operações de Paz das Nações Unidas, o incremento da cooperação militar com os vizinhos e com outros países do Sul geopolítico reconfiguraram o papel externo dos militares. Consequentemente, as políticas declaratórias de defesa, formuladas a partir do governo Lula da Silva, estabeleceram a necessidade da construção de uma capacidade dissuasória militar, na defesa de ativos estratégicos na atualidade, bem como novos objetivos estratégicos que implicam a cooperação com vizinhos em seu entorno estratégico e a coordenação com empresas, sindicatos e universidades no desenvolvimento de uma base científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento do país e para a produção de capacidades específicas e meios militares.

A elaboração deste Atlas da Defesa tem por objetivo dar conta desses desenvolvimentos e da transformação da defesa e da política de segurança do Brasil ao longo da história do país. Também busca contribuir para o desenvolvimento de uma inteligência civil em defesa nas instituições de ensino e de pesquisa e na sociedade em geral. A constituição de uma comunidade epistêmica em assuntos de defesa não apenas estimula o diálogo entre civis e militares como, a seu modo, induz à transparência e à prestação de contas de uma das atividades fundamentais que compõem o núcleo duro do Estado capitalista, sujeita

permanentemente ao risco de autonomização ou insulamento face aos controles democráticos.

Foi com base nesse conjunto de concepções históricas e políticas que o *Atlas da Política Brasileira de Defesa* foi projetado e desenvolvido, graças ao apoio do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa do Brasil e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional n. 29/2014. O projeto teve por objetivo desenvolver metodologia de cartografia temática na análise do panorama da política de defesa nacional e seu entorno estratégico (internacional e regional). A cartografia temática aqui proposta aglutinou, de modo rigoroso e didático, os principais temas relativos à projeção estratégica de poder do Brasil em seu entorno, utilizando-se de quantificação, demonstração gráfica e análise crítica das políticas públicas de defesa nacional.

Apesar da crescente importância que os temas relacionados à defesa nacional têm adquirido no meio acadêmico brasileiro, ainda persistem lacunas entre o interesse social e o conhecimento efetivo sobre temas relativos à segurança nacional e às estratégias de defesa. Alguns esforços do sistema de ciência e tecnologia nacional podem ser mencionados: os programas "Pró-Defesa" e "Pró-Estratégia" da CAPES, direcionados ao financiamento de pesquisas de pós-graduação; a criação, em 2008, de uma Associação Brasileira de Estudos de Defesa; a inserção progressiva de militares em instituições civis de pesquisa e a criação de programas de pós-graduação no âmbito militar. No entanto, inexistem trabalhos que apresentem profundidade analítica, amplitude temática, sofisticação metodológica e amplo potencial de difusão em função do uso de linguagem acessível e imagética (mapas, matrizes, gráficos, etc.). Este projeto visou a dar uma contribuição para diminuir essa lacuna, sustentado no pressuposto de que a superação dessa deficiência passaria necessariamente pelo esforço de compreender, de modo espacial, a inserção estratégica do Brasil, tornando a temática mais acessível à sociedade como um todo. O *Atlas da Política Brasileira de Defesa* pretende ser ferramenta didática fundamental em disciplinas do ensino médio e superior que tenham em suas análises temas internacionais relativos à segurança global e aos mecanismos de defesa do Estado brasileiro. Metodologicamente, a cartografia temática abrange o uso de imagens em geral, não somente mapas. Além da metodologia cartográfica já apresentada no *Atlas da Política Externa Brasileira*, remetemos o nosso leitor ao apêndice metodológico apresentado ao final deste volume, que apresenta os detalhes técnicos e operacionais da pesquisa e da cartografia temática aqui utilizada.

O volume está organizado da seguinte forma: um capitulo histórico e três substantivos que consideram os três níveis de análise clássicos das Relações Internacionais (global, regional e nacional). O primeiro analisa os elementos principais da política de defesa da Coroa Portuguesa e, posteriormente, do Império e da República do Brasil que influenciaram a dinâmica geopolítica e a formulação da defesa brasileira e da região. Com objetivo semelhante, são examinados alguns momentos ao longo do século XX fundamentais na criação da ordem mundial e na inserção brasileira neste sistema. O capítulo seguinte tem como principal foco as características da ordem global que se segue ao término da Guerra Fria, a distribuição de poder entre os atores no nível internacional e as capacidades e atributos de poder brasileiros que o tornam um país relevante na América do Sul, com aspirações globais. Desta forma, o capítulo concentra-se nos principais temas, agendas e instituições da ordem mundial, trazendo o caso brasileiro para o centro da análise, em perspectiva comparada com demais países do sistema internacional (sejam eles do Norte, do



Enara Echart Muñoz



Enara Echart Muñoz

Sul, da região ou países emergentes). O terceiro capítulo focaliza a região sul-americana e o entorno estratégico da política de defesa. A análise do tema regional passa obrigatoriamente pelo papel brasileiro na área assim como pela influência de potências extrarregionais (sejam elas ex-metrópoles europeias, os EUA ou, mais recentemente, países emergentes da Ásia). Além da interação da América do Sul com o resto do mundo, cabe destacar as novas forças socioeconômicas da região, que estão em constante modificação e impactam diretamente nas estratégias geopolíticas dos países. Essa dinâmica que é o foco do terceiro capítulo é diretamente influenciada pela ação de atores tradicionais na formulação da política de defesa, assim como pela emergência de novos. Considerando as especificidades desse nicho temático da defesa, o último capítulo analisa os atores que diretamente ou indiretamente têm participação na formação da política de defesa do Brasil. Com isso, o capítulo aborda a relação dos órgãos do Estado (como o Ministério de Defesa e as Forças Armadas) entre si e com demais atores da sociedade (como o setor privado, sindicatos, sociedade civil organizada, academia e outros). Os capítulos foram todos divididos em itens. Cada item foi trabalhado em uma dupla-página, com a possibilidade de diálogo complementar entre itens de diferentes capítulos, mediante a ferramenta do "Veja também".

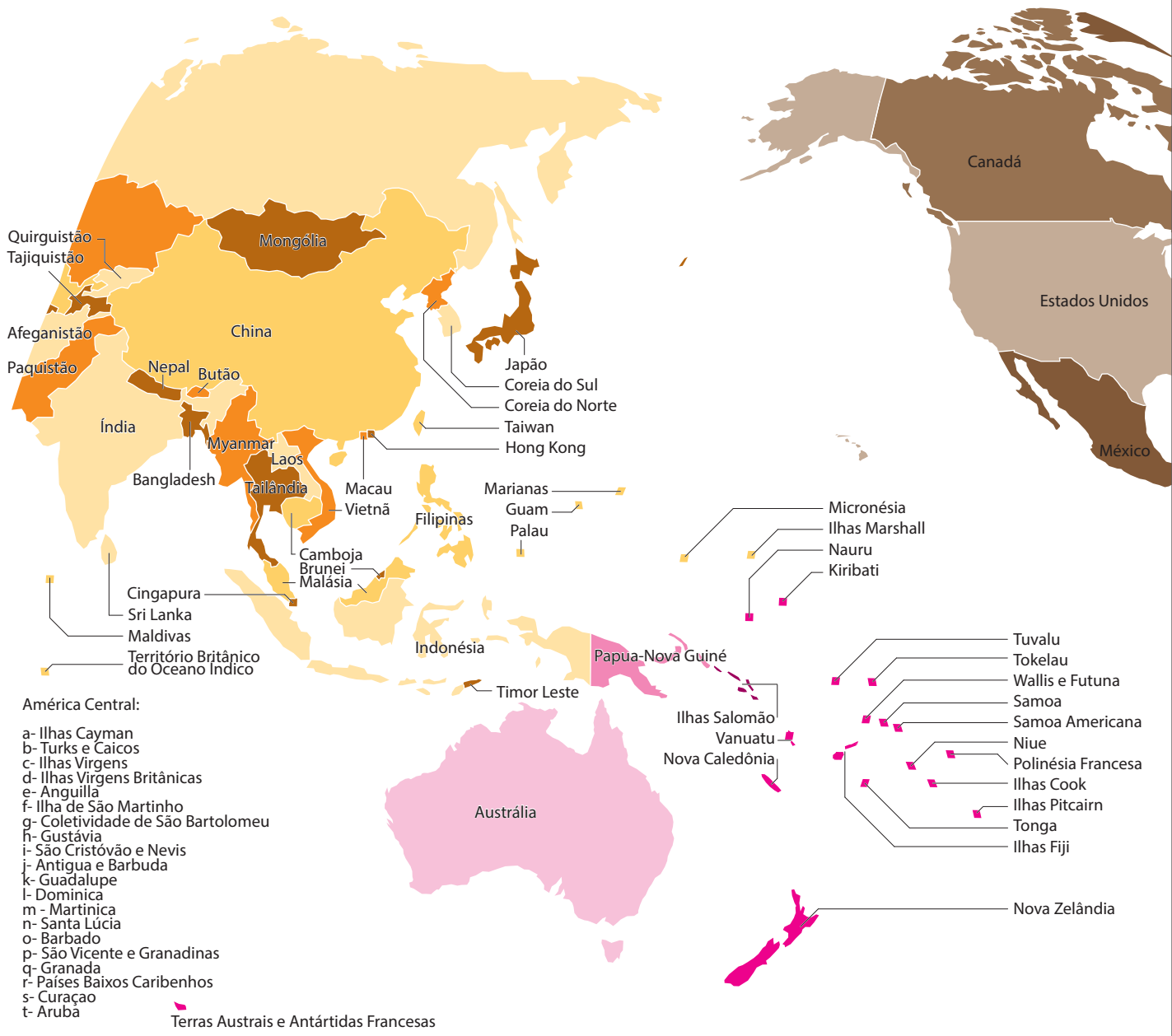
Cabe ressaltar que, no dia 14 de março de 2017, o Ministério da Defesa publicou em seu sítio web novas minutas da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional. Uma vez que esses documentos ainda não foram discutidos e aprovados pelo Congresso Nacional, entende-se que ainda não configuram documentos oficiais do Estado brasileiro e, por esse motivo, não foram incluídos neste Atlas. Não obstante, o conteúdo desses não traz grandes inovações para a política brasileira de defesa e para seus principais conceitos.

É importante sublinhar que, além do apoio do IPC do Ministério da Defesa e do CNPq, este projeto somente foi possível porque reuniu a expertise e o conhecimento acumulado em dois grupos de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: o Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO-antena Rio de Janeiro e o Observatório Político Sul-Americano (OPSA). O OPSA é conhecido por seu trabalho extenso e de qualidade sobre a política doméstica e externa dos países sul-americanos e por estudos sobre a região, inclusive no campo da segurança. O LABMUNDO-Rio, por meio de seu Ateliê de Cartografia e em parceria com Sciences Po (Paris), desenvolveu extensa expertise no campo da cartografia temática que resultou na publicação, em português, inglês e espanhol, do *Atlas da Política Externa Brasileira*. A parceria entre OPSA e LABMUNDO-Rio permitiu ao projeto cumprir com seus objetivos iniciais, além de ter reforçado a capacidade instalada sobre esses temas no IESP-UERJ. Finalmente, gostaríamos de registrar os nossos agradecimentos aos Professores Leticia Pinheiro, Monica Hirst, Marco Cepik e Thiago Rodrigues, por terem participado do seminário em que apresentaram seus comentários e sugestões sobre uma primeira versão do Atlas. As contribuições dos colegas em muito enriqueceram os capítulos que seguem.

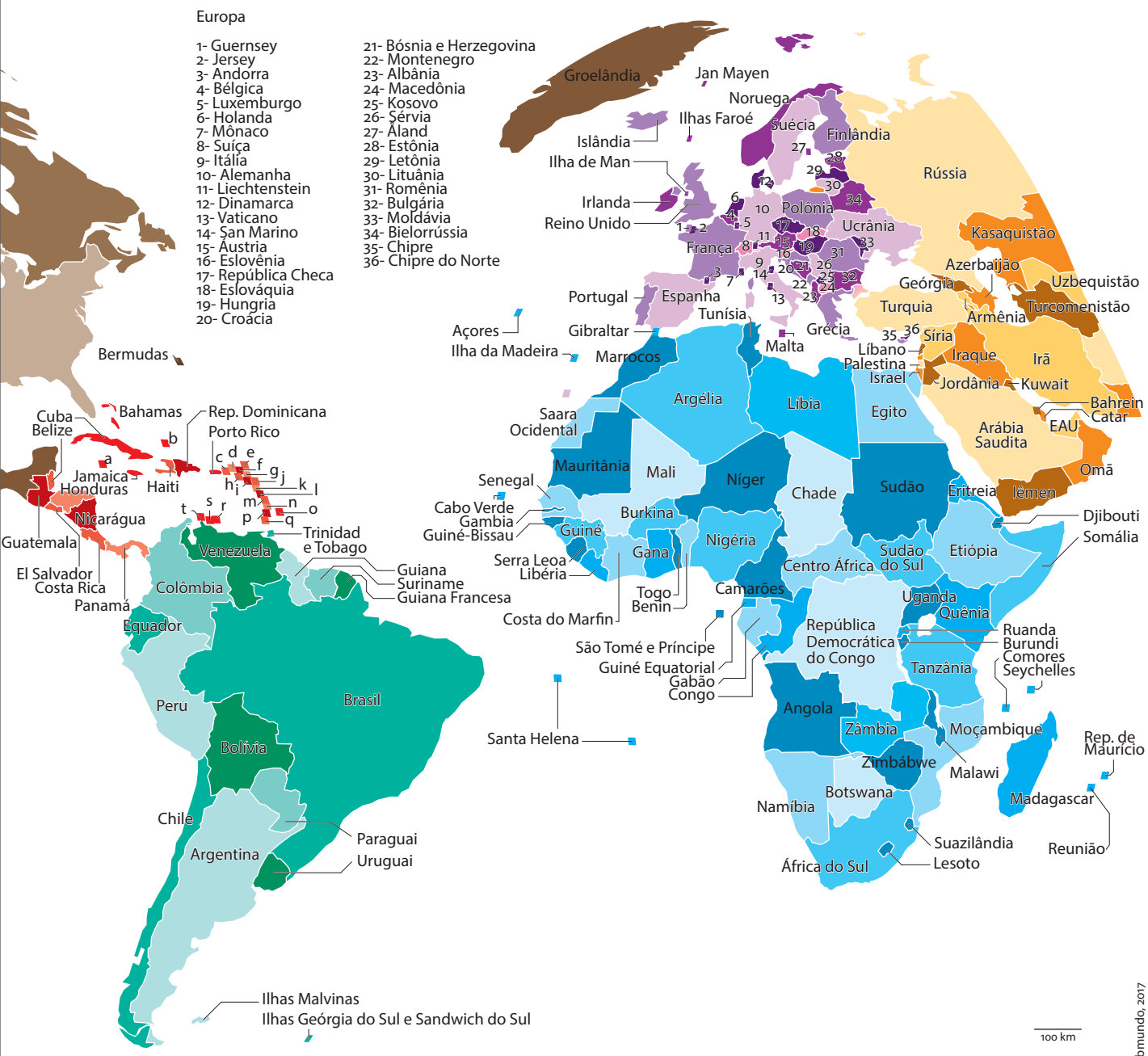
Maria Regina Soares de Lima é Pesquisadora Sênior do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e Coordenadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Latitude Sul.

Carlos R. S. Milani é Professor Adjunto do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e Coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) e do Latitude Sul.

O mundo político

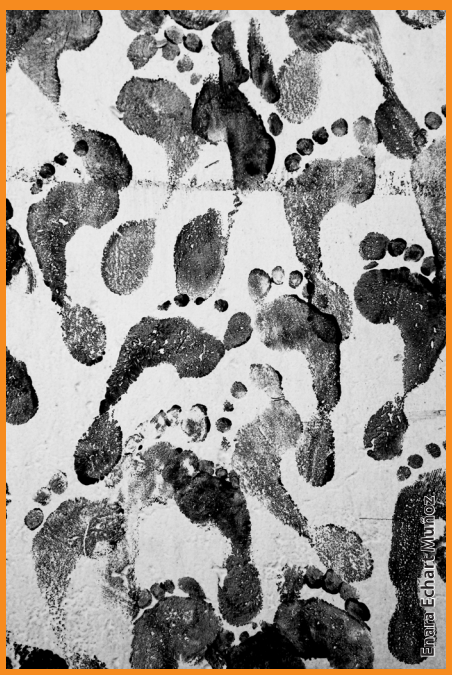


Fonte: Elaboração própria.


Europa
1- Guernsey
2- Jersey
3- Andorra
4- Bélgica
5- Luxemburgo
6- Holanda
7- Mônaco
8- Suíça
9- Itália
10- Alemanha
11- Liechtenstein
12- Dinamarca
13- Vaticano
14- San Marino
15- Áustria
16- Eslovênia
17- República Checa
18- Eslováquia
19- Hungria
20- Croácia
21- Bósnia e Herzegovina
22- Montenegro
23- Albânia
24- Macedônia
25- Kosovo
26- Sérvia
27- Åland
28- Estônia
29- Letônia
30- Lituânia
31- Romênia
32- Bulgária
33- Moldávia
34- Bielorrússia
35- Chipre
36- Chipre do Norte
Groelândia
Jan Mayen
Noruega
Ilhas Faroé
Suécia
Finlândia
Islândia
Ilha de Man
Rússia
Irlanda
Reino Unido
Polônia
Ucrânia
Kasaquistão
França
Azerbaijão
Geórgia
Uzbequistão
Portugal
Espanha
Turquia
Turcomenistão
Tunísia
Armênia
Açores
Gibraltar
Grécia
Síria
Ilha da Madeira
Marrocos
Malta
Líbano
Iraque
Irã
Palestina
Israel
Jordânia
Kuwait
Bermudas
Argélia
Líbia
Egito
Bahrein
Catar
Saara Ocidental
Arábia Saudita
EAU
Cuba
Bahamas
Rep. Dominicana
Belize
Porto Rico
Omã
Mauritânia
Mali
Níger
Chade
Sudão
Eritreia
Iêmen
Jamaica
Haiti
Honduras
Senegal
Djibouti
Cabo Verde
Gambia
Burkina
Somália
Nicarágua
Guiné-Bissau
Guiné
Nigéria
Etiópia
Trinidad e Tobago
Guatemala
Venezuela
Serra Leoa
Libéria
Gana
Sudão do Sul
Centro África
Guiana
El Salvador
Costa Rica
Colômbia
Suriname
Togo
Benin
Camarões
Uganda
Guiana Francesa
Panamá
Costa do Marfin
Quênia
Equador
República Democrática do Congo
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Burundi
Guiné Equatorial
Tanzânia
Comores
Gabão
Seychelles
Congo
Peru
Brasil
Angola
Zâmbia
Moçambique
Santa Helena
Bolívia
Zimbábwe
Malawi
Rep. de Maurício
Chile
Botswana
Madagascar
Namíbia
Paraguai
Suazilândia
Reunião
Argentina
Uruguai
África do Sul
Lesoto
Ilhas Malvinas
Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
100 km
Labmundo, 2017

Capítulo 1:

HISTÓRICO DA DEFESA NO BRASIL



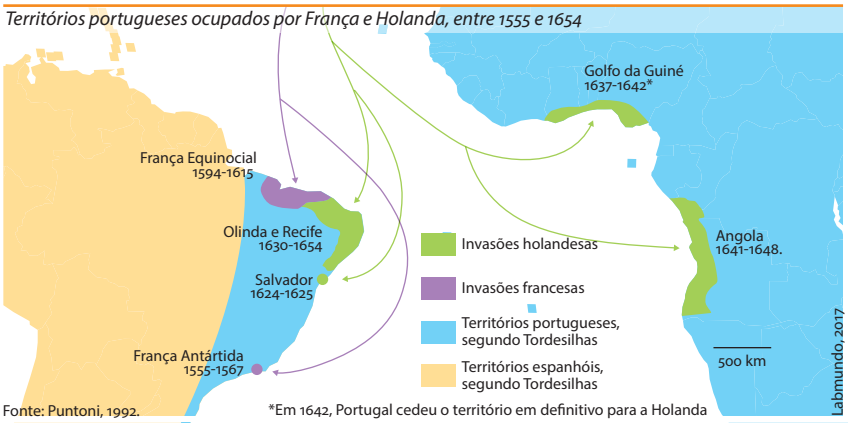


O capítulo histórico, de abertura à temática da política de defesa e da segurança do Brasil, tem por objetivo principal apresentar, desde a Colônia, como foram implementadas, pela Coroa portuguesa e, após a independência em 1822, pelo Estado brasileiro, as estratégias políticas e militares de expansão e de ocupação territorial, mas também de proteção do território diante das ameaças de invasores estrangeiros (franceses, holandeses), bem como no enfretamento dos conflitos existentes com os vizinhos da região e nas revoltas internas de norte a sul do país. Ou seja, este capítulo introdutório procura demonstrar que a política de defesa do Brasil tem longa trajetória histórica, cujas características geraram dependências e condicionalidades para a formulação e a implementação dessa política pública em períodos mais recentes. Para atingir esse objetivo, em primeiro lugar, foi utilizada uma divisão cronológica, respeitando os três principais momentos políticos da história do Brasil: Colônia, Império e República. Em segundo, foram selecionados alguns eventos históricos e eixos estratégicos que marcaram a história da defesa e da segurança do país desde o início do século XX: as Conferências de Paz e a eclosão da Primeira Guerra Mundial; a Segunda Guerra Mundial e o engajamento brasileiro; a Guerra Fria e os golpes militares no Brasil e na América Latina.

Colônia, conflitos e expansão territorial

INVASÕES EXTERNAS À COLÔNIA

Territórios portugueses ocupados por França e Holanda, entre 1555 e 1654



Fonte: Puntoni, 1992.

*Em 1642, Portugal cedeu o território em definitivo para a Holanda

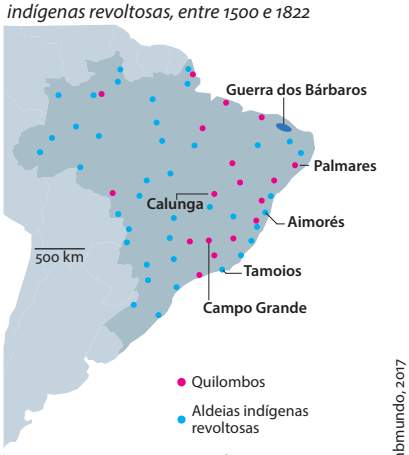
DESAFIOS À AUTORIDADE DA COROA

Principais conflitos entre a elite colonial e a Coroa portuguesa, entre 1660 e 1822



Fonte: Silva, 2005; Schwarcz e Starling, 2015.

Localização dos principais quilombos e aldeias indígenas revoltosas, entre 1500 e 1822



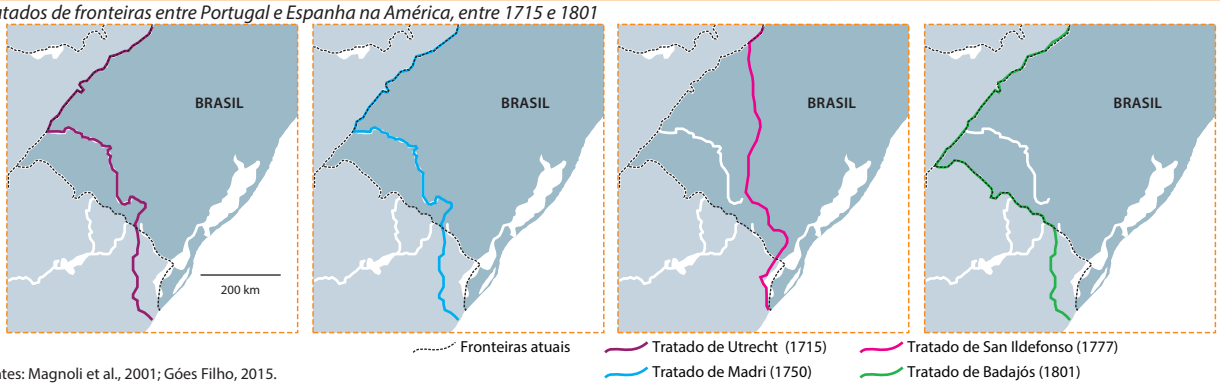
Fontes: Reis e Gomes, 1996; Ricardo e Fany, 2011.

A ocupação pelos portugueses do território do que seria posteriormente o Brasil foi atravessada por conflitos sociais, étnicos, raciais e geopolíticos. Tratou-se de um processo dirigido por um Estado centralizado, com forte investimento militar e impulsionado pela Igreja católica, e que se deu em duas etapas, primeiro no litoral e depois no interior. Os portugueses confrontaram-se com povos originários, presentes nas Américas há pelo menos 12 mil anos antes de sua chegada, e com tentativas de conquista de outros impérios coloniais. Estima-se que viviam no Brasil 10 milhões de pessoas que falavam 1.300 línguas e que se dividiam em mais de 1.000 etnias. O expansionismo português (e de outras nações europeias) era alimentado por interesses comerciais, por uma racionalidade militar e pela ambição evangelizadora (a exemplo das missões) que, juntos, possibilitaram aos europeus subjugar territórios e povos em toda a região. O resultado foi um verdadeiro genocídio: milhões de nativos morreram em consequência do regime de trabalho forçado, da destruição dos seus modos de vida e da natureza, das novas doenças introduzidas pelos brancos e dos combates contra a opressão e a dominação europeia.

A formação e a expansão dos impérios coloniais de Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra foi resultado de um longo processo geopolítico no qual se inserem a constituição dos modernos Estado-Nação e os primeiros desenvolvimentos do capitalismo. Tais impérios disputavam mercados, populações e territórios e com isso reconfiguraram todo o planeta em um sistema integrado de metrópoles e colônias. A escravidão moderna na América foi um dos seus pilares fundamentais: foram traficados do continente africano para a colônia portuguesa 3 milhões de pessoas para o trabalho forçado no grande latifúndio monocultor, ao que se somam

CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS NO PRATA

Tratados de fronteiras entre Portugal e Espanha na América, entre 1715 e 1801



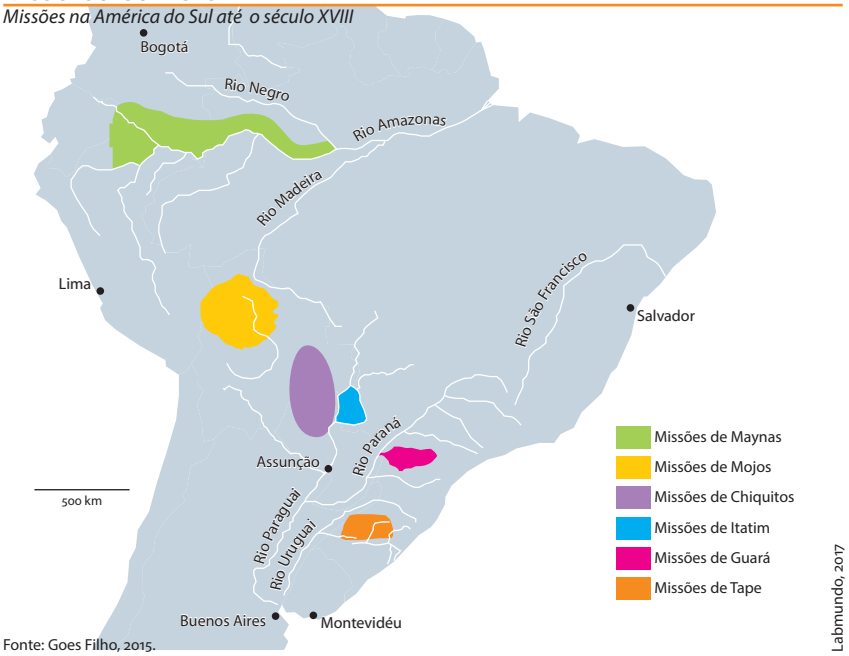
Fontes: Magnoli et al., 2001; Góes Filho, 2015.

outras 2 milhões trazidas depois da independência do Brasil em 1822. A importância da mão de obra escrava era tanta que as estimativas populacionais para 1584 eram de 25 mil brancos, 18 mil índios domesticados e 14 mil negros escravizados. Os escravos viviam em média 19 anos, contra 32 da população branca e livre, ou seja, viviam mal e precariamente, sem direito à terra, à subsistência autônoma, a constituir família ou a manter sua identidade cultural. Essas pessoas sustentavam uma estrutura econômica, social e cultural baseada na violência que deixou marcas profundas na coletividade brasileira até o presente. Houve resistência, e os quilombos, as fugas individuais e em massa, as insurreições indígenas e as rebeliões negras são exemplos de um processo de lutas que envolvia também a produção de laços de solidariedade, de afeto e comunitários, de valorização de dinâmicas culturais, religiosas e identitárias cujas heranças também são sentidas até os dias atuais.

Em paralelo, eclodiam os conflitos geopolíticos entre os europeus no "novo mundo": os impérios coloniais português, espanhol, francês, holandês e inglês disputavam território, mercadorias e populações no continente africano e americano. Portugal enfrentou a Espanha e com ela pactuou (região do Prata), expulsou franceses do Rio de Janeiro e do Maranhão, guerreou com holandeses nos dois lados do oceano atlântico, e terminou subjugado econômica e politicamente pela Inglaterra ainda no período colonial. Ocorreram também conflitos internos aos impérios coloniais. No Brasil, os colonos brasileiros e a elite portuguesa que vivia na colônia disputavam os processos de ocupação do território (a marcha para oeste com as bandeiras e as entradas, com forte cunho militar e evangelizador, reforçando a aliança entre Igreja e o Império de Portugal) e lutavam pelos recursos que encontravam em cada novo pedaço de terra. Dessas batalhas emergiram, nos filhos de europeus nascidos na colônia, um sentimento de identidade próprio, que se diferenciava de Portugal por meio da narrativa de luta contra a sanha tributária do Estado opressor português, que impedia os colonos de alcançar autonomia econômica. Os colonos filhos da elite sempre estiveram em contato com as ideologias e os valores europeus, cultivando a liberdade, sendo refratários à centralização via Estado e Igreja, como ilustram os muitos conflitos entre as sociedades locais e os jesuítas. Protagonizaram, portanto, revoltas, rebeliões e motins que marcaram todo o período colonial e foram parte fundamental do processo político e cultural que levaria à ruptura do Brasil com Portugal. O resultado da empresa colonial portuguesa foi desastroso do ponto de vista social e humanitário, com o extermínio de populações inteiras de africanos e povos ameríndios. Não obstante, do ponto de vista geopolítico e econômico gerou riquezas incontáveis à Coroa de Portugal e cujo resultado foi a consolidação de um novo Estado-Nação independente comandado por uma elite política coesa, que logrou manter a integridade territorial e identitária da ex-colônia em meio ao esfacelamento que ocorreu na América Espanhola.

MISSÕES JESUÍTICAS

Missões na América do Sul até o século XVIII

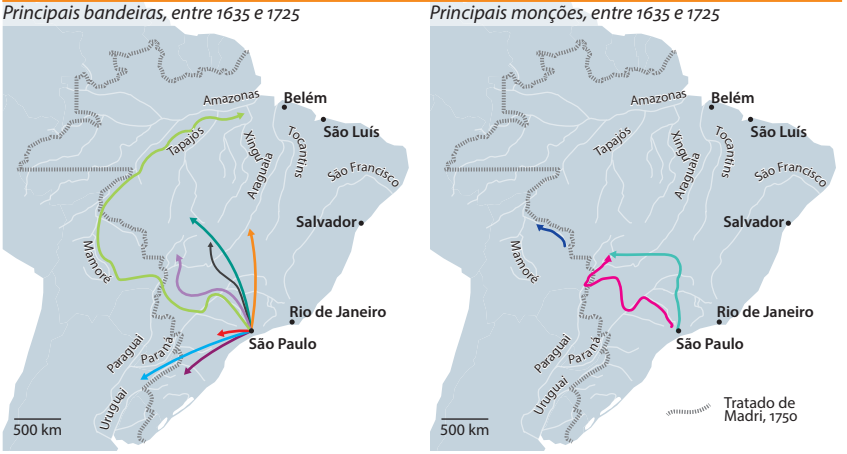


Fonte: Goes Filho, 2015.

OCUPAÇÃO DO OESTE

Principais bandeiras, entre 1635 e 1725

Principais monções, entre 1635 e 1725



Bandeiras:

- Antonio Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Paes (1635-1637)
- Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares (1628-1633)
- Fernão Dias Paes (1638)
- Antonio Raposo Tavares (1648-1652)
- Manoel Campos Bicudo (1673)
- Antonio Pires de Campos (1716)
- Pascoal Moreira Cabral (1718)
- Bartolomeu Bueno da Silva (1725)

Monções:

- Rota ordinária
- Estrada terrestre através de Goiás
- Monções do norte

Labmundo, 2017

Fonte: Goes Filho, 2015.

VEJA TAMBÉM:

Império e ameaças de fragmentação p. 14
República e desafios geoestratégicos p. 16
Colônia (Atlas da PEB) p. 14
Império (Atlas da PEB) p. 16

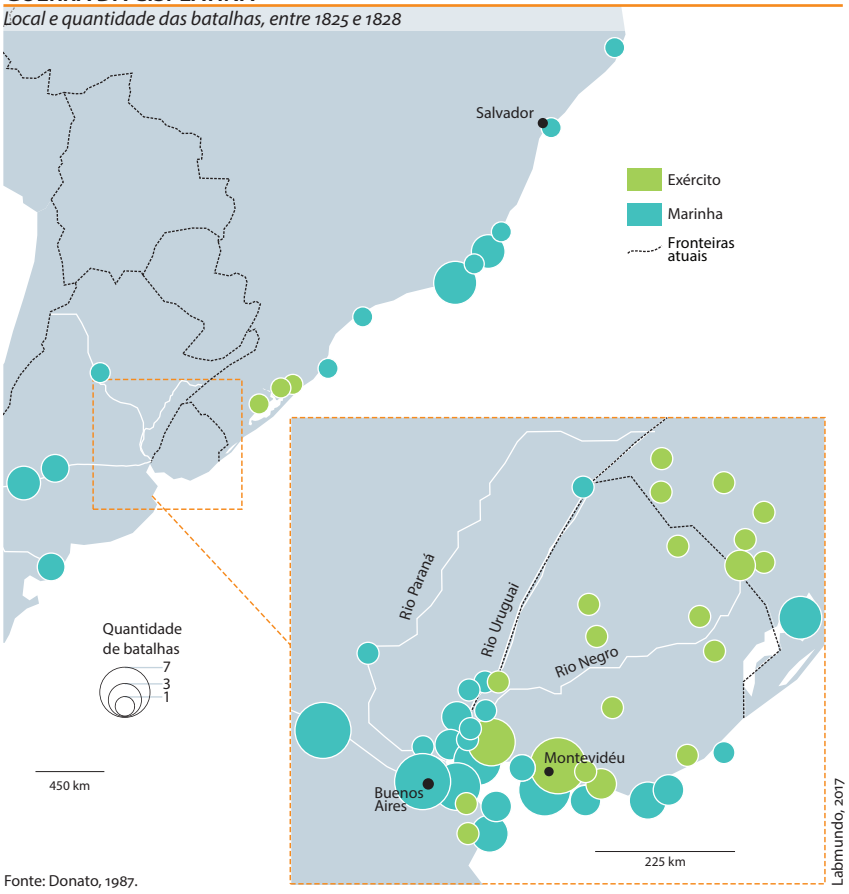
Império e ameaças de fragmentação

A independência da América espanhola se deu em um contexto de lutas revolucionárias seguido de um republicanismo radical e fragmentação territorial. Nas metrópoles coloniais, as guerras napoleônicas transformavam a estrutura política e social do continente e representavam os conflitos entre a nascente burguesia capitalista contra as classes feudais. Nesse quadro, a corte portuguesa transferiu para o Brasil a sede do império português. Como resultado, iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de abertura política, no qual foram retomados os ideais nacionalistas e independentistas que já haviam animado importantes revoltas no Brasil, como a Inconfidência Mineira em 1789, e que veio a culminar na independência.

A ex-colônia portuguesa se emancipou guiada por um projeto de Estado que não seguiria a cartilha liberal: enquanto esta prega um poder central resultante dos diferentes interesses sociais, no liberalismo à brasileira coube ao poder central organizar e disciplinar tais interesses. O Brasil não foi apenas o último país a se tornar independente como foi o único a tornar-se um Império, o qual extraía sua legitimidade política e sua viabilidade econômica de um pacto baseado na grande propriedade de terra e no trabalho escravo.

GUERRA DA CISPLATINA

Local e quantidade das batalhas, entre 1825 e 1828



Fonte: Donato, 1987.

Seguiriam então dois tipos de conflitos fundamentais. No Primeiro Reinado (1822-1831), chocaram-se os esforços de centralização empreendidos pelo Império com a diversidade regional de uma nação continental: a centralização defendida pelas elites sediadas no Rio de Janeiro *versus* o federalismo de algumas províncias, tais como São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, justamente aquelas mais mobilizadas no período colonial. Na Regência ocorreu a explosão desse conflito. As novas elites que assumiram o Estado promoveram reformas de cunho liberal radical, devolvendo a soberania do poder político às províncias, produzindo um conjunto de novas mobilizações cujo programa clamava por mudanças de cunho social e econômico, misturando as ambições das elites provinciais com movimentos de origem popular em busca de melhores condições de vida.

Estava, portanto, ameaçado o pacto das elites. A integridade territorial foi perdida com a independência do Uruguai, consolidada em 1828, a proclamação da República Rio Grandense em 1835, nas guerras da Revolta Farroupilha que duraram até 1845. Houve risco de perda da província do Grão-Pará (cujo território abrange os atuais Estados do Pará, Maranhão e Piauí) durante da Revolta da Cabanagem, ocorrida entre os anos 1835 e 1840. Nessa revolta, as classes médias locais (Cabanos) uniram-se aos índios e mestiços em uma revolta contra a situação de miséria da província e instituíram um governo independente que durou dez meses. Nas lutas para retomar o controle do território o governo imperial eliminou entre 30 e 40% da população local. O tratamento dado pelo Império aos revoltosos paraenses foi marcado pela violência e repressão, enquanto que a relação com os insurgentes gaúchos foi de negociação e pactuação.

As bases da sociedade imperial foram abaladas pelas revoltas. A grande propriedade de terra sofreu seu principal ataque com a Revolta da Balaiada, no Maranhão (1838-1841), quando camponeses e escravos se revoltaram contra os grandes fazendeiros. A escravidão foi alvo de diversas revoltas, como a Revolta Manuel Congo, no Rio de Janeiro (1838), e a Revolta da Carranca, em Minas Gerais (1833). Na Revolta dos Malês (1835), cerca de 600 escravos tomaram Salvador, sendo dizimados no mesmo dia por uma classe

dominante, temerosa de um possível "Haiti brasileiro".

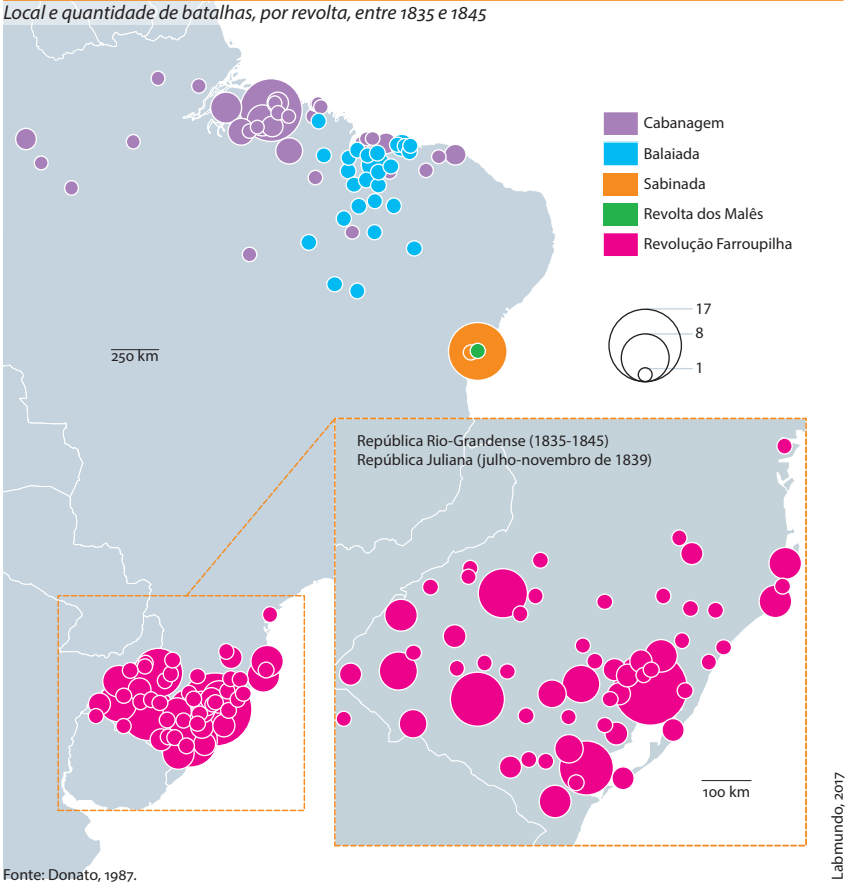
Em 1840, as elites recompuseram seu pacto com a coroação de D. Pedro II e a instituição do Segundo Reinado, que durou até 1889. A centralização foi reforçada e a disputa política foi posta dentro de limites que impediam seu transbordamento para as classes populares. Na chamada "restauração conservadora", um novo tipo de conflito vai predominar, quando o Império se lança na missão de constituir sua supremacia geopolítica na América do Sul. O principal território dessa disputa foi a região do Prata, onde o Brasil atuou nos conflitos internos do Uruguai e Paraguai ora para enfraquecer os projetos nacionais desses países ora para impedir a Argentina de aumentar sua influência regional. A criação do Uruguai foi fruto de uma disputa entre Brasil e Argentina pela posse da província Cisplatina, que gerou a guerra da Cisplatina (1825-1828).

As forças armadas brasileiras lideraram essa disputa pela hegemonia geopolítica na América do Sul aproveitando-se da legitimidade conquistada pela vitória contra as revoltas do Primeiro Reinado. A Guerra do Prata (1851-1852) colocou em confronto a Argentina contra o Brasil e Uruguai, com vitória brasileira. Entre 1864 e 1865, o Brasil, apoiado pela Argentina e pela oposição uruguaia, entrou em guerra contra o Uruguai, cujo desfecho precipitou a Guerra contra o Paraguai quando este país interferiu a favor do governo uruguaio. A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, e opôs Brasil, Argentina e Uruguai (agora governado pela antiga oposição) contra o Paraguai, que na época era uma nação em desenvolvimento que poderia ameaçar a hegemonia brasileira. O conflito durou de 1865 a 1870, terminando com vitória dos aliados, com destaque para o Brasil, e com o Paraguai perdendo territórios importantes, com sua população masculina dizimada e sua economia devastada.

A vitória marca o auge do II Império e também o início de sua crise terminal: o Brasil sai da guerra endividado devido aos empréstimos contraídos junto à Inglaterra para custear as batalhas e com um exército composto por escravos sem treinamento e identidade com a nação. Nesse contexto, D. Pedro II opta por ceder à reivindicação da abolição, pela qual era pressionado por Inglaterra e França. Com isso, o imperador abre mão da estratégia gradualista quanto à abolição da escravidão (Lei do Ventre Livre em 1871 e Lei dos Sexagenários em 1885) e assim perde apoio dos grandes proprietários de terra.

REVOLTAS REGENCIAIS

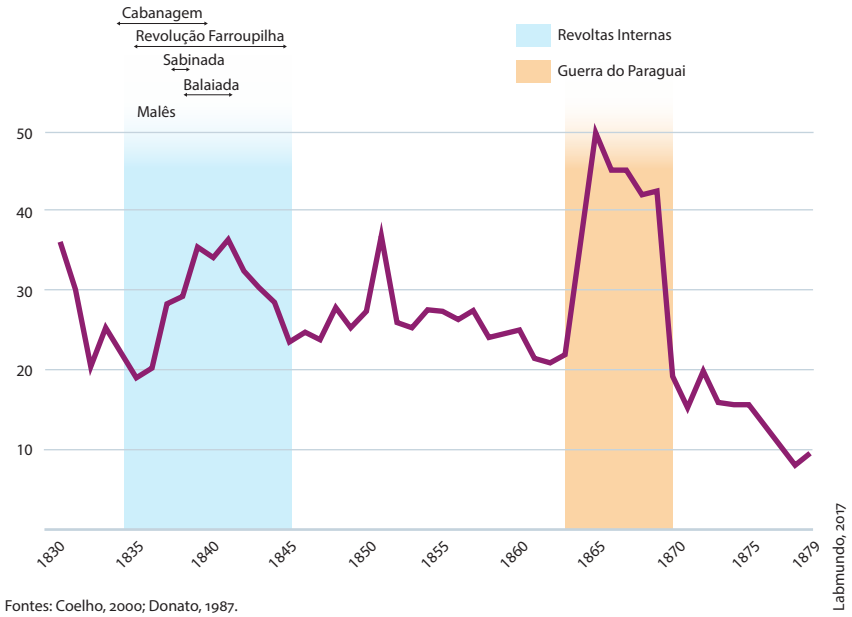
Local e quantidade de batalhas, por revolta, entre 1835 e 1845



Fonte: Donato, 1987.

GASTOS MILITARES NO IMPÉRIO

Participação dos gastos militares no orçamento total, em %, entre 1830 e 1879



Fontes: Coelho, 2000; Donato, 1987.

VEJA TAMBÉM:

Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
República e desafios geoestratégicos p. 16
Colônia (Atlas da PEB) p. 14
Império (Atlas da PEB) p. 16

República, desafios políticos e geoestratégicos

Com o advento da República, em 1889, o Brasil deixou de ser a única monarquia na região. Em um primeiro momento, essa mudança foi vista com bons olhos pelos vizinhos sul-americanos, mas gerou instabilidade e disputas de poder entre as regiões e grupos políticos brasileiros. Os primeiros anos da República foram marcados pela consolidação das instituições republicanas, a estabilização política do país, a demarcação das fronteiras, a busca de equilíbrio de poder na região e a dissuasão de um eventual intervencionismo europeu.

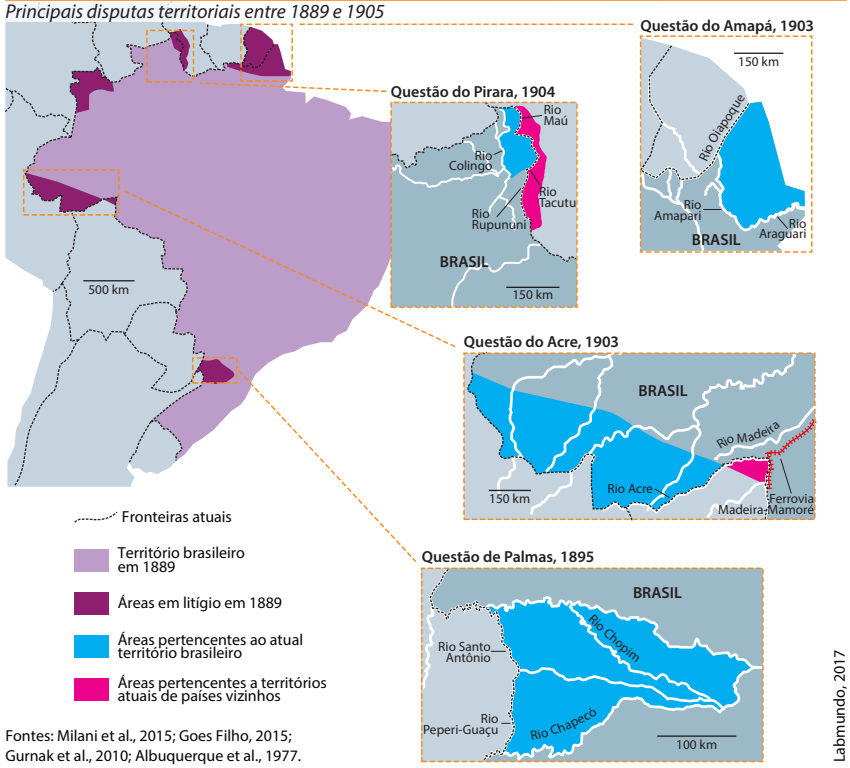
A disputa pelo poder político foi uma das características mais fortes dos anos que se seguiram à proclamação da República. Grupos importantes da elite política brasileira, das Forças Armadas (principalmente dentro da Marinha) e da sociedade eram favoráveis à volta da monarquia, enquanto que o Exército se apresentava como uma das principais forças republicanas. A Revolta da Armada, em 1891, exemplifica a disputa de poder dentro do Brasil e quão frágeis eram as instituições da República. Floriano Peixoto teve que recorrer a ajuda de outros países e a mercenários, a fim de garantir a continuidade de seu governo. Esse episódio agravou a disputa de poder dentro das Forças Armadas, o que resultou no aumento do desequilíbrio entre os orçamentos do Exército e da Marinha. A ação militar contra o Arraial de Canudos também demonstra a instabilidade política e a fragilidade das instituições de defesa no final do século XIX. Foram necessárias 3 investidas do Exército contra a população civil nordestina, seguidores da liderança religiosa de Antônio Conselheiro. A última dessas operações militares contou com quase 30% do total do contingente do Exército.

No âmbito externo, o Brasil enfrentava desafios a sua segurança tanto na esfera regional quanto no âmbito intercontinental. Enquanto ocorriam disputas internas entre o Exército e a Marinha, bem como revoltas civis, o orçamento militar argentino cresceu e ultrapassou o brasileiro. A hegemonia naval no Prata que era brasileira durante o Império mudou de mãos na República, com a balança de poder se tornando mais favorável à Argentina, destronando a hegemonia naval brasileira do período imperial. As fronteiras ainda não estavam totalmente demarcadas, apresentando ameaça à integridade territorial. Por fim, o risco de intervencionismo de países europeus seguia pairando sobre o continente americano.

Um dos processos mais importantes nesse período foi o fortalecimento dos laços com os EUA. A aproximação era justificada como benéfica para ambos os países: de um lado, os EUA buscavam consolidar-se como potência hemisférica; de outro, o Brasil garantia apoio político, econômico e geoestratégico. No plano econômico, os EUA passaram a ser o principal parceiro comercial e investidor, relegando o Reino Unido ao segundo lugar. O modelo republicano dos EUA também teve um

CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA REPÚBLICA

Principais disputas territoriais entre 1889 e 1905

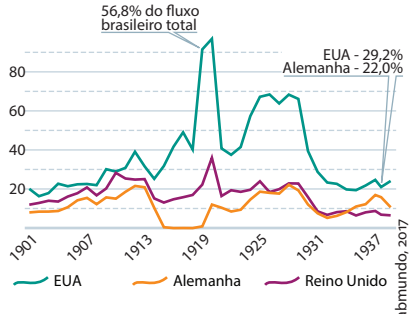


Fontes: Milani et al., 2015; Goes Filho, 2015; Gurnak et al., 2010; Albuquerque et al., 1977.

Labmundo, 2017

COMÉRCIO E POLÍTICA

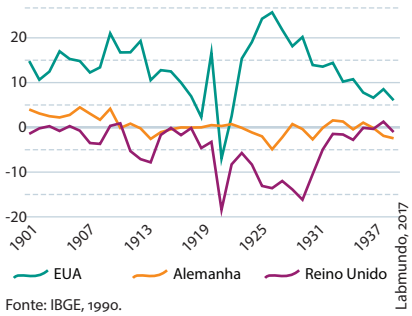
Evolução do fluxo comercial entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1901 e 1939



Fonte: IBGE, 1990.

Labmundo, 2017

Evolução do saldo comercial entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1901 e 1939



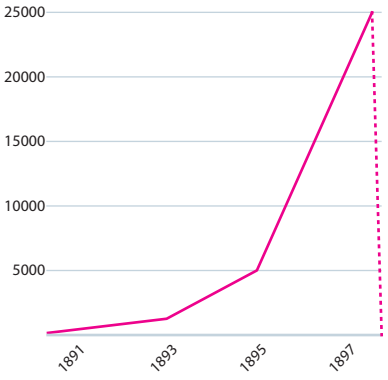
Fonte: IBGE, 1990.

Labmundo, 2017

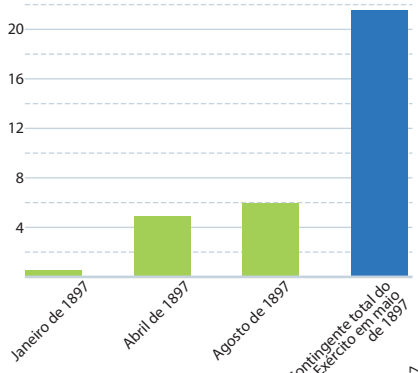
papel importante na consolidação das instituições domésticas brasileiras, pois representava um contraponto ao modelo monárquico europeu. No âmbito geoestratégico, o governo brasileiro entendia que aliar-se aos EUA dificultaria intervenções europeias, bem como traria maior equilíbrio à balança de poder na região (já que a Argentina era alinhada ao Reino Unido). Essa aproximação fez com que o Brasil adotasse uma postura favorável à Doutrina Monroe. É simbólica a recusa brasileira de adotar a Doutrina Drago, proposta pela Argentina em resposta à intervenção na Venezuela, em 1902. A tentativa de formar um pacto entre o Brasil, a Argentina e o Chile (Pacto ABC), em 1915, também demonstra a preocupação brasileira em manter o equilíbrio de poder no Prata.

ARRAIAL DE CANUDOS

População de Canudos, entre 1890 e 1898 e expedições do Exército contra o povoado



Quantidade de soldados em expedições militares contra o Arraial de Canudos, em milhares, em 1897



Labmundo, 2017

*Não há dados oficiais sobre o destino da população de Canudos, mas as fontes indicam que a maior parte da população foi dizimada e as demais migraram, uma vez que o Arraial foi destruído.

**Em outubro de 1986 foi enviado um contigente policial contra Canudos. Como essa investida falhou, foram enviadas 3 expedições militares contra a população civil.

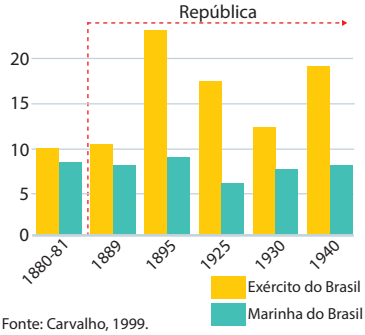
Fontes: Ataíde, 1993/1994; Carvalho 2005; Donato, 1987.

Contando com o apoio dos EUA, as disputas relativas à demarcação de fronteiras, na República, tiveram soluções pacíficas, por meio de acordos e arbitragens, muitas lideradas pelo Barão do Rio Branco. Ainda existiam áreas de litígio entre o Brasil e seus vizinhos, que não tiveram suas fronteiras demarcadas ao longo do Império. Essa indefinição colocava em risco a integridade e a integração territorial brasileira. Uma possível anexação da região de Palmas à Argentina criaria um estrangulamento do território brasileiro em uma das regiões mais sensíveis em termos de segurança. Um eventual laudo arbitral desfavorável nas questões de Pirara e do Amapá (contra o Reino Unido e França, respectivamente) facilitaria o acesso de potências europeias às bacias na região amazônica, um dos territórios com menor densidade populacional do país até os dias de hoje. Além disso, o Brasil era pressionado para garantir a livre navegação em seus rios, enquanto que empresas internacionais, como a *Bolivian Syndicate*, aumentavam seus negócios no território do Acre, limítrofe à Bolívia, colocando em risco interesses do Estado brasileiro e de sua sociedade. A última grande disputa territorial brasileira foi resolvida junto com a Colômbia e Peru e se arrastou até a década de 1930, quando o Brasil concedeu a livre navegação na bacia amazônica, o que ficou conhecida como "Questão de Letícia". Isso permitiu que o Brasil se declarasse um país territorialmente satisfeito e concentrasse seus esforços em questões domésticas e no fortalecimento de suas instituições.

A busca do apoio dos EUA teve no Barão do Rio Branco um dos seus maiores idealizadores e principais personagens da política brasileira no início da República. Esta aproximação era parte de uma estratégia geopolítica do governo brasileiro, que buscava equilibrar a balança de poder regional (treinando e equipando as Forças Armadas) e mundial (dissuadindo possíveis intervenções europeias), bem como também foi importante para as negociações fronteiriças até então não resolvidas. Ao longo da República, o Brasil saiu da área de influência britânica e entrou na estadunidense. Apesar das críticas que o governo brasileiro recebeu por se alinhar aos EUA, inclusive no âmbito da Doutrina Monroe, a parceria com os estadunidenses rendeu o reaparelhamento e treinamento das Forças Armadas brasileiras, além de vantagens no âmbito da economia e da política. As parcerias, entretanto, não eram exclusivamente com os EUA. A Missão Francesa, acordada em 1919, previa o treinamento de oficiais do Exército em troca de preferência na compra de armamentos produzidos na França.

ORÇAMENTO E FORÇAS ARMADAS

Estimativa das despesas militares, por % do PIB, entre 1880 e 1940

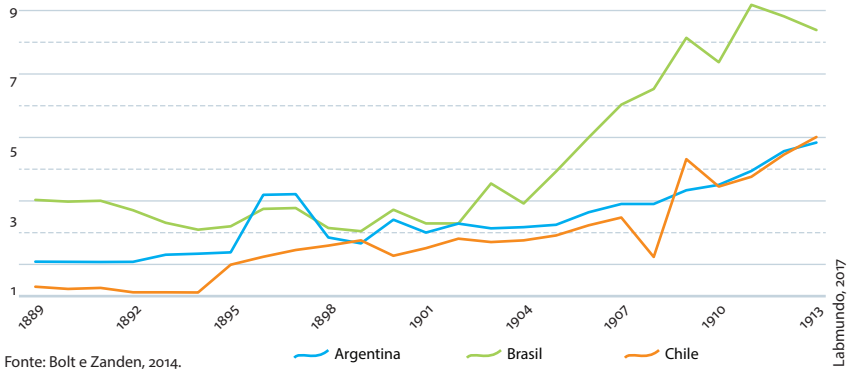


Labmundo, 2017

Fonte: Carvalho, 1999.

ORÇAMENTOS MILITARES NA BALANÇA REGIONAL

Evolução dos orçamentos militares da Argentina, Brasil e Chile, em milhões de Libras Esterlinas, entre 1889 e 1913



Labmundo, 2017

Fonte: Bolt e Zanden, 2014.

VEJA TAMBÉM:

Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
Império e ameaças de fragmentação p. 14
República (Atlas da PEB) p. 18
Desenvolvimento (Atlas da PEB) p. 20

Conferências de Paz e Primeira Guerra Mundial

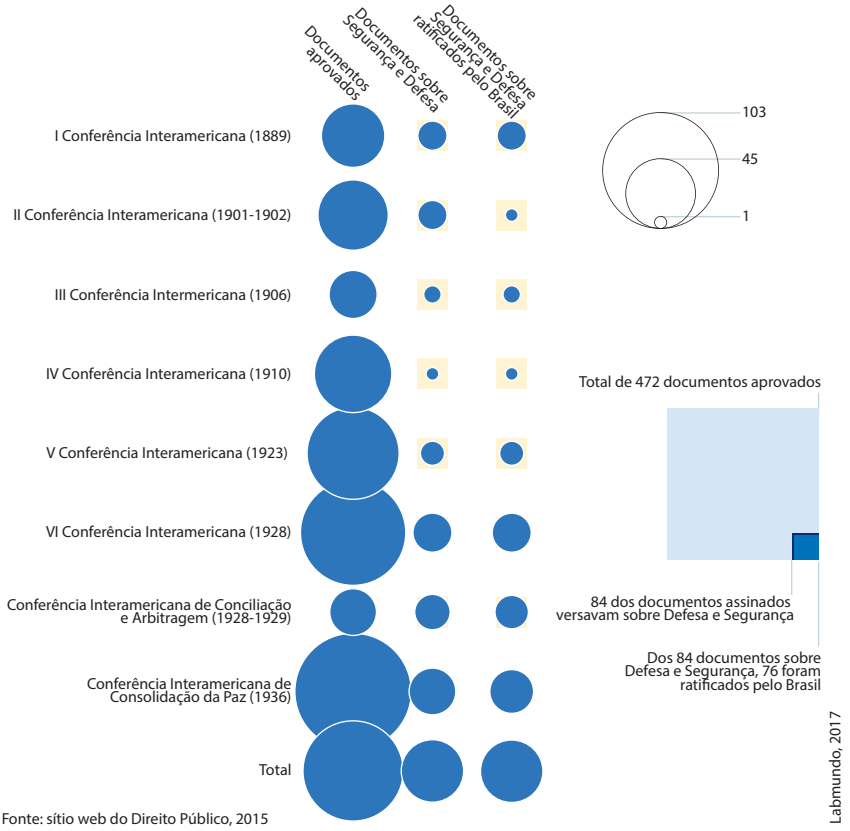
É no século XIX que surgem as primeiras organizações internacionais, porém é a partir do início do século XX que os Estados efetivamente tentam construir organizações multilaterais de caráter político a fim de prevenir conflitos e promover a cooperação. As Conferências de Haia, em 1889 e 1907, inovaram ao elevar ao debate mundial o tema da solução pacífica de controvérsias, antes tratado apenas no âmbito regional ou bilateralmente. As conferências enfatizaram a necessidade de coordenação política entre os Estados em matéria de direito civil e comercial, evitando a emergência de questões que pudessem provocar disputas diplomáticas e econômicas. Apesar da importância e da inovação que representou esse conjunto de reuniões intergovernamentais, a crise do capitalismo a competição industrial e militar entre EUA, Alemanha e Japão, bem como a decadência da *Pax britannica* fragilizaram ainda mais o sistema internacional e não impediram a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, ao ser declarada em 1914, a Primeira Guerra Mundial fez muito mais do que dividir os grandes Estados em dois grupos opostos, a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança. Para além de acordos secretos e interesses geopolíticos, a declaração de guerra sepultou a ordem anterior, sustentada pelo Concerto Europeu e pela primazia econômica, militar e estratégica do Reino Unido. Nos anos de conflito, a guerra de trincheiras provocou grandes transformações não apenas nas táticas durante o conflito, com a introdução de equipamentos militares mais sofisticados, o recrutamento em massa e a conjugação dos esforços das Marinhas e dos Exércitos. A Primeira Grande Guerra também provocou alterações significativas na balança de poder mundial, desafiando a centralidade da Europa ocidental, com a emergência dos Estados Unidos e da União Soviética (a partir de 1917). O Brasil declarou a sua neutralidade em agosto de 1914, posição que mudou somente em outubro de 1917, quando o Brasil declarou guerra à aliança liderada pela Alemanha. A neutralidade inicial estava respaldada nos compromissos assumidos pelo país nas Convenções de Haia e no temor de que o desdobramento do conflito pudesse dificultar as exportações de café. No entanto, o Brasil alterou essa posição e foi o único país latino-americano a participar da Primeira Guerra Mundial. A atuação brasileira, entretanto, ficou limitada à ação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), principalmente no Atlântico Sul em direção a Cabo Verde e ao estreito de Gibraltar, e ao envio de uma missão médica militar, acometida pela gripe espanhola antes de chegar à Europa. Foi nesse contexto que o governo brasileiro havia concebido o Plano Calógeras sobre a participação do Brasil no conflito – plano este que não chegou a ser implementado.

Em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes e o fim oficial da Primeira Guerra Mundial, criou-se um sentimento de otimismo sobre as possibilidades de manutenção da paz nos anos seguintes. Essa esperança,

BRASIL NO SISTEMA INTERAMERICANO

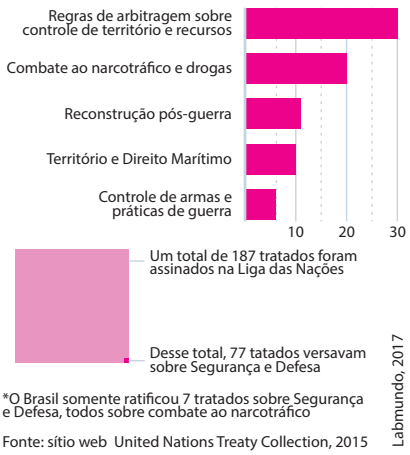
Quantidade de tratados, por tema e participação brasileira, entre 1889 e 1936



Fonte: sítio web do Direito Público, 2015

MULTILATERALISMO E DEFESA

Quantidade Tratados multilaterais registrados na Liga das Nações, entre 1919 e 1940



*O Brasil somente ratificou 7 tratados sobre Segurança e Defesa, todos sobre combate ao narcotráfico

Fonte: sítio web United Nations Treaty Collection, 2015

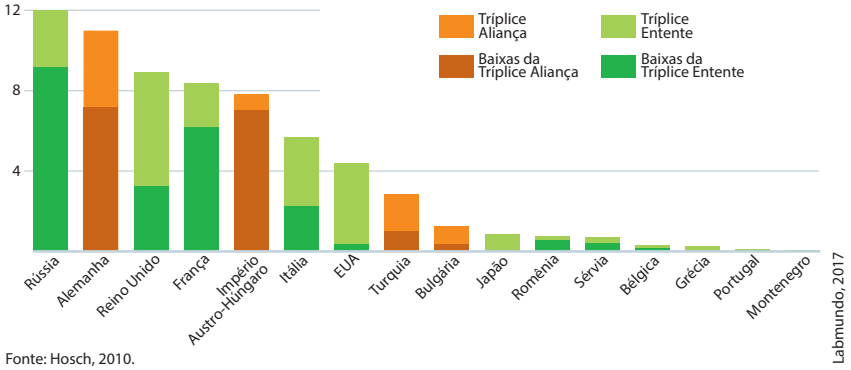
entretanto, foi curta. A Alemanha foi declarada a principal culpada pelo conflito e sobre o Estado germânico recaíram pesadas dívidas, foram definidas zonas ocupadas e regiões desmilitarizadas. Essa situação foi interpretada pelos alemães como injusta e incompatível com o crescimento econômico alcançado pelo país nas décadas anteriores. Nesse sentido, cresceu no seio da sociedade alemã um sentimento de revanchismo e da necessidade de reforma da ordem recém-criada.

Na tentativa de sustentar essa ordem, foi criada a Liga das Nações, uma organização mundial com o objetivo de garantir a segurança coletiva, conforme estabelecido pelo presidente Wilson em seus Quatorze Pontos. Para tal, a Liga contava com um Conselho Executivo para coibir possíveis ameaças e evitar novos conflitos. O envolvimento do Brasil na guerra credenciou o país a participar ativamente da construção da estrutura multilateral da nova ordem. O país foi um dos membros originários da Organização e, apesar de ter participado diretamente no conflito, foi fiel aos seus princípios diplomáticos e esforçou-se pela construção de uma ordem mais pacífica. Atuando tanto na Liga, quanto no sistema interamericano, o Brasil buscou fortalecer sua presença internacional, defendendo a primazia da solução pacífica e negociada e a legitimidade da decisão multilateral. Devido a esse intuito de consolidar sua atuação, o Brasil retirou-se da Liga em 1926, durante o governo do Presidente Artur Bernardes, pois lhe foi negada a condição de membro permanente do Conselho.

A experiência na guerra gerou consequências domésticas no Brasil. A preparação das Forças Armadas para o conflito provocou não só a modernização das técnicas de combate, como estimulou a emergência de movimentos ideológicos dentro do Exército e da Marinha, como o fortalecimento do tenentismo. Esse cenário de instabilidade doméstica não se restringiu ao campo militar e teve reflexos nos âmbitos sociais e econômicos. A restrição inicial às exportações brasileiras foi revertida, provocando um grande crescimento econômico no país, aspecto fundamental que estimulou a industrialização interna. Nos anos seguintes, o Brasil também sofreu os efeitos da crise de 1929 e passou por transformações domésticas, a exemplo da Revolução de 1930.

ESFORÇO MILITAR DAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS

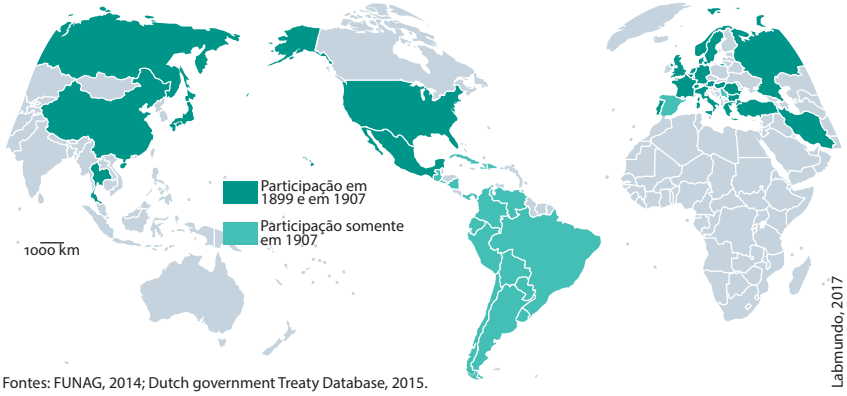
Quantidade total de soldados mobilizados e total de perdas por país e aliança militar, em milhões de pessoas, entre 1914 e 1918



Fonte: Hosch, 2010.

MULTILATERALISMO E PAZ

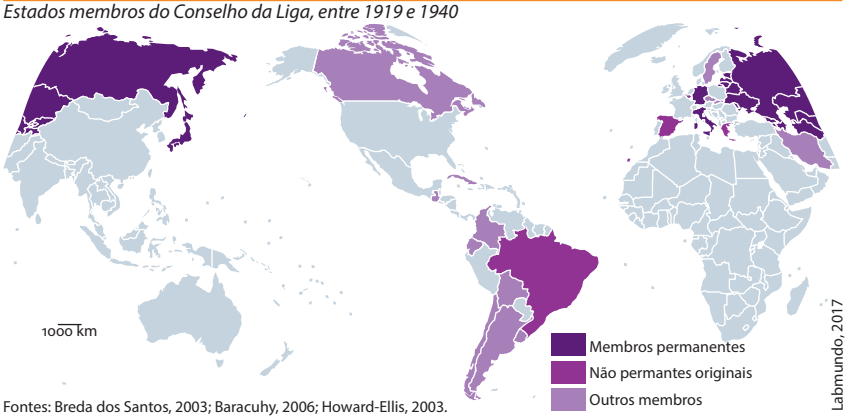
Países participantes das Conferências de Haia, em 1899 e em 1907



Fontes: FUNAG, 2014; Dutch government Treaty Database, 2015.

SEGURANÇA COLETIVA NA LIGA DAS NAÇÕES

Estados membros do Conselho da Liga, entre 1919 e 1940



Fontes: Breda dos Santos, 2003; Baracuhy, 2006; Howard-Ellis, 2003.

Após a assinatura dos Tratados de Locarno, em 1926, a Alemanha ingressou na Liga. Entretanto, a Liga carecia de força política e de representatividade: os Estados Unidos não faziam parte da Organização, ainda devido a sua política de isolamento, e a União Soviética foi expulsa após ter invadido a Finlândia, conflito que a Liga foi incapaz de impedir. A permanência do sentimento de insegurança, agravado pela crise econômica de 1929, e a persistência de tensões herdadas da Primeira Guerra, especialmente por parte da Alemanha, fizeram com que o esforço multilateral em torno da criação e da institucionalização da Liga das Nações não fosse capaz de evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

VEJA TAMBÉM:

Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
República e desafios geoestratégicos p. 16
Colônia (Atlas da PEB) p. 14
Império (Atlas da PEB) p. 16

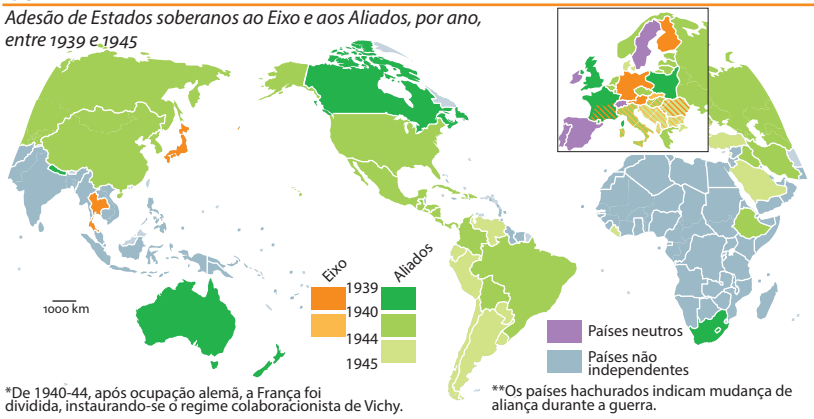
Segunda Guerra e nova ordem mundial

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945 e acarretou uma nova configuração de forças entre as principais potências. A ordem internacional estabelecida após a Primeira Guerra Mundial já não correspondia à realidade de poder relativo entre os Estados. O embate entre os países Aliados e os do Eixo estendeu-se pelo mundo e mobilizou a adesão de praticamente todos os Estados soberanos. Entre as características do conflito estavam a extensão da guerra para o cenário extraeuropeu e o uso em escala sem precedentes de inovações tecnológicas, como submarinos, aviões e armas químicas. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a aderir a um dos lados do conflito, ao se posicionar a favor dos Aliados no ano de 1942. Ao optar pela aliança formada por países como EUA, Reino Unido e União Soviética, o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e distanciou-se da neutralidade que defendeu nos primeiros anos da guerra. A posição neutra foi a escolha inicial do Presidente Getúlio Vargas que, no exercício da equidistância pragmática, buscava aumentar o comércio negociando vantagens para o Brasil com ambos os lados. O rompimento com o Eixo e a adesão aos Aliados ocorreram após a aproximação entre o Brasil e os EUA, liderada por Oswaldo Aranha, e após os ataques aos navios mercantes na costa brasileira, por submarinos alemães. Enquanto nos anos anteriores à declaração de guerra a balança comercial brasileira apresentava fluxo significativo com EUA e Alemanha, a adesão aos Aliados evidencia a opção brasileira pela aproximação com os estadunidenses e o consequente afastamento do país europeu. Pelo peso do Brasil na região, a opção pelos Aliados gerou efeitos para a posição da América Latina como área de controle hegemônico dos EUA.

Em negociações bilaterais e na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, em 1942, Aranha garantiu que os EUA estabelecessem acordos para fortalecer as Forças Armadas brasileiras, em troca da adesão e da participação do país no conflito. A colaboração militar entre os dois países foi formalizada com a criação, em maio de 1942, da Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, com sede em Washington. Destacam-se os acordos de *Lend-Lease*, em que os EUA se comprometiam a fornecer armas e munições de guerra e o Brasil cedia a utilização de bases militares no Nordeste. A posição geográfica de Natal era estratégica para o esforço de guerra, em relação ao norte da África, ocupado pelos alemães, a defesa do Nordeste, o controle do Atlântico Sul pelos EUA e o envio de material de guerra para as tropas aliadas na África. Pelo *Lend-Lease*, o Brasil recebeu mais de seis bilhões de cruzeiros, o que correspondeu a aproximadamente 30% do orçamento brasileiro utilizado na guerra. Com isso, o Brasil tornou-se o quinto maior beneficiário dos recursos do *Lend-Lease* (atrás do Império Britânico, URSS, França e China), tendo recebido mais de 70% de todo o auxílio militar destinado à América Latina.

GUERRA E PAZ

Adesão de Estados soberanos ao Eixo e aos Aliados, por ano, entre 1939 e 1945



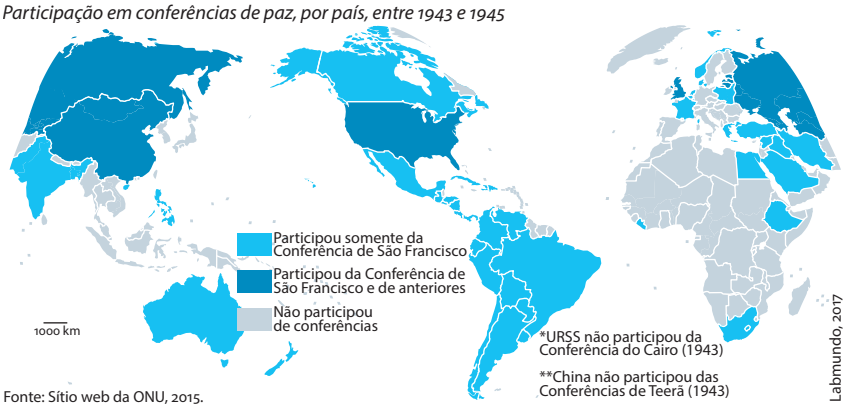
*De 1940-44, após ocupação alemã, a França foi dividida, instaurando-se o regime colaboracionista de Vichy.

**Os países hachurados indicam mudança de aliança durante a guerra.

Fonte: Keegan, 1989.

Labmundo, 2017

Participação em conferências de paz, por país, entre 1943 e 1945



*URSS não participou da Conferência do Cairo (1943)

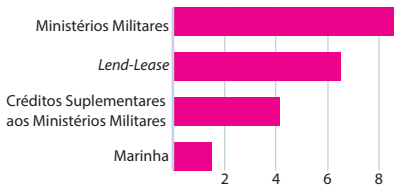
**China não participou das Conferências de Teerã (1943)

Fonte: Sítio web da ONU, 2015.

Labmundo, 2017

GASTOS COM A GUERRA

Composição do orçamento militar brasileiro, em bilhões de cruzeiros, entre 1942 e 1945



*21 bilhões de cruzeiros equivaliam a cinco vezes a receita anual da União.

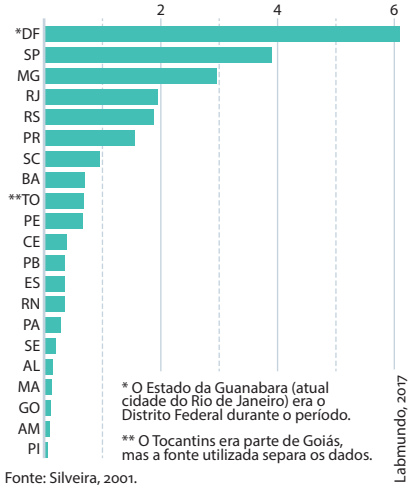
**Os gastos com a Marinha referem-se a uma "nota de prejuízos" das perdas sofridas (navios avariados e etc.)

Fonte: Castello Branco, 1960.

Labmundo, 2017

ORIGEM DOS COMBATENTES

Quantidade de combatentes por unidade federativa, em milhares, entre 1943 e 1944



Fonte: Silveira, 2001.

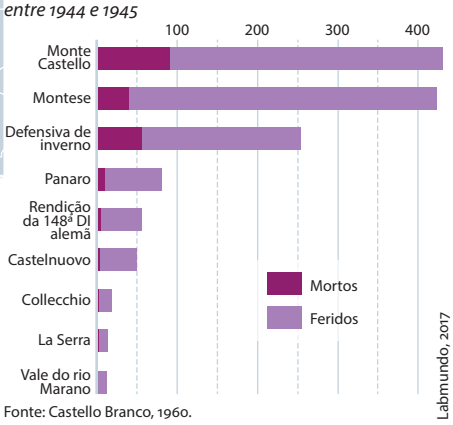
BRASIL EM COMBATE

Frentes e principais batalhas na Itália da Força Expedicionária Brasileira, entre 1944 e 1945



Fonte: Associação Nacional dos Veteranos da FEB, 2015.

Baixas da Força Expedicionária Brasileira, por batalha, entre 1944 e 1945



Fonte: Castello Branco, 1960.

A cooperação com os EUA não foi restrita ao campo militar e acarretou profundos impactos econômicos. Além da implementação de vários programas de assistência técnica, as cláusulas dos acordos previam investimentos da ordem de cem milhões de dólares para o desenvolvimento da produção de materiais estratégicos; de quatorze milhões de dólares para a modernização de ferrovias e infraestrutura; e cinco milhões para a produção de borracha. A entrada de recursos externos contribuiu para o fortalecimento da indústria nacional e o crescimento econômico das décadas seguintes, por meio da estratégia de industrialização por substituição de importações. Foi nesse contexto que foi criada no Brasil a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, financiada com recursos do Eximbank, que se tornou um dos símbolos dessa cooperação.

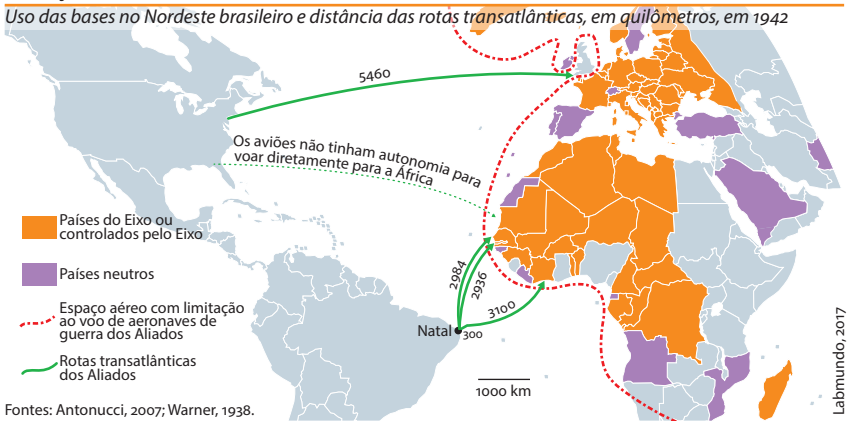
A participação brasileira no conflito foi além da declaração de guerra e da formação de alianças. Brasil e México foram os únicos países da América Latina que enviaram tropas para a guerra e, no caso brasileiro, a mobilização de combatentes foi expressiva. A entrada na guerra provocou a mudança do centro de organização de defesa no Brasil do Sudeste para o Nordeste, onde estavam localizadas as principais bases militares, com destaque para a base de Natal, no Rio Grande do Norte. Data desse período o estabelecimento do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941. Além disso, foram criadas novas unidades de combate, como a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em que aproximadamente 25 mil brasileiros, entre oficiais e médicos, representaram o Brasil e os Aliados em solo europeu.

A FEB foi composta por oficiais provenientes de todas as regiões brasileiras, principalmente do Centro-Sul, onde se concentravam as divisões. Os cinco regimentos da FEB desembarcaram na Itália em 1944 e conquistaram importantes vitórias, com destaque para a Batalha de Monte Castelo, Montese, Castelnuovo e a captura de uma Divisão de Infantaria da Alemanha. A FEB deslocou-se de Nápoles ao vale do Rio Reno, combatendo em duas frentes e capturando mais de 15 mil prisioneiros adversários. A quantidade de baixas entre as tropas brasileiras, com a estimativa de 443 mortos, a maior parte das divisões de infantaria, gerou mobilizações dentro das Forças Armadas pelo reconhecimento dos combatentes e por demandas de melhorias e reestruturações no sistema de defesa brasileiro. Cabe ressaltar que a presença ativa no conflito credenciou o país a participar da formação da nova ordem do pós-Guerra.

A vitória dos Aliados consolidou o sistema da Guerra Fria com dois grandes polos de poder, os EUA e a União Soviética. No período que se seguiu, o sistema internacional passou por mudanças significativas, com a criação de organizações multilaterais, o surgimento de novos Estados, resultante dos processos de descolonização, e o estabelecimento do sistema hemisférico de defesa, sob a hegemonia dos EUA. O Brasil teve destaque nesse período, ao aliar crescimento econômico interno, fortalecido pelos recursos recebidos durante a guerra, e protagonismo externo, ao ser um dos países convidados a integrar as Conferências do pós-Guerra, com destaque para a Conferência de São Francisco, na qual foi criada a ONU. Todavia, a expectativa maior do governo brasileiro, em função da cooperação no esforço de guerra, a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança, não foi concretizada.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL

Uso das bases no Nordeste brasileiro e distância das rotas transatlânticas, em quilômetros, em 1942



Fontes: Antonucci, 2007; Warner, 1938.

VEJA TAMBÉM:

Colônia, conflitos e expansão territorial p. 12
República e desafios geoestratégicos p. 16
República (Atlas da PEB) p. 18
Nova ordem mundial (Atlas da PEB) p. 22

Guerra Fria, intervenções e golpes militares

A Guerra Fria corresponde ao período histórico no qual a política internacional esteve dividida por um conflito ideológico entre socialismo e capitalismo, capitaneados por duas superpotências globais. A historiografia, apesar da falta de consenso, costuma demarcar o início e o fim de tal período em, respectivamente, 1946 e 1991. Concluída a Segunda Guerra Mundial, o resultado das conferências de paz, além da criação das Organização das Nações Unidas, foi a divisão da Alemanha, da Europa e do mundo em áreas de influência correspondentes às potências que derrotaram Alemanha, Itália e Japão. As esferas de influência na política internacional tinham seu centro, respectivamente, nos EUA e na URSS. No plano regional latino-americano, a Guerra Fria implicou, entre outros, na criação do sistema interamericano (TIAR em 1947 e OEA em 1948), de natureza política e de segurança, além de uma série de intervenções militares e de ingerências por agentes de inteligência dos EUA nos governos da região: os casos da Guatemala (1954) e da República Dominicana (1965) são os mais expressivos. Neste segundo, o Brasil, sob o primeiro governo militar de Castelo Branco, participou inclusive mediante envio do segundo maior efetivo de tropas, depois dos EUA. Importante notar que, em 1965, o Congresso estadunidense reconheceu o direito de os EUA intervirem militarmente em qualquer país da região.

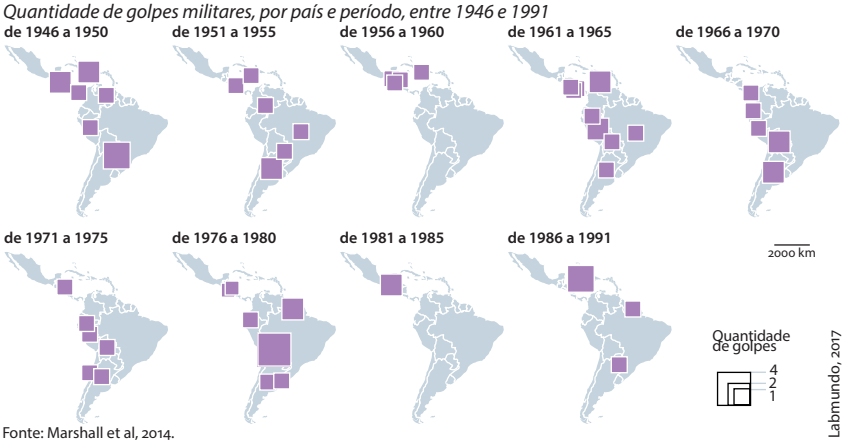
É possível dizer que a Guerra Fria teve várias fases. A primeira, entre 1948-1953, foi marcada por forte tensão, quando a URSS tentou bloquear o acesso a Berlim Ocidental e, em resposta, o Ocidente criou um mecanismo de segurança coletiva, a OTAN. Também nesse período se instaurou a bipolaridade nuclear, já que a primeira ogiva atômica soviética foi detonada em 1949. Na Ásia, o bloco socialista também ganhou considerável força quando uma revolução comunista foi bem sucedida na China em 1949, fundando a República Popular da China e na península da Coreia uma guerra foi deflagrada entre o norte, socialista, e o sul, capitalista.

Entre 1954-1958, ocorre um período de distensão no conflito bipolar: a morte de Josef Stalin, líder da União Soviética, seguida pelo processo de desestalinização comandado por Nikita Kruschev, são as principais razões. Entre 1959 e 1962, as tensões voltam a escalar: na América Latina, uma experiência revolucionária de orientação socialista é vitoriosa em Cuba, país até então considerado sob influência direta dos EUA.O mundo chegou à beira do conflito nuclear quando a URSS, aliada de Cuba, decidiu armazenar, naquela ilha, mísseis nucleares que poderiam, se lançados, alcançar as principais cidades estadunidenses.Com a solução pacífica da chamada "Crise dos Mísseis", o conflito bipolar ganhou novos contornos, de coexistência pacífica. Este período, coincidente com a complexificação da política internacional e também a tentativa de criação de vias alternativas à bipolaridade, – por exemplo, o Movimento dos Países Não Alinhados e a emergência de lideranças do Terceiro Mundo – perdurou de 1963 ao fim dos anos 1970.

O período que põe fim à Guerra Fria (1979-1990), denominado pela historiografia do período como "Segunda Guerra Fria", revelou um aumento nas tensões entre União Soviética e Estados Unidos. São marcas dessa época a retórica de competição constantemente propagada pela liderança política estadunidense e materializadas em projetos como o "Guerra nas Estrelas". Ressalte-se que conflito militar entre as duas superpotências, de fato, jamais chegou a ocorrer nas décadas de bipolaridade mundial. A instabilidade política e os conflitos foram projetados para os países do Terceiro Mundo. Há um paradoxo na Guerra Fria, conforme mencionam especialistas no tema: justamente nos períodos de diminuição das tensões entre Estados Unidos e União Soviética é possível verificar um padrão mais intenso

INTERVENÇÃO E INSTABILIDADE

Quantidade de golpes militares, por país e período, entre 1946 e 1991

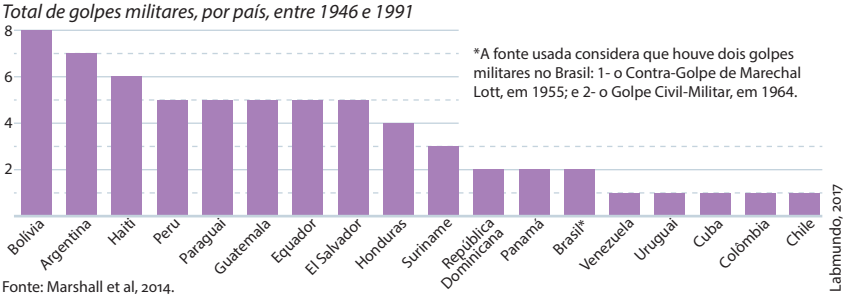


Fonte: Marshall et al, 2014.

Labmundo, 2017

GOLPES MILITARES NA AMÉRICA LATINA

Total de golpes militares, por país, entre 1946 e 1991



Fonte: Marshall et al, 2014.

Labmundo, 2017

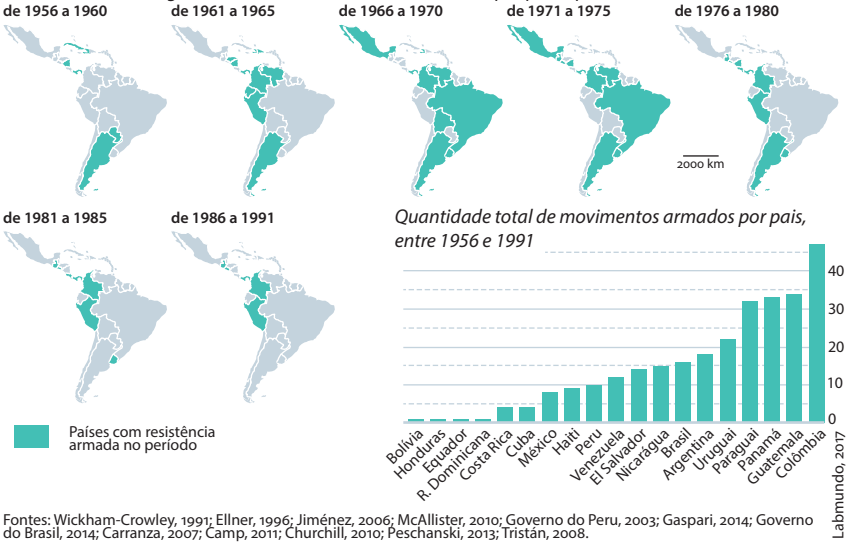
de intervenções – militares ou sob o comando da Agência Central de Inteligência – dos Estados Unidos em países do Terceiro Mundo. Casos como o de El Salvador nos anos 1980, em que os EUA patrocinaram esquadrões da morte para apoiar um dos lados da guerra civil ou da intervenção armada dos EUA em Granada em 1983 não são isolados, bastando lembrar a sangrenta guerra do Vietnã, que teve repercussões importantes tanto na política doméstica, quanto na política externa dos EUA.

O contexto da Guerra Fria, mais especificamente o esquema internacional de adesão e resistência às esferas de influência das superpotências, representa dimensão fundamental para compreender o papel atribuído à defesa nos países do Terceiro Mundo, em especial a função exercida pelos militares. O conflito ideológico Leste-Oeste foi assimilado pelas lutas políticas locais, inclusive aquelas relacionadas à libertação nacional contra o colonialismo e, historicamente, é possível observar um considerável número de intervenções dos militares nos regimes políticos de países no Terceiro Mundo, em especial na América Latina. Ao longo do período compreendido entre 1946 e 1991, foram contabilizados 63 golpes militares na América Latina. Nesse contexto, o Golpe de 1964, no Brasil, foi um dos vários movimentos de ação militar na política patrocinados por interesses do governo dos Estados Unidos e pode ser compreendido no quadro mais amplo dos reflexos não tão frios da Guerra Fria, no qual se insere o ciclo de regimes militares na região (Argentina, Uruguai e Chile). Tal ciclo esteve estreitamente associado às dinâmicas de segurança hemisférica no âmbito da Guerra Fria. Também na chave da bipolaridade mundial, pode-se observar o surgimento de diversos movimentos de resistência armada - muitos deles com inspiração ideológica e apoio socialista - como resposta ao endurecimento dos regimes políticos na região.

Na América Latina, esfera de influência dos EUA, a interpretação dos líderes políticos dos regimes autoritários com relação à finalidade da defesa nacional era quase unívoca: purgar os respectivos países da influência socialista, materializada na luta contra a resistência armada. É nesse contexto que se insere a profunda repressão política perpetrada pelos militares latino-americanos, sob a égide da doutrina de contrainsurgência patrocinada pelos Estados Unidos e internalizada pelas doutrinas de segurança nacional. Cabe menção especial a Operação Condor, esquema de cooperação entre as ditaduras militares dos países do Cone Sul, em especial Argentina, Brasil, Chile e Uruguai desvelado, entre outros, pelos esforços da Comissão Nacional da Verdade estabelecida pelo governo Brasileiro (2011-2014). Pela Operação Condor, durante os anos 70 e 80, estes e outros países trocavam informações e expertise objetivando o combate aos movimentos armados de oposição aos regimes autoritários. Por meio desta, foram cometidas diversas violações dos direitos humanos como assassinatos políticos e tortura. Tais iniciativas, sugerem a documentação e a historiografia, contaram com reiterado apoio financeiro e ideológico do governo dos Estados Unidos da América, sob a justificativa do apoio à luta contra o bloco socialista.

RESISTÊNCIA ARMADA

Movimentos de insurgência urbana e rural na América Latina, por país e período, entre 1956 e 1991



Fontes: Wickham-Crowley, 1991; Ellner, 1996; Jiménez, 2006; McAllister, 2010; Governo do Peru, 2003; Gaspari, 2014; Governo do Brasil, 2014; Carranza, 2007; Camp, 2011; Churchill, 2010; Peschanski, 2013; Tristán, 2008.

COOPERAÇÃO REPRESSIVA

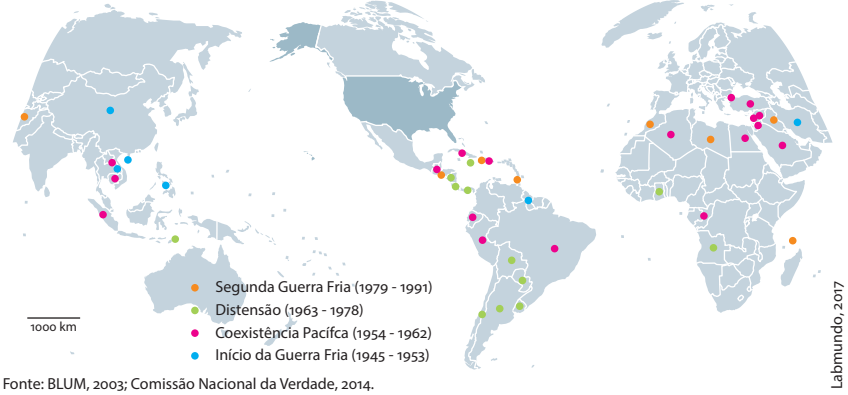
Países participantes da Operação Condor, entre 1975 e1985



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

INTERVENÇÕES DOS EUA

Países que sofreram ações militares e da CIA no Terceiro Mundo, por período entre 1945 e 1991



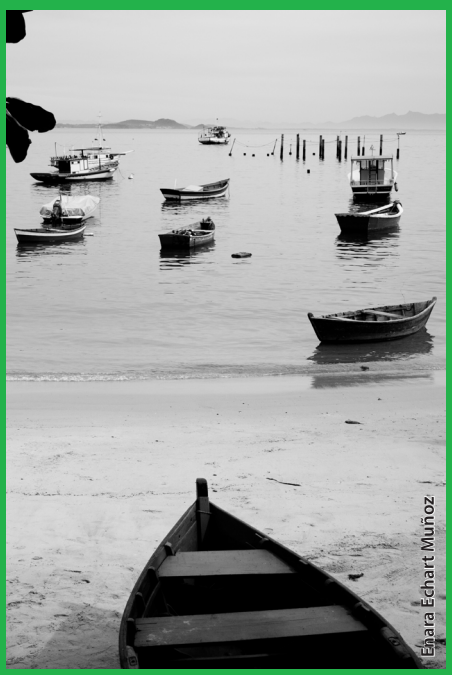
Fonte: BLUM, 2003; Comissão Nacional da Verdade, 2014.

VEJA TAMBÉM:

República e desafios geoestratégicos p. 16
Segunda Guerra p. 20
República (Atlas da PEB) p. 18
Nova ordem mundial (Atlas da PEB) p. 22

Capítulo 2:

BRASIL, DISTRIBUIÇÃO DE PODER E ORDEM GLOBAL





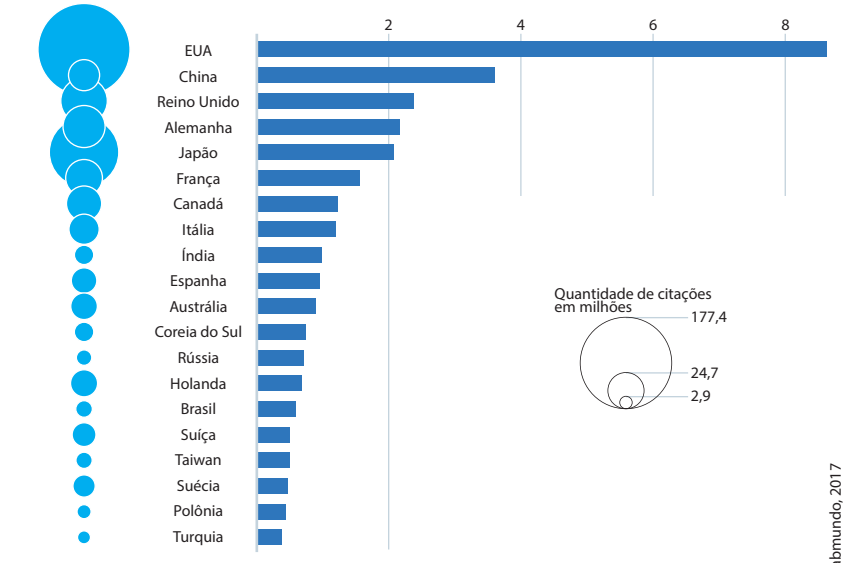
A discussão sobre as credenciais do Brasil para ser potência regional e mundial, muito presente na década de 1970, voltou à tona no início do século XXI. Em um contexto global e regional totalmente distinto do período da Guerra Fria – marcado por fenômenos tais como a ascensão da China e sua entrada econômica na América do Sul, a distensão em direção à uma ordem mais multipolar, a persistência das assimetrias estruturais entre o Norte e o Sul ou ainda a onda de governos progressistas na região – o governo brasileiro passou a buscar maior protagonismo inclusive no regime de segurança. O pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas e a liderança na Minustah são exemplos disso. Ao longo do século XX, as participações nas duas Guerras Mundiais, bem como as capacidades militares, econômicas, demográficas e territoriais do país não foram suficientes para assegurar a graduação do Brasil, nem para garantir o reconhecimento de seu estatuto como potência por seus pares na região e pelos Estados centrais. Na agenda de segurança, a estratégia brasileira desde a metade do século XX tem sido reforçar o multilateralismo, defender os princípios westfalianos de soberania e não ingerência e condenar o congelamento de poder mundial, muito embora este terceiro elemento tenha sido fortemente relativizado com a adesão do Brasil ao regime de não proliferação nuclear em 1998. A partir de 2003, o governo brasileiro intensifica a busca por maior influência e requalifica o esforço para ampliar suas capacidades materiais e para ter participação mais assertiva em missões de paz e outros assuntos relacionados à segurança mundial, demonstrando-se disposto a arcar com os custos relativos a uma maior responsabilidade. Este capítulo analisa o lugar do Brasil no mundo, suas capacidades materiais e políticas, suas fragilidades, assim como sua posição política nas principais agendas de segurança.

Capacidades e assimetria estrutural

PODER DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO

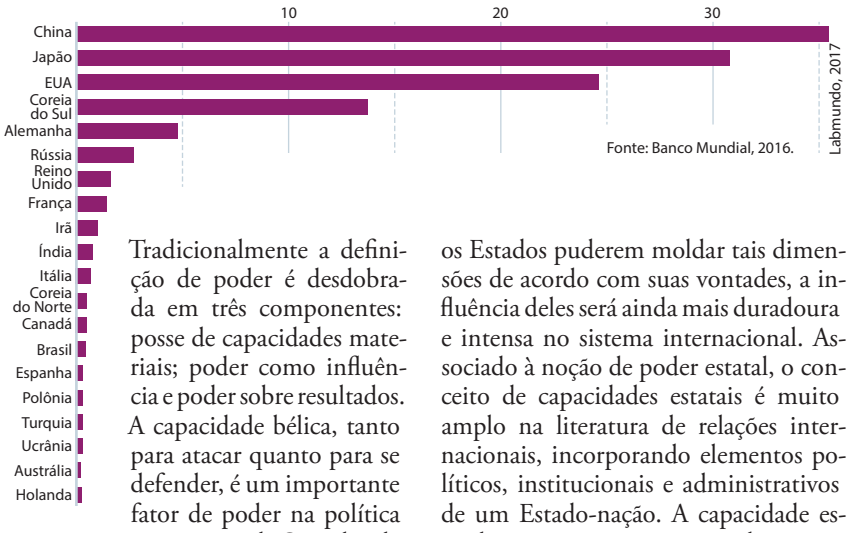
Países cujas pesquisas tiveram mais citações em documentos científicos, em milhares, entre 1996 e 2014

Países que mais produziram documentos científicos, em milhares, entre 1996 e 2014



Fonte: sítio web Scimago, 2016.

Países que mais ingressaram com pedidos de patente, em milhões, entre 2005 e 2014



Fonte: Banco Mundial, 2016.

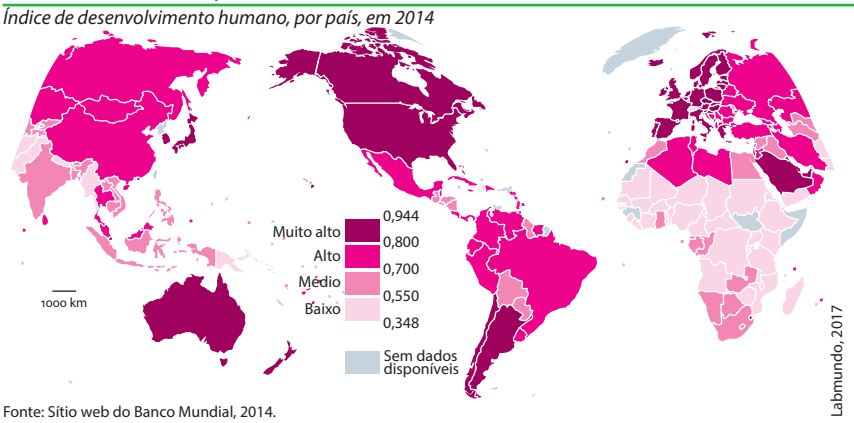
Tradicionalmente a definição de poder é desdobrada em três componentes: posse de capacidades materiais; poder como influência e poder sobre resultados. A capacidade bélica, tanto para atacar quanto para se defender, é um importante fator de poder na política internacional. O poder de um Estado varia de acordo com elementos materiais (fatores econômicos, demografia, território, recursos naturais, tecnologia, logística) e simbólicos ou ideacionais (cultura, redes de conhecimento, difusão de políticas públicas, cooperação técnica). Se os Estados puderem moldar tais dimensões de acordo com suas vontades, a influência deles será ainda mais duradoura e intensa no sistema internacional. Associado à noção de poder estatal, o conceito de capacidades estatais é muito amplo na literatura de relações internacionais, incorporando elementos políticos, institucionais e administrativos de um Estado-nação. A capacidade estatal consiste no conjunto de instrumentos e instituições de que dispõe o Estado para a consecução de seus objetivos estratégicos.

Para a construção de um diagnóstico mais acurado da distribuição de poder no sistema internacional e nele situar a posição do Brasil, podem ser usadas informações sobre a produção intelectual e a capacidade de inovação (produção de artigos científicos, registro de patentes, por exemplo) dos Estados. Também são de uso corrente dados sobre as desigualdades econômicas entre as diferentes sociedades (e no seu interior). De modo mais restrito, porém, as capacidades materiais e o poder estatal não são conceitos idênticos. Ambos estão muito associados, mas o poder estatal é mais abrangente, razão pela qual a capacidade estatal pode ser considerada uma variável para se aferir a imagem da distribuição de poder no sistema internacional. O índice de capacidades nacionais, desenvolvido originalmente pelo projeto *Correlates of War*, inclui a produção de ferro e aço, população urbana, população total, total de gastos militares, total de pessoal militar e total da produção energética de um país com relação ao total de recursos disponíveis no sistema internacional. Este indicador percentual demonstra as capacidades de forma relacional no sistema internacional, sua composição, mas também os limites e os condicionamentos da ação dos Estados. Como qualquer medida quantitativa, este índice não capta a realidade social perfeitamente, mas pode ser uma opção considerá-lo criteriosamente na pesquisa e na interpretação do poder dos Estados.

O Brasil pode ser considerado uma potência regional com ambições globais devido a suas capacidades econômicas (PIB nominal, mercado doméstico dinâmico, parque industrial diversificado, setor agropecuário competitivo, etc.), territoriais (dimensões continentais, sem grandes disputas com vizinhos), demográficas (quinta maior população do mundo) e políticas (capaz de elaborar e difundir políticas públicas de inclusão e assistência social, de desenvolvimento urbano, etc.). Além disso, a composição demográfica e a diversidade étnico- cultural podem ser consideradas como dimensões facilitadoras da relação do Brasil com outras sociedades do mundo. Todavia, a concentração geográfica da população (majoritariamente nas grandes cidades da costa atlântica) e as profundas desigualdades sociais são elementos que dificultam a realização plena dessa capacidade potencial, além de impedirem que outros países percebam e reconheçam o Brasil como uma potência. A concentração de renda e de terras, as altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, parcelas significativas da população

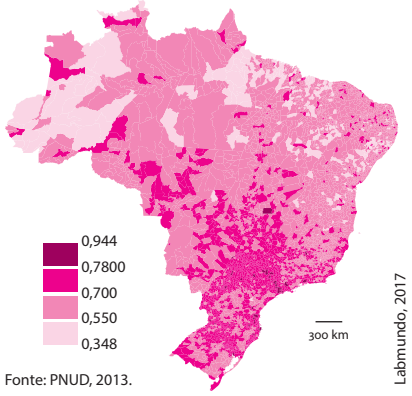
DIVISÃO NORTE-SUL, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES INTERNAS

Índice de desenvolvimento humano, por país, em 2014



Fonte: Sítio web do Banco Mundial, 2014.

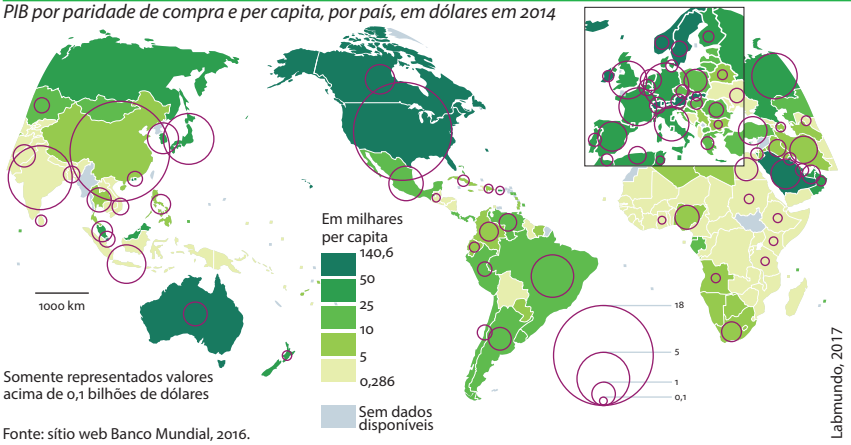
Municípios brasileiros por IDHM, em 2010



Fonte: PNUD, 2013.

DESIGUALDADE ECONÔMICA NO MUNDO E NO BRASIL

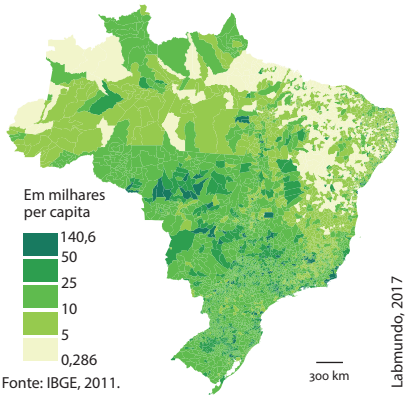
PIB por paridade de compra e per capita, por país, em dólares em 2014



Somente representados valores acima de 0,1 bilhões de dólares

Fonte: sítio web Banco Mundial, 2016.

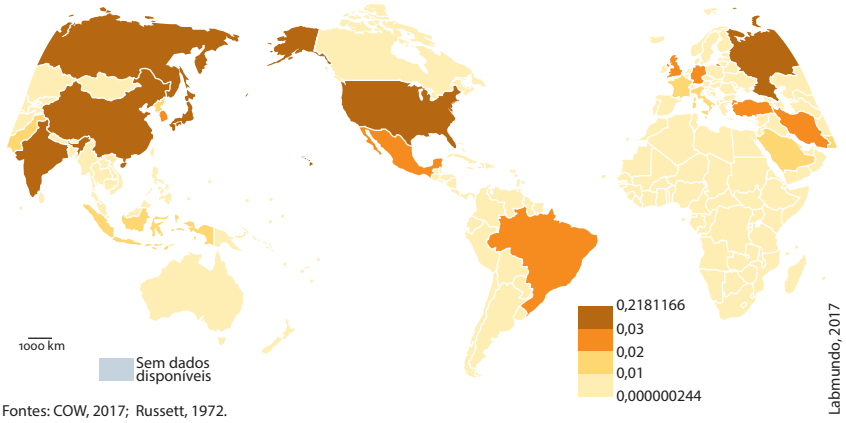
Municípios brasileiros por PIB per capita, em milhares de dólares, em 2010



Fonte: IBGE, 2011.

CAPACIDADES NACIONAIS NO SISTEMA MUNDO

Distribuição do poder material dos Estados, por % do Índice de Capacidades Nacionais, em 2012



Fontes: COW, 2017; Russett, 1972.

sem acesso adequado a saneamento básico, água tratada, tratamento médico e educação, bem como problemas de infraestrutura e logística fragilizam a construção estratégica do Brasil como potência, assim como dificultam o combate às mais diversas ameaças à segurança do país.

Nos primeiros quinze anos do século XXI, o Brasil apresentou avanços em diversas áreas sociais e econômicas. No âmbito econômico, pode-se citar a estabilidade macroeconômica nos anos 1990 e a equalização da dívida externa nos anos 2000. No plano social, foram implementadas políticas públicas de segurança alimentar, de redução da pobreza e desigualdade, bem como de inserção no sistema educacional. Ainda assim, há um longo caminho para que o país supere suas fragilidades. O impacto das desigualdades na política de defesa e segurança do Brasil é significativo. A concentração populacional, de riqueza e de infraestrutura no centro-sul do país agravam um problema logístico de transporte e a defesa das fronteiras. Uma população com déficit educacional pode inviabilizar a formação de pessoas capacitadas para que o país atinja maiores níveis de desenvolvimento. O acesso precário à saúde e a condições básicas de higiene comprometem o combate a doenças e epidemias. A falta de infraestrutura e a concentração de terras podem aumentar o desmatamento e a poluição. A desigualdade econômica facilita o aliciamento de indivíduos para atuar no tráfico de pessoas, de armas ou de entorpecentes. Ou seja, as desigualdades internas no Brasil dificultam tanto o acúmulo de capacidades materiais e ideacionais, como também prejudicam a percepção que outros atores internacionais têm do país.

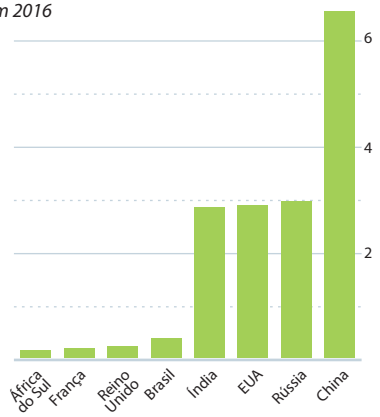
VEJA TAMBÉM:

Capacidades militares p. 28
ONU e Conselho de Segurança p. 34
Epidemias p. 42
Segurança e defesa cibernética p. 48

Capacidades militares e competição global

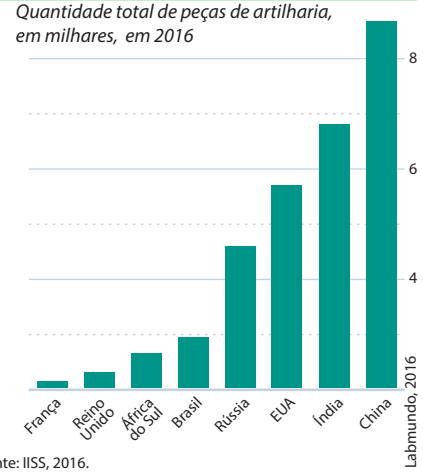
CAPACIDADE BÉLICA

Quantidade total de tanques, em milhares, em 2016



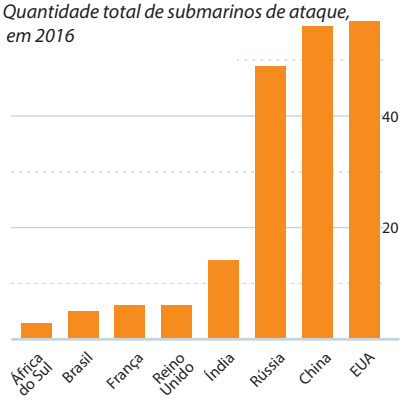
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de peças de artilharia, em milhares, em 2016



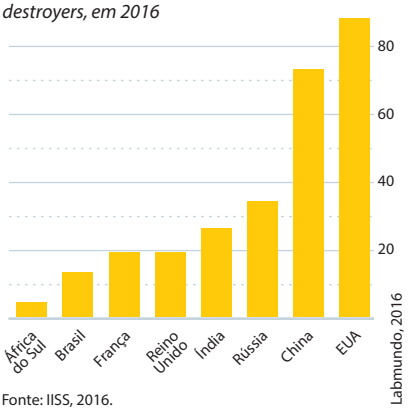
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de submarinos de ataque, em 2016



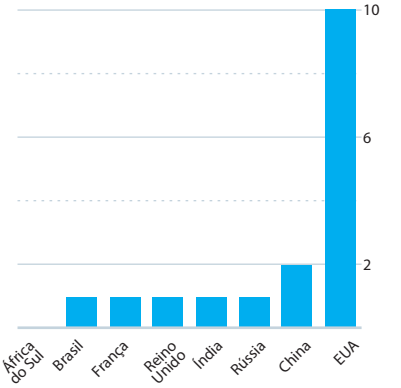
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de cruzadores, fragatas e destroyers, em 2016



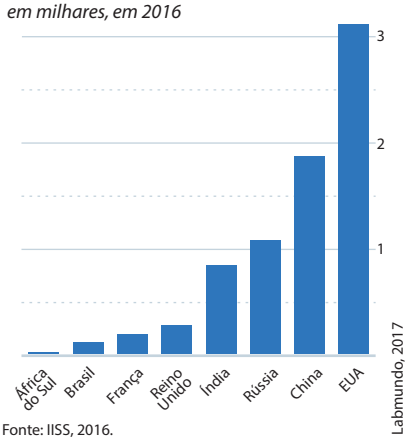
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de navios porta-aviões, em 2016



Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de aeronaves táticas de asa fixa, em milhares, em 2016



Fonte: IISS, 2016.

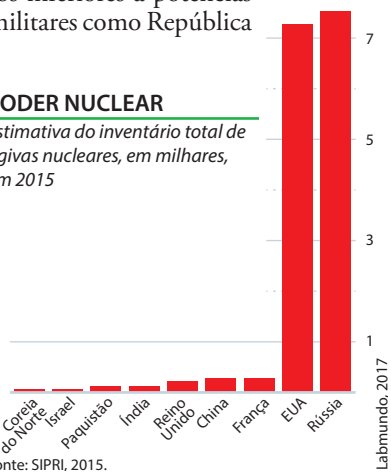
Ao contrário do que as teorias sobre o fim da Guerra Fria previam, os gastos militares entre 1989 e 2014 aumentaram substancialmente. Salvo países da Europa ocidental e casos específicos, os atores mais relevantes no sistema internacional incrementaram sobremaneira seus gastos militares, com destaque para a República Popular da China, que empreendeu um sólido processo de aparelhamento militar em todas as áreas. Os EUA, país responsável pelo maior gasto militar do mundo, também incrementaram seu investimento no aparato de defesa em 4,5% nesse período. A Rússia, potência militar durante a Guerra Fria, é praticamente o único caso de declínio acentuado dos gastos militares. Potências médias como Colômbia, Nigéria, Arábia Saudita e Índia também apresentaram taxas superiores a três dígitos.

Do ponto de vista do gasto militar per capita, os EUA, países da Europa ocidental, Índia, República Popular da China e Japão são os destaques. Considerada outra medida clássica em estudos de defesa, a porcentagem dos gastos militares em relação do produto interno bruto (PIB), o valor médio para o Brasil é de 1,5%. O Brasil necessitaria, segundo estimativas de seu próprio governo, gastar 2% de seu PIB em defesa, valor nominalmente similar ao dos EUA e de democracias ocidentais. Isso permitiria a obtenção de maior aprestamento às forças armadas para o cumprimento de suas missões, além de garantir aumento na taxa de investimento em equipamento militar, contribuindo para solucionar o problema da obsolescência de vários elementos do inventário brasileiro.

Observados os dados sobre o pessoal militar, o Brasil destaca-se na região sul-americana, mas apresenta números inferiores a potências militares como República

PODER NUCLEAR

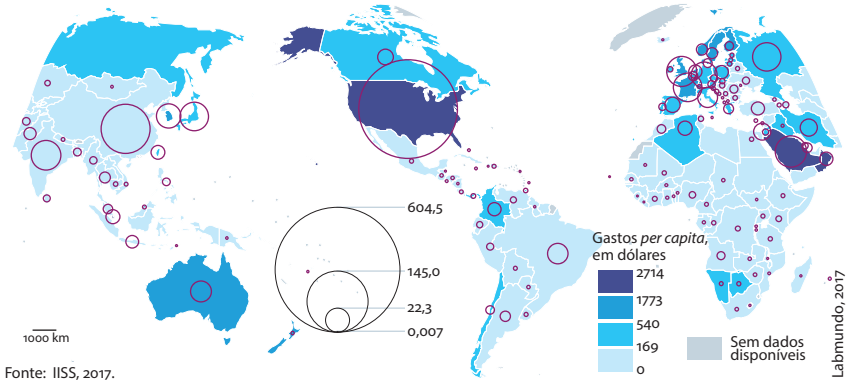
Estimativa do inventário total de ogivas nucleares, em milhares, em 2015



Fonte: SIPRI, 2015.

GASTOS MILITARES

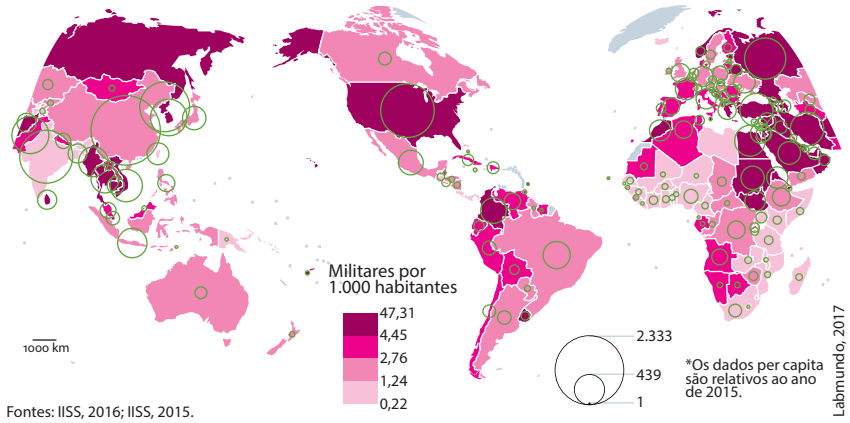
Gastos totais em bilhões de dólares e per capita em dólares, por país, em 2016



Fonte: IISS, 2017.

EFETIVO MILITAR

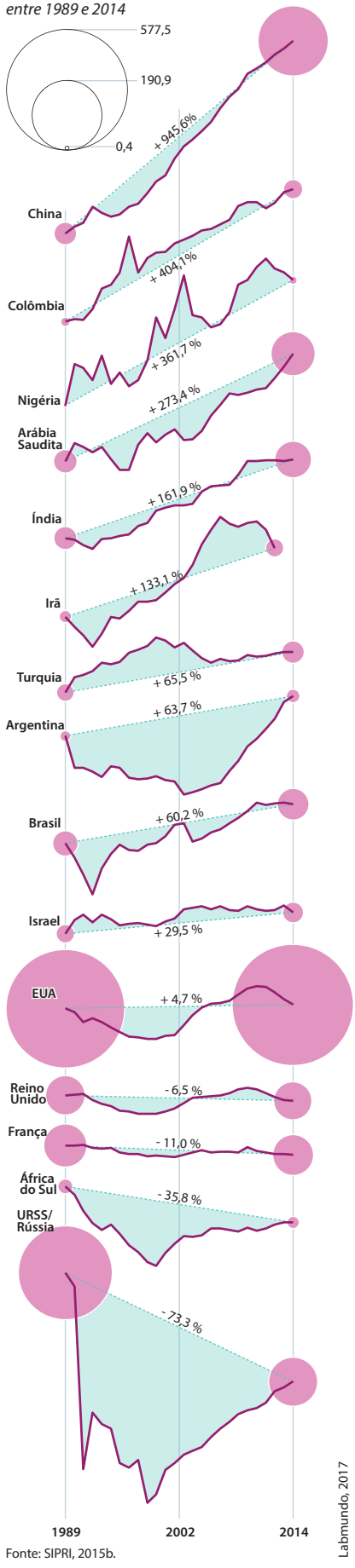
*Quantidade estimada de pessoal militar, em milhares de indivíduos, por país, em 2016**



Fontes: IISS, 2016; IISS, 2015.

PRINCIPAIS GASTOS MILITARES

Evolução dos gastos militares, em bilhões de dólares (valor constante de 2011), por país, entre 1989 e 2014



Fonte: SIPRI, 2015b.

Popular da China, EUA, Rússia e Índia.

Ainda como um reflexo da Guerra Fria e apesar dos esforços para desmantelamento do material antigo, Rússia e Estados Unidos da América continuam a ter os maiores arsenais nucleares. Reino Unido, cujo primeiro teste foi em 1952 e França, em 1960, são as potências europeias ocidentais com armas nucleares. A República Popular da China realizou seu primeiro teste em 1964. Os países que mais recentemente obtiveram armas nucleares são Israel (1966), Índia (1974), Paquistão (1998), Coréia do Norte (2006) e a possibilidade de nuclearização do Irã preocupa a comunidade internacional.

Durante a ditadura civil-militar, o Brasil chegou a buscar o desenvolvimento de armas nucleares, mas aboliu seu programa bélico nuclear no contexto da Nova República (1990), adotando o uso da energia nuclear para fins pacíficos e colaborando com medidas de criação de confiança com a Argentina, vizinho que passou por processo semelhante. Em 1998, o Brasil ratificou o TNP, trinta anos depois da assinatura do acordo em Nova York.

A questão do equipamento militar é particularmente sensível quando comparamos o caso brasileiro a potências ocidentais ou aos demais BRICS. O Brasil destaca-se apenas no número de peças de artilharia e carros de combate. No restante dos indicadores selecionados, o Brasil é apenas superior à África do Sul. Estes dados revelam, também, que, à exceção do quesito navios aeródromo – no qual a unipolaridade estadunidense é clara - a República Popular da China possui capacidade bélica considerável e crescente, sobretudo quando comparada aos EUA. Navios aeródromo, no sistema internacional, significam capacidade de projeção de poder, evidenciada pela divisão estadunidense de frotas navais por região no mundo.

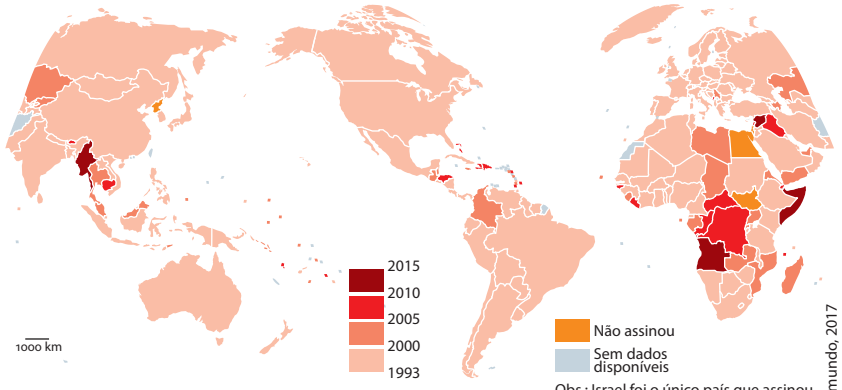
VEJA TAMBÉM:

Capacidades e assimetria estrutural p. 26
Participações em operações de paz p. 36
Problema mundial das drogas ilícitas p. 46
Segurança e defesa (Atlas da PEB) p. 46

Mecanismos internacionais de segurança e defesa

REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS

Países signatários da CWC, por data de ratificação, entre 1993 e 2015



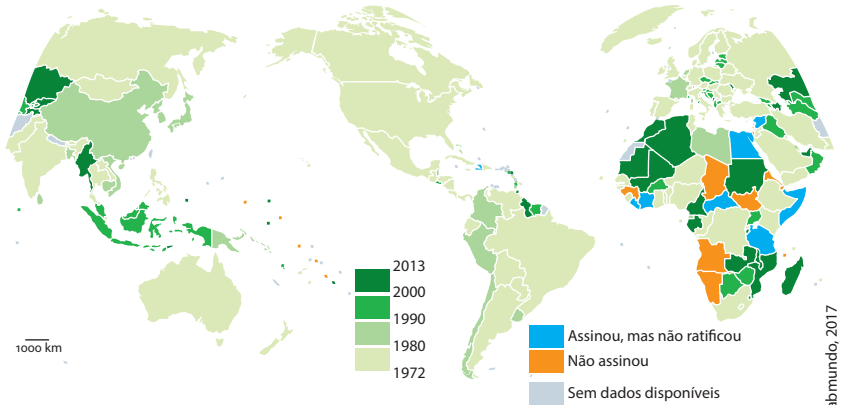
Obs.: Israel foi o único país que assinou o tratado, mas não ratificou.

Fontes: United Nation Treaty Collection, 2016; Arms Control Association, 2016.

Labmundo, 2017

REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS BIOLÓGICAS

Países signatários da BWC, por data de ratificação, entre 1972 e 2013

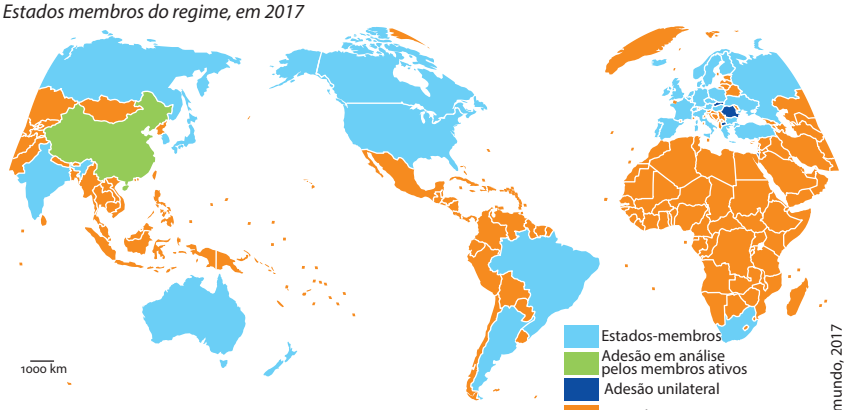


Fontes: United Nation Treaty Collection, 2016b; Arms Control Association, 2016.

Labmundo, 2017

REGIME DE CONTROLE DE TECNOLOGIA DE MÍSSEIS

Estados membros do regime, em 2017



Fonte: Sítio web do Missile Technology Control Regime (MTCR), 2017.

Labmundo, 2017

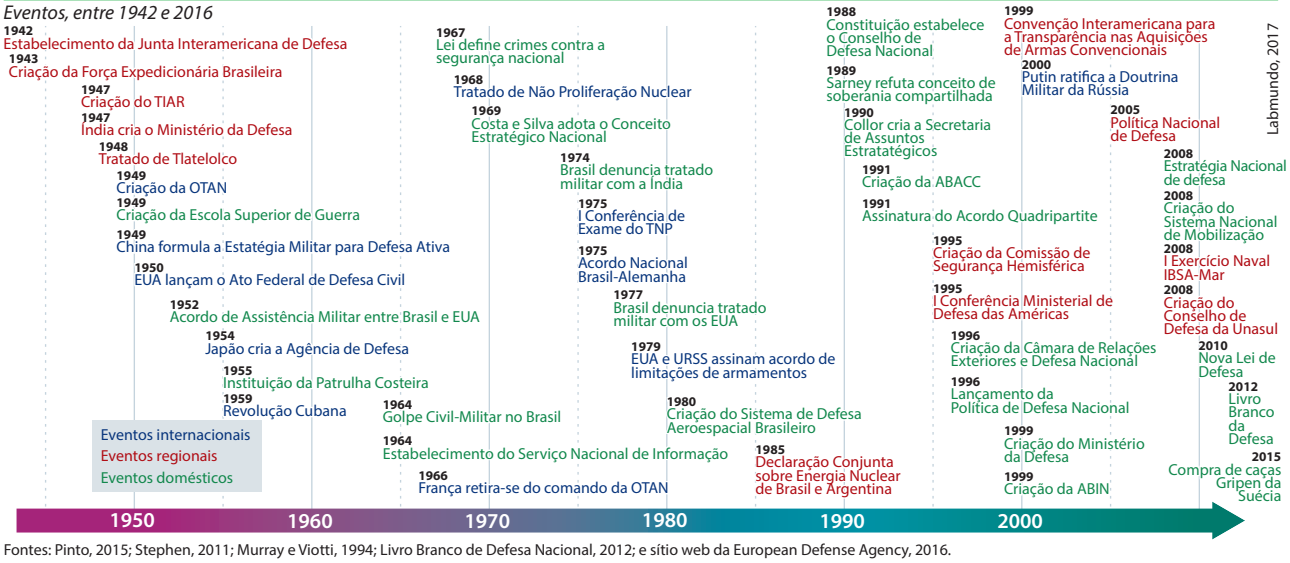
Desde as arbitragens para definir as fronteiras e as ações para ocupar o território nacional, a preocupação com a defesa foi recorrente, mas tornou-se mais evidente após a Segunda Guerra Mundial. Coerente com os princípios diplomáticos do país, o Brasil defendeu no sistema internacional diversas medidas para garantir um relacionamento pacífico entre os Estados. Entre os atos internacionais sobre segurança e defesa do qual o Brasil faz parte encontram-se tratados do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), a Convenção de Armas Químicas (CWC) e a Convenção de Armas Biológicas (BWC). O banimento dessas armas é de interesse direto do Brasil, para conservar seu entorno regional como área segura.

É possível observar que o comportamento internacional brasileiro foi acompanhado de mudanças no nível doméstico. Na primeira metade do século XX, as questões relativas à defesa eram lideradas pelos diplomatas. Com os processos de redemocratização, observou-se um progressivo adensamento dos órgãos internos de defesa, o que permitiu um envolvimento maior dos militares e dos civis especialistas no assunto. Na década de 1990, foram criados a Secretaria de Assuntos Estratégicos (em 1990) e o Ministério da Defesa (em 1999), bem como elaborada a Política de Defesa Nacional. Em 1999, foi proposta a criação do Livro Branco da Defesa Nacional, que sintetiza os princípios e práticas que regem a ação brasileira. O livro foi lançado em 2012, quando já estavam em vigor a Estratégia Nacional de Defesa e a Lei da Nova Defesa.

O controle civil do Ministério não significou que os militares tenham sido excluídos da condução da defesa nacional. Eles são parte de diversas secretarias e órgãos de comando, além de permanecerem ativos por meio de instituições importantes, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e demais escolas de estudos militares. O fortalecimento desse sistema institucional de defesa estimulou o Brasil a participar de iniciativas regionais, como as Conferências Ministeriais de Defesa das Américas, e a propor a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, vinculado à Unasul. Esses movimentos acompanham uma tendência de regionalização do tema, percebida também na Europa, por

CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS DE DEFESA NOS PLANOS INTERNACIONAL, REGIONAL E DOMÉSTICO

Eventos, entre 1942 e 2016



Fontes: Pinto, 2015; Stephen, 2011; Murray e Viotti, 1994; Livro Branco de Defesa Nacional, 2012; e sítio web da European Defense Agency, 2016.

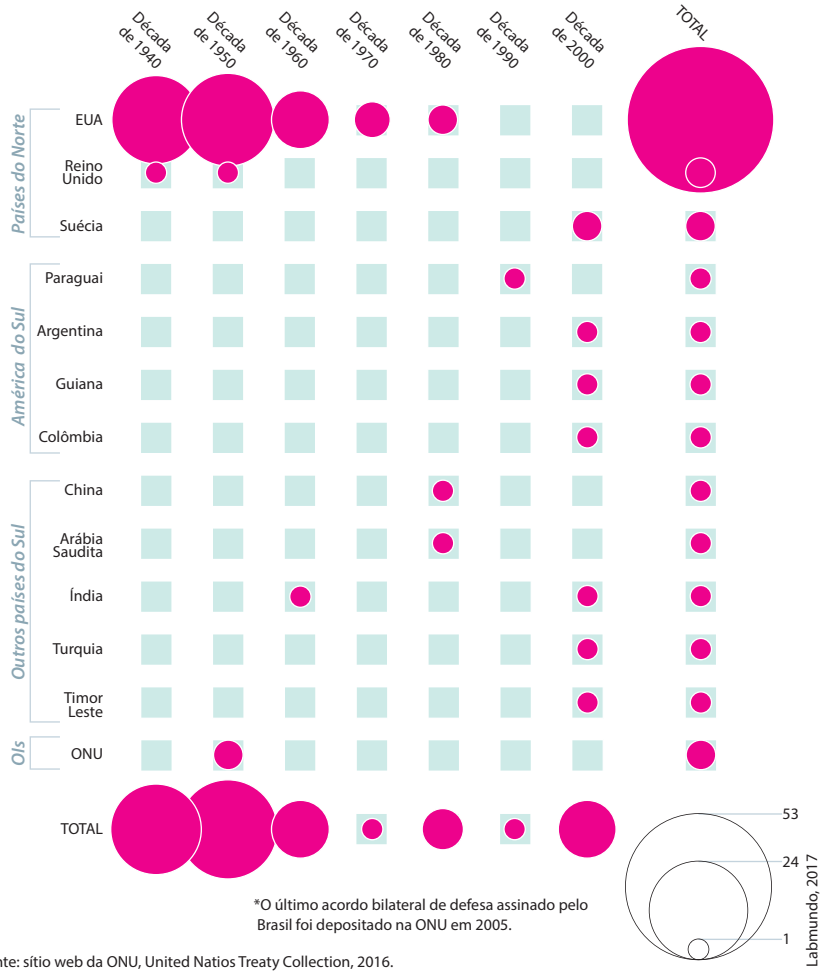
meio da criação da Agência Europeia de Defesa, e na Ásia, com a Reunião dos Ministros de Defesa da ASEAN.

No nível bilateral, o Brasil tem participado de diversos tratados que versam sobre defesa. Nas décadas de 1940 e 1950, ainda devido aos resquícios da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, destacam-se os acordos militares e de defesa realizados com os Estados Unidos. Durante as décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, quase a totalidade dos tratados bilaterais de defesa ratificados pelo Brasil foram realizados com o governo estadunidense, o que sugere a influência que a parceria dos EUA representou para o estabelecimento das políticas de defesa nesse período. No entanto, destaca-se, em 1975, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, destinado a equipar e desenvolver tecnologia na usina Angra I.

A partir da década de 1980, o Brasil diversifica seus parceiros nessa área, o que é verificado pelo adensamento de parcerias com países do Sul geopolítico, como China, Índia, Turquia e os países da América do Sul. A Argentina se destaca nessa relação, com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e a assinatura do Acordo Quadripartite com a AIEA, que institui um duplo sistema de salvaguardas para o uso da tecnologia nuclear. Os países emergentes também aparecem como parceiros de práticas de treinamento militar, como Índia e África do Sul, por meio dos exercícios navais do IBSA-Mar. No plano doméstico, entre as ações recentes, cabe ressaltar a criação do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), liderado pelo Ministério da Defesa para responder a necessidades políticas, econômicas, sociais e de defesa civil e militar.

TRATADOS DE DEFESA NACIONAL

Quantidade de acordos bilaterais de defesa ratificados pelo Brasil, por parceiro, entre 1942 e 2005



*O último acordo bilateral de defesa assinado pelo Brasil foi depositado na ONU em 2005.

Fonte: sítio web da ONU, United Natios Treaty Collection, 2016.

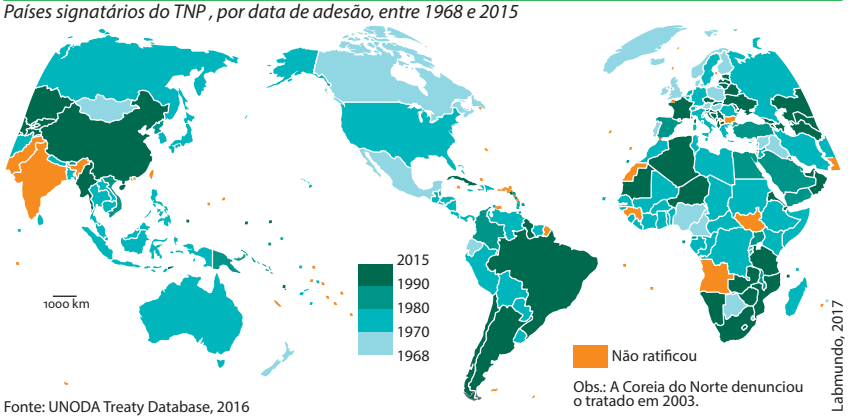
VEJA TAMBÉM:

Participações em operações de paz p. 36
Segurança cibernética p. 48
Cooperação regional em defesa p. 58
Segurança e defesa (Atlas da PEB) p. 46

Controle nuclear e congelamento do poder mundial

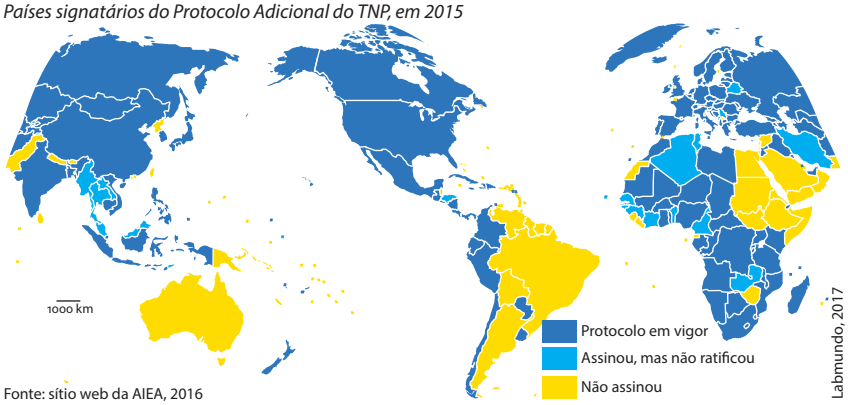
REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Países signatários do TNP , por data de adesão, entre 1968 e 2015



Fonte: UNODA Treaty Database, 2016

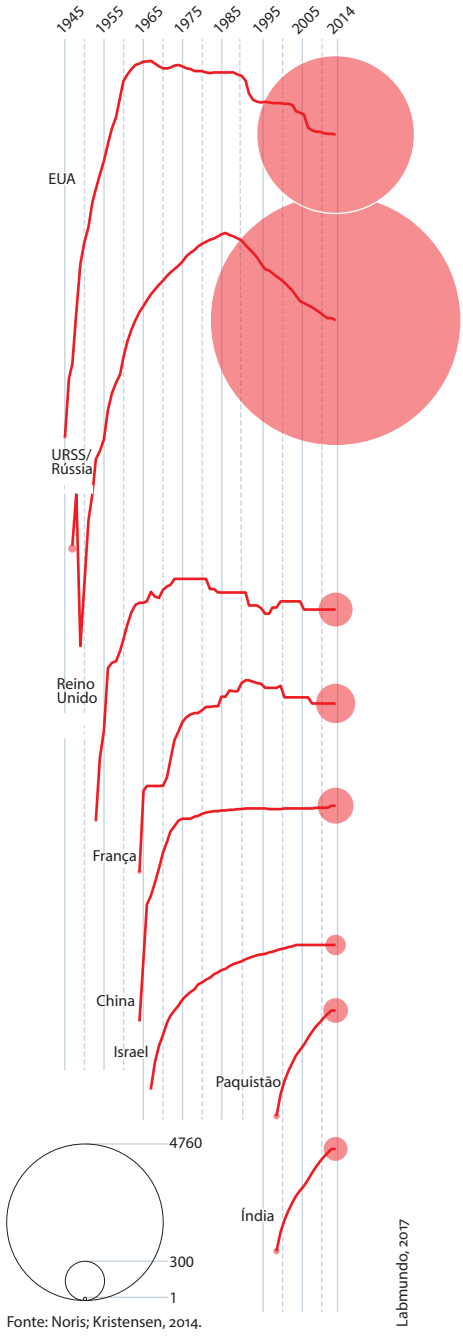
Países signatários do Protocolo Adicional do TNP, em 2015



Fonte: sítio web da AIEA, 2016

PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Quantidade total de ogivas nucleares, por país, entre 1945 e 2014



Fonte: Noris; Kristensen, 2014.

O uso de armas nucleares ao final da Segunda Guerra e o desenvolvimento da tecnologia para uso bélico pelas grandes potências geraram considerável preocupação quanto a sua proliferação. Sob a liderança dos EUA e da URSS, posteriormente apoiados por Reino Unido, França e China, criou-se, em 1968, o regime de não proliferação, desarmamento e uso pacífico da energia nuclear, pilares do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em vigor desde 1970. A duração inicial prevista era de 25 anos, indicando a opinião vigente de que a erradicação da ameaça seria possível nesse curto espaço de tempo. Em 1997, foi criado um Protocolo Adicional ao TNP, que permite a fiscalização das instalações de atividade nuclear nos países pela Agência Internacional de Energia Atômica.

Como o fim da produção de armamentos nucleares não se tornou uma realidade, os Estados comprometeram-se com a adoção de medidas adicionais de não proliferação. Em 1963, ainda antes da assinatura do TNP, um grupo representativo de Estados, incluindo a URSS e os EUA, assinou o Tratado de Banimento Parcial dos Testes Nucleares, visando ao fim dos testes subaquáticos, na atmosfera e no espaço sideral. Na década de 1990, foi a vez do Tratado de Banimento Completo dos Testes Nucleares. EUA e Rússia assinaram, mas não ratificaram o acordo, que não se encontra em vigor até hoje.

Outras medidas de controle foram estabelecidas ao longo das décadas. Foram elaborados tratados regionais de garantias coletivas sobre o não desenvolvimento de tecnologias nucleares para fins bélicos, incluindo grande parte dos países do Sul. Destaca-se o Tratado de Tlatelolco, que trata da desnuclearização da América Latina e do Caribe, contando com a adesão de todos os 33 países região. O Tratado foi aberto para assinatura em 1968 e foi o primeiro a promover a erradicação de armas nucleares em uma área densamente povoada. O Pacífico Sul, o Sudeste Asiático,

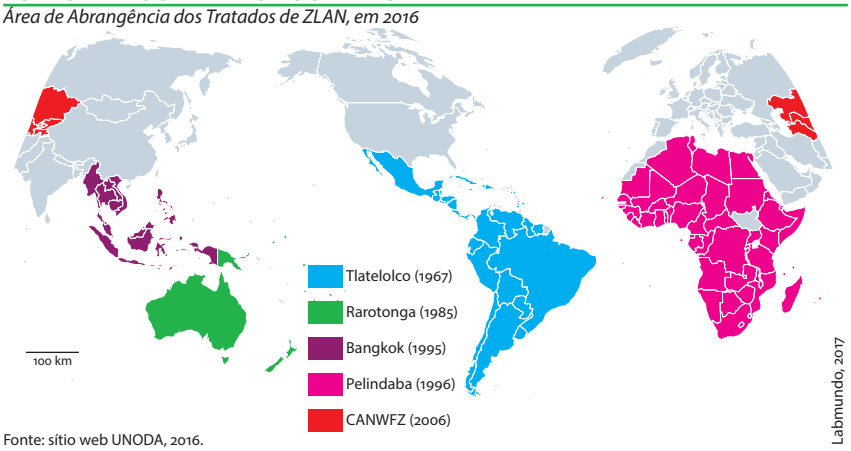
a África, a Ásia Central e a Antártida também são áreas protegidas por tratados de desnuclearização e consideradas Zonas Livres de Armas Nucleares. A Mongólia declarou-se, unilateralmente, como área livre de armas nucleares.

A diplomacia brasileira é a favor da não proliferação nuclear, mas questiona o congelamento de poder decorrente que perpetua a assimetria de poder. Ao propor compromissos diferentes para os países nuclearmente armados e para os que não possuem essa tecnologia bélica, esses tratados estabelecem pesos diferentes para os Estados-membros do regime, ferindo o princípio da igualdade entre as nações no tocante às obrigações jurídicas na ordem internacional. A ênfase desproporcional na não proliferação funcionaria como atenuante da necessidade de estimular e monitorar o desarmamento dos países nuclearmente armados. O Brasil assinou o TNP em 1998, trinta anos após o estabelecimento do acordo, utilizando como justificativa durante esse período a assimetria entre os Estados e o fato de já estar comprometido pelo Tratado de Tlatelolco. O Brasil também se coloca contrário ao Protocolo Adicional do TNP, que prevê a inspeção dos locais de desenvolvimento de tecnologia nuclear por defender que essa medida está em desacordo com um dos pilares do próprio tratado, que concerne ao direito dos Estados de elaborar a tecnologia para fins pacíficos. Os esforços para restringir o uso bélico da tecnologia nuclear avançaram, mas não eliminaram a insegurança global. Mesmo com a vigência do TNP, alguns Estados não assinaram o acordo e mantiveram seus programas nucleares, como Israel, Paquistão e Índia. A Coreia do Norte denunciou o TNP em 2003 e tem realizado testes nucleares desde então. O Irã não confirma o desenvolvimento da tecnologia para fins bélicos, mas sofreu sanções internacionais, sob a justificativa de falta de transparência. A cada cinco anos, o TNP passa por uma Conferência de Exame, a fim de fazer um balanço da implementação do acordo e debater os principais desafios do regime. Entre os temas ressaltados recentemente, destaca-se a ameaça da obtenção de tecnologia nuclear por grupos não estatais.

Do ponto de vista da defesa nacional, a Constituição Federal brasileira veta o uso de armas nucleares. O Brasil tem buscado, desde a década de 1970, avanços tecnológicos no campo da energia nuclear, em especial no desenvolvimento de capacitação autônoma da tecnologia de enriquecimento de urânio, programa que foi bem-sucedido. Isso se evidencia com o programa de desenvolvimento de submarinos da Marinha do Brasil que foi iniciado na década de 1980 e que desde 2013 trabalha na construção submarinos de propulsão nuclear para a proteção do litoral. Resultado de uma diretriz da Estratégia Nacional de Defesa, o PROSUB instrumentaliza a prioridade ao setor nuclear na Marinha do Brasil. Bilateralmente, o Brasil participa da ABACC, um mecanismo de controle conjunto com a Argentina. No plano regional, a Unasul reafirma o princípio de manter a América do Sul uma zona livre de armas nucleares e apoia a utilização como fonte de energia para projetos de desenvolvimento.

ZONAS LIVRES DE ARMAS NUCLEARES

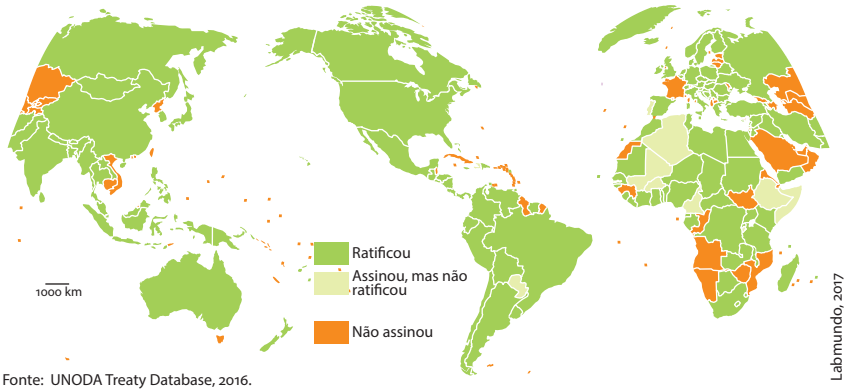
Área de Abrangência dos Tratados de ZLAN, em 2016



Fonte: sítio web UNODA, 2016.

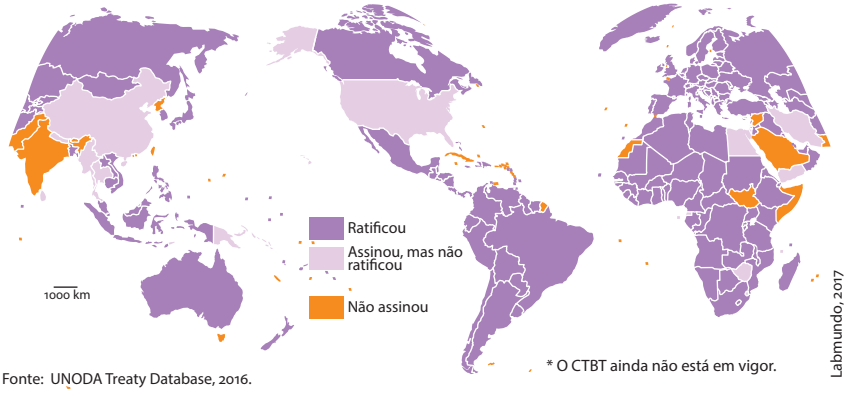
TRATADOS DE LIMITAÇÃO DE TESTES NUCLEARES

Países membros do Tratado de Banimento Parcial dos Testes Nucleares (assinado em 1963), em 2016



Fonte: UNODA Treaty Database, 2016.

Países membros do Tratado de Banimento Completo dos Testes Nucleares (proposto em 1996), em 2016



Fonte: UNODA Treaty Database, 2016.

* O CTBT ainda não está em vigor.

VEJA TAMBÉM:

Capacidades militares p. 28
ONU e Conselho de Segurança p. 34
Cooperação regional em defesa p. 58
Economia, política e Congresso p. 82

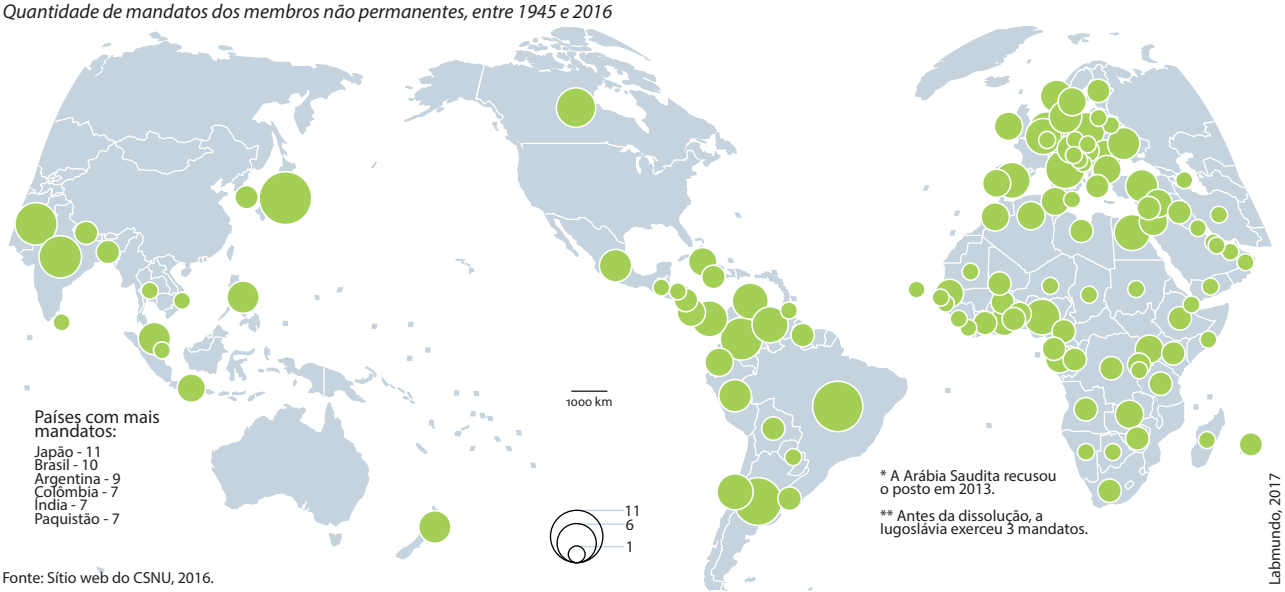
Nações Unidas e Conselho de Segurança

Desde a Liga das Nações, o Brasil advoga pela conquista de um assento permanente no principal órgão internacional relacionado à paz e à segurança. Inicialmente, o Brasil pleiteou essa posição no Conselho da Liga e, após a criação das Nações Unidas, no Conselho de Segurança. Composto por cinco membros permanentes e dez membros rotativos, eleitos regionalmente para mandatos de dois anos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é regido pelos Capítulos VI, VII e VIII da Carta da ONU e possui entre suas prerrogativas a legitimidade para decidir sobre segurança e paz. A campanha do Brasil para atuar ao lado de Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia como membro permanente não é recente na diplomacia brasileira. Entre os principais argumentos ressaltados pelo Brasil estão a falta de representatividade do CSNU no pós-Guerra Fria, suas credenciais de país pacifista e defensor do multilateralismo, sua participação como membro fundador na ONU, sua posição de destaque regional e entre os países do Sul e sua participação ativa em outros órgãos relacionados com o tema, como o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão para Construção da Paz.

Com o fim da Guerra Fria, as demandas pela reforma do CSNU se intensificaram da parte dos países do Norte e do Sul. Nesse sentido, o Brasil formalizou uma aliança com Japão, Índia e Alemanha, o G4, para apresentar propostas de reforma do órgão, prevendo a inclusão de dois países africanos com assento permanente na proposta. Outros países elaboraram uma contraproposta por meio do Grupo Unidos pelo Consenso, formado por Argentina, Paquistão, Coréia do Sul, entre outros. Segundo eles, a criação de novos assentos permanentes continuaria a manter a assimetria de poder. A ONU mostrou-se sensível às demandas e convocou o Painel de Alto Nível para elaborar propostas de reformas. O Painel, com participação do diplomata brasileiro João Clemente Baena Soares, lançou a categoria de membro semipermanente, com mandatos de quatro anos e possibilidade de reeleição. Entretanto, nada chegou a ser levado à votação, devido à ausência de consenso entre os membros da ONU sobre o formato e os membros. O tema continua a ser discutido em

REPRESENTAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

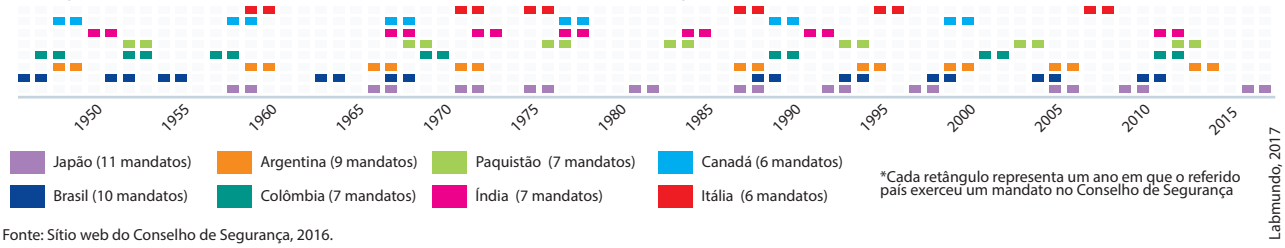
Quantidade de mandatos dos membros não permanentes, entre 1945 e 2016



Fonte: Sítio web do CSNU, 2016.

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES DE MEMBROS NÃO PERMANENTES NO CONSELHO DE SEGURANÇA

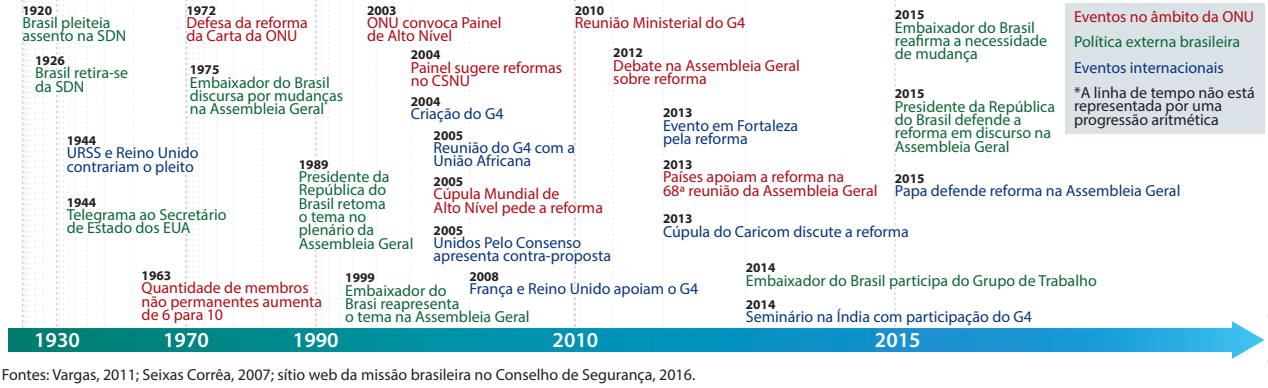
Cronologia dos mandatos dos países que mais estiveram presentes no Conselho de Segurança, entre 1946 e 2017



Fonte: Sítio web do Conselho de Segurança, 2016.

CAMPANHA CONTÍNUA PELA REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Antecedentes e cronologia do pleito brasileiro por um assento no Conselho de Segurança, entre 1920 e 2015



Fontes: Vargas, 2011; Seixas Corrêa, 2007; sítio web da missão brasileira no Conselho de Segurança, 2016.

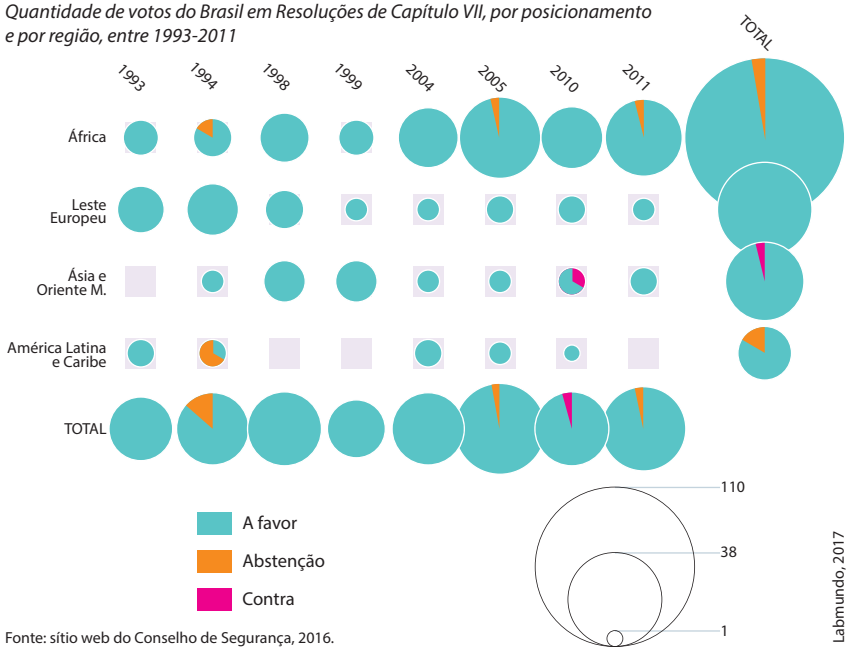
grupos de trabalho na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

Apesar de não ter obtido sucesso em seu pleito, o Brasil é reconhecido pelos seus vizinhos como um ator essencial no diálogo sobre esses temas, motivo pelo qual foi eleito por seus pares para exercer dez mandatos como membro rotativo no CSNU. O Brasil é o país do Sul com mais mandatos, logo depois do Japão. Os votos do Brasil no CSNU são majoritariamente afirmativos, acompanhando a tendência do Conselho de aprovar resoluções por consenso. Os principais pontos do acordo são negociados pelas delegações antes da votação, o que torna o processo mais ágil. Entre as resoluções de Capítulo VII, que tratam da autorização do uso da força, o Brasil não votou afirmativamente em seis ocasiões, com cinco abstenções e um voto negativo. Em 1994, o Brasil absteve-se de duas resoluções sobre a crise política no Haiti e uma sobre a operação humanitária em Ruanda. Em 2005, outra abstenção foi dada no caso do conflito em Darfur. Em 2011, ocorreu a quinta abstenção brasileira, relacionada à crise na Líbia. Em todos os casos, a abstenção brasileira foi acompanhada da mesma posição por pelo menos um membro permanente. O único voto negativo ocorreu em 2010, de Brasil e Turquia, após o CSNU aprovar sanções contra o Irã, contrariando a Declaração de Teerã, mediada pelas diplomacias turca e brasileira.

Além do CSNU, a AGNU também funciona como órgão deliberativo das Nações Unidas, com a possibilidade de emitir declarações sobre questões de grande amplitude temática, inclusive segurança e defesa. É possível verificar que os votos do Brasil possuem uma tendência de dissociação dos votos dos Estados Unidos na AGNU. Enquanto no governo Dutra a convergência era de 100%, o governo Lula apresentava convergências inferiores a 20%. Essa maior autonomia na AGNU não se repete Conselho. Em resoluções de Capítulo VII, o Brasil ainda tende a votar de modo semelhante aos EUA, com poucas exceções. A análise da participação brasileira na ONU não pode se restringir ao voto. Ela deve incluir a exposição de motivos, onde se expressam (e se explicam) as divergências do Brasil com a posição dominante. Consciente de que a posição de membro rotativo não permite ao país muita margem de manobra, o Brasil reafirma suas convicções por meio de discursos na AGNU, no CSNU e nos grupos de trabalho, além de ter mantido a campanha pelo assento permanente como um objetivo constante da política externa.

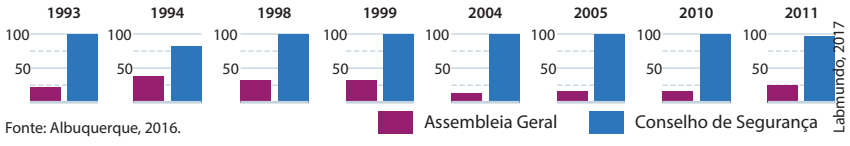
GEOPOLÍTICA DOS VOTOS BRASILEIROS NO CONSELHO DE SEGURANÇA

Quantidade de votos do Brasil em Resoluções de Capítulo VII, por posicionamento e por região, entre 1993-2011



Fonte: sítio web do Conselho de Segurança, 2016.

Porcentagem de votos convergentes entre o Brasil e os EUA, entre 1993 e 2011



Fonte: Albuquerque, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Participações em operações de paz p. 36
Segurança ambiental p. 38
Brasil: potência regional? p. 68
Segurança e defesa (Atlas da PEB) p. 46

Participação em operações de paz

Com quase 70 anos de atuação, as missões de paz das Nações Unidas são objeto de uma série de questionamentos acerca de sua efetividade e legitimidade. É inegável, contudo, a relevância estratégica das missões para a manutenção da ONU na gestão de conflitos. As operações de paz produzem grande visibilidade e mobilizam financiamento contínuo da comunidade internacional. A coordenação de diferentes atores e fluxos de financiamento, o uso da força e os princípios de paz, soberania e democracia não necessariamente são compartilhados pelos atores sociais dos países onde as missões se instalam, gerando desafios importantes a seus agentes na implementação.

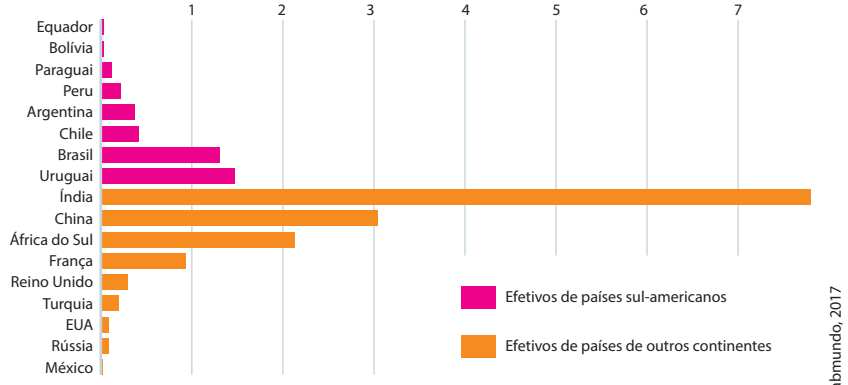
As missões expressam formalmente o compromisso solidário da comunidade internacional com a promoção da paz e a segurança. Com base legal nos Capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança) da Carta da ONU, as missões servem de instrumento para assegurar a presença e o apoio da ONU na resolução de conflitos. A natureza das operações evoluiu significativamente nas últimas décadas, sobretudo pós-1990, passando de forças de interposição e observação para operações mais complexas que visam a facilitar processos políticos, proteger civis, assessorar processos de desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, auxiliar na organização de eleições, proteger direitos humanos e contribuir para o restabelecimento do Estado de Direito. Para atender às novas demandas, a partir de 1992 foi criado o Departamento para Operações de Manutenção da Paz (DPKO).

A importância recente adquirida pelas operações de paz também é demonstrada pelos números. Em julho de 2015 o orçamento da ONU atingiu 8,27 bilhões de dólares; existem 71 forças armadas em 16 operações de manutenção da paz, que mobilizam mais de 125 mil pessoas – entre civis, militares, policiais e administradores. Dentre os principais problemas de ingerência, encontram-se as fortes denúncias de aumento de estupros e prostituição de mulheres e crianças nas localidades de implementação das missões, fato que tem provocado novas estratégias como a Resolução 1325 de outubro de 2000, reafirmando a importância da promoção da igualdade de gênero em todas as fases dos processos de construção da paz e da promoção da segurança. Tal realidade ainda não produziu resultados efetivos. As mulheres representam 29% dos civis atuantes nas missões, 10% polícia e 3% militares, com raras exceções de liderança. No caso brasileiro a disparidade de gênero é ainda maior: as mulheres representam apenas 1% dos militares enviados em missões de paz.

O primeiro envio de tropas brasileiras a outro país em uma operação de paz da ONU aconteceu em 1956, com o objetivo de mediar o conflito entre egípcios e israelenses e pôr fim à Crise de Suez. Atualmente, a atuação brasileira adquire relevância muito maior com a coordenação e comando militar das operações no Haiti (2004) e pela liderança da única Força Naval atuando pela ONU no Líbano (2011).

EFETIVOS PARA MISSÕES DE OPERAÇÕES DE PAZ

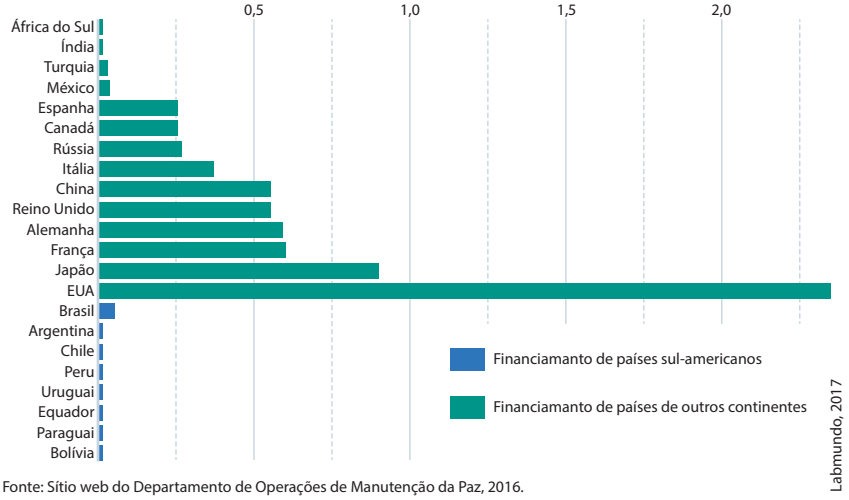
Principais contribuições por país, em milhares de indivíduos, em dezembro de 2015



Fonte: Sítio web do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, 2016.

FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

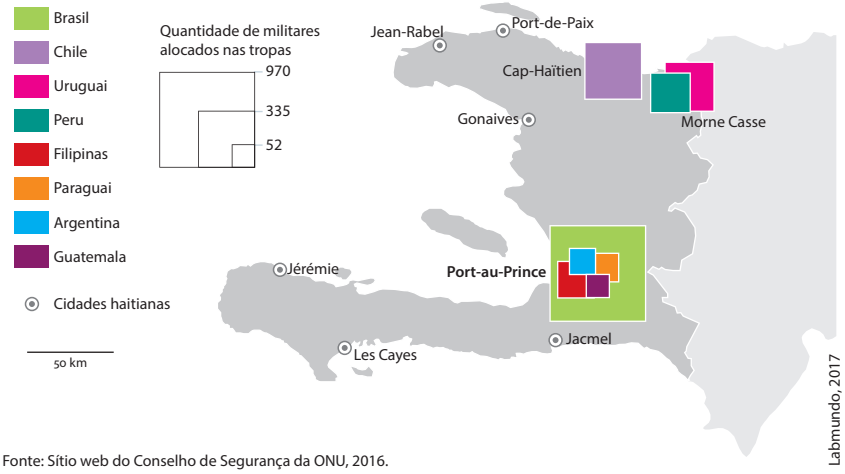
Principais contribuições financeiras, por país, em bilhões de dólares, em 2014



Fonte: Sítio web do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, 2016.

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI

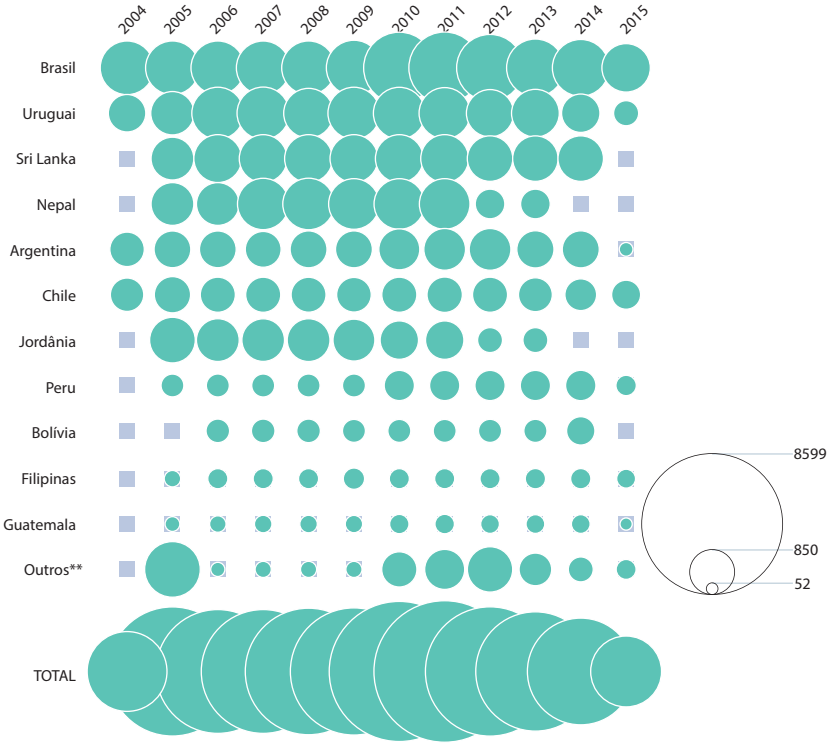
Efetivo militar e área de responsabilidade das tropas, por país, em agosto de 2015



Labmundo, 2017

Fonte: Sítio web do Conselho de Segurança da ONU, 2016.

*Evolução do efetivo militar da Minustah, por país, entre 2004 e 2015**



*Os dados são referentes ao mês de agosto de cada ano, com exceção de 2005 e de 2006, que são referentes a setembro e dezembro, respectivamente.

**Honduras, Paraguai, Coreia do Sul, Equador, Japão, Indonesia, Espanha, Marrocos, El Salvador, Canadá e EUA.

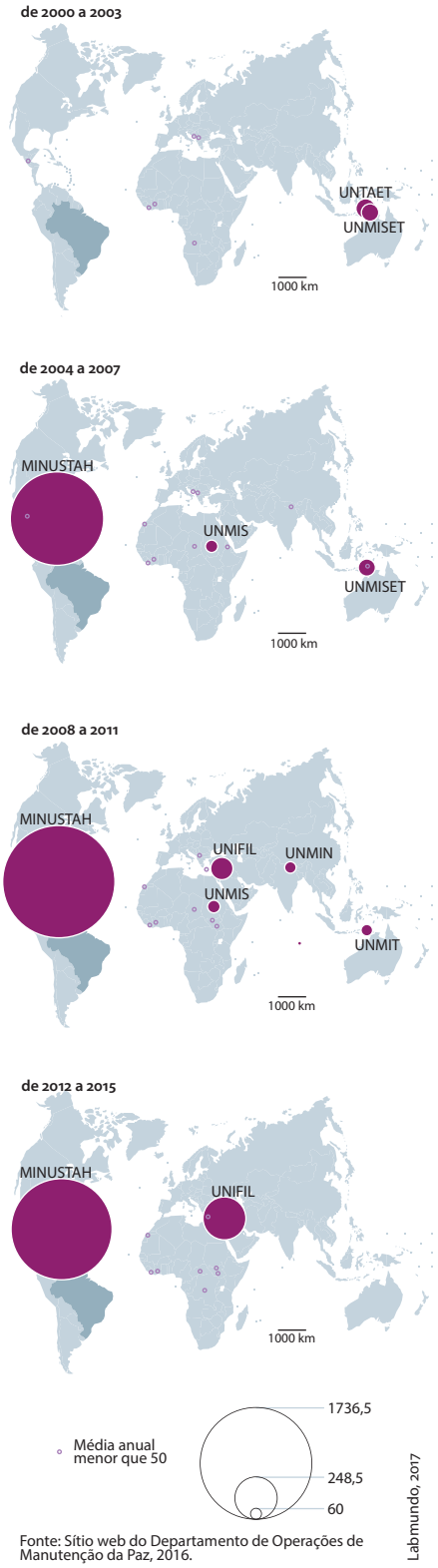
***Benin, Croácia, França, India, Malasia, México, Paquistão e Yemen não enviaram tropas, mas participaram da Minustah enviando oficiais.

Fonte: Sítio web do Conselho de Segurança da ONU, 2016.

Labmundo, 2017

BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ

Evolução da média anual do efetivo brasileiro nas missões de paz por período e missão, entre 2000 e 2015



Labmundo, 2017

Fonte: Sítio web do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, 2016.

Tais ações certamente projetam o país internacionalmente em sua campanha pelo assento permanente no CSNU. Atualmente há cerca de 1.200 brasileiros entre militares das forças armadas e polícia em zonas de conflito. No total, o Brasil já participou de mais de 30 missões da ONU, tendo enviado cerca de 27 mil militares ao exterior. Além de tropas no Haiti e no Líbano, contribui com participantes em missões no Chipre, Costa do Marfim, Libéria, República Centro-Africana, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul. O investimento brasileiro nesse tipo de atuação cresceu nos anos 2000. Em 2010, o governo criou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil a fim de consolidar a coordenação da sua atuação em operações de paz e a preparação de militares brasileiros e estrangeiros. Isso demonstra uma possível tendência do Brasil a seguir assumindo maior protagonismo em operações de paz.

VEJA TAMBÉM:

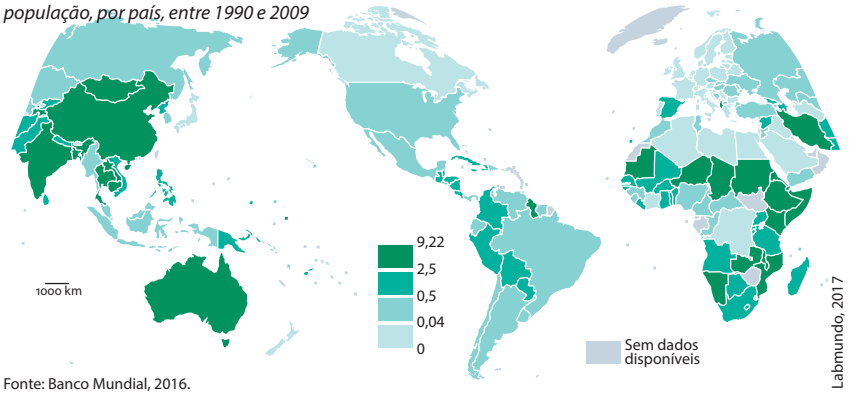
ONU e Conselho de Segurança p. 34
Cooperação regional em defesa p. 58
Cosiplan e IIRSA p. 60
Segurança e defesa (Atlas da PEB) p. 46

Segurança ambiental e mudança climática

A mudança climática, a segurança ambiental e outras questões correlatas problematizam as categorias de vulnerabilidade e risco de um país e sua população. Em uma ordem global caracterizada por fortes assimetrias de poder e por fluxos transnacionais de pessoas, mercadorias e serviços, os problemas ambientais, sobretudo os climáticos, atingem a todos (embora alguns países tenham mais capacidade de criar defesas para os impactos causados) e, portanto, ensejam uma resposta coletiva. Em alguns casos, as graves consequências das mudanças climáticas, como o aumento dos níveis dos mares, estão ameaçando a própria sobrevivência territorial de alguns Estados, como Tuvalu e Kiribati. Além disso, houve aumento considerável da conscientização sobre a importância de promover um debate amplo, incluindo vários atores. Entre as diversas ameaças ambientais (redução da biodiversidade, biopirataria, redução da camada de ozônio, avanço da desertificação, impactos socioambientais de megaprojetos sobre comunidades locais, etc.), as mudanças climáticas são emblemáticas da transformação nesse debate em que se entrecruzam questões de segurança, relações Norte-Sul e modelos de desenvolvimento.

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Participação de indivíduos atingidos por secas, enchentes e temperaturas extremas no total da população, por país, entre 1990 e 2009



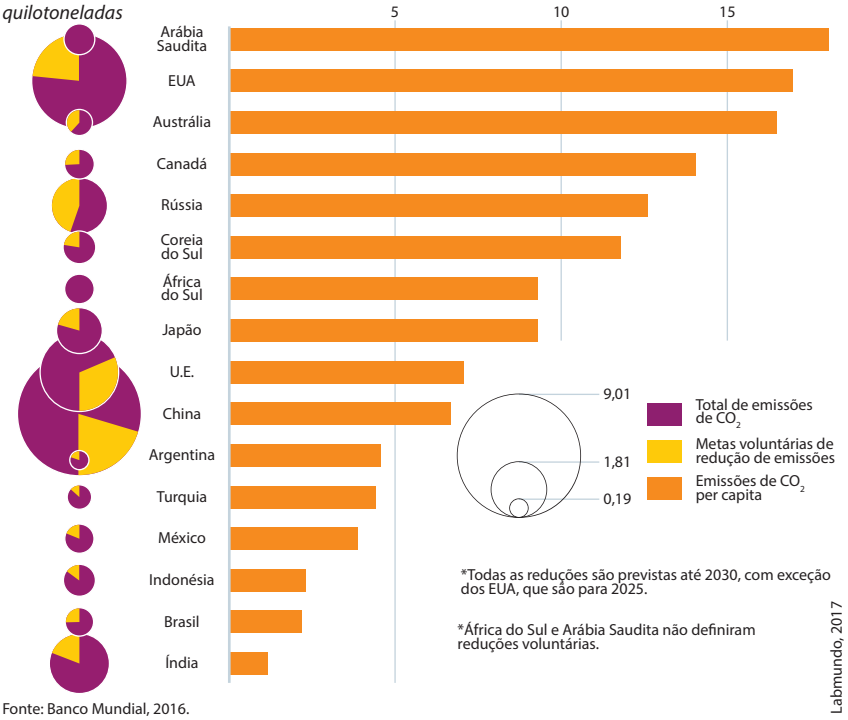
Fonte: Banco Mundial, 2016.

Labmundo, 2017

MUDANÇA CLIMÁTICA

Emissões totais de CO_2 do G-20, em 2011, e suas metas voluntárias de redução, em milhões de quilotoneladas

Emissões de CO_2 per capita do G-20, em toneladas métricas, em 2014



*Todas as reduções são previstas até 2030, com exceção dos EUA, que são para 2025.

*África do Sul e Arábia Saudita não definiram reduções voluntárias.

Fonte: Banco Mundial, 2016.

Labmundo, 2017

Na década de 1960, os primeiros esforços científicos, intelectuais, governamentais e de redes de ativismo foram mobilizados a fim de articular meio ambiente e segurança coletiva. Os movimentos pacifistas, contra o uso da energia nuclear, uso de defensivos agrícolas, entre outros, buscavam relacionar o impacto produzido por seres humanos com a segurança da natureza, de animais e plantas, mas também criticavam os efeitos das estratégias de desenvolvimento então adotadas e prescritas como boas práticas sobre a qualidade de vida dos humanos e a conservação da natureza. Essas primeiras interpretações sobre a segurança ambiental lançaram luz sobre o uso indevido de pesticidas, fertilizantes e as ameaças associadas à expansão da energia nuclear. Além disso, enfatizaram a necessidade de garantir a integridade dos ecossistemas, a fim de assegurar a sobrevivência da humanidade. Na década de 1970, surgiram outras leituras analisando os efeitos ambientais das guerras e suas relações com os movimentos de refugiados. Alguns relatórios importantes (tais como *Only One Earth Report* e *Limits to Growth*) enfatizaram os vínculos entre ameaças, crises ambientais e desenvolvimento, mas principalmente com viés conservacionista. Também merece destaque a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Apesar de ter sido concluída em torno de um consenso minimalista com 26 princípios e 109 recomendações de natureza não vinculante, a Estocolmo-1972 abriu o caminho para a futura cooperação ambiental, levou à criação de redes globais e regionais de monitoramento ambiental, permitiu

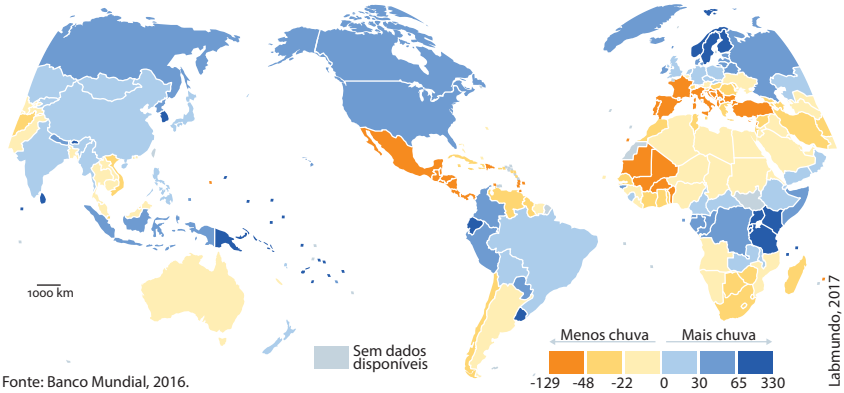
a criação do PNUMA em Nairobi e ensejou as primeiras negociações, nos anos 1980, em torno da proteção da camada de ozônio e do aquecimento planetário, as quais resultaram na celebração da Convenção de Viena (1985) e do Protocolo de Montreal (1989).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a quantidade de temas debatidos foi maior (incluindo a degradação ambiental como fator de conflitos e os litígios resultantes do acesso aos recursos naturais), bem como efetivou-se o papel da ciência na comprovação das ameaças que representam as mudanças climáticas para a segurança dos Estados (principalmente os pequenos países insulares), das populações (os mais pobres sendo os mais vulneráveis a tais ameaças) e da natureza como um todo. Na Rio-92, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988, teve papel crucial para que a Convenção-Quadro sobre o Clima fosse adotada. O IPCC define a mudança climática como uma variação estatisticamente significante em um parâmetro climático médio (incluindo sua variabilidade natural) que persista por período extenso (pelo menos, por décadas). Seus relatórios reconhecem a existência de processos naturais, mas afirmam que as mudanças recentes têm sua causa nas atividades humanas e alertam para os perigos que podem decorrer da inação política. O comportamento dos Estados e os efeitos das mudanças climáticas sobre as sociedades variam internacionalmente. O Protocolo de Kyoto, que disciplinou os compromissos da Convenção-Quadro de 1992 em matéria de emissões de CO_2 e entrou em vigor em 2005, não foi ratificado pelos EUA, apesar de sua significativa contribuição histórica e atual para o aquecimento global. Kyoto ressaltou o princípio de responsabilidades comuns e diferenciadas. Na Conferência da Partes realizada em Paris, em 2015, houve sensível avanço na construção de consensos. Em última instância, as negociações climáticas evidenciam o sentido de ameaça à segurança coletiva, mas igualmente implicam repensar os efeitos nefastos do modelo de desenvolvimento capitalista no sistema internacional.

A questão ecológica é especialmente importante para a política de defesa brasileira, por diversos motivos. Primeiro, a diplomacia do Brasil tem a tradição de fazer uma leitura histórica do problema e ressaltar que as responsabilidades para sua solução devem ser comuns a todos, mas diferenciadas, a fim de considerar o impacto histórico que cada país tem tido para a evolução do problema. A defesa de um crescimento sustentável assegura o direito brasileiro de desenvolver-se, rejeitando teorias neomalthusianas ou de crescimento zero, que congelariam a assimetria internacional de poder. Além disso, a proteção de ecossistemas (como o bioma amazônico) já foram levantadas para justificar propostas intervencionistas sobre o território brasileiro, o que representa risco fundamental para a soberania do país. Também deve ser considerado que parte da população depende diretamente de um ecossistema saudável para garantir o seu sustento.

MUDANÇAS PLUVIOMÉTRICAS

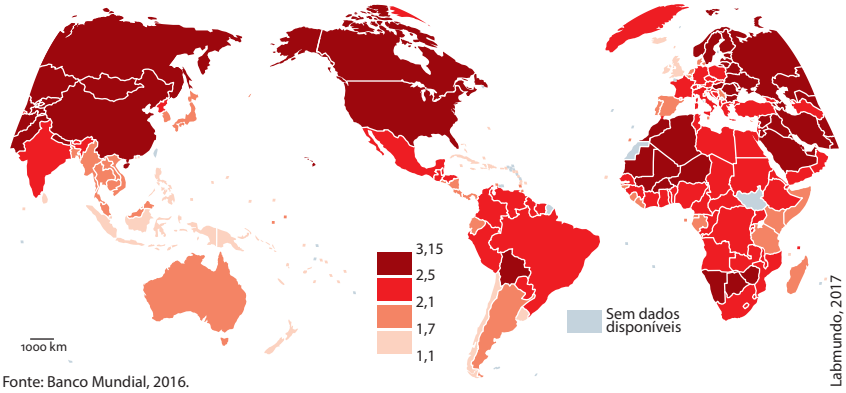
Projeção da variação média do volume de precipitação anual, em mm³, entre 2045 e 2065



Fonte: Banco Mundial, 2016.

AQUECIMENTO GLOBAL

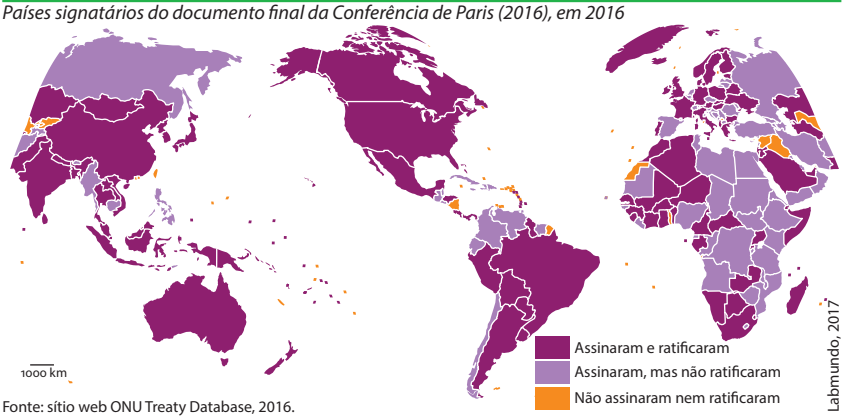
Projeção média do aumento de temperatura, em graus Celsius, por país, entre 2045 e 2065



Fonte: Banco Mundial, 2016.

CONFERÊNCIA DE PARIS

Países signatários do documento final da Conferência de Paris (2016), em 2016



Fonte: sítio web ONU Treaty Database, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Insegurança alimentar p. 40
Epidemias p. 42
Pobreza e desigualdade (Atlas da PEB) p. 44
Ameaças internacionais (Atlas da PEB) p. 48

Insegurança alimentar

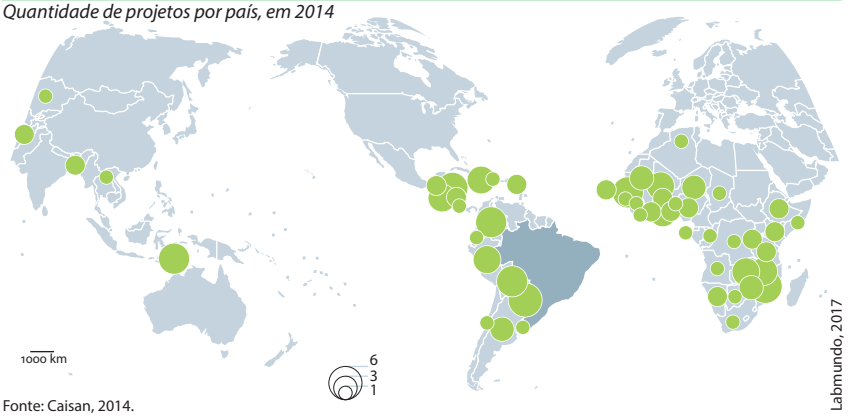
O atual debate sobre insegurança alimentar é associado a outro de igual importância: o da crise ambiental e das ameaças que daí decorrem. Transformações sistêmicas pós-Guerra Fria, como interdependência econômica e avanços tecnológicos, alteraram a natureza dos problemas de segurança e defesa, gerando novas perspectivas de risco iminente. De fenômeno sazonal, a insegurança alimentar transforma-se em condição duradoura de escassez, impulsionada por esgotamento dos recursos ambientais e aquecimento global. As crises alimentares, historicamente relacionadas a catástrofes, passam a vincular-se à instabilidade climática, à poluição das águas, ao modelo produtivista na agricultura e ao consumo não sustentável.

O arranjo geopolítico assimétrico e o crescente processo de financeirização de terras e commodities agroindustriais mantêm crises e inseguranças alimentares nas regiões mais pobres: 70% dos que sofrem fome no mundo são pequenos agricultores. É notória a incapacidade a médio-longo prazo de sanar a insegurança nos países subdesenvolvidos. A cada ano, a agricultura deve alimentar 80 milhões de pessoas adicionais. Projeções da FAO de 2014 destacam que, até meados do século XXI, será preciso aumentar pela metade a produção de grãos e dobrar a de carne.

O direito à alimentação está previsto na Carta das Nações Unidas (1945) e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). A FAO, em 1996, traduziu-o como direito à segurança alimentar e nutricional (SAN): a garantia a todos de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de

COOPERAÇÃO BRASILEIRA EM SEGURANÇA ALIMENTAR

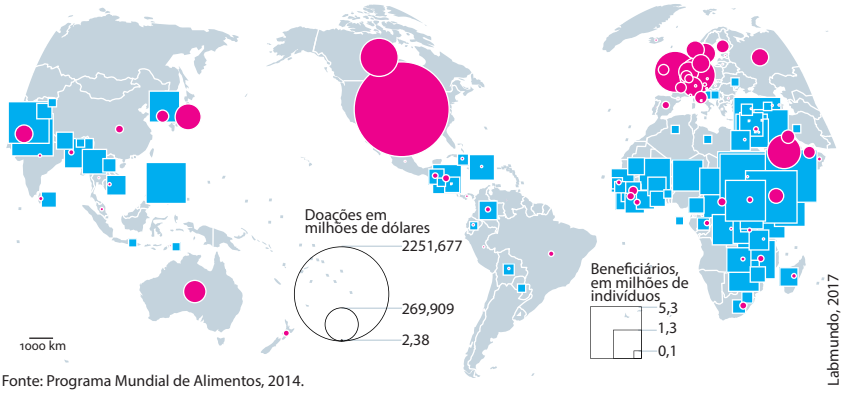
Quantidade de projetos por país, em 2014



Fonte: Caisan, 2014.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS

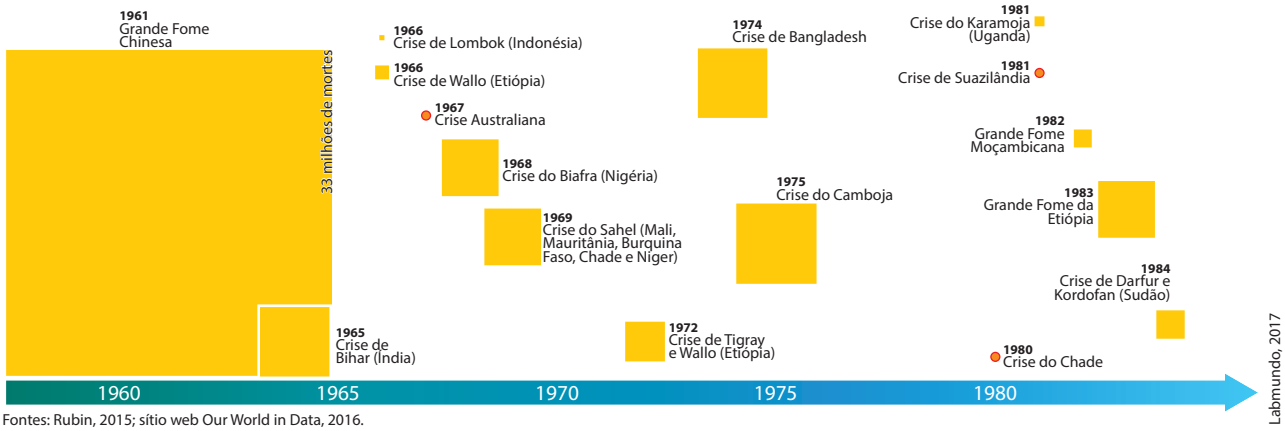
Doadores e receptores, por países, em 2014



Fonte: Programa Mundial de Alimentos, 2014.

CRISES DE FOME NO MUNDO

Principais casos de crises de fome no mundo, por país e por estimativa de mortes, entre 1960 e 2015



Fontes: Rubin, 2015; sítio web Our World in Data, 2016.

modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos em longo prazo. Visão partilhada pelo Brasil que, em 2010, inclui o "direito à alimentação adequada" nos artigos 6º e 277 da Constituição Federal.

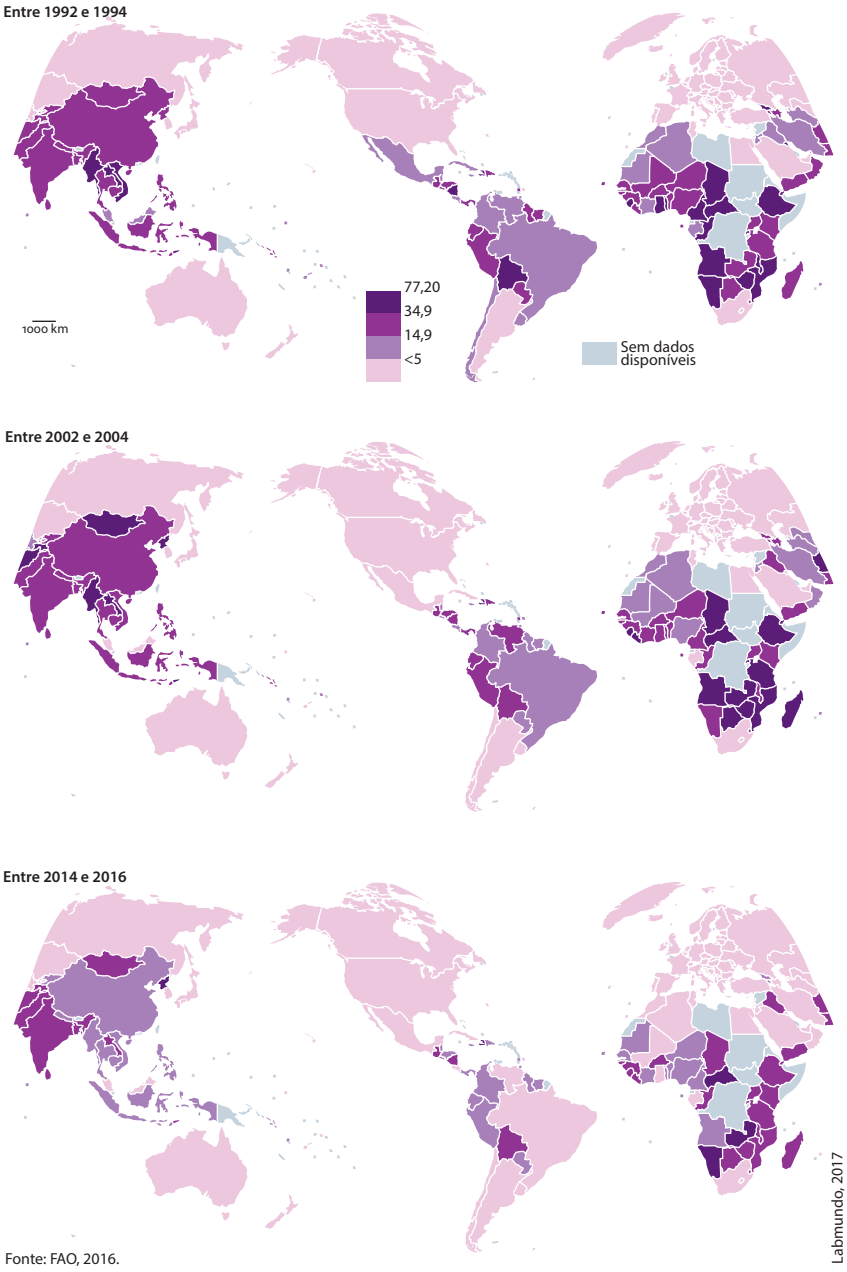
O Brasil é o segundo maior exportador agrícola mundial, mas parte relevante de sua produção é destinada a fins não alimentares (70% da soja vira ração animal e 80% da cana, biocombustível). No cenário internacional, além de eleger duas vezes o Secretário Executivo da FAO, o Brasil desempenha relevante papel na propulsão da SAN por meio dos programas Bolsa Família e Fome Zero, da criação do CG-Fome/PMA, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Fundo IBAS de Combate à Fome. O sucesso das iniciativas e a expertise agrotecnológica possibilitaram ao país sair do mapa da fome da FAO em 2014 e tornar-se modelo na cooperação, facilitando exportação e internacionalização de empresas do agronegócio, sobretudo nos mercados africanos. No governo Temer, iniciativas como o CG-Fome (aquisição de alimentos nas escolas) foram cortadas, deixando a agenda humanitária a cargo da ABC.

VEJA TAMBÉM:

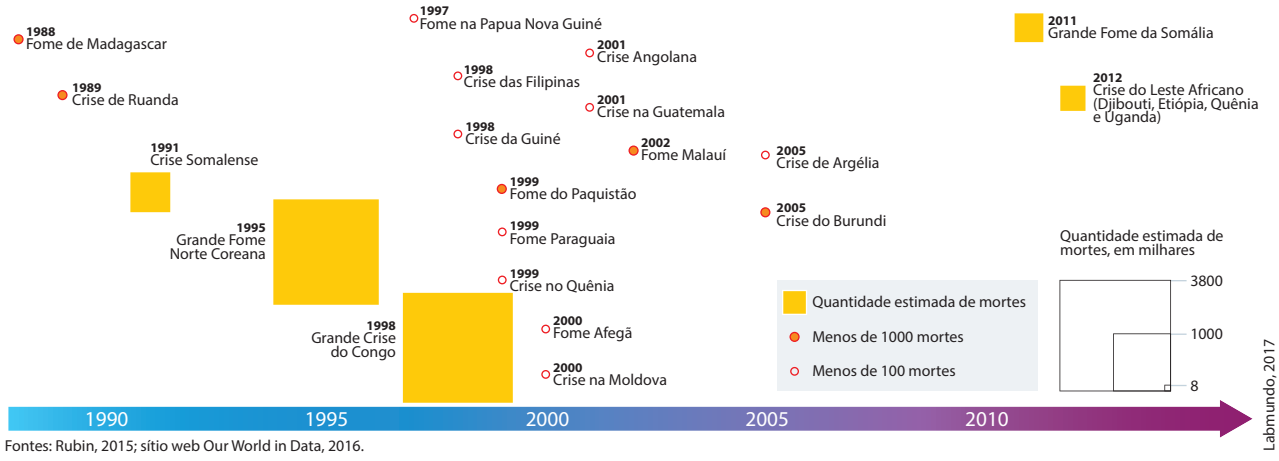
Segurança ambiental p. 38
Epidemias p. 42
Pobreza e desigualdade (Atlas da PEB) p. 44
Agronegócio (Atlas da PEB) p. 28

QUADRO DE DESNUTRIÇÃO NO MUNDO

Porcentagem de pessoas em situação de subnutrição, por país e biênio



Fonte: FAO, 2016.



Fontes: Rubin, 2015; sítio web Our World in Data, 2016.

Epidemias

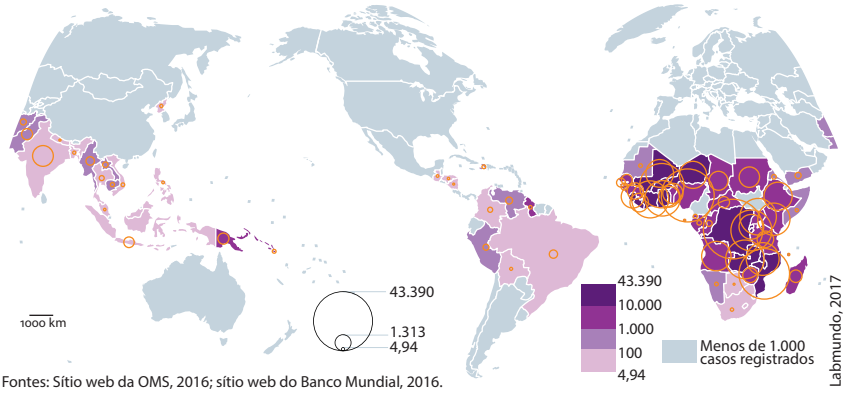
Doenças e epidemias são problemas que afetam a segurança e bem-estar da população e vinculam-se, sobretudo, à incapacidade do Estado em garantir acesso a condições básicas de bem-estar e direitos humanos como saneamento básico, descarte adequado de lixo, acesso a uma alimentação saudável, água potável e a tratamento médico suficiente. As epidemias, em particular, criam uma interdependência perversa entre povos e nações que só pode ser controlada a partir da ação coletiva de todos Estados afetados. Ainda que assumam um caráter transnacional, as epidemias têm impactos ainda mais devastadores em países menos desenvolvidos. Pessoas com pior qualidade de vida ou condições alimentares inadequadas tornam-se potencialmente mais vulneráveis tanto à contração das doenças, quanto ao óbito.

Um dos elementos-chave para o controle epidêmico é o investimento em pesquisas científicas e no desenvolvimento de tratamento eficaz. No entanto, as doenças tropicais, por serem menos rentáveis, são geralmente menos pesquisadas pelos laboratórios privados internacionais, aumentando sobremaneira os custos de projetos de pesquisa nos Estados afetados. Exemplos recentes como o caso do Ebola e das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* ilustram esse problema. Quando epidemias tipicamente presentes em países pobres passam a "migrar" para os países mais ricos, os investimentos em pesquisa crescem exponencialmente e, dadas as condições financeiras, técnicas e tecnológicas, cresce também a possibilidade de tratamento mais efetivo e rápido, ainda que, na maioria dos casos, o acesso não chegue plenamente aos mais pobres. Não à toa, doenças consideradas simples e de fácil tratamento em países ricos ainda matam milhares de pessoas em países menos desenvolvidos.

O acesso adequado ao tratamento de epidemias ainda consiste em um dos principais desafios globais. Emblemático é o caso do vírus do HIV pelo mundo. Apesar de tratar-se de uma doença ainda sem cura e de dimensões globais, um tratamento adequado pode propiciar maior longevidade e qualidade de vida aos seus portadores. O acesso ao tratamento, contudo, esbarra muitas vezes no interesse de grandes laboratórios farmacêuticos, protegidos pelo regime internacional de propriedade intelectual. O Brasil, um dos poucos países do mundo que fornecem gratuitamente o tratamento contra a doença, tem possibilitado a expansão do número de beneficiários. Apesar dos empenhos do

MALÁRIA NO MUNDO

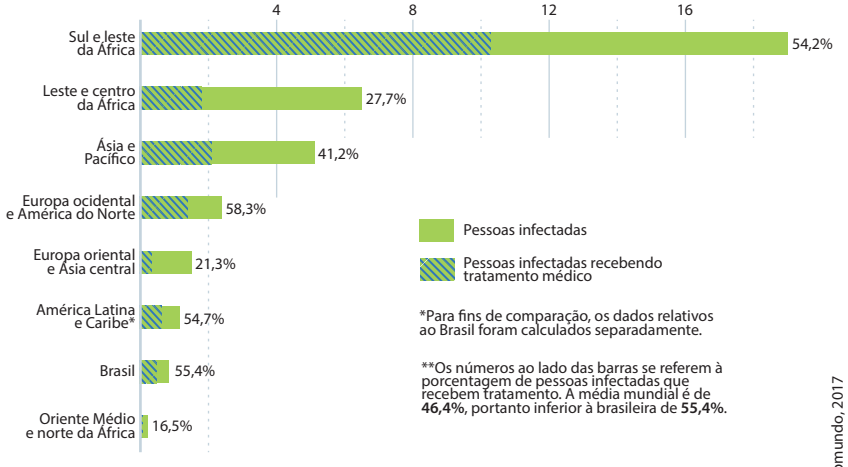
Quantidade de casos confirmados e taxa de incidência por cem mil habitantes, por país, em 2014



Fontes: Sítio web da OMS, 2016; sítio web do Banco Mundial, 2016.

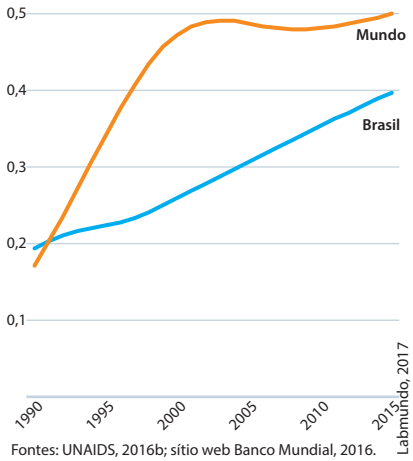
VÍRUS HIV NO MUNDO E NO BRASIL

Quantidade estimada de pessoas infectadas pelo vírus HIV e que têm acesso a tratamento médico, em milhões de pessoas, por região, em 2015



Fonte: UNAIDS, 2016b.

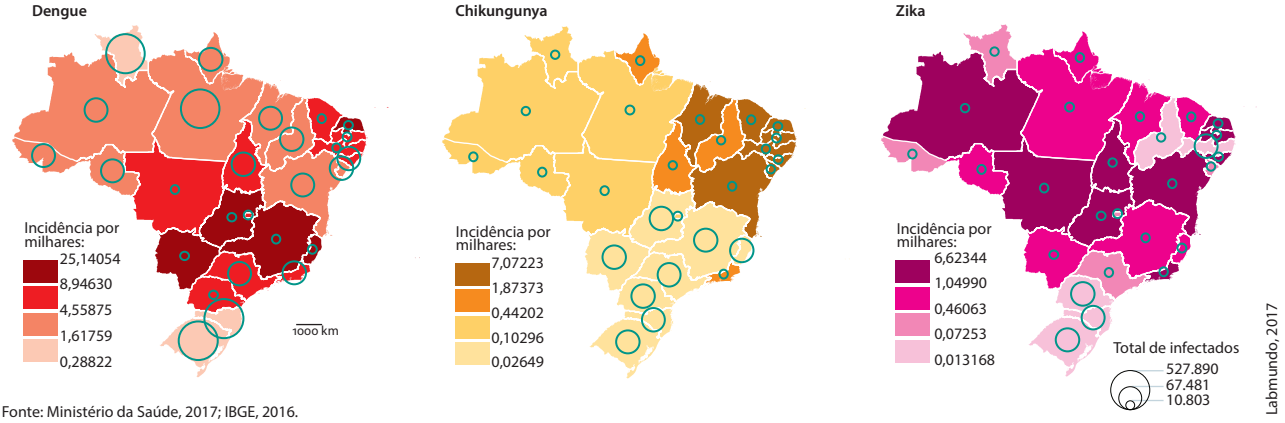
Evolução da estimativa da população infectada pelo vírus HIV no mundo e no Brasil, em % do total, entre 1990 e 2015



Fontes: UNAIDS, 2016b; sítio web Banco Mundial, 2016.

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO AEDES AEGYPTI NO BRASIL

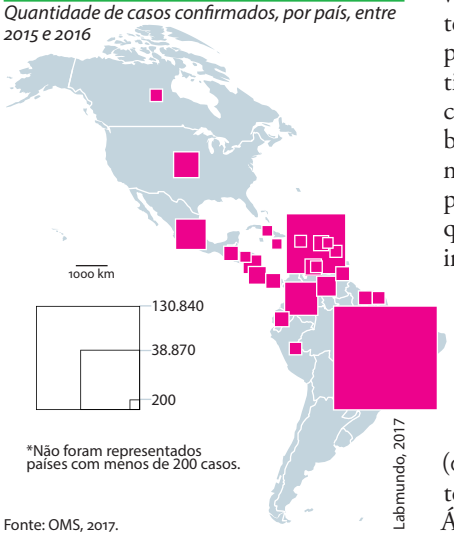
Incidência e quantidade total de infectados por doenças transmitidas pelo Aedes aegypty no Brasil, entre janeiro e dezembro de 2016



Fonte: Ministério da Saúde, 2017; IBGE, 2016.

EPIDEMIA DE ZIKA NAS AMÉRICAS

Quantidade de casos confirmados, por país, entre 2015 e 2016



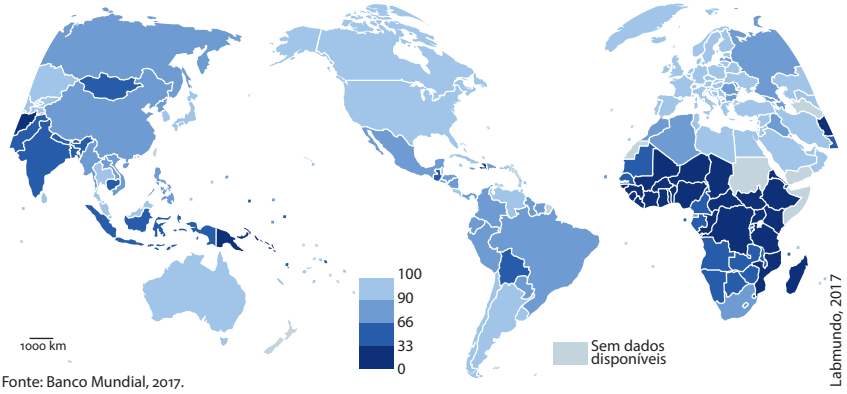
Fonte: OMS, 2017.

governo, o índice de contaminados no país tem crescido bastante nos últimos anos. A falta de informação pode ser considerada um dos principais fatores de proliferação. O índice de infectados pelo HIV é maior em regiões em que a população tem menos acesso à informação e a meios de prevenção. Dentre os principais fatores de aumento do vírus, podemos citar: o processo de interiorização do HIV no território, onde prevenção e controle são menos efetivos (geralmente as campanhas estão concentradas nos grandes centros urbanos); o avanço sobre população feminina e hétero e o sucesso de políticas públicas de tratamento dos infectados, que passam a ter maior longevidade. A incidência, no Brasil, de pessoas portadoras do vírus ainda é elevada, com uma estimativa de aproximadamente 830 mil infectados (quase 0,4% da população). Os números brasileiros são mais altos do que a incidência estimada no Canadá (0,2%), Indonésia (0,27%) e Argentina (0,21%), enquanto que EUA (0,42%), Rússia (0,75%), África do Sul (1,27%), Angola (1,28%) e Nigéria (1,92%) apresentam estimativas mais elevadas. O controle, contudo, da quantidade de pessoas infectadas ainda é um dos principais desafios do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Diversas epidemias estão diretamente associadas à falta de informação, saneamento básico e acesso a água potável. Algumas doenças têm um caráter mais endêmico e a incidência delas também está ligada a condições climáticas do local. Ainda assim, há constante preocupação com que essas epidemias sejam eliminadas ou, pelo menos, contidas.

A organização não governamental Médicos sem Fronteiras (MSF) chama a atenção para o combate a surtos de cólera, malária, meningite, sarampo e doenças virais (como dengue, chikungunya, zika, síndrome respiratória do Oriente Médio e febres hemorrágicas) pela velocidade com que tais doenças têm se alastrado. A partir de 2015 o Brasil se transformou em palco do maior surto de zika já observado, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência e empenho da saúde pública internacional no combate ao vírus. Segundo a instituição, o vírus se espalhou de forma muito rápida em pouco tempo. Atualmente, cerca de 48 países já registraram casos de zika vírus, sendo as Américas a região de maior incidência e o Brasil o país com o maior número de casos comprovados. O vírus é conhecido há mais de 50 anos e transmissível não apenas pelo mosquito *Aedes aegypti*. É inegável, contudo, que além das condições climáticas favoráveis, as precárias condições de saneamento nas regiões Norte e Nordeste (também as mais pobres do país) são um fator determinante para a concentração do vírus. Como é possível perceber, pelos exemplos citados, as dimensões sociais e econômicas ainda representam uma das principais ameaças ao controle e extinção das grandes epidemias globais.

ACESSO A SANEAMENTO BÁSICO

Porcentagem da população com acesso a saneamento básico, por país, em 2015



Fonte: Banco Mundial, 2017.

VEJA TAMBÉM:

Segurança ambiental p. 38
Insegurança alimentar p. 40
Energia e meio ambiente (Atlas da PEB) p. 34
Ameaças internacionais (Atlas da PEB) p. 48

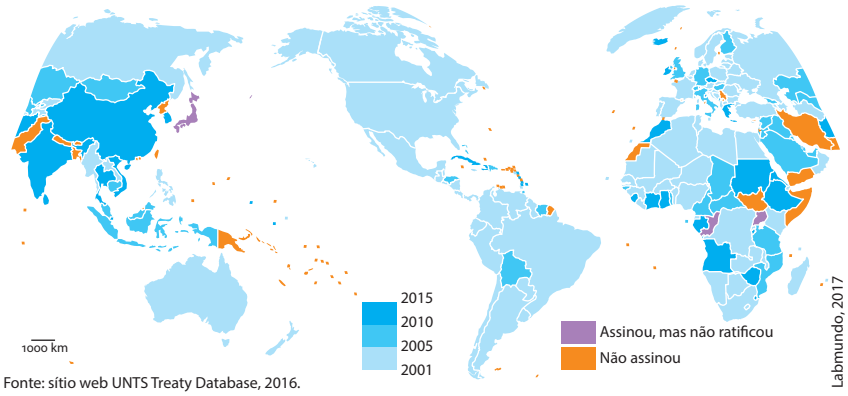
Terrorismo e crime organizado

Outras ameaças à segurança também agregam mais incertezas globais para além da competição pelo poder pelos Estados em um sistema internacional anárquico. Organizações criminosas e terroristas são exemplos de grupos não estatais que afetam a segurança e o bem-estar da população. Todo chefe de Estado hoje em dia está sujeito não apenas a tensões que possam ocorrer no âmbito das relações diplomáticas, com outras nações, mas também em relação a esses grupos, cuja ação traz riscos à segurança nacional, à soberania dos Estados e à geopolítica mundial. Uma das principais ameaças transnacionais, constantemente veiculada na mídia no século XXI, o terrorismo, não tem uma definição consensual, assim como não são homogêneas suas políticas de combate e prevenção. Com exceção da Resolução 1373 da ONU, que foi aprovada por unanimidade em 2001, em um espírito de solidariedade que condenava os ataques de 11 de setembro, as articulações de definição e combate ao terrorismo têm caráter regional. Após os ataques, o tema foi colocado na agenda do Conselho de Segurança da ONU estabelecendo-se a tendência de securitizar a prevenção e o combate. Foram estabelecidas condicionalidades para a ajuda ao desenvolvimento para países supostamente envolvidos ou omissos, a OCDE modificou o conceito de ajuda oficial ao desenvolvimento para incorporar programas de cunho militar, assim como foi dada ênfase às medidas de combate e contraterrorismo ao invés da prevenção e de uma abordagem econômica e social das possíveis causas. A falta de consenso quanto a um conceito universalmente aceito sobre terrorismo resulta em sua flexibilização e instrumentalização de acordo com conveniências políticas. Não é raro que casos semelhantes sejam definidos diferentemente de acordo com fatores sociais (etnia e nacionalidade do grupo ou indivíduo que promoveu o ataque) e posicionamento político (governos autoritários tendem a classificar atos de seus opositores como terroristas para deslegitimá-los). Além disso, a maior quantidade de vítimas do terror está nos países do Sul, embora os ataques mais noticiados sejam na Europa ou nos EUA, o que também ilustra a seletividade com a qual o tema é tratado.

No caso do crime organizado, este é caracterizado por coletivos que operam crimes regularmente, por meio de uma motivação prioritariamente econômica e, em sua ampla maioria, de prejuízo difuso, por não terem efeito negativo direto a qualquer pessoa física ou jurídica. No entanto, é interpretado pela lei como ilegal, por

CONVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E PUNIÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS

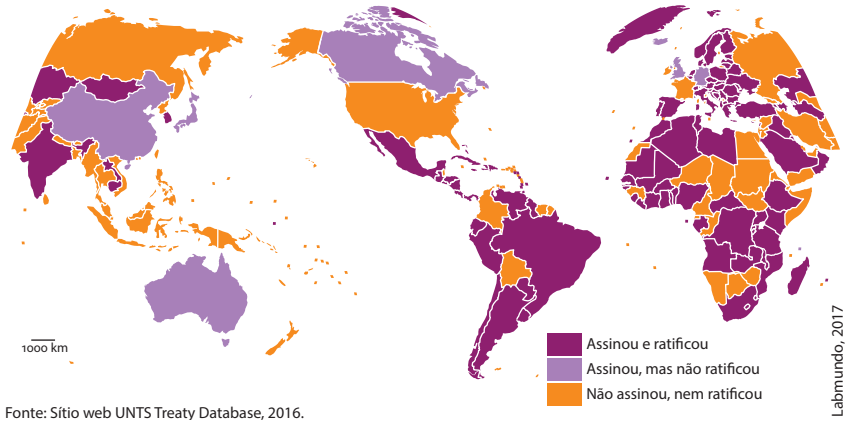
Países signatários do UNCTOC, por país e data de ratificação, entre 2001 e 2015



Fonte: sítio web UNTS Treaty Database, 2016.

REGIME DE COMBATE AO TRÁFICO E MANUFATURA ILEGAL DE ARMAS DE FOGO

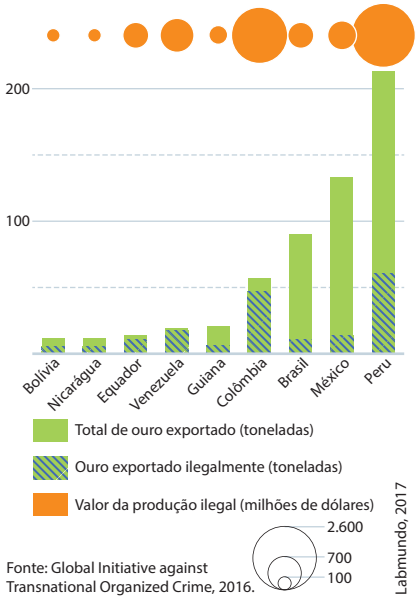
Países signatários do Protocolo contra a Manufatura Ilegal e o Tráfico de Armas de Fogo, entre 2001



Fonte: Sítio web UNTS Treaty Database, 2016.

OURO LATINO-AMERICANO

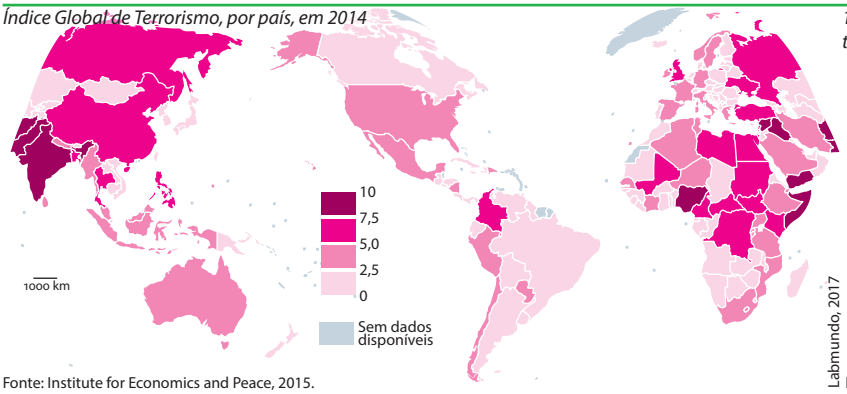
Exploração e produção de ouro na América Latina pelo Crime Organizado, por país, em 2013



Fonte: Global Initiative against Transnational Organized Crime, 2016.

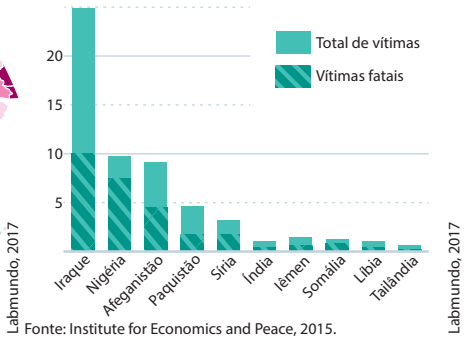
VÍTIMAS DO TERROR

Índice Global de Terrorismo, por país, em 2014



Fonte: Institute for Economics and Peace, 2015.

10 principais países com mais vítimas de atentados terroristas, em milhares, em 2014

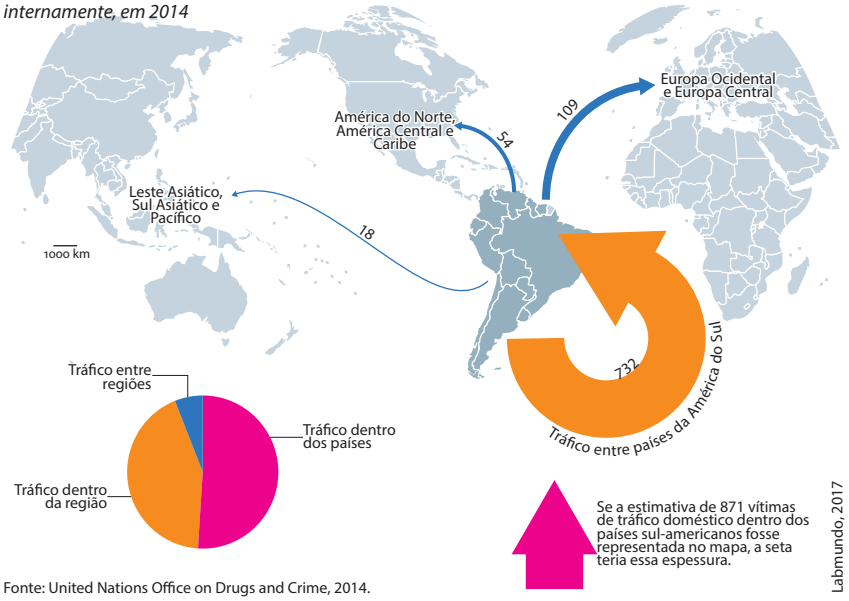


Fonte: Institute for Economics and Peace, 2015.

ser moralmente ofensivo, além de prejudicar economicamente a sociedade. Ademais, essa modalidade de crime desenvolve capacidades organizacionais, coercitivas, técnicas e políticas que são funcionais à execução desses crimes, sejam elas integral ou parcialmente ilícitas. Nos estudos sobre a origem do financiamento de organizações criminosas, há, ainda, a constatação do aumento da extração ilegal de ouro como uma das principais vias de financiamento de organizações envolvidas em atos de terror, guerrilha e outros crimes, no continente latino-americano. Uma das motivações para esse aumento foi a migração considerável dos grupos ligados ao tráfico de drogas para a mineração de ouro, justificada principalmente pelo fato de ser uma produção artesanal e bastante fragmentada, em especial na América Latina. Dentre os crimes e outros danos relacionados ao crime organizado, destacam-se a lavagem de dinheiro, a corrupção, o deslocamento forçado de populações, a destruição ambiental acelerada, a exploração trabalhista, o tráfico de pessoas e armas.

TRÁFICOS DE PESSOAS DA AMÉRICA DO SUL PARA O MUNDO

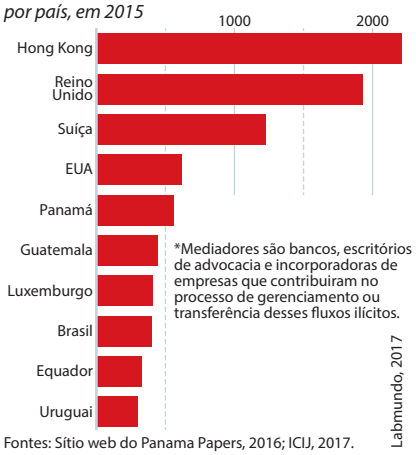
Principais destinos e quantidade estimada de pessoas traficadas da América do Sul para outras regiões e internamente, em 2014



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime, 2014.

FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS

Principais operadores de fluxos ilícitos, citados no Panama Papers, em quantidade de mediadores, por país, em 2015



Fontes: Sítio web do Panama Papers, 2016; ICIJ, 2017.

Trazendo à tona os crimes relativos à lavagem de dinheiro, à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos, há de se ressaltar uma tendência, por parte de organizações como a ONU, OCDE e Banco Mundial, de associar tais atividades aos países em desenvolvimento, colocando-os como os mais afetados por esses crimes, por concentrarem as atividades de corrupção, fraudes no comércio internacional e evasão de impostos. O argumento dessas organizações baseia-se no fato de que cerca de 1 trilhão de dólares são drenados anualmente dos países em desenvolvimento, com destaque para os países do continente africano. No entanto, com os recentes vazamentos dos *Panama Papers*, ficou evidenciado como os principais operadores dos fluxos financeiros ilícitos são provenientes dos países desenvolvidos, como o Reino Unido, EUA e Suíça, por exemplo. Dessa forma, tanto os países em desenvolvimento, como os desenvolvidos precisariam atuar em conjunto para frear os fluxos financeiros ilegais, o que requer a colaboração na administração e regulação das finanças, na transparência, além de uma cooperação internacional proativa. Em síntese, como se trata de um mal que atinge a todos indiscriminadamente, os países desenvolvidos necessitariam assumir a responsabilidade em prevenir as operações dos mediadores dos fluxos ilícitos em seus territórios, enquanto os países em desenvolvimento deveriam fortalecer seus regimes legais e regulatórios, para tornarem-se menos suscetíveis às atividades que geram fluxos financeiros ilícitos e lavagem de dinheiro.

VEJA TAMBÉM:

Mecanismos internacionais p. 30
Drogas ilícitas p. 46
Energia e meio ambiente (Atlas da PEB) p. 34
Defesa regional (Atlas da PEB) p. 90

Problema mundial das drogas ilícitas

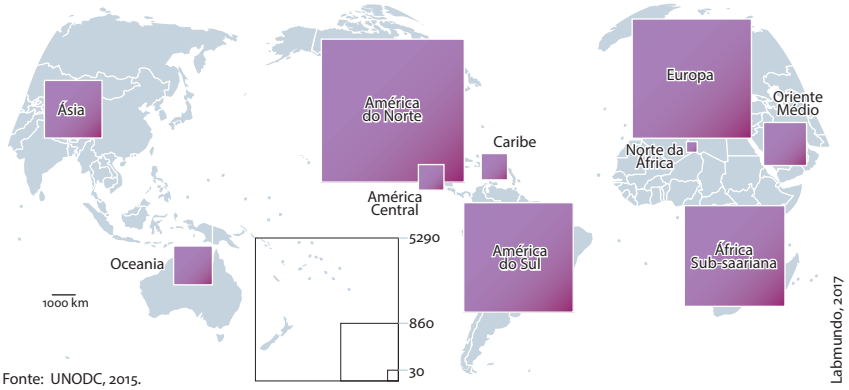
Uma das principais temáticas da agenda global de segurança é o problema mundial das drogas ilícitas. O consumo de drogas ilícitas não é algo recente na história da humanidade, nem o uso ritual ou o consumo tradicional de psicotrópicos pode ser considerado um fenômeno sem trajetória histórica. No entanto, nos últimos 50 anos, a maioria dos Estados no sistema internacional têm progressivamente mobilizado seus aparatos de segurança e defesa para coibir produção, consumo e distribuição de drogas consideradas ilícitas. Drogas foram declaradas ilícitas e a repressão ao comércio ilegal destas substâncias mobiliza considerável quantidade de mão de obra. Ademais, estima-se que as redes de narcotráfico movam bilhões de dólares anualmente. À medida que se aprofundaram o capitalismo e a globalização, a demanda por drogas ilícitas (maconha, mas sobretudo cocaína, heroína e drogas sintéticas) cresceu vertiginosamente, gerando implicações de saúde pública e guardando relação importante com a escalada da violência nas grandes cidades. No caso das substâncias não sintéticas, como maconha e cocaína, grande parte de sua produção se dá em países em desenvolvimento enquanto larga parte de seu mercado está localizado em países desenvolvidos, notoriamente os EUA e Europa Ocidental.

O divisor de águas na questão das drogas ilícitas foi a declaração, por parte do presidente estadunidense Richard Nixon, da "guerra às drogas" em julho de 1971. Sob o manto desta iniciativa proibicionista, crescentemente aprofundada pelo governo dos EUA nos últimos 40 anos, foram criadas instituições de combate ao comércio de drogas ilícitas, além de diversas inciativas de cooperação internacional capitaneadas pelos EUA. No "hemisfério ocidental", termo utilizado pelo governo estadunidense para se referir às Américas, os esforços sob a égide da "guerra às drogas" foram intensos. Os EUA buscaram influenciar os governos locais a militarizarem o combate à produção e comércio de drogas ilícitas porque identificavam, naquele continente, a origem de drogas como maconha e cocaína. Os fluxos de ajuda militar dos EUA para esta questão foram vultuosos em países como México e Colômbia, como a Iniciativa Mérida e o Plano Colômbia, respectivamente. Esses acordos de cooperação securitária com os EUA visam ao combate ao tráfico de drogas, crime organizado transnacional e lavagem de dinheiro. As ações previstas incluem treinamento, fornecimento de equipamentos e inteligência. O principal instrumento dos recipientes deste tipo de programa é o envolvimento das forças armadas em operações antidrogas. É necessário ressaltar que esta cooperação atende aos interesses estratégicos e de segurança dos EUA - mormente o do não transbordamento da violência relacionada ao narcotráfico - e aos dos governos recipientes – ganhos eleitorais com os programas e aproximação política dos EUA.

No passado, o envolvimento do Brasil era limitado e se dava por ser um pequeno mercado consumidor e uma rota de passagem de drogas ilícitas para os países do Norte. Atualmente, o consumo e a produção de psicotrópicos no país cresceu. Além disso, o Brasil passou a ter maior envolvimento com a lavagem de dinheiro decorrente do tráfico. Isso suscita discussões sobre o tráfico doméstico de drogas, a necessidade de proteger as fronteiras e os efeitos nocivos que o uso destas substâncias podem produzir em termos de saúde pública. Quanto à ajuda militar estadunidense para lidar com a questão, o volume de recursos recebidos pelo Brasil é muito reduzido, se comparado com os demais grandes países latino-americanos. A influência daquele país junto ao governo do Brasil foi reduzida

CONSUMO ILÍCITO DE ENTORPECENTES

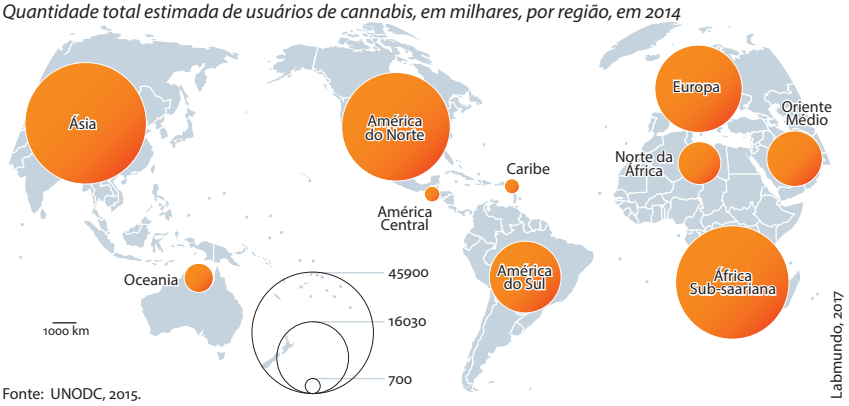
Quantidade total estimada de usuários de cocaína, em milhares, por região, em 2014



Fonte: UNODC, 2015.

Labmundo, 2017

Quantidade total estimada de usuários de cannabis, em milhares, por região, em 2014



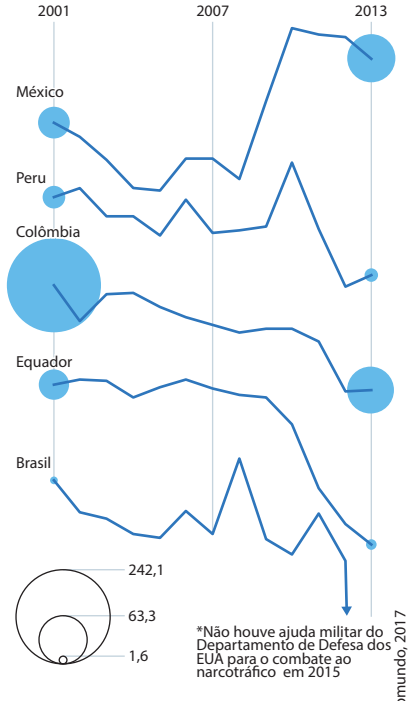
Fonte: UNODC, 2015.

Labmundo, 2017

partir de 2003. A agenda dos EUA era que o Brasil envolvesse diretamente suas forças armadas em operações antidrogas e também criasse uma agência federal diretamente dedicada à questão, aos moldes do *Drug Enforcement Agency* (DEA) dos EUA. Criada a 1998, a Secretaria Nacional Antidrogas parecia ser um embrião do DEA na administração pública federal, mas teve função e significado modificados depois de 2003, mais focalizada em formular políticas públicas para a questão das drogas. No entanto, isso não significa que a questão das drogas no Brasil não assuma contornos militarizados. O consumo de drogas ilícitas no Brasil é passível de repressão policial e as polícias militares estaduais estão a cargo desta tarefa, sendo bastante elevadas as estatísticas de mortes e violações de direitos humanos relacionadas ao tráfico de drogas. Além disso, as forças armadas brasileiras têm sido utilizadas, desde a segunda metade dos anos 2000, em grandes operações de ocupação militar de complexos de favelas na cidade do Rio de Janeiro, com a missão de garantir a segurança necessária para a organização dos megaeventos esportivos na cidade, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

REAÇÃO À GUERRA CONTRA DROGAS

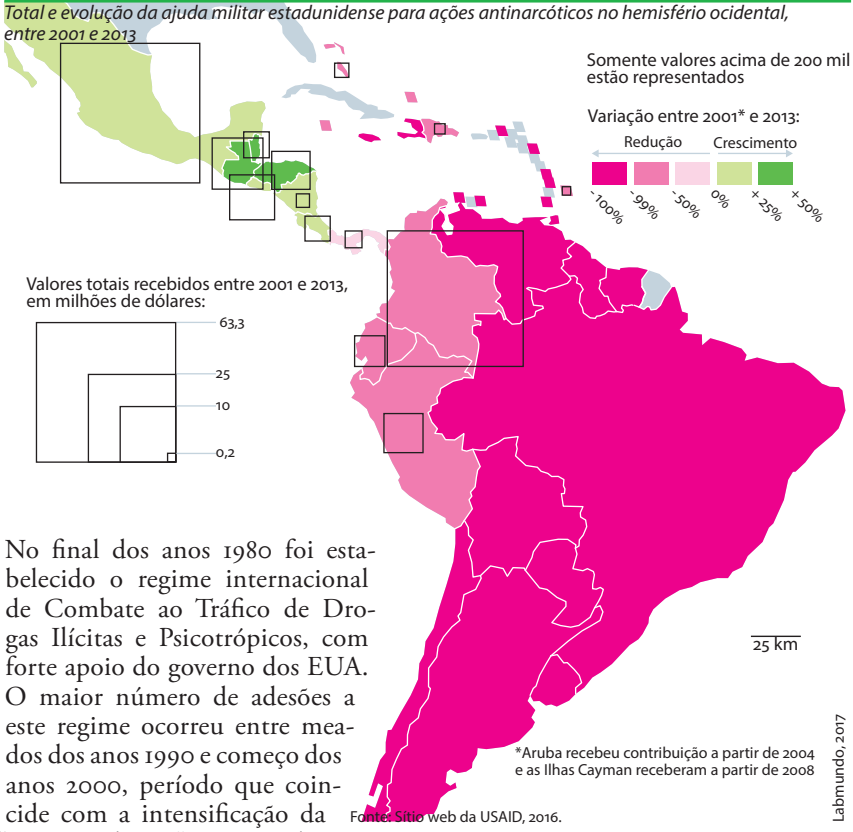
Quantidade total da ajuda militar estadunidense para principais ações antinarcóticos na América Latina, por países, em milhões de dólares (valores correntes de 2014), entre 2001 e 2013



Fonte: Sítio web da USAID, 2016.

RESPOSTA SUL-AMERICANA À GUERRA ÀS DROGAS

Total e evolução da ajuda militar estadunidense para ações antinarcóticos no hemisfério ocidental, entre 2001 e 2013



Fonte: Sítio web da USAID, 2016.

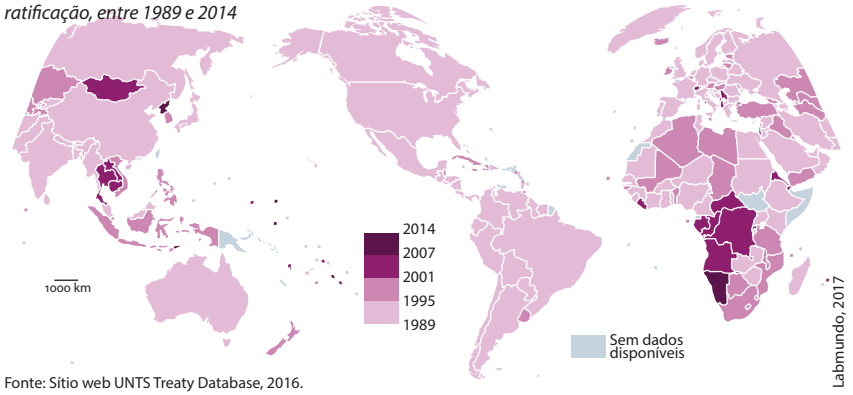
No final dos anos 1980 foi estabelecido o regime internacional de Combate ao Tráfico de Drogas Ilícitas e Psicotrópicos, com forte apoio do governo dos EUA. O maior número de adesões a este regime ocorreu entre meados dos anos 1990 e começo dos anos 2000, período que coincide com a intensificação da "guerra às drogas". A partir do final dos anos 2000, a narrativa calcada na proibição passou a ser largamente contestada por setores da comunidade internacional e dentro do governo dos EUA. Isso se deve ao fato de que, passados mais de quarenta anos de esforços repressivos, o consumo de drogas ilícitas não se reduziu substancialmente e tais políticas deixaram, em especial nos países em desenvolvimento, um saldo elevado de mortes em espirais de violência. Assim, o sistema internacional já contabiliza iniciativas inovadoras de políticas de drogas como descriminalização e legalização do consumo de algumas substâncias. Como exemplos, pode-se mencionar Uruguai, Países Baixos, alguns membros da União Europeia e estados dos EUA. No âmbito regional imediato, a própria Unasul considera a questão das drogas um problema de saúde pública em detrimento de uma abordagem securitária.

VEJA TAMBÉM:

Mecanismos internacionais p. 30
Drogas ilícitas p. 46
Terrorismo e crime organizado p. 44
Pobreza e desigualdade (Atlas da PEB) p. 44

COMBATE MUNDIAL AO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS E PSICOTRÓPICOS

Adesão à Convenção de Combate ao Tráfico de Drogas Ilícitas e Psicotrópicos, por país e data de ratificação, entre 1989 e 2014



Fonte: Sítio web UNTS Treaty Database, 2016.

Segurança e defesa cibernética

O progressivo uso das novas tecnologias de comunicação e informação na vida diária das sociedades enseja um novo tema na segurança internacional: a segurança cibernética. Espionagem virtual, crimes cibernéticos, guerra cibernética e terrorismo cibernético são desafios com os quais os Estados nacionais precisam lidar no século XXI. Países como os Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha, China e Brasil são origem e alvo massivo de ataques cibernéticos. Também são vultuosos os prejuízos econômicos causados pelo crime cibernético no mundo. Estima-se que 400 bilhões de dólares são perdidos todos os anos na economia mundial devido ao uso nocivo do espaço cibernético.

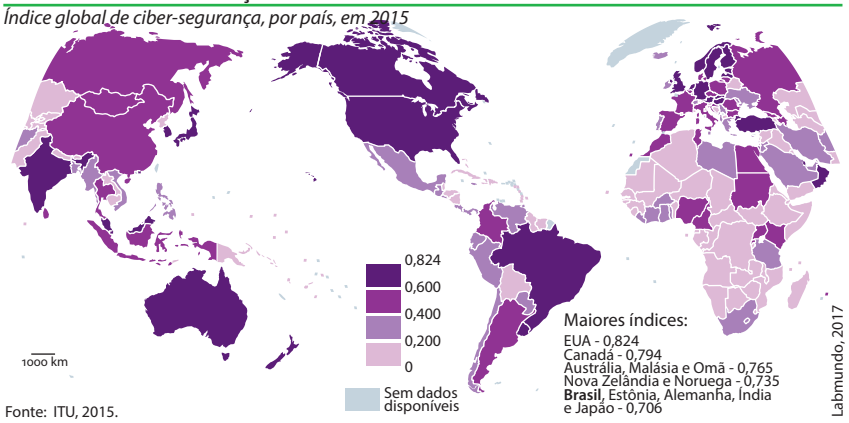
O Brasil é vítima de ataques provenientes de diversos países do mundo, em especial da China e dos EUA. Os ataques mais identificados são as fraudes (tentativas de obter vantagem via uso de artifícios informacionais), "*scan*" (varreduras em redes de computadores, com o intuito de identificar quais computadores estão ativos para empreender ataques) e ataques de negação de serviço (Dos), em que o atacante utiliza um computador ou um conjunto de computadores para tirar de operação um serviço, computador ou rede. Há uma tendência global de crescimento no número de ataques cibernéticos.

O debate sobre o papel da defesa no espaço cibernético – e a consequente transformação nas forças armadas – tornou-se importante na política internacional porque países e organizações como Alemanha, Brasil, China, EUA, Rússia e OTAN estão se moldando a este ambiente operacional, alocando recursos e criando políticas de defesa cibernética. Outro aspecto peculiar desta seara é que a concentração de poder militar tradicional por Estado pode não se traduzir em preponderância no espaço cibernético. A guerra cibernética corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informações e sistemas de informações para negar, explorar, corromper ou destruir valores do adversário baseados em informações, sistemas de informação e redes de computadores. Os alvos podem ser militares ou civis. Já a defesa cibernética é o conjunto de ações defensivas, exploratórias e ofensivas a cargo do aparato de defesa do Estado visando a prevenir ou contra-atacar ações de outrem. Uma menção especial deve ser feita aos potenciais danos às infraestruturas críticas da informação, ou seja, instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição pode provocar sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Quando todos dependem de tecnologias da informação ataques cibernéticos podem prejudicar a continuidade da missão do Estado e a segurança da sociedade.

O êxito em gerar legislação internacional, no entanto, ainda é muito limitado. A Convenção de Budapeste contra o cibercrime, proposta pelo Conselho da Europa (2001), maior tratado multilateral sobre o tema e aberta a adesões de fora daquele continente, não possui muitos signatários, o que denota a dificuldade de criar mecanismos de cooperação sobre o tema. Num ambiente de incerteza como o do espaço cibernético, evita-se abdicar de soberania e prefere-se maximizar poder nacional. Isso pode ser exemplificado pelo peso dado à questão da espionagem. Em 2013 os EUA utilizaram seu aparato de segurança para obter ilegalmente informações de governos e empresas públicas do Brasil e da Alemanha. Uma resolução repudiando o uso do espaço cibernético para a espionagem foi aprovada

PODER NO CIBER-ESPAÇO

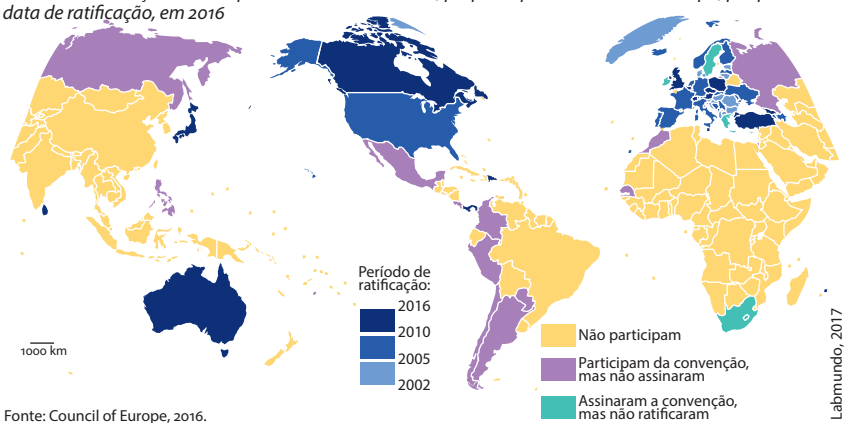
Índice global de ciber-segurança, por país, em 2015



Fonte: ITU, 2015.

PROPOSTA EUROPEIA CONTRA O CIBERCRIME

Adesão à Convenção de Budapeste contra o cibercrime, proposta pelo Conselho da Europa, por país e data de ratificação, em 2016



Fonte: Council of Europe, 2016.

por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seus debates, os BRICS demonstram preocupações comuns em evitar a espionagem estadunidense e há modestas iniciativas de coordenação, como a instalação de um cabo de fibra óptica ligando aqueles países. Do ponto de vista das capacidades, o índice global de ciber-segurança mensura a prontidão institucional dos Estados nacionais no espaço cibernético, levando em consideração aspectos legais, técnicos, organizacionais, de construção de capacidades e cooperação internacional. O Brasil é bem posicionado regional e globalmente por suas iniciativas políticas e mecanismos criados para lidar com os desafios do ciberespaço.

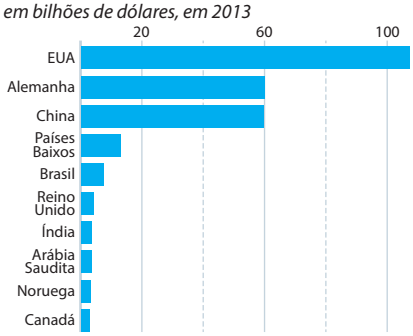
Essa temática foi inserida na agenda do Estado brasileiro nos anos 2000. Na política de defesa, o marco inicial para os esforços brasileiros para lidar com a ameaça cibernética é a II Política de Defesa Nacional (2005), seguida pela definição pelo Estado Brasileiro do que entende como guerra cibernética no Glossário das Forças Armadas (2007). A Estratégia Nacional de Defesa (2008) definiu o setor cibernético como estratégico e prioritário, responsabilizando o Exército Brasileiro por seu desenvolvimento. Em 2010, o Exército Brasileiro instituiu seu setor cibernético, o Centro de Defesa Cibernética, realizou compras de antivírus para todo o Exército Brasileiro e treinou militares no exterior. O Livro Branco de Defesa Nacional (2012) lista recursos para a defesa cibernética da ordem de R$ 839 milhões até 2031, evidenciando planos de longo prazo. Em 2014, foi lançada a Doutrina Militar de Defesa Cibernética, documento elaborado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas para balizar as ações de defesa no espaço cibernético. As capacidades instaladas foram testadas a partir de 2012, com a conferência ambiental Rio+20, seguida pela Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016). O objetivo é evitar os ataques às infraestruturas críticas e negação de serviço e também prevenir, em momentos de projeção internacional, que ativistas cibernéticos maculem a imagem do Brasil na internet.

VEJA TAMBÉM:

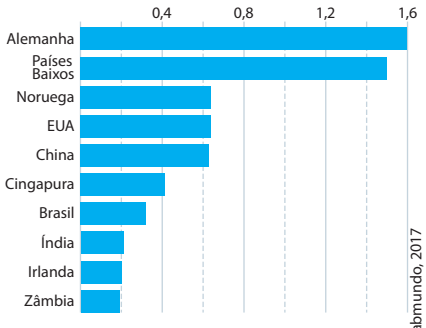
Mecanismos internacionais p. 30
Capacidades militares p. 28
Terrorismo e crime organizado p. 44
Ameaças internacionais (Atlas da PEB) p. 48

PREJUÍZO CAUSADO PELO CIBERCRIME NO MUNDO

10 maiores prejuízos absolutos, valores estimados, em bilhões de dólares, em 2013



10 maiores prejuízos em % do PIB, valores estimados, em 2013

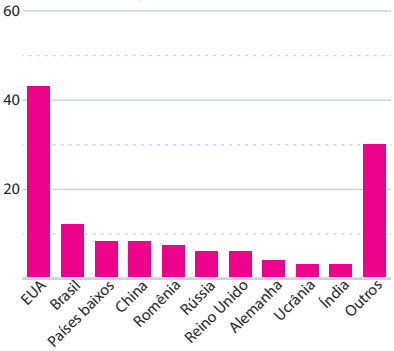


Fontes: Symantec, 2014; Banco Mundial, 2016.

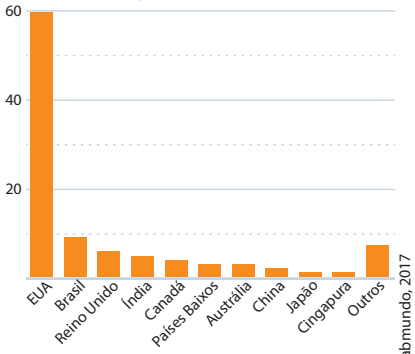
Labmundo, 2017

CIBERATAQUES NO MUNDO

Origens de ataques cibernéticos por aplicação web, em %, entre janeiro e abril de 2016



Alvos de ataques cibernéticos por aplicação web, em %, entre janeiro e abril de 2016

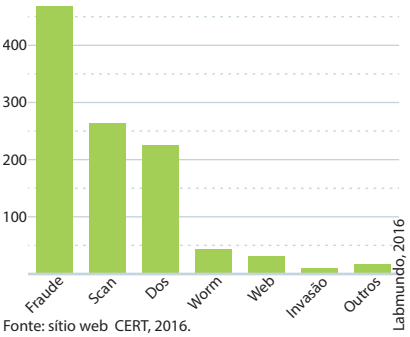


Fonte: Akamai, 2016.

Labmundo, 2017

CIBERATAQUE NO BRASIL

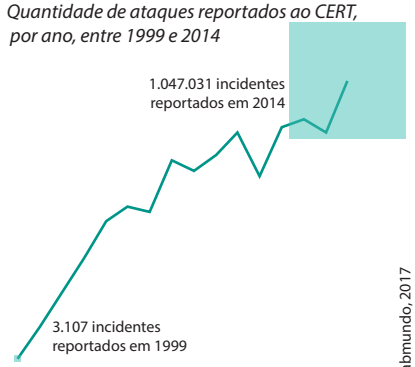
Quantidade de ataques reportados ao CERT, por tipo, em milhares de ataques, em 2014



Fonte: sítio web CERT, 2016.

Labmundo, 2016

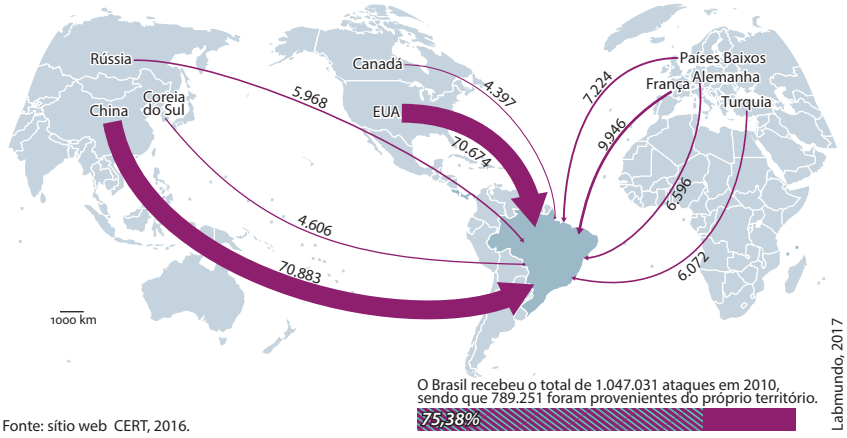
Quantidade de ataques reportados ao CERT, por ano, entre 1999 e 2014



Fonte: sítio web CERT, 2016.

Labmundo, 2017

Principais origens dos ataques ao Brasil, por quantidade de ataque e por país, em 2014



Fonte: sítio web CERT, 2016.

Labmundo, 2017

Capítulo 3:

GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL


Enara Echart Muñoz



Enara Echart Muñoz

A América do Sul pode ser entendida como o núcleo do entorno estratégico da política brasileira de defesa, que também compreende países e territórios situados em outras regiões próximas, como o Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártida. O que o Estado brasileiro julga prioritário defender e quais são suas reais capacidades de ação? Quais são as dificuldades enfrentadas pelos governos de turno para implementar a política brasileira de defesa? No início do século XXI, os processos de integração regional da América do Sul são parte de um novo ciclo político na região, distinto de todas as conjunturas políticas vivenciadas desde as independências no início do século XIX até o final do século XX. Nesse novo ciclo político, forças progressistas das nações sul-americanas, lideradas por alguns de seus governos, buscaram organizar uma nova perspectiva coletiva sobre o lugar da região na geopolítica internacional. Esse processo não foi consensual entre grupos políticos e econômicos domésticos e tem-se confrontado com a persistente hegemonia estadunidense na região. A emergência de países asiáticos, principalmente da China, e a presença residual de antigas metrópoles europeias na região tornam ainda mais complexa a dinâmica geopolítica regional e os processos de integração sul-americana. O Brasil cumpriu papel decisivo nesse contexto, tanto em termos de liderança compartilhada no auge desses processos, quanto em termos de reduzida ambição regional na conjuntura crítica pós-2016. Na concepção deste capítulo do Atlas, a integração regional apresenta três dimensões estratégicas: 1- a sua interação com a divisão internacional do trabalho e o sistema de poderes e instituições multilaterais; 2- a organização de novas formações socioeconômicas; e 3- a emergência de novos atores sociais. O tema da defesa e da segurança regional é diretamente relacionado com, pelo menos, as duas primeiras dimensões dos processos de integração sul-americana e, por esse motivo, é fundamental o estudo das relações estabelecidas entre o Brasil e seus vizinhos do chamado entorno estratégico. Nesse sentido, o presente capítulo trata das interações políticas, econômicas e identitárias que estão em curso na política brasileira de defesa para a América do Sul.

Entorno estratégico

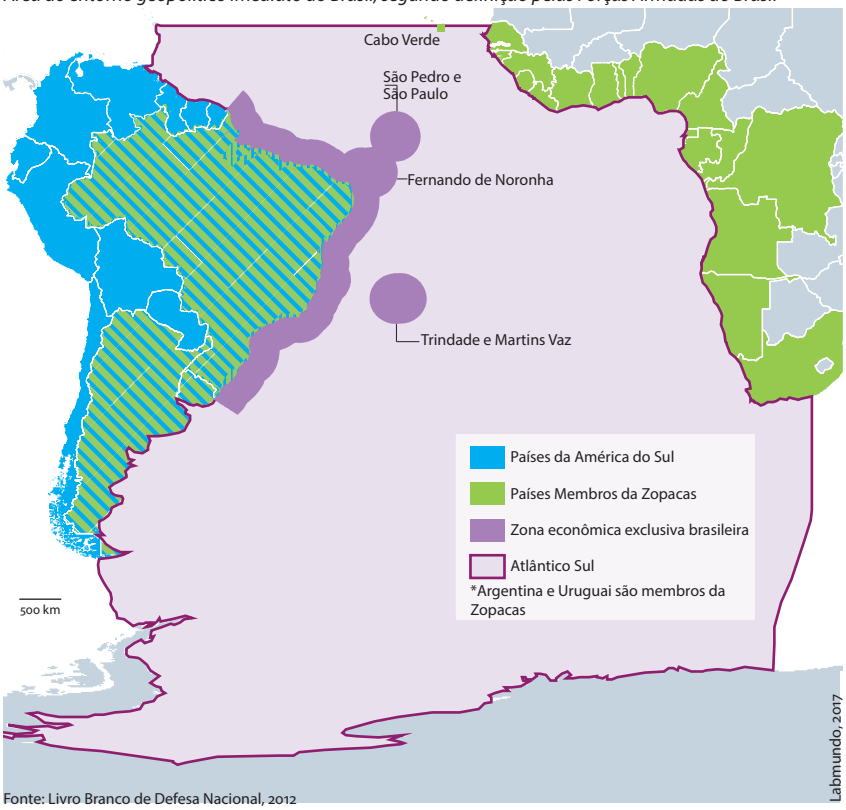
O artigo 4º da Constituição de 1988 estabelece que o Brasil regerá suas relações internacionais pela cooperação e integração com os países da América Latina. Essa orientação é seguida pelo Livro Branco da Defesa Nacional, que descreve que a ênfase da política de defesa do Brasil consiste na cooperação com seu entorno geopolítico imediato, formado pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártida. Nas duas últimas décadas, as ações brasileiras no Atlântico Sul e a maior cooperação com os países africanos fortaleceram a presença brasileira nessas regiões, como, por exemplo, por meio da constituição da Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul (Zopacas), em 1986. Em paralelo, a presença brasileira na América do Sul passou também por um processo de aprofundamento.

O Brasil, que faz fronteira com nove países sul-americanos, além da Guiana Francesa, possui na colaboração em temas de defesa com seus vizinhos um dos pilares de sua atuação na região. Dos cerca de 16 mil quilômetros da fronteira brasileira, aproximadamente 12 mil correspondem à Amazônia Legal, fato que torna o monitoramento da região uma das prioridades do controle de fronteiras. Nesse sentido, as Forças Armadas do Brasil instituíram a Operação Ágata, que faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal. A operação, realizada desde 2011, é destinada a coibir delitos transfronteiriços, como contrabando e narcotráfico, e possui edições com mais militares nos períodos dos mega-eventos que o país sediou, a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Além disso, o governo também estabeleceu o Programa Nacional de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, devido à interdependência entre defesa e questões socioeconômicas.

Uma das estratégias brasileiras para implementar a cooperação com os países da América do Sul é a realização de exercícios militares conjuntos, em que os oficiais têm a oportunidade de realizar treinamentos e simulações. A principal operação conjunta é a Operação Fraterno, realizada desde 1978 pela Marinha Brasileira e pela Armada Argentina. A operação possui como objetivo aprimorar o nível de operabilidade entre ambas as Forças, assim como promover um melhor relacionamento e conhecimento profissional e

ENTORNO GEOPOLÍTICO ESTRATÉGICO

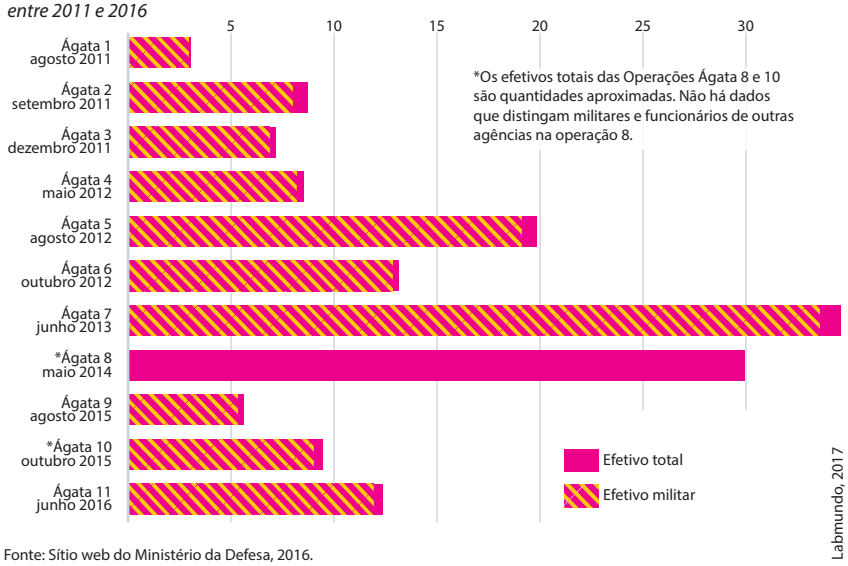
Área do entorno geopolítico imediato do Brasil, segundo definição pelas Forças Armadas do Brasil



Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional, 2012

OPERAÇÕES ÁGATA E CONTROLE DE FRONTEIRAS

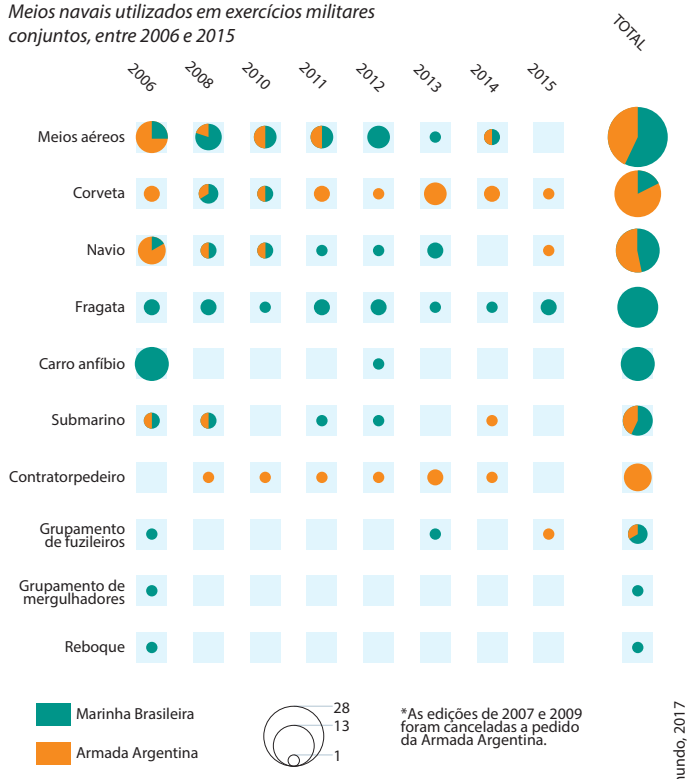
Evolução do efetivo total e da participação de militares nas operações Ágata, em milhares, entre 2011 e 2016



Fonte: Sítio web do Ministério da Defesa, 2016.

OPERAÇÕES FRATERNO

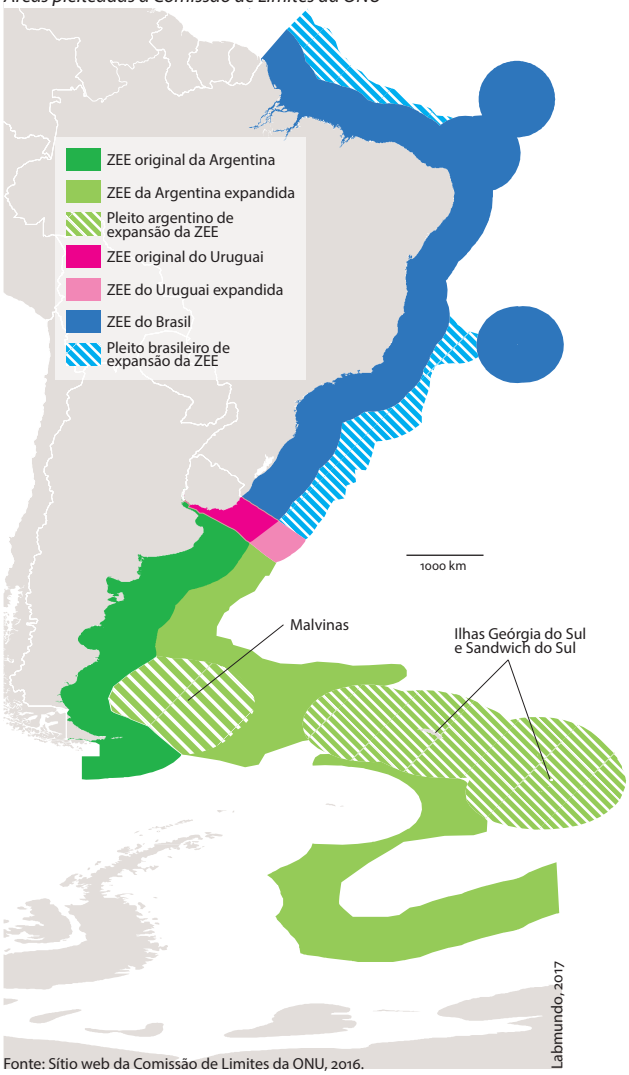
Meios navais utilizados em exercícios militares conjuntos, entre 2006 e 2015



Fonte: Comando da Marinha via Portal da Transparência, 2016

AMPLIAÇÃO DAS ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS

Áreas pleiteadas à Comissão de Limites da ONU



Fonte: Sítio web da Comissão de Limites da ONU, 2016.

de doutrinas. O planejamento e a execução do exercício ocorrem, alternadamente, em cada um dos países e nas suas respectivas águas jurisdicionais. Foram realizadas 8 operações nos últimos dez anos, em que foram utilizados submarinos, fragatas, corvetas, entre outros meios navais e aeronavais. As duas Marinhas realizaram, ainda, entre 1994 e 2002, a Operação ARAEX, cujo objetivo era prover qualificação, em operações a bordo de navios-aeródromo, aos pilotos da Armada Argentina.

Os Exércitos de Brasil e Argentina também cooperam em diversas operações, como a Hermandad, Yaguareté, Saci, Duende e Guarani, exercícios estabelecidos pela Conferência Bilateral de Estado–Maior. Estes são realizados no território de ambos os países, com a utilização de tropas terrestres e aeromóveis, simulando forças-tarefa. A cooperação ocorre, ainda, entre as Forças Aéreas, com destaque para as Operações Prata e Cruzex. A Operação Prata consiste em exercícios aéreos combinados na região de fronteira entre Brasil e Argentina. Outros países vizinhos, como Uruguai e Paraguai, participam de exercícios combinados com as Forças Armadas brasileira e argentina de forma recorrente, o que contribui para a cooperação a nível regional em defesa.

Brasil, Argentina e Uruguai convergem, ainda, na importância estratégica que conferem ao Atlântico Sul. Os três países formularam pedidos à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU reivindicando a extensão de suas respectivas águas jurisdicionais para além das 200 milhas náuticas. Em 2014, o Uruguai recebeu resposta afirmativa ao seu pleito, e aumentou sua plataforma continental para 350 milhas náuticas. Em 2016, a Argentina conseguiu a extensão, incorporando área adicional ao seu território marítimo. Entretanto, a situação argentina é debatida na Comissão desde 2009, pois o pleito inicial requeria a incorporação da região das Ilhas Malvinas e Sandwich do Sul, área de disputa com o Reino Unido, e de região próxima à Antártida, que possui regime próprio de ocupação, restrito à pesquisa e definido por tratado. A Comissão, portanto, não concedeu essas áreas críticas à soberania argentina.

A requisição de ampliação da plataforma continental brasileira teve início com os trabalhos do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira e, em 2004, o Brasil submeteu proposta à Comissão, solicitando incremento de cerca de 960.000 km². O pleito brasileiro foi concedido apenas parcialmente em 2007 e, desde então, o Brasil reformulou seu pedido para assegurar o controle sobre a área, significando que o aproveitamento de recursos dependerá de consentimento do governo brasileiro. Esse aumento adquiriu nova importância desde a descoberta de reservas de petróleo e hidrocarbonetos na camada do Pré-Sal. A Comissão de Limites manteve em sua agenda a análise do pleito brasileiro, aguardando a informação de dados que comprovem que a extensão pedida pelo Brasil condiz com o prolongamento natural de seu território.

VEJA TAMBÉM:

Presença de potências extrarregionais p. 56
Amazônia Azul p. 64
Brasil: potência regional? p. 68
Cooperação regional em defesa p. 58

América do Sul: um continente pacífico?

Alguns projetos de pesquisa, sediados em países centrais, buscam consolidar bases de dados que registram os mais variados conflitos no sistema internacional. Há, no entanto, enormes limitações quanto à sua atualização e principalmente quanto aos critérios de classificação dos conflitos. Talvez por isso, a cartografia temática raramente tenha abordado esse material de pesquisa. Apesar dessas limitações, é possível sublinhar algumas tendências: observou-se a redução no número de conflitos interestatais no pós-Guerra Fria e uma concentração dos conflitos na África e no Sul da Ásia, com destaque para a violência intraestatal. A América do Sul apresenta baixo nível de ocorrência de conflitos intraestatais, interestatais e disputas interestatais militarizadas.

Entre 1990 e 2010, o espectro do conflito, no plano global, caminhou para uma predominância dos conflitos intraestatais em detrimento dos clássicos conflitos interestatais. Do ponto de vista interestatal, destaca-se a guerra do Iraque, levada a cabo por uma coalizão multinacional liderada pelos EUA sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, e conflitos armados na África Subsaariana, os quais geraram consequências humanitárias graves e impactos substanciais no sistema internacional. Entre os conflitos intraestatais, deve-se ressaltar sua relação direta com processos de desagregação social e crises de toda ordem (econômica, ambiental, humanitária, política). Revelam a falta de Estados com capacidades institucionais adequadas e, ademais, decorrem dos programas de ajuste estrutural e dos processos de globalização econômica e financeira.

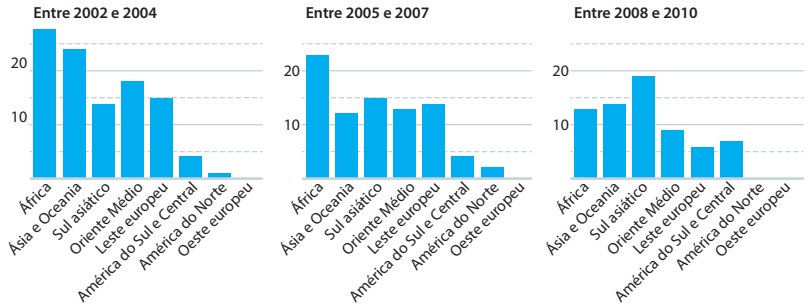
Quando se abordam os conflitos internacionais, conforme alguns pesquisadores, incluem-se aqueles cujo resultado é um número superior a 1000 baixas – ou seja, a guerra – e também aquelas disputas interestatais militarizadas com menor dimensão, como ameaças de uso da força, demonstração de força ou pequenas escaramuças que envolvem uso de força militar. Entre 2002 e 2010, predominaram, no sistema internacional, ocorrências nas quais há alguma demonstração (ou mesmo o uso) de força, por parte de um dos países envolvidos na disputa. Geograficamente,

TENSÕES NO MUNDO E NA AMÉRICA DO SUL

Disputas interestatais militarizadas de países da América do Sul, por país, entre 2002 e 2010



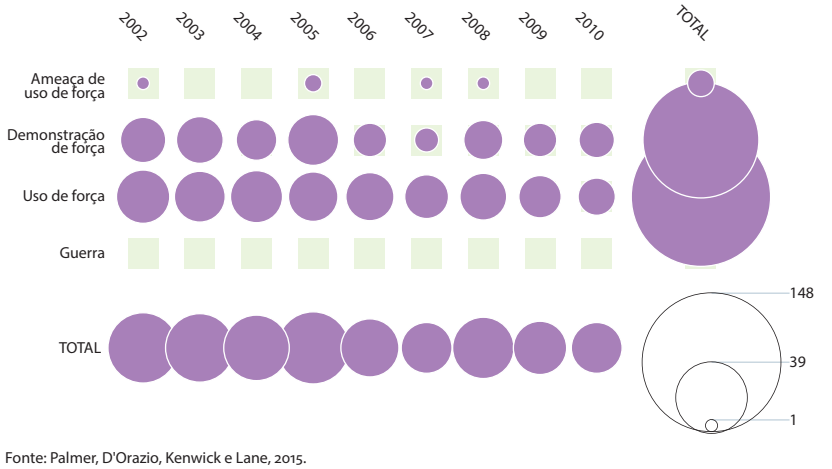
Quantidade absoluta de disputas interestatais militarizadas no sistema internacional, por região e período, entre 2002 e 2010



Fonte: Palmer, D'Orazio, Kenwick e Lane, 2015.

Labmundo, 2017

Evolução do total de disputas interestatais militarizadas no sistema internacional, por tipo de disputa e ano, entre 2002 e 2010



Fonte: Palmer, D'Orazio, Kenwick e Lane, 2015.

Labmundo, 2017

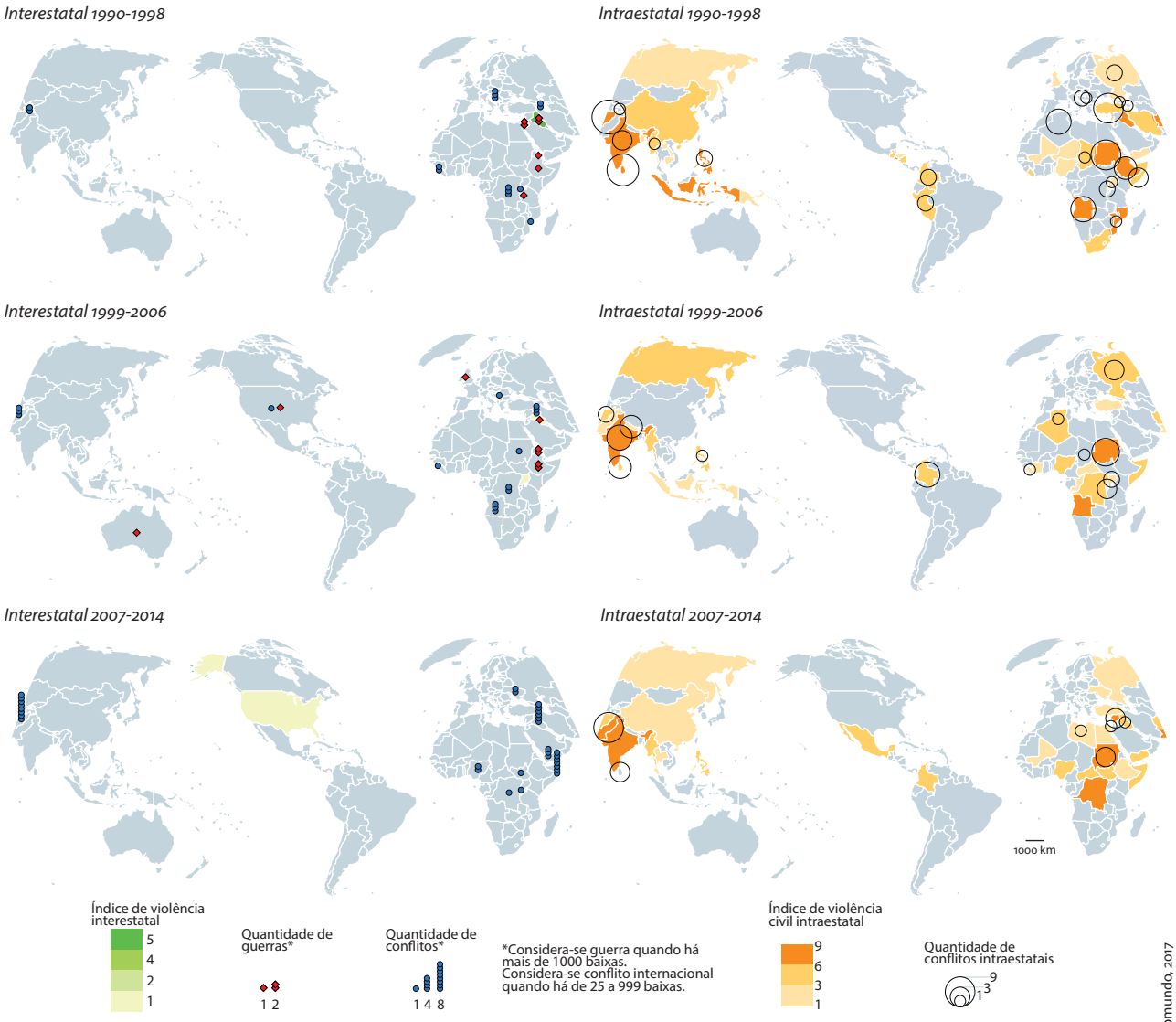
*A origem da seta representa o país que iniciou a disputa interestatal militarizada e o fim da seta representa o outro país envolvido.

** Disputas interestatais militarizadas são casos de conflito entre Estados em que há ameaça, demonstração ou uso limitado de força militar por Estado explicitamente dirigidas ao governo, representantes oficiais, forças oficiais, propriedade ou território de outro Estado.

Fonte: Palmer, D'Orazio, Kenwick e Lane, 2015.

Labmundo, 2017

CONFLITUOSIDADE INTERESTATAL E INTRAESTATAL



Fontes: Pettersson, Wallensteen, Gledistch et al., 2002.

verifica-se um número mais elevado de disputas no continente africano, sul asiático e Oriente Médio.

A literatura que aborda a geopolítica sul-americana compartilha um consenso relativo de que a utilização de teorias do tipo "dilema de segurança" não são totalmente aplicáveis ao continente. Historicamente, desenvolveu-se uma zona de não guerra, o que não necessariamente significa dizer uma zona de paz. O sistema de equilíbrio de poder sul-americano resultou da mitigação das tensões entre Brasil e Argentina materializada nos acordos de Tlatelolco, abrindo caminho para um processo de regionalização da segurança em uma comunidade plural. Foi possível, no entanto, identificar algumas disputas menores no período 2002-2010. Destaque-se as tensões regionais entre Venezuela, Colômbia e Equador. Também ocorreram duas disputas envolvendo atores extrarregionais. Em 2002, a Rússia protestou contra a apreensão pela Argentina de um barco pesqueiro de bandeira russa cuja tripulação alegou estar pescando em águas internacionais, quando, de fato, estavam pescando em águas territoriais argentinas. Em 2010, um incidente internacional entre EUA e Venezuela foi gerado porque o governo venezuelano ordenou que caças fossem interceptar um avião militar estadunidense que, alegadamente, invadiu o espaço aéreo venezuelano duas vezes num total de 34 minutos. O Brasil, neste período, envolveu-se numa disputa militarizada com o Peru: 100 militares brasileiros ultrapassaram a fronteira com aquele país, em meio a uma disputa entre cidadãos de ambos os países.

As evidências sugerem que o entorno estratégico imediato do Brasil é relativamente pacífico, do ponto de vista da violência interestatal. Quanto ao entorno estratégico expandido – entendido como a projeção dos interesses brasileiros para o continente africano -, verificam-se naquele continente pontos de conflito intraestatal e interestatal que podem gerar desafios para o Brasil. Em seu esforço de projeção internacional, o Brasil poderá ter de lidar com focos de tensão na África, contribuindo com efetivos em operações de paz, cooperação internacional ou atuando como mediador de crises.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação regional em defesa p. 58
Brasil: potência regional? p. 68
Presença de potências extrarregionais p. 56
Integração regional (Atlas da PEB) p. 86

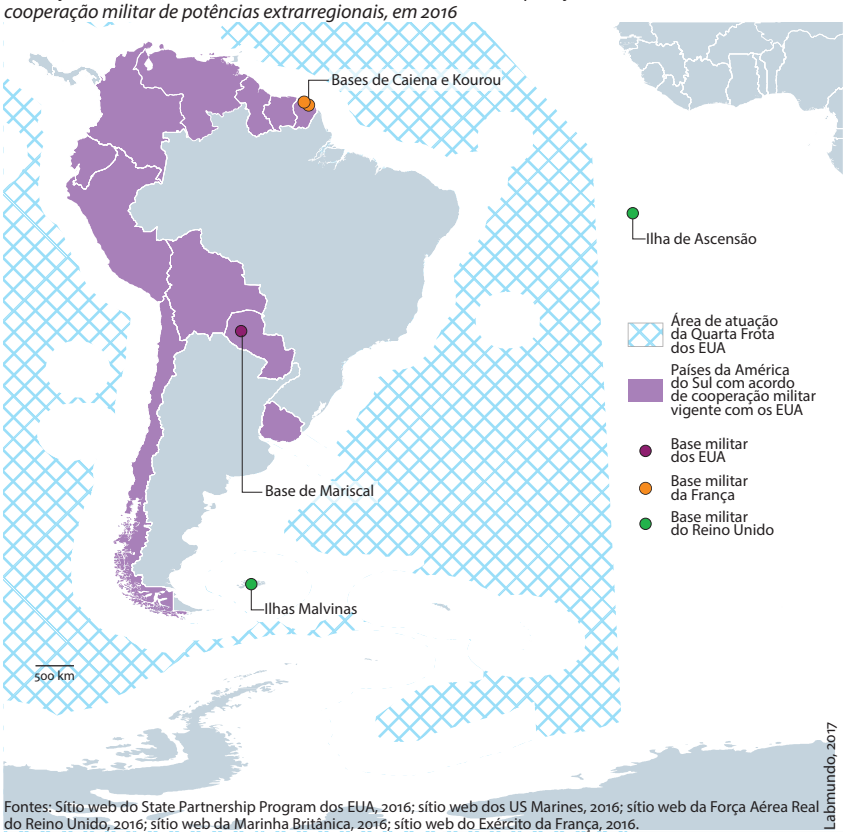
Presença de potências extrarregionais

O receio de perder parte de seu território, principalmente na Amazônia, foi um dos elementos que deu origem à preocupação com a defesa do Brasil, desde o século XIX. Hoje, a defesa do território e da plataforma continental continua sendo prioridade. Legados históricos do colonialismo, do imperialismo e da Guerra Fria ainda geram consequências na conjuntura atual sul-americana no que tange à presença de potências extrarregionais. Constituída originalmente como colônias de metrópoles europeias e inserida na área de influência dos EUA ao longo do século XX, a região ainda apresenta territórios sob controle de países europeus, assim como fortes laços no âmbito da defesa, treinamento de tropas e outras áreas estratégicas. É o caso da Guiana Francesa, um território ultramarino da França que abriga a base de Caiena, além do Centro Espacial de Kourou. O Reino Unido também tem bases em ilhas próximas ao continente sul-americano. Por exemplo, a base naval na Ilha de Ascensão e a base nas Malvinas, território reivindicado pela Argentina que foi objeto de um conflito armado entre os dois países em 1982.

Ao longo do século XX, em especial após a Segunda Guerra, os EUA tornaram-se a principal potência econômica e militar na região. A presença militar é evidente, por exemplo, pelo controle da base de Mariscal, no Paraguai. Além disso, os EUA também se fazem militarmente presentes por meio da Quarta Frota de sua marinha, que tem a missão de patrulhar as águas internacionais no entorno da América do Sul. Embora o Brasil e a Argentina sejam os únicos países da América do Sul sem acordo de cooperação militar vigente em 2016, ambos têm histórico de parceria com a potência norte-americana. No século XXI, a maior base estadunidense na América do Sul situava-se em território do Equador. Entretanto, em 2009, o governo equatoriano não renovou a concessão da base de Manta aos EUA, e as tropas estadunidenses retiraram-se do local e devolveram o controle daquela instalação. Como alternativa, os EUA negociaram a instalação de bases na Colômbia. Apesar da presidência colombiana ter aceitado o pedido, a concretização dos acordos foi impedida pela Suprema Corte que entendeu que a instalação iria de encontro à Constituição do país. Também há tentativas constantes dos EUA, a fim de reaquecer negociações com a Argentina e com o Brasil para a cessão de bases militares em seus respectivos territórios. A área da tríplice fronteira, no sul da região, Alcântara, no nordeste brasileiro, e áreas próximas à Antártida são vistas como estratégicas pelos EUA.

PRESENÇA MILITAR ESTRANGEIRA NA AMÉRICA DO SUL

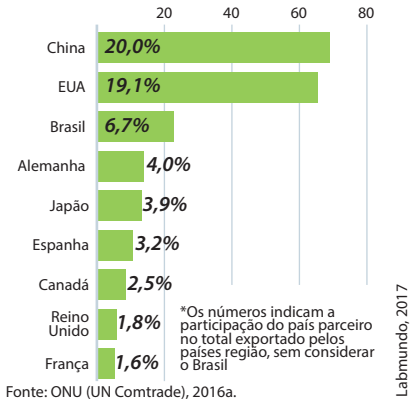
Presença de bases militares com caráter de extraterritorialidade, operações militares e acordos de cooperação militar de potências extrarregionais, em 2016



Fontes: Sítio web do State Partnership Program dos EUA, 2016; sítio web dos US Marines, 2016; sítio web da Força Aérea Real do Reino Unido, 2016; sítio web da Marinha Britânica, 2016; sítio web do Exército da França, 2016.

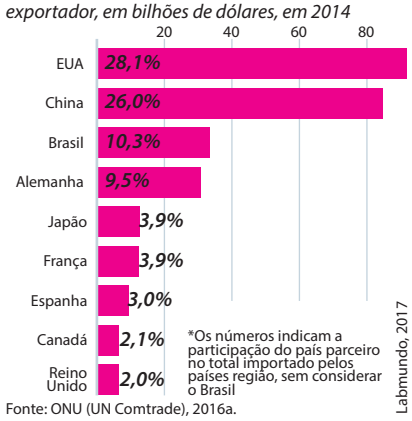
PRESENÇA COMERCIAL

Valor absoluto das exportações feitas pelos países da América do Sul (exceto o Brasil), por país importador, em bilhões de dólares, em 2014



Fonte: ONU (UN Comtrade), 2016a.

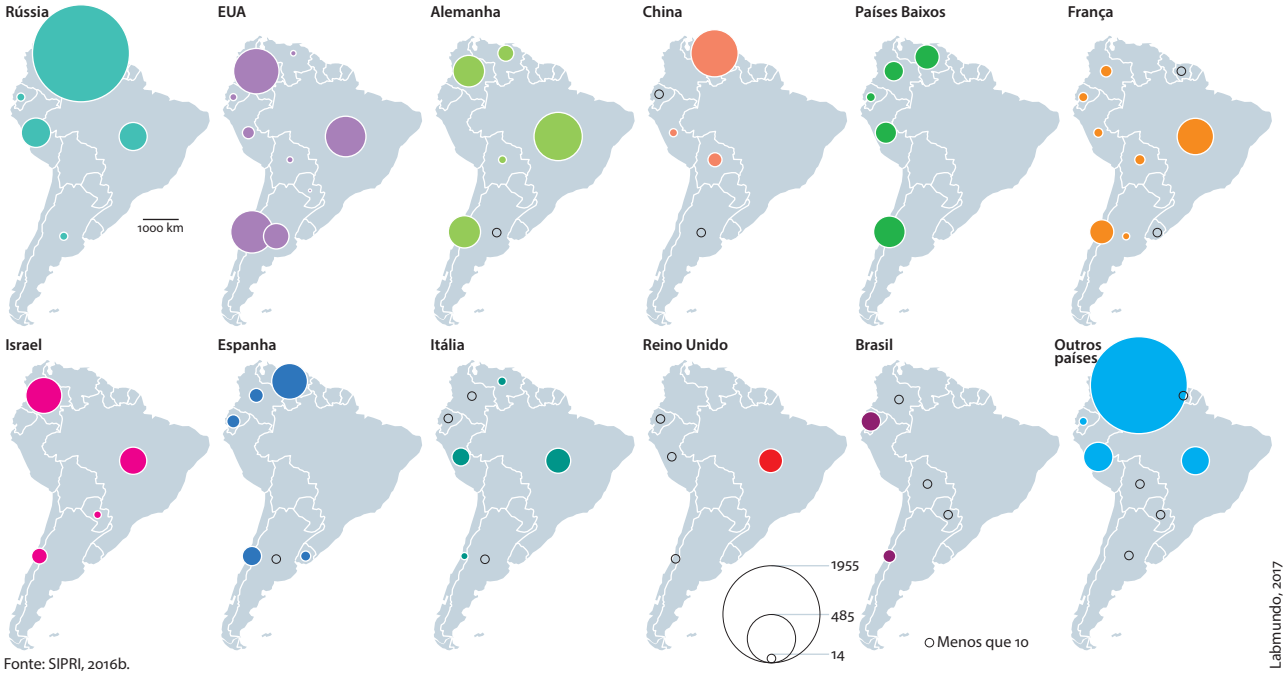
Valor absoluto das importações feitas pelos países da América do Sul (exceto o Brasil), por país exportador, em bilhões de dólares, em 2014



Fonte: ONU (UN Comtrade), 2016a.

PRINCIPAIS FORNECEDORES DE ARMAMENTOS PARA A AMÉRICA DO SUL

Importação de armamentos pelos países da América do Sul por país exportador, em milhões de dólares (preço constante 1990), entre 2010 e 2015

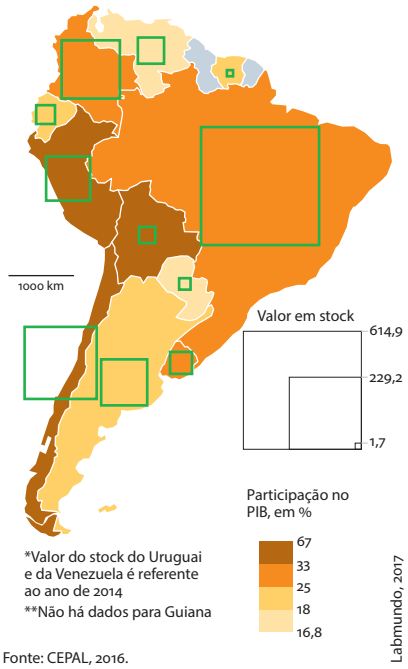


Fonte: SIPRI, 2016b.

Além da presença militar, vínculos comerciais e financeiros também evidenciam a presença de países externos à região na América do Sul. Vínculos econômicos são próprios do capitalismo e podem produzir crescimento econômico e diminuição do desemprego, entre outros impactos positivos. Todavia, a assimetria entre parceiros econômicos e o padrão mineral-extrativista tendem a reproduzir conhecidas formas de dependência na divisão internacional do trabalho. Diferentemente do âmbito militar, em que há forte presença dos EUA e uma residual europeia, a China surge como potencial contraponto no campo econômico. O comércio exterior da América do Sul é concentrado nos fluxos com os EUA e com a China, o que torna a região mais suscetível a abalos vindos desses parceiros. A preocupação com a dependência externa torna-se mais importante quando se trata de setores estratégicos. É o caso, por exemplo, do comércio de armamentos, em sua maioria extrarregional. Apesar da China ser um importante parceiro comercial da América do Sul, isso ainda não se reflete nos investimentos. O principal investidor na região são os EUA, seguidos dos Países Baixos. Devido à escala de sua economia, entre outros motivos, o Brasil é o principal destino dos investimentos estrangeiros diretos em termos absolutos. Todavia, em comparação com o Brasil, outros países da região são mais dependentes desses fluxos financeiros, como é o caso do Chile, em que 62% do PIB em 2015 correspondeu a investimentos vindos de outras regiões, e da Bolívia, com 41,3%. Os setores mais atrativos para os investimentos externos são de serviços (como bancos, telecomunicação, transporte), indústria de extração (mineradoras e petrolíferas, por exemplo) e indústria manufatureira.

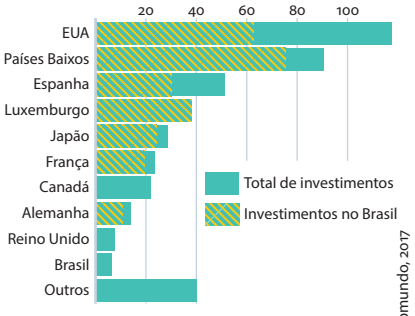
DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Participação de investimentos externos diretos no PIB, entre 2001 e 2015, e valor do stock de investimentos, por país, em bilhões de dólares, em 2015



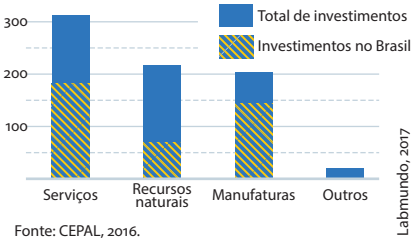
Fonte: CEPAL, 2016.

Investimentos externos diretos na América do Sul por país investidor, em bilhões de dólares, entre 2007 e 2014



Fonte: CEPAL, 2016.

Investimentos externos diretos na América do Sul por área, em bilhões de dólares, entre 2007 e 2014



Fonte: CEPAL, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Amazônia Verde p. 62
Amazônia Azul p. 64
República e desafios geoestratégicos p. 18
República (Atlas da PEB) p. 18

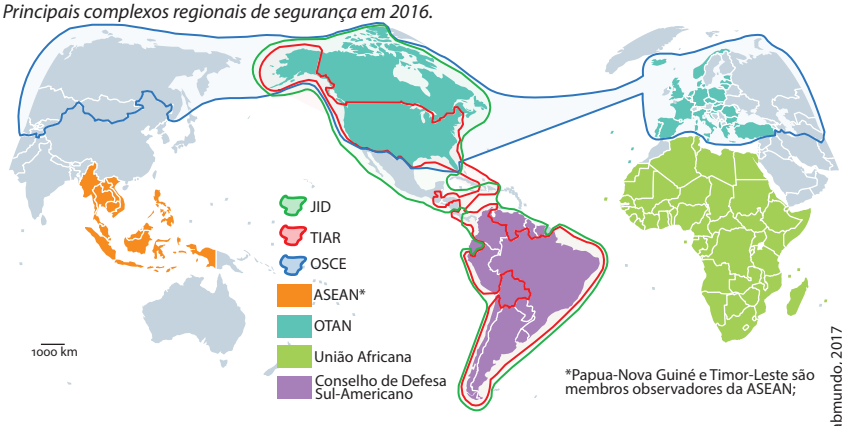
Cooperação regional em defesa

Durante a Guerra Fria, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, a cooperação em defesa envolvendo apenas países sul-americanos era de baixa intensidade. Nesse período, uma das poucas iniciativas de destaque no âmbito da cooperação regional (e hemisférica) em defesa era a cooperação repressiva desenvolvida pela Operação Condor. Ao final dos anos 1970, a cooperação sul-americana em defesa sofreu forte impulso em virtude de três fatores. A transformação das relações bilaterais entre os países do Cone Sul após a superação das desconfianças e de conflitos fronteiriços que persistiam sem solução desde o século XIX; o enfraquecimento da credibilidade do sistema interamericano, devido o apoio dos EUA ao Reino Unido na Guerra das Malvinas; os processos de redemocratização e de busca por maior autonomia na região, que contribuíram para aproximarem os Estados e as elites estratégicas nacionais.

Com a intensificação da integração cultural, econômica, social e política regional nas últimas décadas do século XX, os Estados sul-americanos desenvolveram a compreensão de que a integração não poderia se fundar em um ambiente de insegurança. Assim, a partir da nova onda regionalista do século XXI, os Estados sul-americanos avançaram para uma maior cooperação e intercâmbios no eixo de defesa e convergiram na constituição de arranjos de defesa e de segurança abrangendo organizações regionais, através da criação, em 2008, do Conselho de Defesa Sul-Americano vinculado à Unasul. Diferentemente das alianças militares convencionais, como a OTAN, o CDS é uma instância de consulta, cooperação e coordenação regional em defesa. Seu funcionamento é regido pelos princípios de respeito à soberania, à autodeterminação e à integridade territorial dos Estados, assim como de não intervenção em assuntos internos e de respeito às instituições democráticas e aos direitos humanos. O CDS estabelece os seguintes objetivos gerais: a) consolidar uma zona de paz sul-americana; b) construir uma identidade comum sul-americana em defesa; c) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em defesa. E específicos: a) analisar os elementos comuns para uma visão conjunta em defesa; b) promover o intercâmbio de informações e análises regionais e internacionais

COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

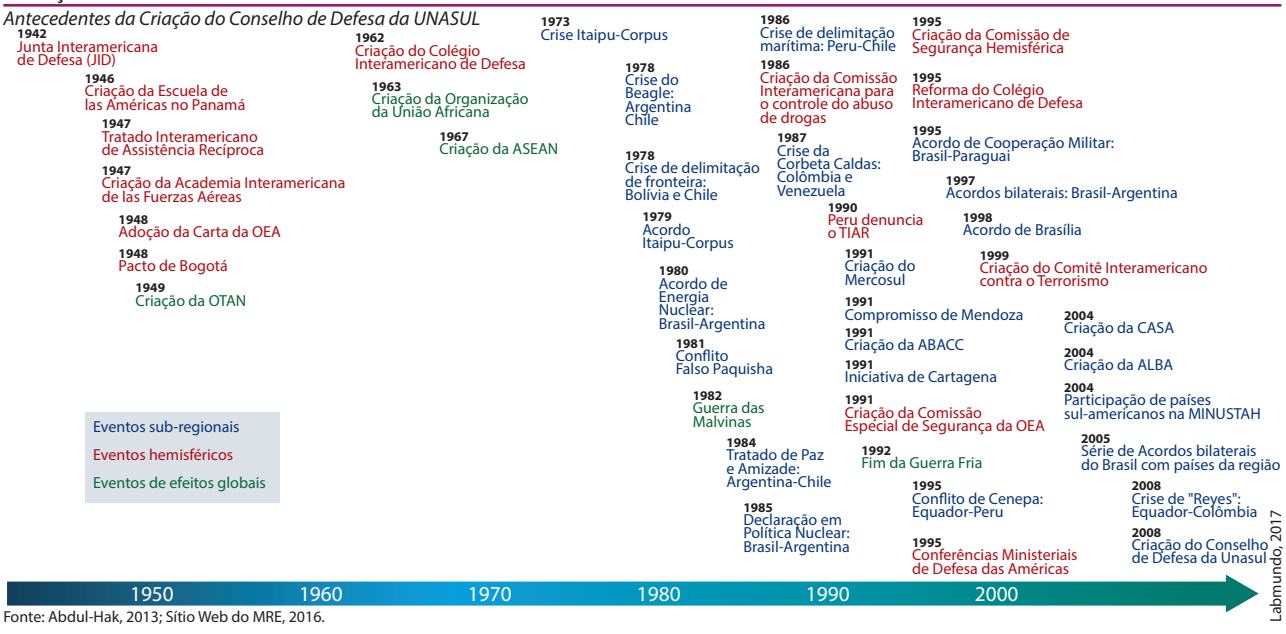
Principais complexos regionais de segurança em 2016.



Fontes: Elaboração própria. Bases: OTAN, OSCE, ASEAN, UA, UNASUL, JID, Comissão de Segurança Hemisférica OEA, 2016.

CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA DA UNASUL

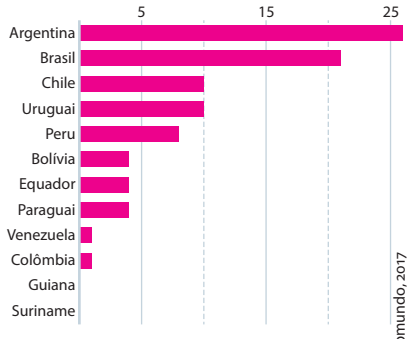
Antecedentes da Criação do Conselho de Defesa da UNASUL



Fonte: Abdul-Hak, 2013; Sítio Web do MRE, 2016.

EXERCÍCIOS MILITARES BILATERAIS

Quantidade de exercícios bilaterais entre países membros da Unasul, por país, entre 2010 e 2016



Fonte: Donadio e Tibiletti, 2012; Donadio e Tibiletti, 2014.

POLÍTICAS DECLARATÓRIAS DE DEFESA

Documentos sobre defesa entre os países membros da Unasul

Argentina	- Libro Blanco de la Defensa Nacional (1999); - Revisión de la Defensa (2001); - Directiva de Política de Defensa Nacional (2009); - Libro Blanco de la Defensa Nacional (2010); - Directiva de Política de Defensa Nacional (2014); e - Libro Blanco de la Defensa Nacional (2015).
Bolívia	- Libro Blanco de la Defensa (2004); e - Bases para la Discusíon de la doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolívia (2010).
Brasil	- Política Nacional de Defesa (1996); - Política Nacional de Defesa (2005); - Estratégia Nacional de Defesa (2008); - Estratégia Nacional de Defesa (2012); - Política Nacional de Defesa (2012); e - Livro Branco da Defesa Nacional (2012).
Chile	- Libro de la Defensa Nacional de Chile (1997); - Libro de la Defensa Nacional de Chile (2002); e - Libro de la Defensa Nacional de Chile (2010).
Colômbia	- Política de Defensa y Seguridad Democrática (2003); - Política de Consolidación de la Seguridad Democrática (2007); - Política de Consolidación de la Seguridad Democrática (2010); - Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad (2011); - Política Nacional de Defensa de la Libertad Personal (2011); e - Política de Defensa y Seguridad "Todos por un nuevo país" (2015).
Equador	- Política de Defensa Nacional del Equador (2002); - Política de Defensa Nacional del Equador (2006); - Agenda Política de la Defensa Nacional (2008); - Agenda Política de la Defensa Nacional (2011); e - Agenda Política de la Defensa Nacional (2014).
Paraguai	- Política de Defensa Nacional de la República del Paraguay (1999); - Libro Blanco de la Defensa Nacional (2013); e - Directiva de Defensa Nacional (2013).
Peru	- Libro Blanco de la Defensa Nacional del Perú (2005).
Uruguai	- Bases de uma Política de Defensa Nacional (1999); e - Política de Defensa Nacional (2014).

Fonte: Souza, 2015.

Labmundo, 2017

para identificar fatores de risco que interfiram em um ambiente de paz; c) articular posições regionais em fóruns multilaterais de defesa; d) proporcionar a construção de visões compartilhadas sobre defesa; e) fortalecer a adoção de medidas de confiança entre os países; f) promover o intercâmbio e a cooperação na indústria de defesa; g) fomentar o intercâmbio de formação e capacitação militar e promover a cooperação acadêmica entre centros de estudo da defesa; h) estimular e apoiar ações humanitárias; i) compartilhar experiências em operações de paz da ONU; k) incorporação da vertente de gênero no campo da defesa. Em seu funcionamento, as ações do CDS inserem-se em quatro grandes eixos: 1) Políticas de Defesa; 2) Cooperação Militar, Operações de Paz e Assistência Humanitária; 3) Indústria e Tecnologia de Defesa; 4) Formação e Capacitação. Entre as ações já desenvolvidas destacam-se: Exercícios militares bilaterais; Cursos e seminários para fomentar a compreensão e a visão comum de temas da defesa regional; Criação da Secretária Técnica Unasul-Haiti para auxiliar a participação e planejar uma estratégia de redução do contingente militar regional na Minustah; a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, na Argentina, e da Escola Sul-Americana de Defesa, no Equador, com o objetivo de gerar uma doutrina sul-americana de defesa; Desenvolvimento do projeto do avião EPB-Unasul-I.

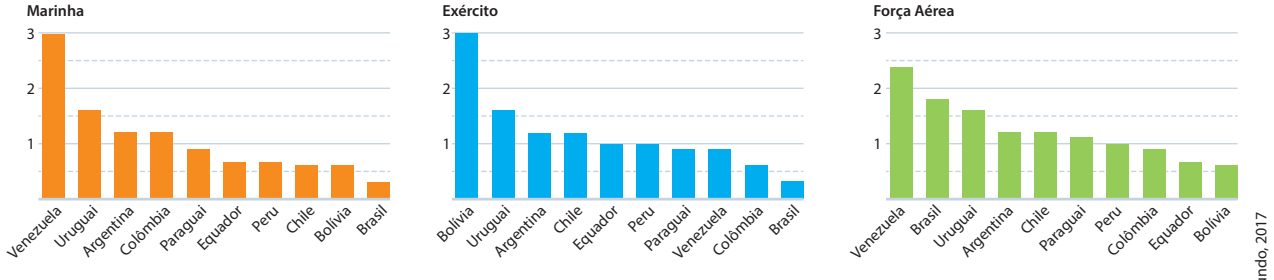
Apesar dessas iniciativas terem permitido avançar a cooperação em defesa entre os países da região, isso ocorreu de modo bastante desigual. Enquanto os exercícios militares bilaterais se intensificam no Cone Sul, entre os países andinos, seu desenvolvimento encontra um obstáculo na persistência de tensões político-militares agravadas pelos efeitos do conflito político, econômico, social e militar na Colômbia, pela Política de Defensa y Seguridad Democrática de 2003 iniciada por Álvaro Uribe e continuada por Juan Manuel Santos (ex-Ministro de Defesa de Uribe), assim como pela priorização dos EUA enquanto principal parceiro em cooperação militar do Estado colombiano, através do Plano Colômbia. As crises de natureza econômica, derrotas eleitorais dos governos progressistas e a ameaça de ruptura institucional em alguns governos progressistas mais autonomistas na região também são variáveis a serem consideradas na construção de cenários futuros do CDS.

VEJA TAMBÉM:

América do Sul: um continente pacífico? p. 54
Brasil: potência regional? p. 68
Cooperação Sul-Sul em defesa p. 72
Integração regional (Atlas da PEB) p. 86

MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

Posto máximo de oficial alcançado por mulheres formadas nas academias militares, por país, em 2014.



*O índice indica a patente máxima atingida por uma mulher, em que a escala varia de 0 a 3, onde 3 é a patente máxima dentro da respectiva força armada e 0 a patente mínima.

Fonte: Donadio e Tibiletti, 2016.

Labmundo, 2017

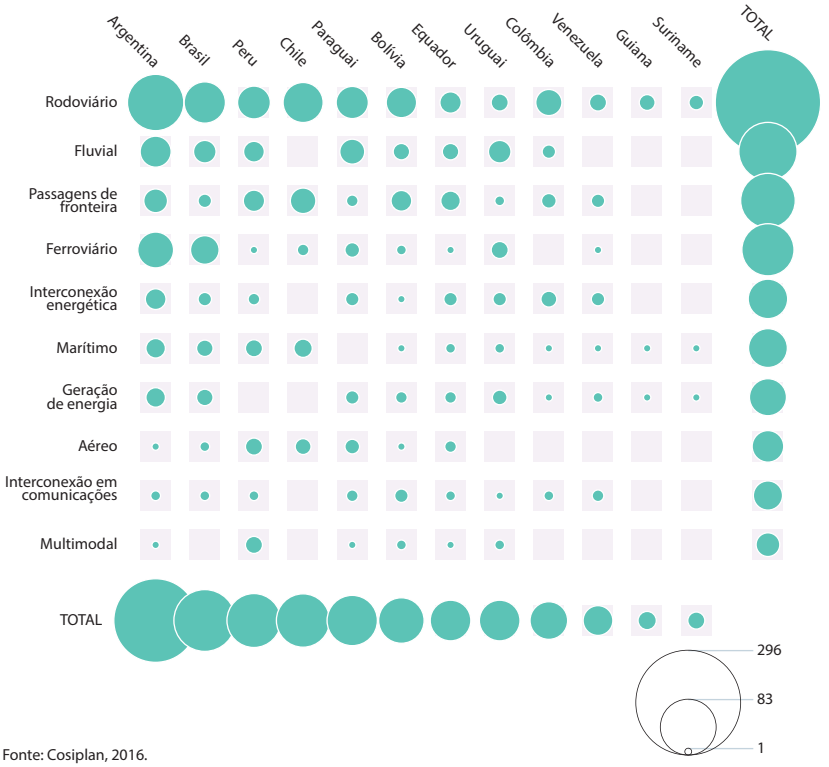
Cosiplan e IIRSA

A constituição do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) em 2009, no âmbito da Unasul, como um conselho setorial, representou uma inciativa importante do ponto de vista econômico e geopolítico, indo além do modelo de regionalismo aberto que prevalecera anteriormente. Em 2011, a IIRSA, criada no ano anterior, foi incorporada ao Cosiplan, para que atuassem conjuntamente no planejamento da conectividade regional e da articulação das infraestruturas. A missão do Conselho é ser o âmbito de discussão política sobre a implementação das estratégias de integração da infraestrutura na América do Sul, com o compromisso de não descuidar dos aspectos históricos e das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento, fomentando a cooperação regional nas áreas de planejamento e infraestrutura por meio da consolidação de alianças estratégicas entre os países da Unasul. As mudanças de governos na região impactaram na abordagem do Cosiplan. No governo FHC, a prioridade da IIRSA era a liberalização econômica e a parceria prioritária com o capital privado, e meio para alcançar o Pacífico e o mercado chinês. Com a ascensão de governos progressistas, o Cosiplan adquiriu contornos mais político-estratégicos, e os debates sobre infraestrutura foram conectados às demandas sociais e à superação das assimetrias entre os membros da Unasul.

A construção de uma rede integrada de infraestrutura criaria uma capacidade de logística fundamental para as políticas de defesa dos países da região.

PROJETOS COSIPLAN

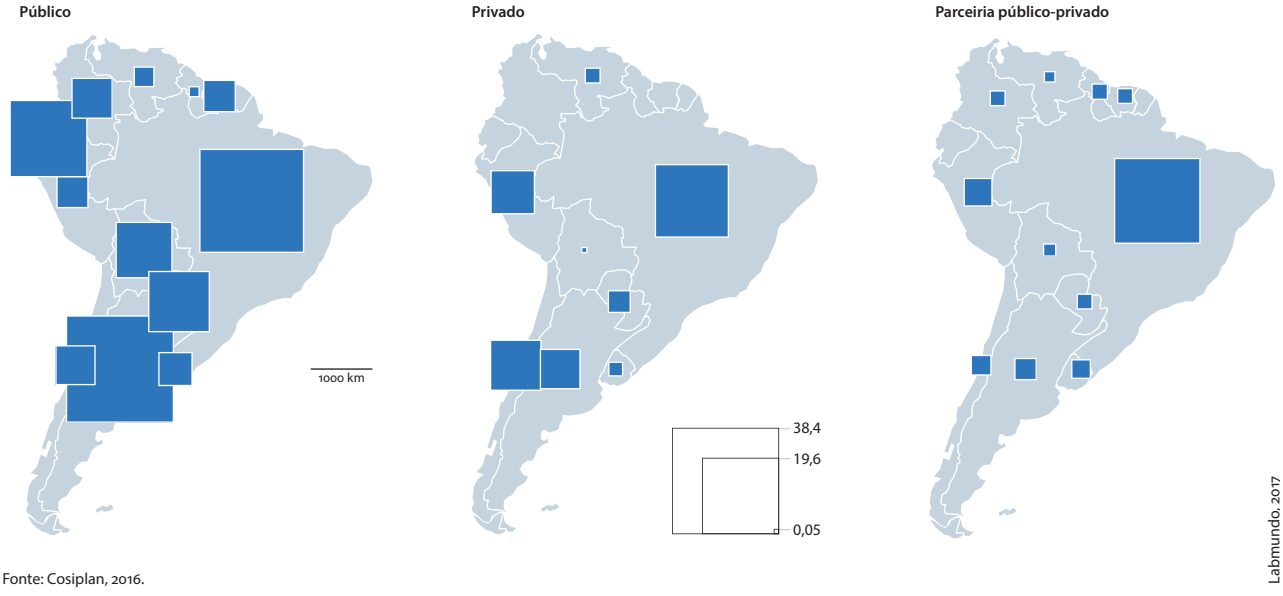
Quantidade todal de projetos do Cosiplan, por setor e por país, em 2015



Fonte: Cosiplan, 2016.

FONTE DO FINANANCIAMENTO

Financiamento de projetos do Cosiplan, por fonte e país, em bilhões de dólares, em 2015



Fonte: Cosiplan, 2016.

Superar a inexistência de eixos logísticos de integração na região, legado de seu passado colonial, tornou-se estratégia destes países, favorecendo setores basilares da infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento, a autonomia e a segurança nacional. Os processos de integração têm como objetivo identificar os obstáculos que impedem o desenvolvimento da infraestrutura da região e propor ações que permitam a superação de tais barreiras. Uma questão estratégica importante é a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico que a rede de infraestrutura proporcionaria, especialmente com a crescente importância econômica e política da vertente do Pacífico para a região.

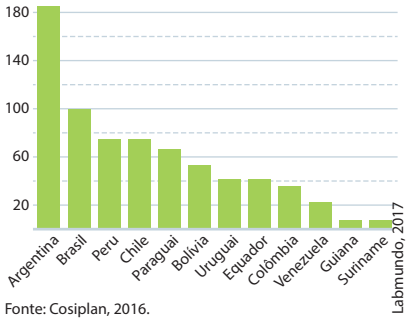
É importante também tratar dos setores de infraestrutura com os quais o Cosiplan trabalha: transportes, energia e comunicações. Subordinados a estas áreas, existem projetos nos setores aéreo, rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo, multimodal, de passagens de fronteira, de interconexão energética, geração de energia e de interconexão em comunicações. A área de transportes é a que possui maior quantidade de projetos, e o setor rodoviário é o que mais se destaca. Essa importância do modal rodoviário acontece por causa do lobby das empreiteiras. Em seguida, vem o ferroviário e o fluvial. O desenvolvimento destes setores é fundamental para a estratégia de ligação dos oceanos, que colaboraria para a diminuição dos custos de escoamento da produção, para incentivar relações mais incisivas com países asiáticos e para a integração regional.

A iniciativa conta com um enfoque nos chamados eixos de integração e desenvolvimento. Os eixos são espaços multinacionais onde existem assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais, e onde a integração nos setores de transporte, energia e comunicações deve ser incentivada. A definição destes eixos ocorre por meio da análise do território, que utiliza critérios técnicos, e passa por um processo de validação sócio-política. Os atores mais influentes são os governos, embora o papel do setor privado não seja desprezível. Muitos analistas acreditam que o Cosiplan não apenas funciona como um braço da internacionalização das políticas desenvolvimentistas, mas também como ferramenta estratégica de expansão do poder dos Estados. Para além disso, os críticos afirmam que por meio dos benefícios às empresas privadas contempladas pela carteira de projetos, o Conselho contribui para a expansão do capital. É importante destacar, no entanto, que as principais fontes de financiamento dos projetos são os tesouros de cada país, com investimentos estimados em 69,735 bilhões de dólares. Os financiamentos privados aparecem em segundo lugar. A carteira de projetos conta também com financiamentos do BID, CAF, FOCEM, Fonplata, BNDES, JBIC, União Europeia, bancos privados, Banco Mundial e do governo da China.

Em 2015, o país com a maior quantidade de projetos no Cosiplan era a Argentina, seguida pelo Brasil e pelo Peru. Em relação aos investimentos estimados, o cenário muda, com o Brasil sendo o líder, seguido pela Argentina e pelo Equador. Sobre as modalidades de financiamento, e no que se refere a quantidade de projetos, é possível observar que o investimento público é majoritário em todos os países, porém, quando se analisa o financiamento do ponto de vista do dinheiro investido, países como Chile e Peru mostram que o investimento do setor privado pode ultrapassar o financiamento público, mesmo estando envolvido em menos projetos. Também existe a questão das parcerias mistas, que se tornam mais visíveis nos dados do Brasil, onde esse tipo de financiamento ocupa o segundo lugar em matéria de capital investido. É relevante também a diferença entre financiamento estimado e investimento realizado. O eixo Mercosul-Chile é o que recebeu maior aporte em projetos já concluídos (foram 8,351 bilhões de dólares dos 5,6169 bilhões previstos), seguido pelo Amazonas (6,429 bilhões de dólares dos 22,241 bilhões estimados) e Peru-Brasil-Bolívia (5,980 bilhões de dólares dos 3,1432 bilhões estimados). O fim do ciclo das commodities e a mudança de signo político-ideológico dos governos da região tornam bastante incertas a construção de cenários futuros para o Cosiplan, ameaçando a continuidade do comprometimento prévio dos governos sul-americanos, e do Brasil em particular, no planejamento estratégico em infraestrutura regional. Além disso, com o possível enfraquecimento das empresas brasileiras de construção civil, envolvidas nas investigações da Lava-Jato, a participação do setor privado internacional pode aumentar sua influência na região.

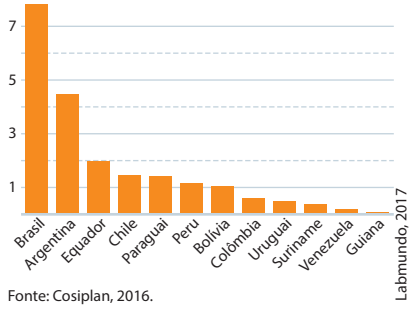
INTEGRAÇÃO PELA INFRAESTRUTURA

Quantidade de projetos do Cosiplan por país, em 2015



Fonte: Cosiplan, 2016.

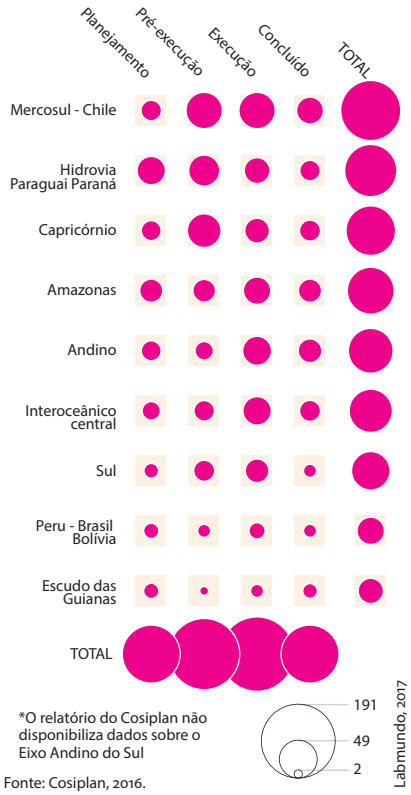
Investimento estimado do Cosiplan por país, em bilhões de dólares, em 2015



Fonte: Cosiplan, 2016.

INTEGRAÇÃO PELA INFRAESTRUTURA

Quantidade de projetos do Cosiplan por etapa e por eixo, em 2015



*O relatório do Cosiplan não disponibiliza dados sobre o Eixo Andino do Sul

Fonte: Cosiplan, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação regional em defesa p. 58
Brasil: potência regional? p. 68
Integração regional (Atlas da PEB) p. 86
Energia e integração (Atlas da PEB) p. 92

Amazônia verde

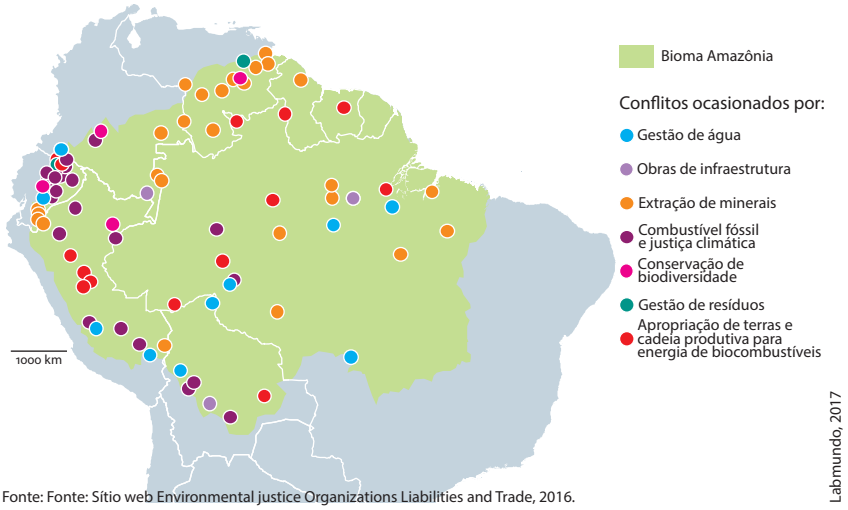
A região Pan-Amazônica, na América do Sul, composta pela floresta tropical de maior extensão e biodiversidade do mundo e habitada por cerca de 34 milhões de pessoas, compreende nove países, 40% de todo o território sul-americano, 20% da água doce disponível no mundo e uma riqueza incalculável de recursos minerais, genéticos e energéticos. Desperta interesse tanto pelo potencial econômico, quanto pela manutenção do equilíbrio climático e da biodiversidade do planeta, atraindo interesses de extrativistas, agroindustriais, indústrias farmacológicas, conservacionistas, cientistas, ONGs e governos de terceiros países. É um grande desafio de soberania para os países que a compõem, inclusive o Brasil cujo território corresponde a cerca de 70% de toda a extensão amazônica.

Conservação, defesa e cooperação com os vizinhos são aspectos centrais para o Ministério da Defesa brasileiro que, sustentado no Princípio 2 da Declaração do Rio de Janeiro (Rio-92), reafirma o direito de soberania do país na exploração dos recursos naturais segundo sua política ambiental e de desenvolvimento, e compromete-se a reduzir danos ao meio ambiente. Dentre os principais acordos com os vizinhos, destaca-se o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de 1978. A partir de 2010, com a criação da nova agenda estratégica de cooperação amazônica, uma série de iniciativas de sustentabilidade foi estabelecida em torno da defesa, fiscalização e monitoramento da região. Dentre as iniciativas da defesa brasileira, destacam-se o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), responsável por propor e implementar ações voltadas para produção e circulação de informações técnicas visando a proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região. Outra importante iniciativa, ainda em processo de implementação, é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para controle das regiões fronteiriças (16 mil quilômetros) via satélite e radares eletrônicos.

A presença militar na região também é fortalecida pelo Programa Amazônia Protegida que prevê a implementação progressiva de pelotões especiais de fronteira, além de modernização dos existentes. Apesar de tratar-se de uma das principais zonas estratégicas, os gastos com defesa estão muito aquém do necessário para uma cobertura eficiente do território. Um dos programas mais

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Localização dos conflitos, na Amazônia Verde, por tema, em 2016



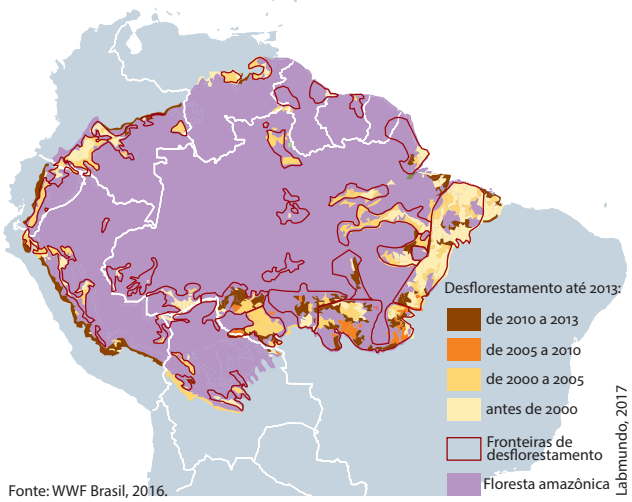
Fonte: Fonte: Sítio web Environmental justice Organizations Liabilities and Trade, 2016.

AMAZÔNIA SUL-AMERICANA E SEU DESFLORESTAMENTO

Extensão transfronteiriça da floresta equatorial úmida na América do Sul e o avanço das fronteiras de desmatamento, em 2016



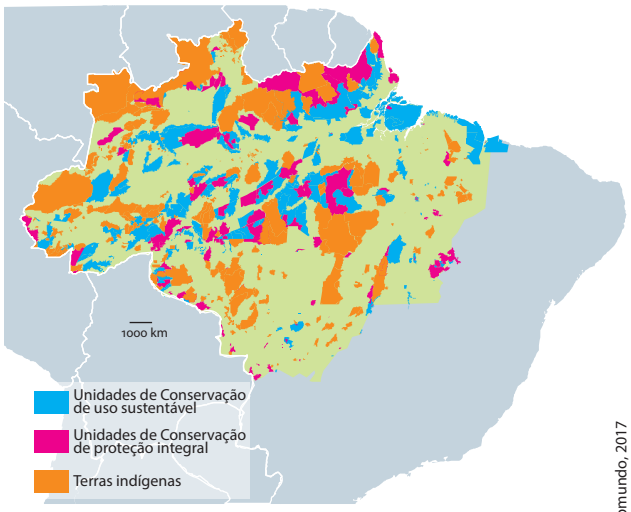
Fonte: OTCA, 1998.



Fonte: WWF Brasil, 2016.

DEFESA ETNOAMBIENTAL

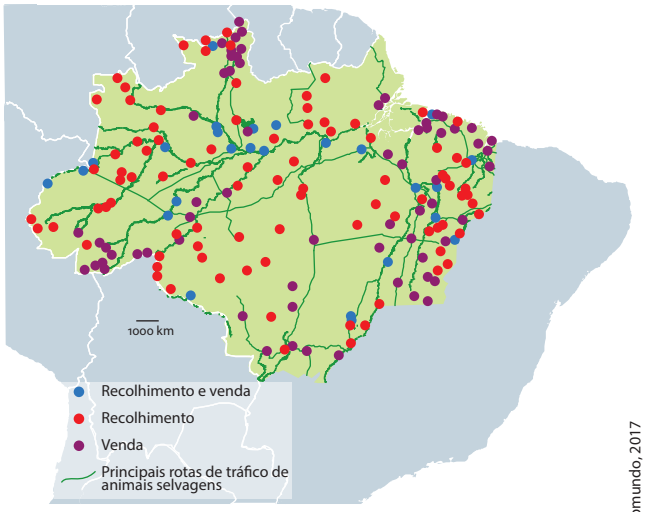
Aldeias, territórios indígenas e Unidades de Conservação, em 2016



Fonte: Sítio web Instituto Socioambiental, 2016; Funai, 2015 e 2016.

TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA LEGAL

Principais rotas e pontos de tráfico no Brasil, em 2014



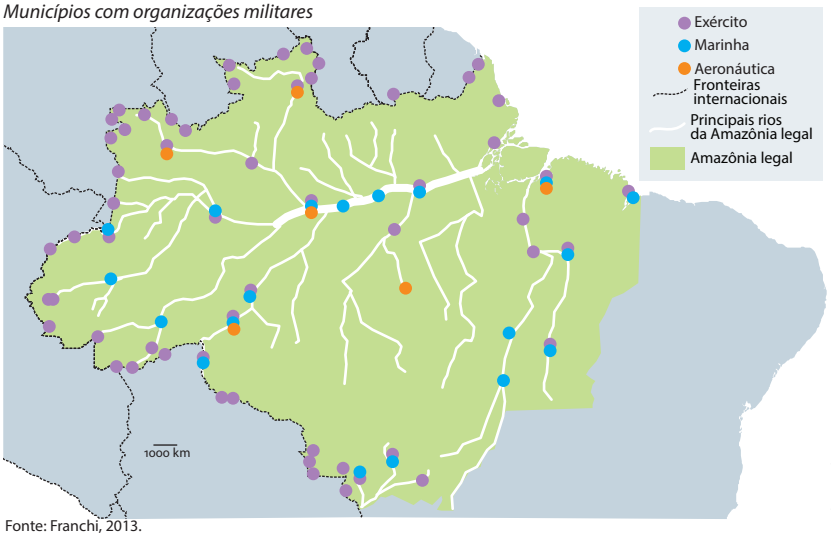
Fonte: Renctas, 2014.

efetivos de controle territorial é o Programa Calha Norte (PCN), lançado em 1985 visando à manutenção da soberania, a integridade e ao desenvolvimento da região. Sob operação das três forças armadas, o programa abarca cerca de 30% do território nacional, 8 milhões de pessoas e 46% da população indígena do Brasil e atua na construção de infraestrutura (rodovias, portos, creches, hospitais, fornecimento de energia, poços artesianos, etc.) e assistência social.

Longe de representar unanimidade, a presença militar na região suscita uma série de conflitos envolvendo as populações indígenas, bem como a complexa sociodiversidade destes povos quilombolas, seringueiros e ribeirinhos. Historicamente colocadas à margem dos debates estratégicos, tais populações tradicionais são vistas como barreira à política de defesa da região, sobretudo por não concordarem com as delimitações fronteiriças do Estado. Com a Constituição de 1988, os povos indígenas asseguraram direitos históricos à terra e às riquezas naturais nela existentes, bem como o reconhecimento de suas organizações sociais. Mais de 70% dos índios brasileiros e cerca de 98% das terras indígenas estão na Amazônia legal. A terra indígena compreende não apenas o espaço ocupado pelas populações indígenas, mas todo espaço necessário para sobrevivência de sua cultura. A preservação das populações originárias na região enfrenta resistência de alguns setores da sociedade que consideram a autonomia indígena como elemento facilitador para a presença e incidência de ONGs, pesquisadores internacionais, redes de narcotráfico, biopirataria, desmatamento e extração ilegal de minérios. Em contraposição a tais discursos, denúncias de invasões e de práticas desse tipo partem justamente dos povos originários e indígenas da região.

ORGANIZAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA LEGAL

Municípios com organizações militares



Fonte: Franchi, 2013.

Dentre os desafios postos à defesa da região, a biopirataria e a presença de redes de tráfico são certamente os problemas que ameaçam a soberania nacional de forma mais silenciosa e que colocam dificuldades de controle sobre o fluxo de materiais genéticos. Os efeitos da biopirataria são notados pela multiplicação de patentes estrangeiras sobre produtos originários da região, tanto para fins terapêuticos como comerciais. Os altos preços de animais e de recursos genéticos no mercado internacional são o principal atrativo tanto para atravessadores, quanto para as próprias populações locais que, dada a baixa oportunidade de trabalho e comércio na região, podem ver no tráfico de animais e naqueles recursos uma alternativa de sustento em uma das áreas paradoxalmente mais pobres do ponto de vista socioeconômico no país.

VEJA TAMBÉM:

Presença de potências extrarregionais p. 56
Amazônia Azul p. 64
Água (Atlas da PEB) p. 36
Defesa e segurança (Atlas da PEB) p. 46

Amazônia azul

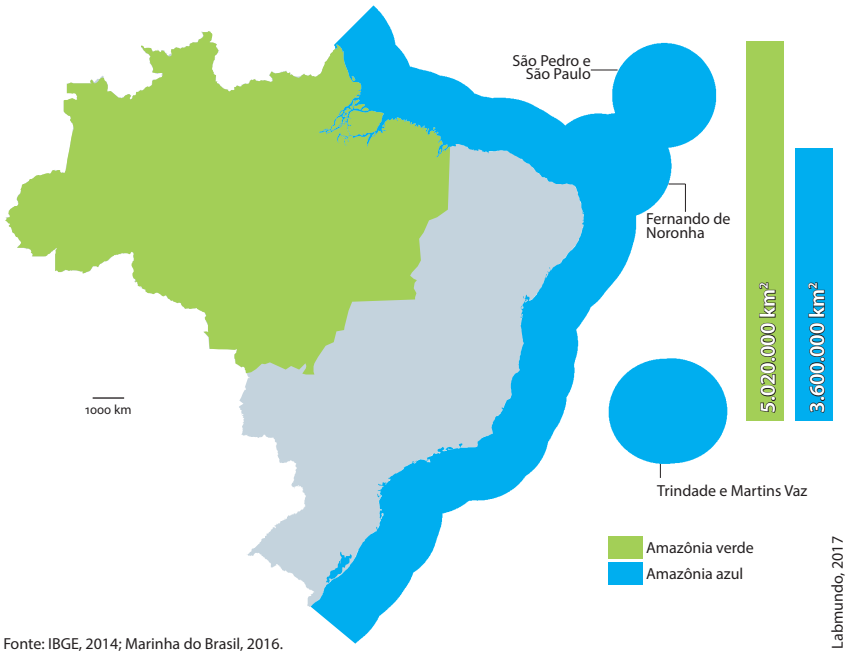
O termo "Amazônia azul" refere-se a um programa da Marinha do Brasil, que almeja contribuir para o desenvolvimento da cultura e das questões do mar, por meio da divulgação da importância desse tema para o país. A origem do termo advém de um artigo do Comandante da Marinha, Roberto Carvalho, publicado em 2004, no qual aborda a Amazônia Azul, descrevendo suas riquezas e dimensões próximas à Amazônia Verde, destacando o amplo horizonte de valores, recursos e iniciativas. A partir daí, a Marinha adotou o conceito como objetivo educacional, cultural e principalmente político e estratégico, a fim de ampliar sua margem de manobra política internamente e de reafirmar a viabilidade e a importância de seus projetos estratégicos para a salvaguarda dos interesses relacionados a esse território.

A relevância geográfica da Amazônia Azul pode ser verificada em sua dimensão de cerca de 4,5 milhões de km², que pode vir a ser alterada, tendo em vista o pleito brasileiro para ampliação de suas fronteiras marítimas para além das 200 milhas. Este pleito envolve uma dimensão geopolítica importante, visto que aumenta os benefícios da exploração dos recursos existentes na área. Com isso, outros países como a Argentina e o Uruguai também formularam pleitos para ampliar a extensão de suas fronteiras marítimas. Em alguns países africanos, como na Namíbia e em Angola, houve apoio brasileiro no estudo que busca levantar informações sobre as plataformas continentais. Comercialmente, o território destaca-se pelo transporte das mercadorias do comércio exterior, visto que 90% dos fluxos comerciais do país são realizados pelo mar, com destaque para o aumento no tráfego das rotas oceânicas que ligam o país aos mercados asiáticos, especialmente à China. Ainda no âmbito econômico, 88 % da produção de petróleo e 90% das reservas do país se situam em bacias sedimentares marinhas. Houve recentemente a descoberta de novas jazidas na Bacia de Campos e na Bacia de Santos, que foram denominados "Pré-sal", devido à localização do hidrocarboneto abaixo da camada geológica de sal. O Pré-Sal, se explorado adequadamente, permitiria ao país aumentar seu potencial de autossuficiência em petróleo. Ademais, os estudos de potencialidade indicam que, com o início da operação dos campos do pré-sal, o país poderá produzir excedentes, permitindo que o Brasil se torne um importante exportador de petróleo, de gás natural e seus derivados.

No que tange à questão da soberania, para efetivar a proteção da área da Amazônia Azul, o Brasil investe, desde 2008, no projeto do Núcleo do Poder Naval, que almeja modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha. Este núcleo é integrado por diversas iniciativas, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), com proposta de desenvolvimento de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, além de um estaleiro de base naval. Ademais, em outros programas estão planejados a construção de um navio-aeródromo,

ÚLTIMA FRONTEIRA NO MAR

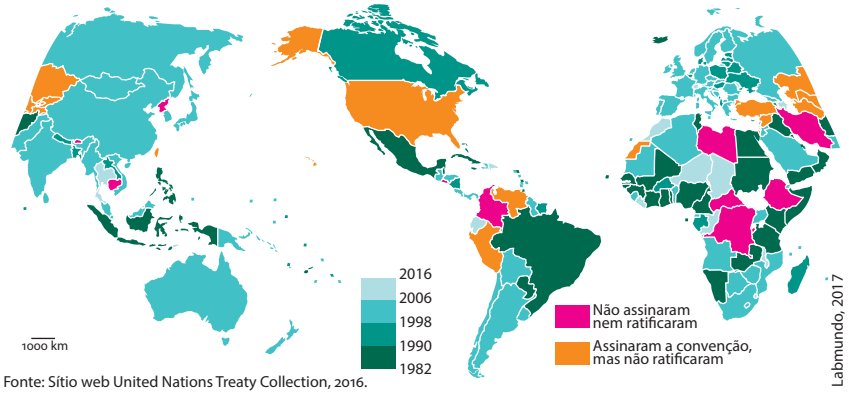
Dimensão da área da amazônia azul e verde, em quilômetros quadrados, em 2016



Fonte: IBGE, 2014; Marinha do Brasil, 2016.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

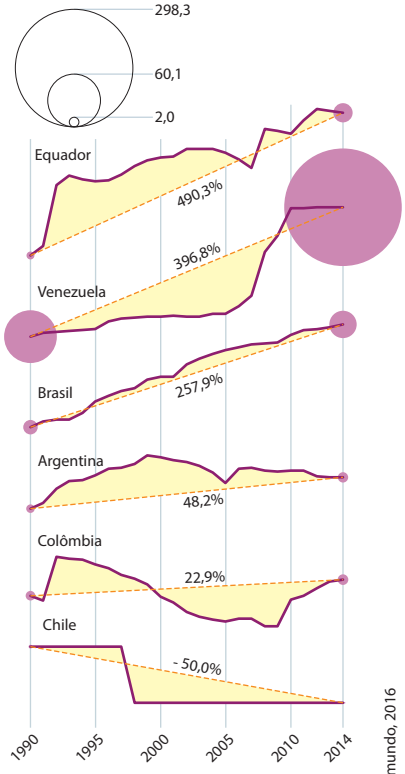
Signatários da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, por país e data de ratificação, entre 1982 e 2016



Fonte: Sítio web United Nations Treaty Collection, 2016.

OURO NEGRO

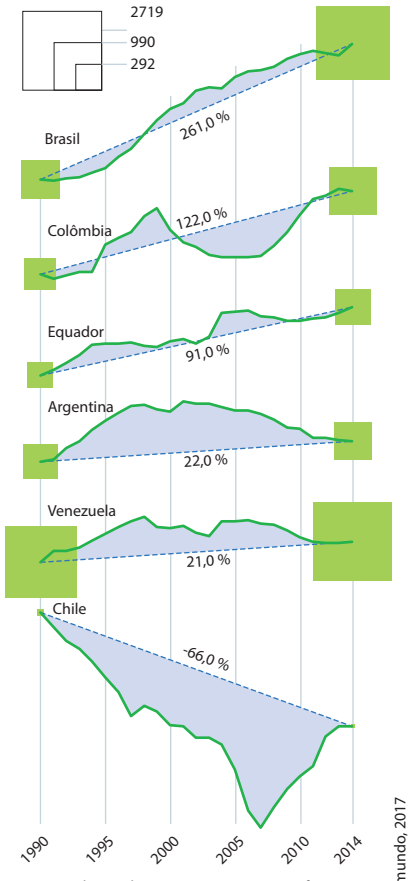
Evolução das reservas de petróleo em bilhões de barris, por país, entre 1990 e 2014



Fonte: British Petroleum, 2016; U.S. Energy Information Administration, 2016.

Labmundo, 2016

Evolução da produção de petróleo em bilhões de barris, por país, entre 1990 e 2014

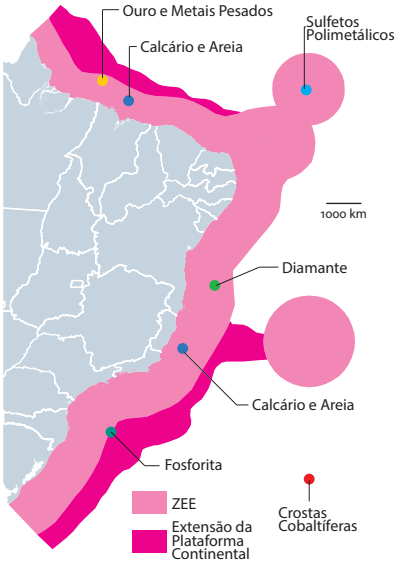


Fonte: British Petroleum, 2016; U.S. Energy Information Administration, 2016.

Labmundo, 2017

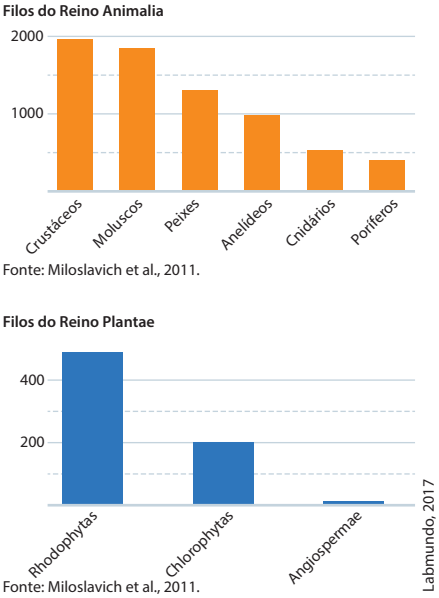
RIQUEZAS DA AMAZÔNIA AZUL

Mapeamento dos principais minérios do leito marinho na costa brasileira, em 2016



Fonte: Christante, 2010.

Quantidade de espécies conhecidas na biodiversidade marinha da Amazônia Azul, em 2016



Fonte: Miloslavich et al., 2011.

Fonte: Miloslavich et al., 2011.

Labmundo, 2017

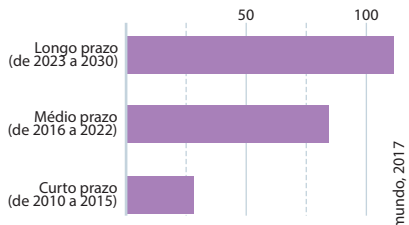
um navio-anfíbio, navios de meios de superfície, navios-patrulha e corvetas classe Barroso. Por fim, há o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), que busca monitorar águas jurisdicionais e as regiões de busca e salvamento sob responsabilidade da Marinha do Brasil. Estes projetos estratégicos são desenvolvidos também como forma de combate às potenciais novas ameaças presentes na região atlântica, tais como o tráfico de drogas ilícitas, atos terroristas contra portos, a pesca predatória, o transporte criminoso de mercadorias, ameaças ambientais e a pirataria.

Quanto aos aspectos ambientais, merece destaque a necessidade de preservação de todo o bioma marinho e da exploração racional do oceano. Além disso, por ter o litoral com águas frias ao sul e quentes no Nordeste, há o aumento da diversidade biológica, com várias espécies na fauna e flora, de grande potencial comercial. Um exemplo são as algas calcárias extraídas e comercializadas pelo Brasil. Algumas ações, no entanto, ameaçam mais de dez mil espécies da fauna marinha, como a poluição de ambientes costeiros e a pesca excessiva, que prejudicam o potencial de desova e as capturas no futuro, como ocorre com o tubarão-azul e a merluza. Também há as províncias minerais, que vão desde a presença de diamantes, ouro e metais pesados, até aos cascalhos e areais, muito usados na construção civil.

Um grande desafio é a conscientização da sociedade brasileira acerca da importância do tema. Visando a ampliar essa conscientização, foi criado o Programa de Mentalidade Marítima, com objetivo de trazer à população questões referentes à Amazônia Azul, por meio da inclusão das temáticas marítimas nos currículos dos ensinos fundamental e médio, de palestras sobre assuntos do mar, bem como da aproximação entre a sociedade e o mar, com a dinamização dos museus oceanográficos. Ainda nesse sentido, foi aprovado, em 2015, um projeto de lei que instituiu para o dia 11 de novembro, o Dia Nacional da Amazônia Azul.

INVESTIMENTO E DEFESA

Recursos aprovados e previstos para o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil, para fiscalização da Amazônia Azul, em bilhões de reais, entre 2010 e 2030



Fonte: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2016.

Labmundo, 2017

VEJA TAMBÉM:

Presença de potências extrarregionais p. 56
Amazônia Verde p. 62
Segurança ambiental p. 38
Problema das drogas ilícitas p. 44

Recursos estratégicos

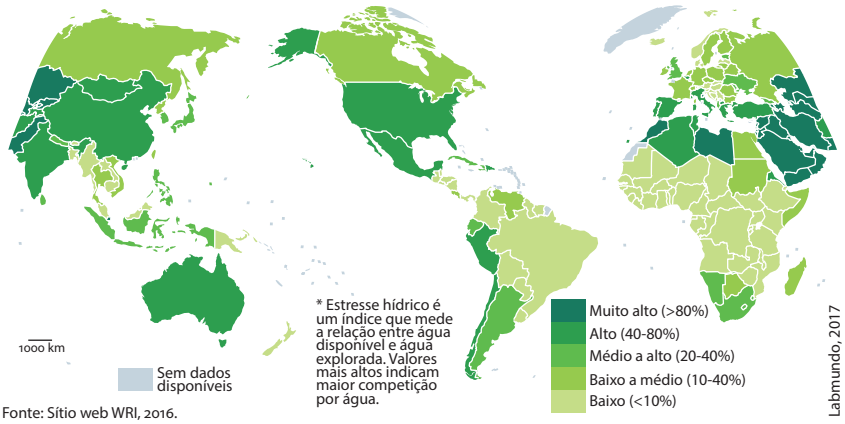
Recursos naturais são considerados estratégicos por dois motivos principais: por serem bens escassos com alto valor de mercado ou por possuírem utilidade direta na indústria. Se um Estado tiver exclusividade sobre a produção ou extração de um material específico, ele terá influência direta nos custos e na capacidade de desenvolvimento de outros Estados nacionais. De modo análogo, a autossuficiência de materiais específicos reduz a dependência internacional de um país. Em suma, dispor de recursos estratégicos vastos significa poder material na competição interestatal.

Com dimensões continentais, o Brasil destacou-se nos primeiros anos do século XXI, atuando como uma liderança na América do Sul. Seu protagonismo deve-se, entre outras razões, à extensão de seu território e à consequente concentração de riquezas em uma região repleta de recursos naturais. A geografia brasileira garante, assim, potencial agropecuário e posição privilegiada no entorno estratégico, contando com abundância de matérias-primas importantes para fins de exportação e a possibilidade de cultivos diversos. O nióbio, mineral utilizado na produção de ligas metálicas, tem exploração majoritariamente brasileira, com cerca de 95% das reservas mundiais e 75% de sua produção. Possuir um recurso considerado estratégico, no entanto, não é garantia automática de poder e de destaque internacional, uma vez que há outros elementos que podem levar a reais assimetrias de poder entre os Estados. Como exemplo, o caso do petróleo: devido à formação geológica da América do Sul, o continente concentra cerca de 21% das reservas mundiais. Isso possibilita que alguns países da região o tenham como um dos principais produtos primários de suas economias e que sejam grandes exportadores, mas, apesar disso, permanecem como dependentes das grandes potências: ainda que exportem petróleo, fazem-no, na maior parte dos casos, no estágio bruto, precisando importá-lo refinado ou sob a forma de produtos industrializados.

Outra dimensão relevante, para além da economia e do mercado, está nas consequências que estes recursos podem ter para a defesa. Em caso de conflitos bélicos, nos quais o fluxo de pessoas e de mercadorias são dificultados ou até impedidos, países autossuficientes em recursos estratégicos teriam clara vantagem. Tanto a segurança pública, no sentido do conflito e produção bélica, quanto a segurança alimentar, no que tange à produção de alimentos, são pontos relevantes neste caso. Um país ou continente que produz alimentos suficientes para a sua população em caso de guerra largaria

TENDÊNCIA À ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNDO

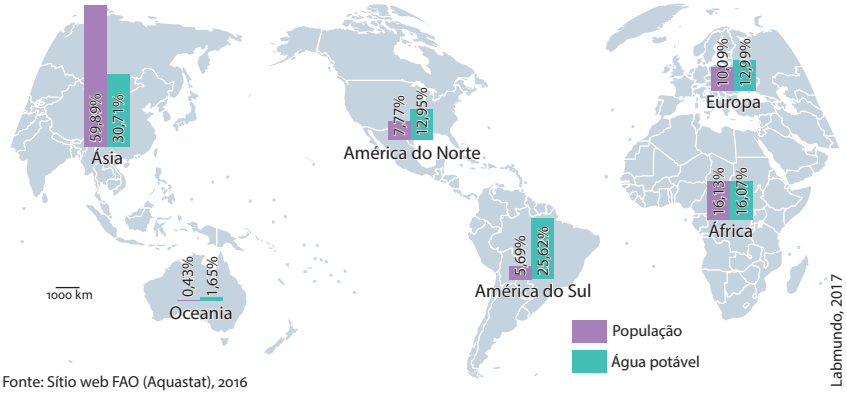
*Estresse hídrico, por país, em 2020**



Fonte: Sítio web WRI, 2016.

POPULAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

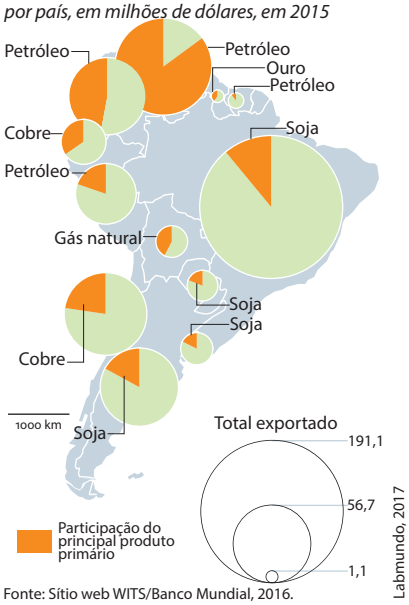
Participação da população e reservas de água doce em relação ao total mundial, por continente, em 2015



Fonte: Sítio web FAO (Aquastat), 2016

EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES

Participação dos principais produtos primários dos países sul-americanos no total exportado, por país, em milhões de dólares, em 2015



Fonte: Sítio web WITS/Banco Mundial, 2016.

PRINCIPAIS AQUÍFEROS BRASILEIROS E CONFLITOS PELA ÁGUA

Conflitos sociais pela água na região, em 2016



Fontes: MILANI et al., 2015; MATTA, 2010.

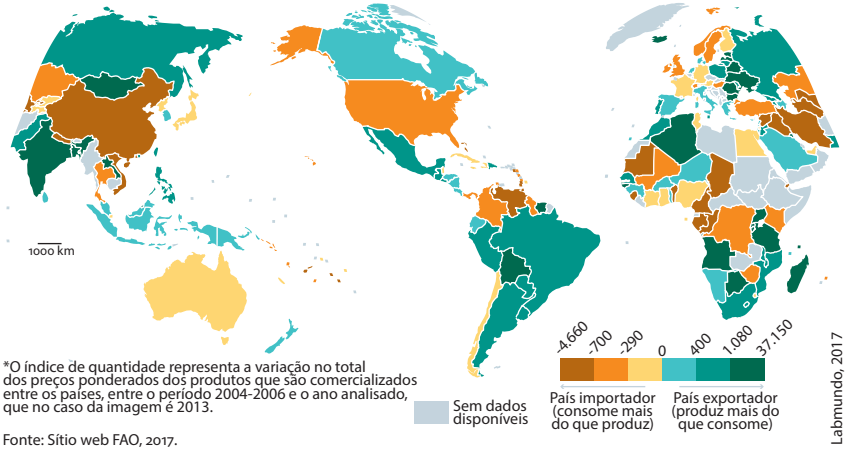
Apontada como uma das principais causas de conflitos atuais e futuros no mundo, a escassez de água já atinge alguns países e ameaça muitos outros. Disputas em decorrência disso ocorrem não apenas pela distribuição natural dos recursos hídricos no mundo – que em termos absolutos são suficientes para assegurar segurança hídrica a todos –, mas também por consequências da ação humana. Se na América do Sul, região que acumula mais de um quarto das reservas de água potável no mundo, há constantes tensões provocadas por apropriações indevidas da água, o mesmo ocorre em outras partes do globo, com embates históricos pelo controle de áreas bem abastecidas. Quanto à escassez, o Brasil e a região estão em posição relativamente confortável. O país dispõe de 12% das reservas de água potável no mundo e de 53% do continente. Parte considerável desta posição deve-se às bacias e aos aquíferos que banham grande parte do território, em especial os aquíferos Guarani e Alter do Chão. Enquanto o primeiro é um dos mais extensos do mundo, com volume de 46.337 km³ e 1.196.500 km² distribuídos pelo Brasil (70,2%), Argentina (18,9), Paraguai (6) e Uruguai (4,9), o segundo, em relação à reserva de água, é o maior aquífero conhecido atualmente, possuindo volume de 86.400 km³ ao longo de seus 437.500 km² sob os estados brasileiros do Pará, Amazonas e Amapá.

Para garantir que o potencial de seus recursos naturais seja utilizado em seu próprio território, uma estratégia comum de diversos Estados é estabelecer legislações que assegurem o controle da exploração. No Brasil, por exemplo, a extração e o refino do petróleo eram atividades exercidas exclusivamente pela União até a década de 90, quando foi aprovada a lei quebrando o monopólio estatal e permitindo que empresas estrangeiras participassem de todas as etapas do ciclo do petróleo; na Bolívia, por outro lado, o plebiscito realizado em 2004 promoveu a criação de uma nova lei de hidrocarbonetos, nacionalizando a exploração de petróleo e gás natural.

adiante em uma situação como esta. Esta alusão a uma imagem distópica chama atenção para a África que conta, hoje, com a maior média de produção de alimentos per capita do mundo, evidenciando sua posição privilegiada quanto à segurança alimentar. Mas, por ser o continente mais atingido pela fome extrema, também demonstra como os recursos dos países podem não ser destinados ao benefício de suas próprias populações.

SEGURANÇA ALIMENTAR OU POTÊNCIA AGROEXPORTADORA?

Saldo de exportações de alimentos (exceto pescados), por país, em índice de quantidades, em 2013

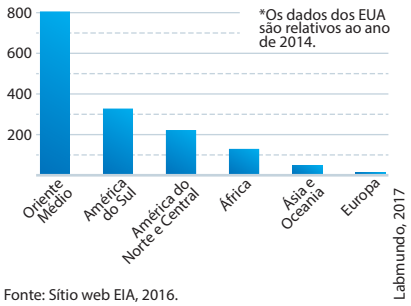


*O índice de quantidade representa a variação no total dos preços ponderados dos produtos que são comercializados entre os países, entre o período 2004-2006 e o ano analisado, que no caso da imagem é 2013.

Fonte: Sítio web FAO, 2017.

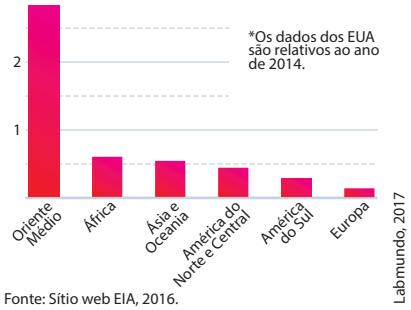
RESERVAS DE GÁS E PETRÓLEO

Volume de reservas comprovadas de petróleo bruto por região, em bilhões de barris, em 2015



Fonte: Sítio web EIA, 2016.

Volume de reservas comprovadas de gás natural por região, em quatrilhões de pés³, em 2015



Fonte: Sítio web EIA, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Presença de potências extrarregionais p. 56
Amazônia Azul p. 64
Amazônia Verde p. 62
Segurança ambiental p. 38

Brasil: potência regional?

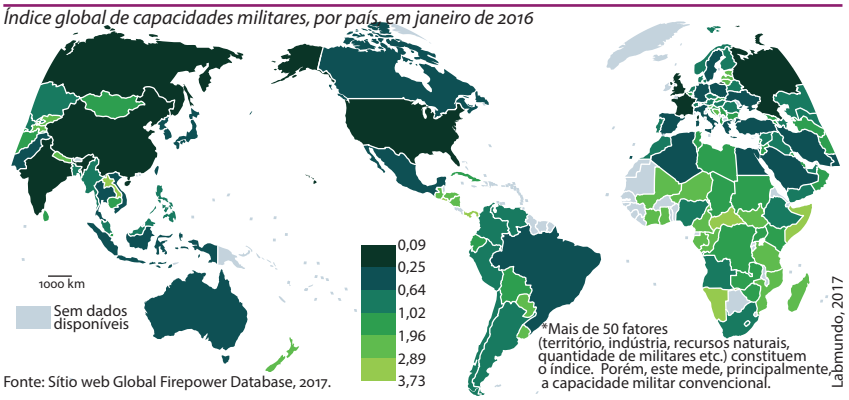
As narrativas sobre o Brasil preconizam que seu status de potência regional, em contexto fortemente assimétrico na comparação com seus vizinhos, está sujeito a fatores domésticos e sistêmicos. A ambição de protagonismo regional deve, ademais, ser contrastada com as capacidades materiais de que dispõe o Brasil para projeção internacional de poder em seu entorno estratégico. Em índices agregados, o Brasil apresenta-se como o detentor das mais elevadas capacidades militares em relação aos demais países situados no entorno estratégico e geopolítico brasileiro.

O Brasil possui o maior número de tanques, de peças de artilharia, navios de combate, bem como submarinos e aeronaves táticas. Isso não significa, no entanto, que o país tenha superioridade material absoluta na eventualidade da formação de uma coalizão militar. No entorno estratégico imediato, a análise comparada do gasto militar entre o Brasil e cada um dos demais países (com destaque para Chile, Colômbia, Argentina e Peru) revela forte assimetria, quando esses países são tomados individualmente. No entorno estratégico estendido, destacam-se África do Sul e Angola, ambos com os maiores gastos militares no conjunto dos países e também disputando entre si a liderança militar sub-regional naquele continente. Nos indicadores selecionados, e apesar da África do Sul possuir uma vasta costa bioceânica, Angola supera o vizinho em todos os quesitos, à exceção do poder naval. Angola não possui grandes navios de combate: o foco das forças angolanas de defesa é o poder terrestre e o aéreo, enquanto a África do Sul apresenta perfil mais equilibrado.

A fragilidade brasileira, porém, revela-se na análise desagregada do orçamento das forças armadas: este não é uniforme e reflete prioridades políticas do setor de defesa no Brasil. Entre 2007 e 2016, em média, 43,1% dos gastos em defesa foram para o Exército, 25,6% para a Marinha e 22,6% para a Força Aérea. Desagregar os dados sobre o gasto militar brasileiro é fundamental e traz um diagnóstico preocupante: os gastos com pessoal e encargos atingem valores muito altos se comparados com os gastos com investimentos. Os gastos com pessoal e encargos são, em média, 88,2% no Exército, 76,9% na Marinha e 75,3% na Força Aérea. A taxa média de investimentos, para o mesmo período é de 3,7% para o Exército, 11,4% para a Força Aérea e 12,4% para a Marinha. O baixo investimento no setor de defesa denota limitações estruturais importantes na possibilidade de projeção de poder, ainda que o Brasil seja o maior detentor de capacidades militares tradicionais se comparado com países do seu entorno estratégico imediato e estendido. Fica em aberto a questão se o Brasil teria capacidade militar de proteger-se e projetar-se sobre a área que ele próprio define como seu entorno estratégico.

CAPACIDADES MILITARES

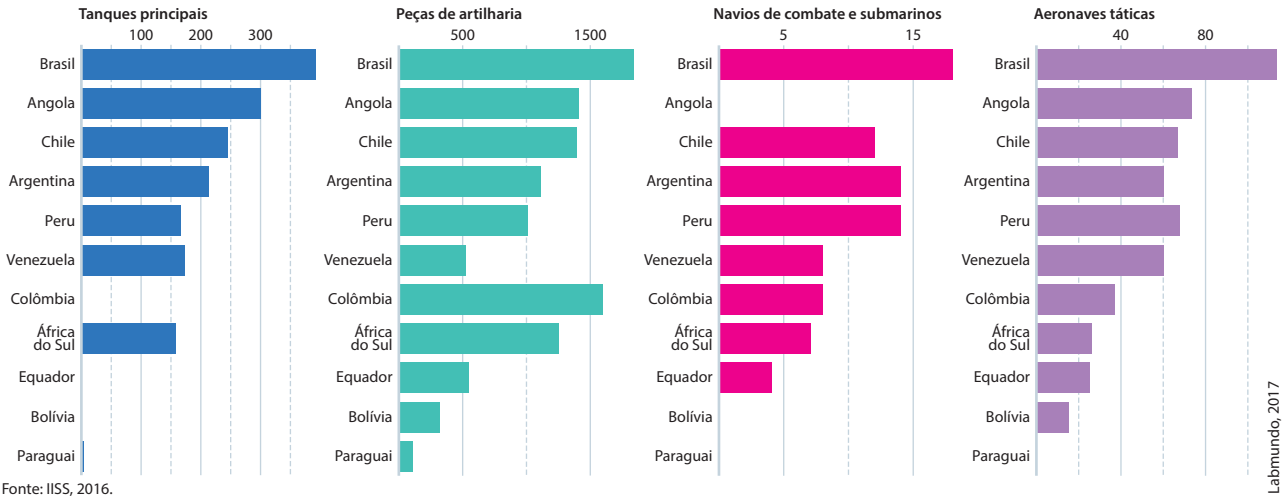
Índice global de capacidades militares, por país, em janeiro de 2016



Fonte: Sítio web Global Firepower Database, 2017.

EQUIPAMENTO MILITAR DO BRASIL E DE SEU ENTORNO ESTRATÉGICO

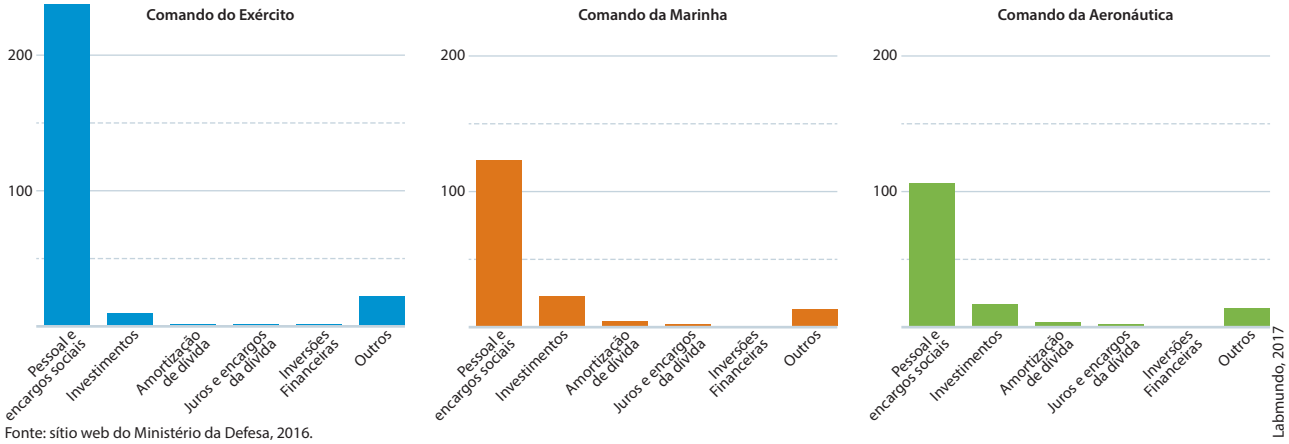
Equipamento militar, por tipo e país, em unidades, em 2016



Fonte: IISS, 2016.

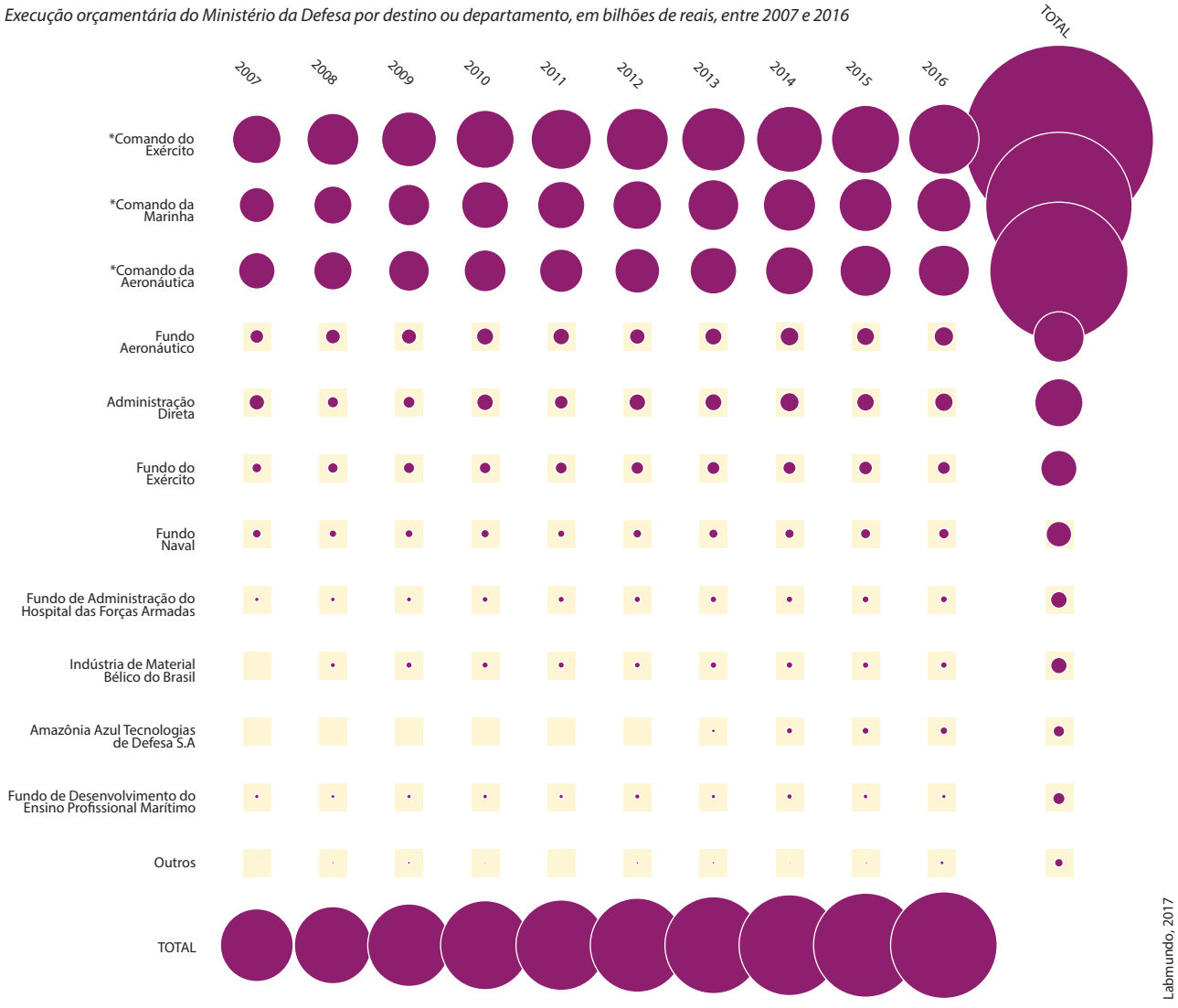
ORÇAMENTO DA DEFESA NO BRASIL

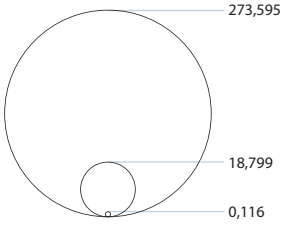
Execução orçamentária dos comandos das Forçcas Armadas, em bilhões de reais, entre 2007 e 2016



Fonte: sítio web do Ministério da Defesa, 2016.

Execução orçamentária do Ministério da Defesa por destino ou departamento, em bilhões de reais, entre 2007 e 2016





*Os gastos dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estão discricionados em maiores detalhes nos gráficos acima.

Fonte: sítio web do Ministério da Defesa, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Capacidades materiais p. 26
Indústria da defesa no Brasil p. 84
Recursos estratégicos p. 66
Capítulo 2 (Atlas da PEB) p. 28-57

Capítulo 4:

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO





Em geral, a defesa é uma política pública sensível para a maioria dos países, pois não apenas está referida à função coercitiva legal do Estado como está diretamente relacionada às relações civis-militares e à proteção dos elementos constitutivos do Estado: soberania, território e população residente. Essas especificidades tendem a tornar o processo de formulação da política de defesa mais opaco em comparação com outras políticas governamentais. Consequentemente, o Estado, suas instituições, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas são claramente proeminentes no processo decisório em defesa. Atores não governamentais são relevantes e buscam influenciar o governo - cada um com suas características, funções e interesses -, mas essa inserção ocorre de modo assimétrico e, muitas vezes, informal. No caso do Brasil, essa interação no plano doméstico implica a projeção externa de uma política de defesa baseada simultaneamente em cooperação e em dissuasão. Nesse sentido, defesa e política externa deveriam manter diálogo fecundo entre suas burocracias. A política de cooperação internacional em defesa busca trazer estabilidade em regiões prioritárias, transferência de tecnologia entre nações consideradas estratégicas e projeção internacional do Brasil. Em matéria de dissuasão, a defesa se orienta no sentido da proteção dos interesses nacionais no entorno estratégico, mormente contra possíveis ingerências de potências extrarregionais. Daí a necessidade de se analisar a política de defesa de um modo amplo, levando em consideração os diversos atores econômicos, sociais e políticos, bem como os interesses envolvidos, a exemplos das empresas públicas e privadas que têm mantido vínculos estratégicos com as Forças Armadas e o Ministério da Defesa. A ampliação do papel externo da Defesa e a constituição de uma indústria nacional de defesa mobilizam não apenas os setores direta ou indiretamente vinculados, como os militares, as empresas, os sindicatos, as universidades e os centros de pesquisa, mas também setores da sociedade civil organizada que demandam maior transparência nessa área. Nesse sentido, a maior densidade societal da função defesa contribui para a instituição de mecanismos de prestação de contas e para sua efetiva profissionalização.

Cooperação militar com o Sul

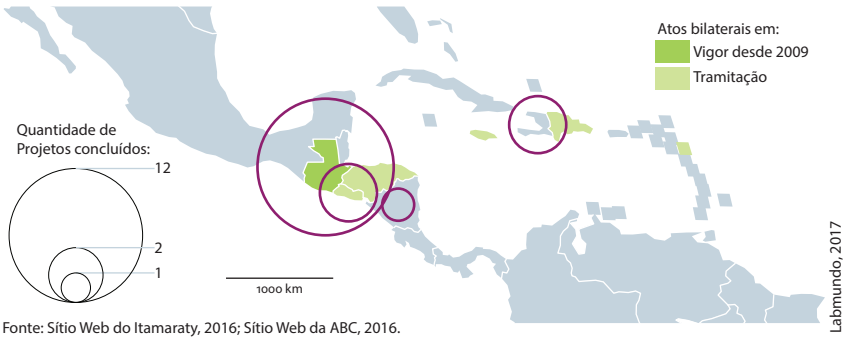
Segundo o Livro Branco da Defesa Nacional, a atuação internacional brasileira em matéria de defesa deve primar pela consolidação de estruturas de governança multilaterais, representativas da nova distribuição de poder global, voltadas para a paz e a segurança mundiais e para o bem-estar da comunidade internacional. Por isso, o país deve empenhar-se na construção de uma multipolaridade cooperativa, buscando a diversificação de parcerias e estreitando laços com os países do Sul, não em detrimento de sua relação tradicional com os países do Norte.

Nesse sentido, a partir do final da década de 1980, o Brasil tem desenvolvido iniciativas de cooperação espacial com China, Rússia, Índia e Ucrânia (finalizado em 2015), que buscam promover a capacitação tecnológica do setor espacial brasileiro para atender às necessidades do país. Foram assinados acordos-quadro de natureza intergovernamental sobre cooperação para os usos pacíficos do espaço exterior. Esses acordos são, em princípio, geradores de novos instrumentos internacionais e de iniciativas que levam ao desenvolvimento bilateral de programas espaciais e, eventualmente, à obtenção de novas tecnologias. Do mesmo modo, o Brasil participa desde 2003 do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). O IBAS foi fundado com o objetivo de constituir-se em mecanismo de coordenação entre os três países emergentes, que comungam a característica de serem democracias multiétnicas e multiculturais. Sua principal missão é contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, unindo vozes em temas globais e aprofundando seu relacionamento mútuo em diferentes áreas.

Para além do aspecto diplomático, o IBAS prevê também a cooperação setorial em defesa. Essa cooperação foi iniciada a partir da Reunião de Ministros de Defesa dos três países em 2004, na cidade de Pretória, na África do Sul, e definiu em seu plano de ação: a promoção da segurança aérea e marítima; a cooperação na produção e no comércio através de acordos de comercialização conjunta; a coordenação entre instituições de pesquisa; a cooperação no setor de treinamentos e diálogos trilaterais com regularidade anual. Entre as principais iniciativas de cooperação militar realizadas pelo IBAS, destacam-se os exercícios navais conjuntos conhecidos como Ibsamar,

ACORDOS BILATERAIS E COOPERAÇÃO

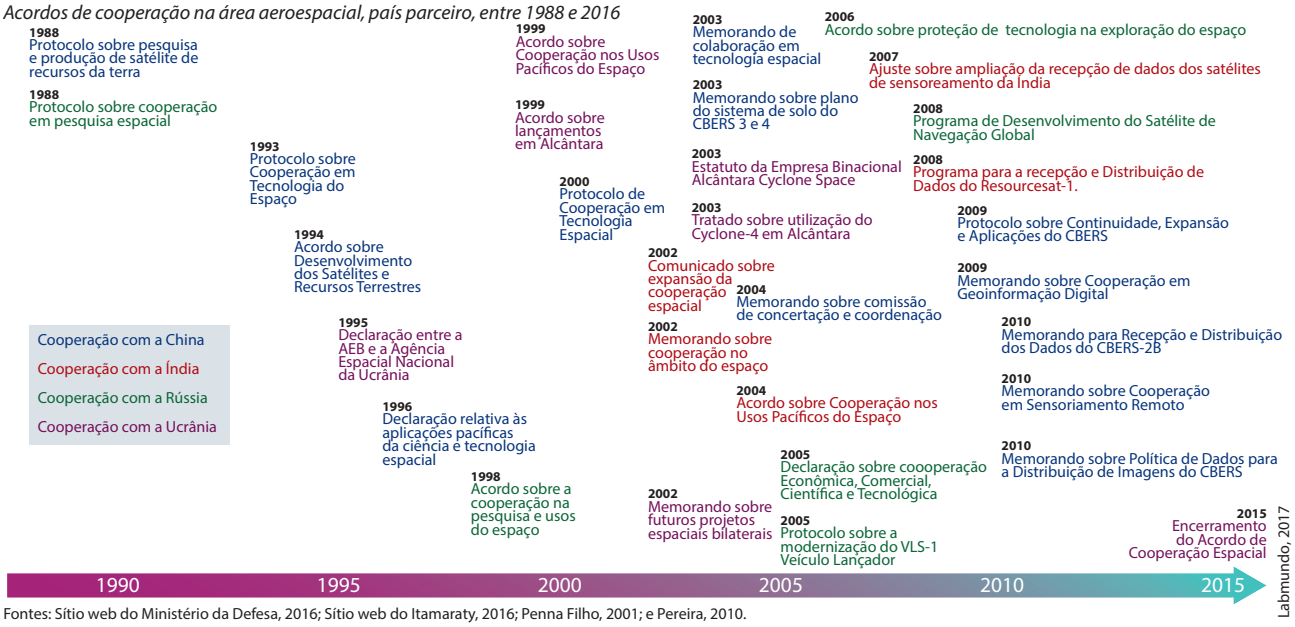
Atos bilaterais em Defesa e quantidade de projetos concluídos pelo Brasil na América Central e Caribe, por país, entre 2010 e 2015



Fonte: Sítio Web do Itamaraty, 2016; Sítio Web da ABC, 2016.

COOPERAÇÃO ESPACIAL

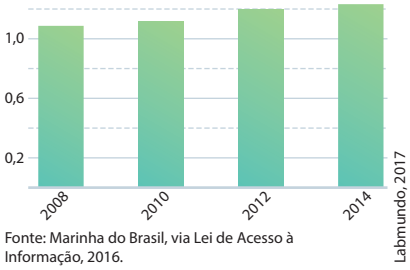
Acordos de cooperação na área aeroespacial, país parceiro, entre 1988 e 2016



Fontes: Sítio web do Ministério da Defesa, 2016; Sítio web do Itamaraty, 2016; Penna Filho, 2001; e Pereira, 2010.

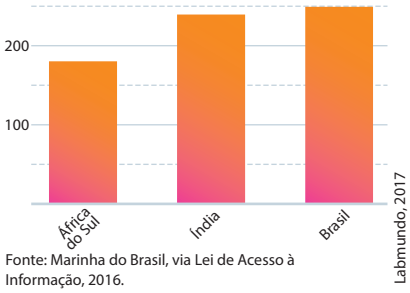
IBSAMAR

Gastos absolutos com exercícios operativos do Ibsamar, em milhões de dólares, entre 2008 e 2014



Fonte: Marinha do Brasil, via Lei de Acesso à Informação, 2016.

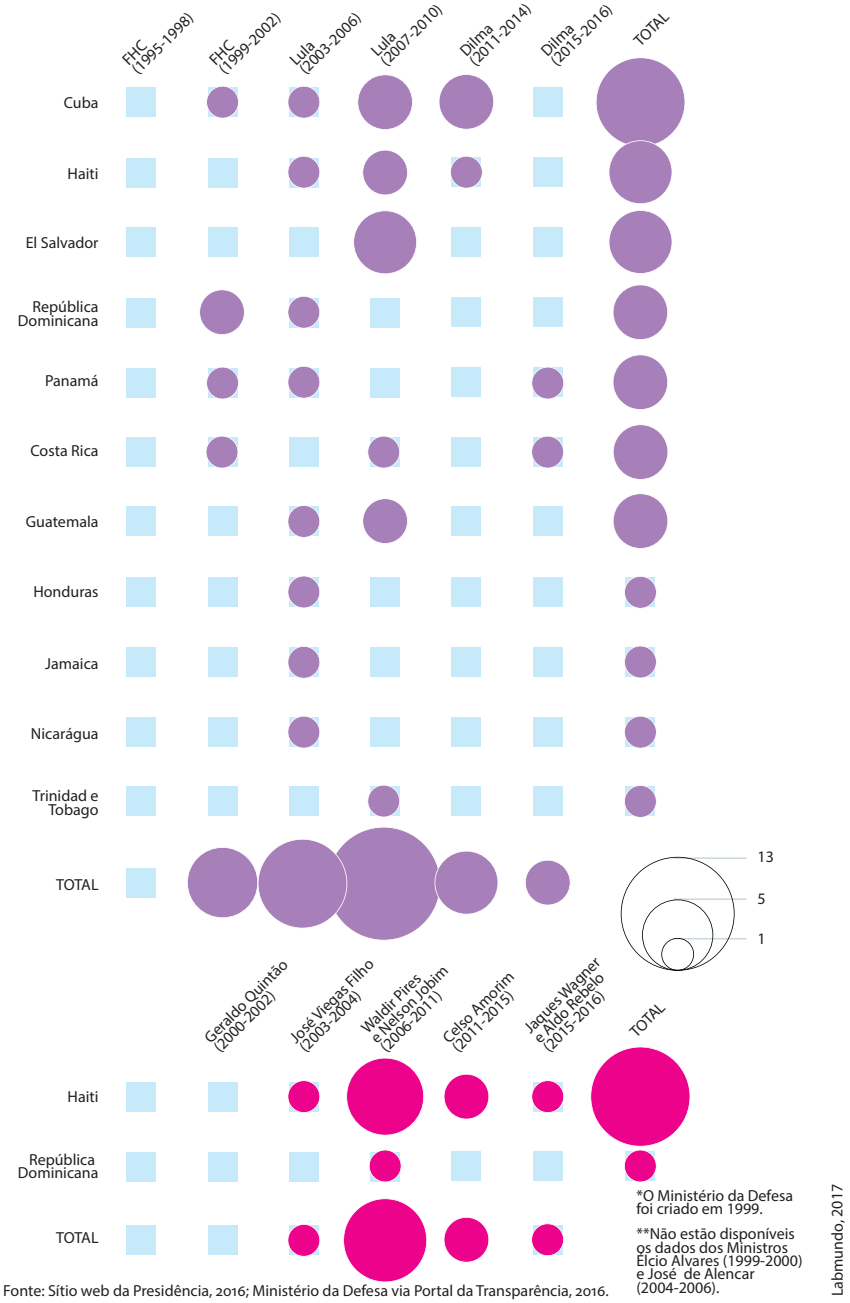
Quantidade de militares envolvidos nos exercícios operativos, por nacionalidade, de 2008 a 2014



Fonte: Marinha do Brasil, via Lei de Acesso à Informação, 2016.

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E MINISTERIAL NA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Quantidade de visitas de Presidentes e de Ministros de Defesa brasileiros, por país visitado na América Central e Caribe, entre 1995 e 2016



Fonte: Sítio web da Presidência, 2016; Ministério da Defesa via Portal da Transparência, 2016.

que tiveram início em 2008 na costa indiana.

Os diálogos bilaterais entre o Brasil e a África do Sul também se aprofundaram em função da realização de grandes eventos no Brasil, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Com os países africanos, o Brasil compartilhou a sua experiência na organização do primeiro evento em 2010, por meio da instalação de um Comitê Conjunto Brasil-África do Sul e da entrega de um relatório contendo detalhes sobre a segurança das estruturas estratégicas da Copa do Mundo de 2010. Além disso, os dois países têm trabalhado conjuntamente em projetos de proteção do Atlântico Sul e no desenvolvimento de equipamentos militares de ponta.

Não obstante a prioridade atribuída aos países do Atlântico Sul, o Brasil realizou uma série de iniciativas de cooperação em defesa com países da América Central e do Caribe. A partir de 2006, foram assinados acordos bilaterais com países dessas regiões com o objetivo de: 1) promover a cooperação nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; 2) partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção de paz; 3) partilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia; 4) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a correspondente troca de informação; 5) colaborar em assuntos relacionados a equipamento e sistemas militares. Assim também, desde 2010, foram realizados uma série de projetos de cooperação em países dessas regiões na área de formação militar, a partir da realização de: 1) visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; 2) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; 3) cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, debates e simpósios em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a defesa.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação regional em defesa p. 58
Cooperação militar com o Norte p. 74
Entorno estratégico p. 52
África e ampliação do Atântico Sul p. 76

Cooperação militar com o Norte

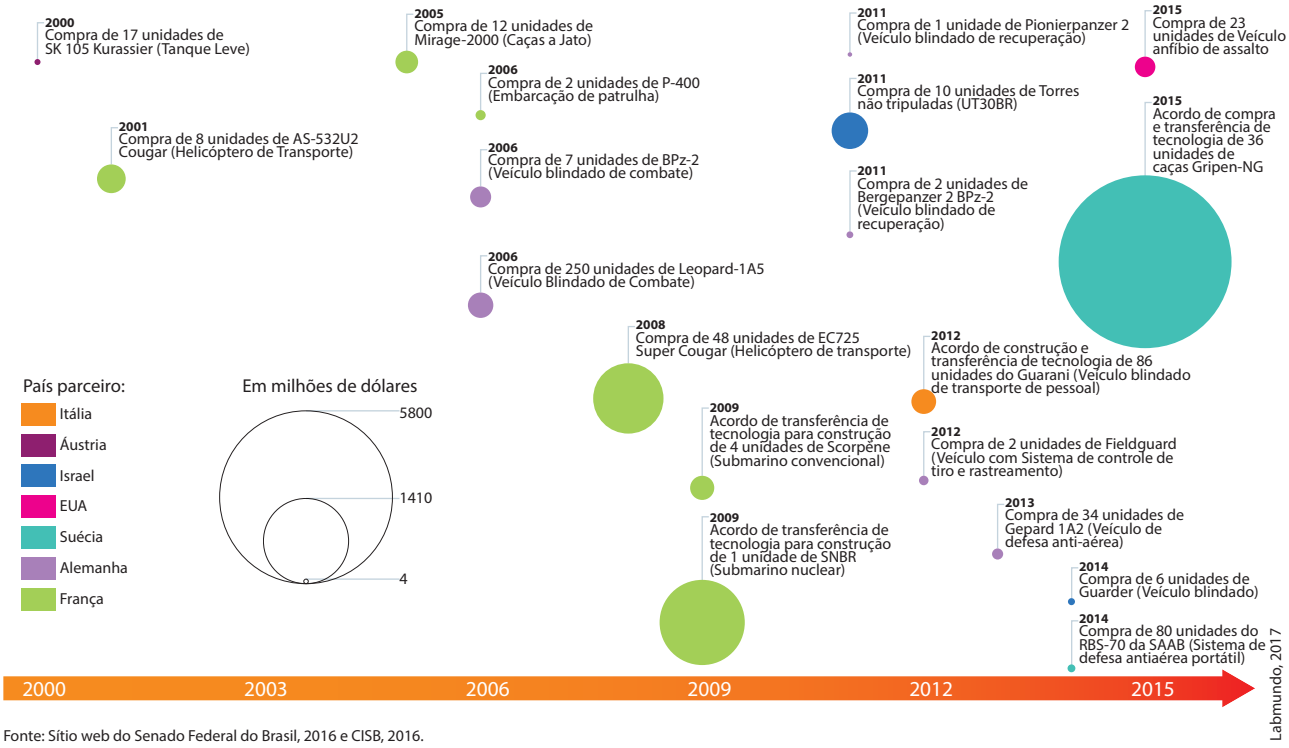
Ainda que o Brasil tenha aumentado sua cooperação com países do Sul, em quantidade e qualidade, estas ações não afetam a importância das parcerias estratégicas, no âmbito da cooperação militar com os países do Norte. Isso fica ressaltado no setor da indústria militar, visto que o Brasil ainda carece das tecnologias existentes no Norte, a exemplo de componentes de sistemas de armas, eletrônica aplicada à aviação, antenas para radares e sistemas de detecção para mísseis. A fim de evitar excessiva dependência em relação ao exterior, a transferência de tecnologia é fundamental para garantir que as Forças Armadas possam cumprir suas funções constitucionais e, também, que novas tecnologias sejam integradas pela base industrial de defesa. Portanto, o Brasil encontra na cooperação militar com o Norte um meio de modernizar os seus aparatos militares e de incentivar a indústria de defesa, a partir dos programas de transferência de tecnologia. A fim de seguir as diretrizes da política nacional de defesa, os recentes acordos de cooperação militar estabelecem a necessidade de que as empresas brasileiras adquiram parte da tecnologia do produto negociado ou que produzam o aparato militar no Brasil.

No período posterior às duas grandes guerras, a tecnologia foi determinante para a solução e a prevenção dos conflitos armados, contudo os países líderes no desenvolvimento científico e tecnológico cercearam o acesso de terceiros países às tecnologias sensíveis. Na Guerra Fria, o objetivo do cerceamento era negar conhecimento ao bloco oponente e garantir a supremacia tecnológica em áreas estratégicas. Com o recente incremento da ação nos planos global e regional de grupos terroristas, mercenários e paramilitares, aumentou a preocupação com a possibilidade de que armas de destruição em massa possam ser utilizadas por tais atores. No bojo dos atentados aos EUA em 2001, foram ampliadas as restrições de acesso às tecnologias sensíveis. Determinados Estados como o Irã e a Venezuela chegaram a sofrer com a proibição por parte dos EUA e do Conselho de Segurança da ONU de receberem a transferência de tecnologias de uso dual.

Tendo em vista esta preponderância do Norte nas tecnologias de defesa, o Brasil tem diversificado suas parcerias estratégicas a fim de ampliar suas opções de cooperação. Devido a restrições relacionadas às tecnologias sensíveis – como foi o caso da proibição de venda dos aviões Super Tucano do Brasil para a Venezuela imposta pelos EUA, o Brasil buscou novos acordos com parceiros alternativos no Norte, como a França e a Suécia. No caso francês, a parceria com a empresa francesa DCNS visou a fomentar o desenvolvimento do Programa de Submarinos da Marinha do Brasil e a construção da base naval de Itaguaí. Os contratos incluíram cláusulas de transferência de tecnologia de ponta para o país, permitindo que o Brasil projete e construa submarinos convencionais e um

PARCEIROS ESTRATÉGICOS NA COOPERAÇÃO NORTE-SUL DO BRASIL

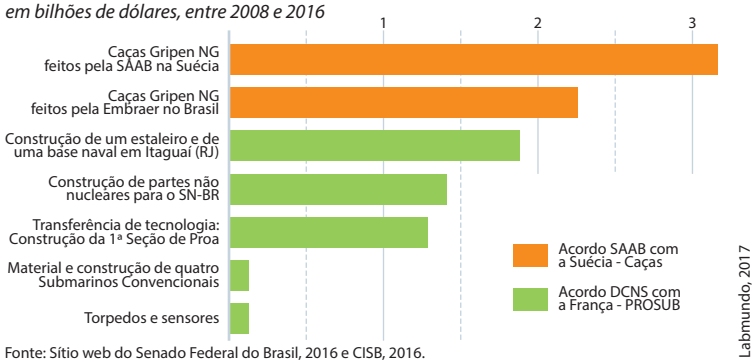
Evolução dos principais acordos de compras de instrumentos militares feitos pelo Brasil, por país parceiro, em milhões de dólares, entre 2000 e 2015



Fonte: Sítio web do Senado Federal do Brasil, 2016 e CISB, 2016.

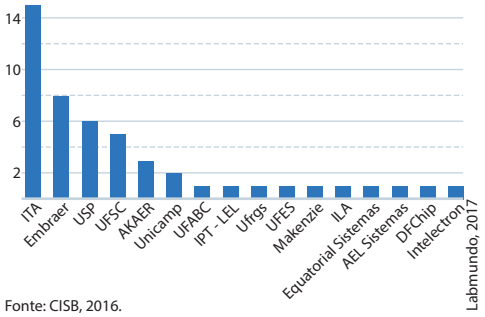
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA ÁGUA E NO AR

Investimentos em projetos de transferência de tecnologia militar com a França e com a Suécia, em bilhões de dólares, entre 2008 e 2016



Fonte: Sítio web do Senado Federal do Brasil, 2016 e CISB, 2016.

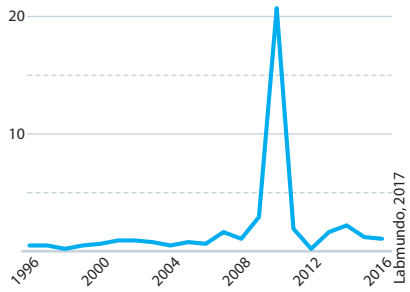
Instituições de pesquisa e empresas envolvidas em acordos de cooperação entre Brasil e Suécia em defesa aeronáutica, por quantidade de projetos, em 2016



Fonte: CISB, 2016.

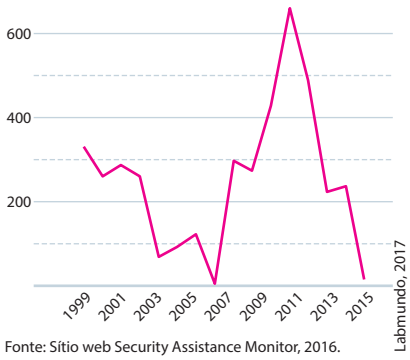
EUA NA COOPERAÇÃO MILITAR

Investimentos estadunidenses em ajuda militar para o Brasil, em milhões de dólares, entre 1996 e 2016



Fonte: Sítio web Security Assistance Monitor, 2016.

Quantidade de treinamentos militares, por ano, entre 1999 e 2015.



Fonte: Sítio web Security Assistance Monitor, 2016.

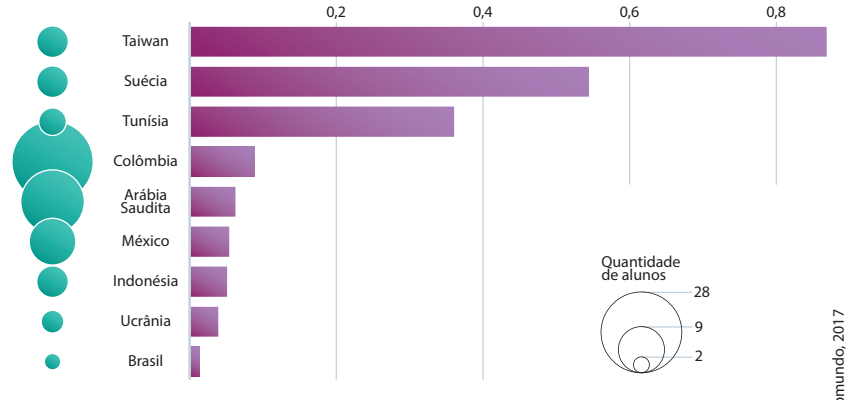
submarino de propulsão nuclear. Já no acordo entre Suécia e Brasil, que trata da compra de 34 caças suecos da SAAB, do modelo Gripen-NG, ficou definido que cerca de 15 caças seriam construídos em território nacional, por parte da Embraer. No entanto, a crise vivida desde 2016 no país coloca tais projetos em uma zona de incertezas.

Algumas instituições acadêmicas participam dos projetos de cooperação militar, como é o caso dos projetos com a Suécia, em que atuam 14 instituições nacionais. Além disso, para fortalecer setores como o cibernético, as autoridades brasileiras buscam que as capacitações nesta área sejam destinadas aos usos industriais, educativos e militares. Nesse tema, os EUA exercem papel importante na formação de militares e civis, por meio da assistência para segurança cibernética. Há também um empenho da ABIN nas ações de contraterrorismo, com a troca de informações com serviços de inteligência estrangeiros e a cooperação internacional por meio dos adidos de inteligência na Argentina, Colômbia e Venezuela. Esta cooperação ocorreu na segurança dos grandes eventos esportivos sediados no Brasil, e gerou um intercâmbio de informações da ABIN com outros órgãos, aumentando a capacidade de identificação de ameaças relacionadas ao terrorismo.

No entanto, a cooperação militar com o Norte pode não estar ligada apenas ao desenvolvimento nacional, como ocorreu com Grã-Bretanha, França e EUA durante a ditadura civil-militar brasileira. Além da compra de equipamentos militares, também houve medidas explícitas de cooperação no auxílio à repressão de grupos sociais e coletivos da oposição. A Grã-Bretanha repassou técnicas de tortura psicológica, conhecida como "Five Techniques", e auxiliou, de acordo com documentos da Comissão da Verdade, na criação do CIEX, órgão composto por diplomatas, encarregado de espionar políticos e militantes contrários ao regime militar brasileiro e que se exilaram nos países vizinhos. No caso francês, houve a atuação de seus adidos militares, com o comércio de armas e envio de veteranos das guerras da Indochina e da Argélia, que treinaram militares brasileiros e trouxeram doutrinas de contrainsurgência para o Brasil. No caso dos EUA, nos recentes documentos da Comissão, confirmou-se o ensino, na década de 1970, de técnicas operacionais de torturas e assassinatos, além da conivência do governo estadunidense com as forças de segurança para eliminação, após interrogatório, de indivíduos considerados subversivos ao regime militar.

COOPERAÇÃO NORTE-SUL EM SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Investimentos estadunidenses em assistência para segurança cibernética, em milhões de dólares, por país e por quantidade de estudantes no NDU iCollege e no Marchall Center, em 2015



Fonte: Sítio web Security Assistance Monitor, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação militar com o Sul p. 72
Entorno estratégico p. 52
Segurança cibernética p. 48
Geopolítica e cooperação nuclear p. 80

África e ampliação do Atlântico Sul

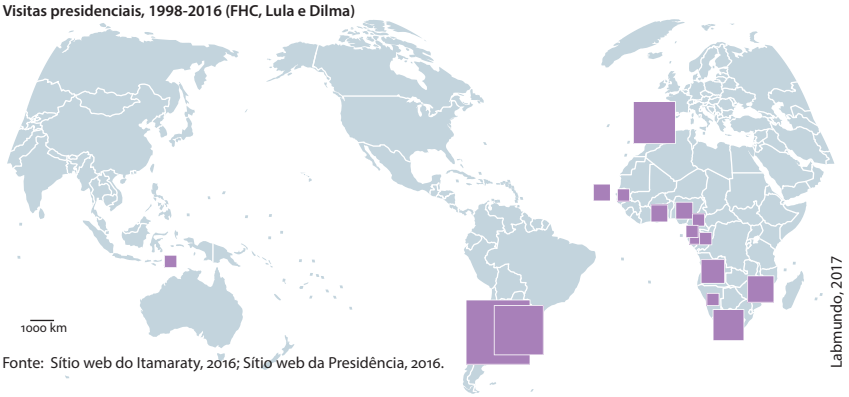
O conceito de Atlântico Sul ampliado, conforme definido pelo Livro Branco da Defesa Nacional, inclui o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana, juntamente com a América do Sul e a Antártida, no entorno estratégico brasileiro. Desse modo, foram empreendidas diversas atividades, visitas e acordos para sinalizar e consolidar a importância estratégica que o Brasil confere à região. Além dos diversos projetos de integração com os países da América do Sul, destacam-se, no contexto africano, a criação e o adensamento das relações brasileiras com dois grupos: os países membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e os da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Um possível indicador da relevância que os agrupamentos possuem na diplomacia e na política de defesa do Brasil é a quantidade de viagens oficiais realizadas, tanto por presidentes quanto pelos Ministros da Defesa, visitas que resultaram na assinatura de acordos e realização de atividades de cooperação.

A Zopacas foi criada em 1986, no plenário da Assembleia Geral da ONU. A Resolução 41/11, que a instituiu, possuiu ampla aceitação, com exceção de poucas abstenções de países desenvolvidos e apenas um voto negativo, proferido pelos EUA. Essa informação ressalta o quanto a transformação de uma zona, em que há a presença da IV Frota estadunidense, em uma região de paz, provocou reações adversas. Desde que foi instituída formalmente, a Zopacas virou item prioritário da agenda de defesa do Brasil, pois a região contém riquezas materiais indispensáveis ao país, como a Amazônia Azul e o Pré-Sal. Além disso, a aproximação e a cooperação em temas sensíveis com os países africanos insere-se na estratégia de diversificação de parcerias da diplomacia brasileira. Essa ampliação é ilustrada pela relação do país com a África do Sul, que após o fim do

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E MINISTERIAL NA CPLP E ZOPACAS

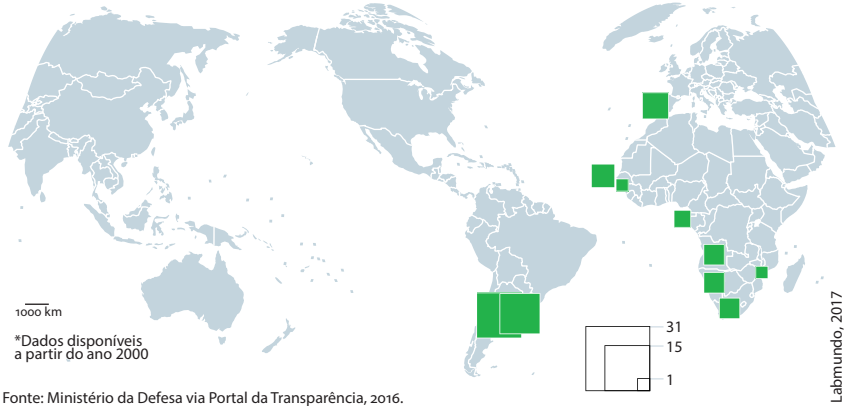
Quantidade de visitas de Presidentes e de Ministros de Defesa brasileiros, por país, entre 1998 e 2016

Visitas presidenciais, 1998-2016 (FHC, Lula e Dilma)



Fonte: Sítio web do Itamaraty, 2016; Sítio web da Presidência, 2016.

Visitas ministeriais, 2000-2016*



Fonte: Ministério da Defesa via Portal da Transparência, 2016.

DEFESA NO ATLÂNTICO SUL AMPLIADO

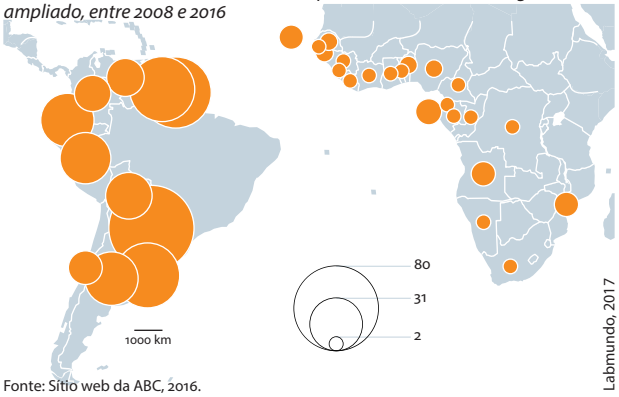
Acordos bilaterais sobre defesa do Brasil com países africanos ou membros da Zopacas, entre 1990 e 2016



Fonte: Divisão de Acordos Internacionais do Itamaraty, 2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

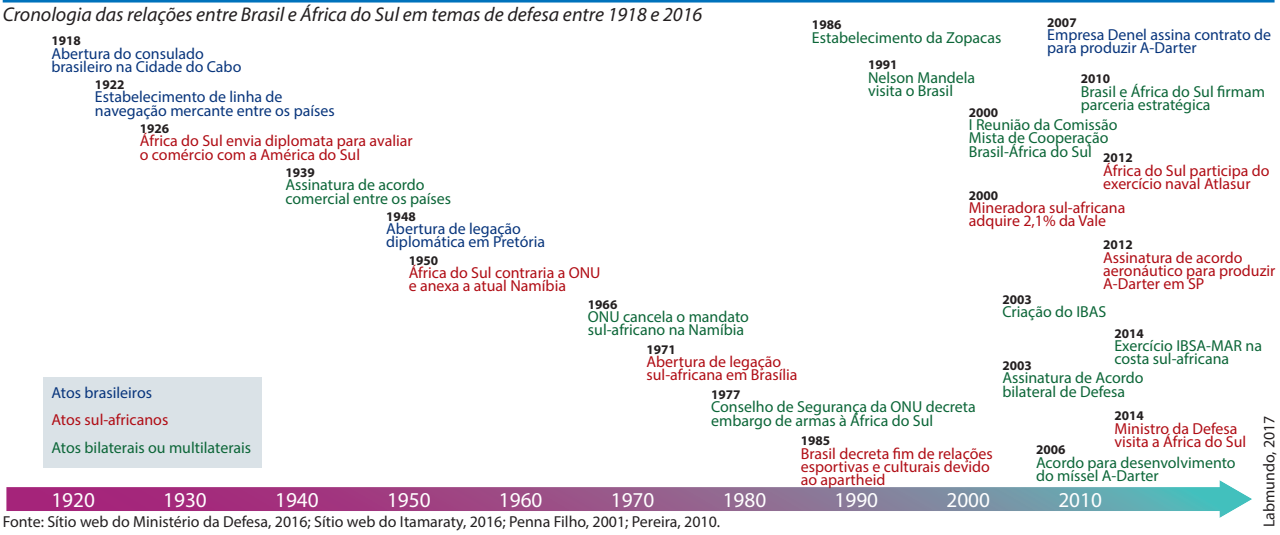
Quantidade de atividades do Brasil nos países do entorno estratégico ampliado, entre 2008 e 2016



Fonte: Sítio web da ABC, 2016.

PASSOS PARA UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

Cronologia das relações entre Brasil e África do Sul em temas de defesa entre 1918 e 2016



Fonte: Sítio web do Ministério da Defesa, 2016; Sítio web do Itamaraty, 2016; Penna Filho, 2001; Pereira, 2010.

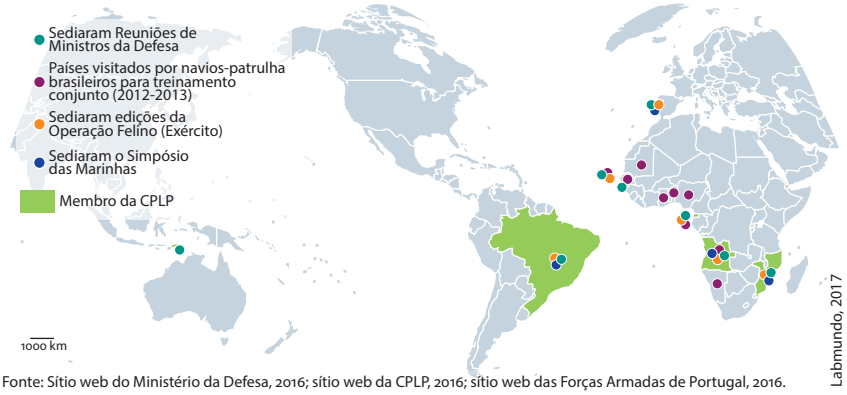
apartheid vivenciou um aumento expressivo das relações em defesa com o Brasil, por meio da formação da Parceria Estratégica e dos sucessivos contratos para a confecção conjunta do míssil A-Darter. A aproximação em temas de defesa com a Namíbia apresenta-se, também, como fato expressivo, pois os países manifestaram o interesse de levar para o Exército e a Força Aérea a cooperação exitosa das Marinhas nacionais.

O Brasil possui uma densa cooperação em temas de defesa com os parceiros da África lusófona. Além dos tratados bilaterais sobre o tema, assinados com parceiros variados, a CPLP realiza regularmente reuniões de Ministros da Defesa e o Simpósio das Marinhas, além de realizarem operações conjuntas, como a Operação Felino e o treinamento em navios-patrulha. A Operação Felino é uma atividade de destaque, pois promove a integração entre as Marinhas dos países, que se revezam para sediar o exercício. É necessário ressaltar, ainda, a cooperação técnica em defesa realizada com os países da CPLP, em que são recebidos pelas Forças Armadas Brasileiras um número significativo de militares, principalmente de Angola e Moçambique, para participar de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, ministrados por oficiais brasileiros.

A ampla gama de atividades, acordos e visitas indicam que o Atlântico Sul e os países africanos são de importância vital para a política de defesa do Brasil. Para além da necessidade de resguardar recursos estratégicos, a aproximação indica a vontade mútua dos parceiros de consolidar a região como zona de paz, em que os laços que unem historicamente as duas regiões sejam reafirmados constantemente. Com a ressalva de que os projetos de cooperação não interfiram em processos políticos domésticos, as iniciativas são bem recebidas por todos os países envolvidos e contribuem para a construção de confiança no espaço regional ampliado.

COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP

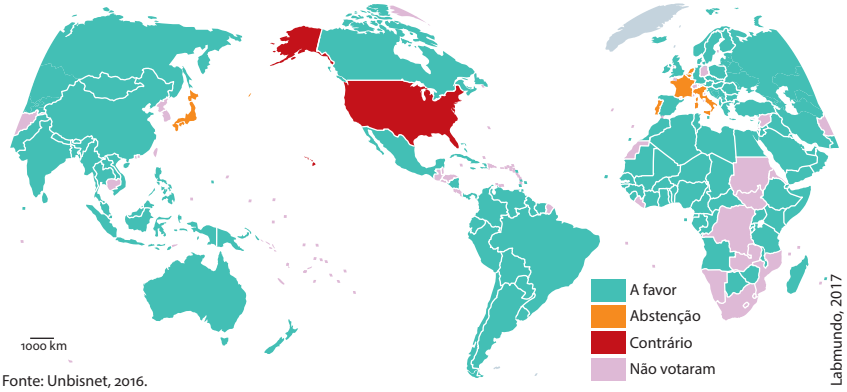
Sedes e projetos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entre 2000 e 2016



Fonte: Sítio web do Ministério da Defesa, 2016; sítio web da CPLP, 2016; sítio web das Forças Armadas de Portugal, 2016.

CRIAÇÃO DA ZONA DE PAZ DO ATLÂNTICO SUL

Votos por país na Resolução da Assembleia Geral 41/11 de 1986, que criou a Zopacas



Fonte: Unbisnet, 2016.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação militar com o Sul p. 72
Entorno estratégico p. 52
Amazônia Azul p. 64
Coop. Sul-Sul: África (Atlas da PEB) p. 116

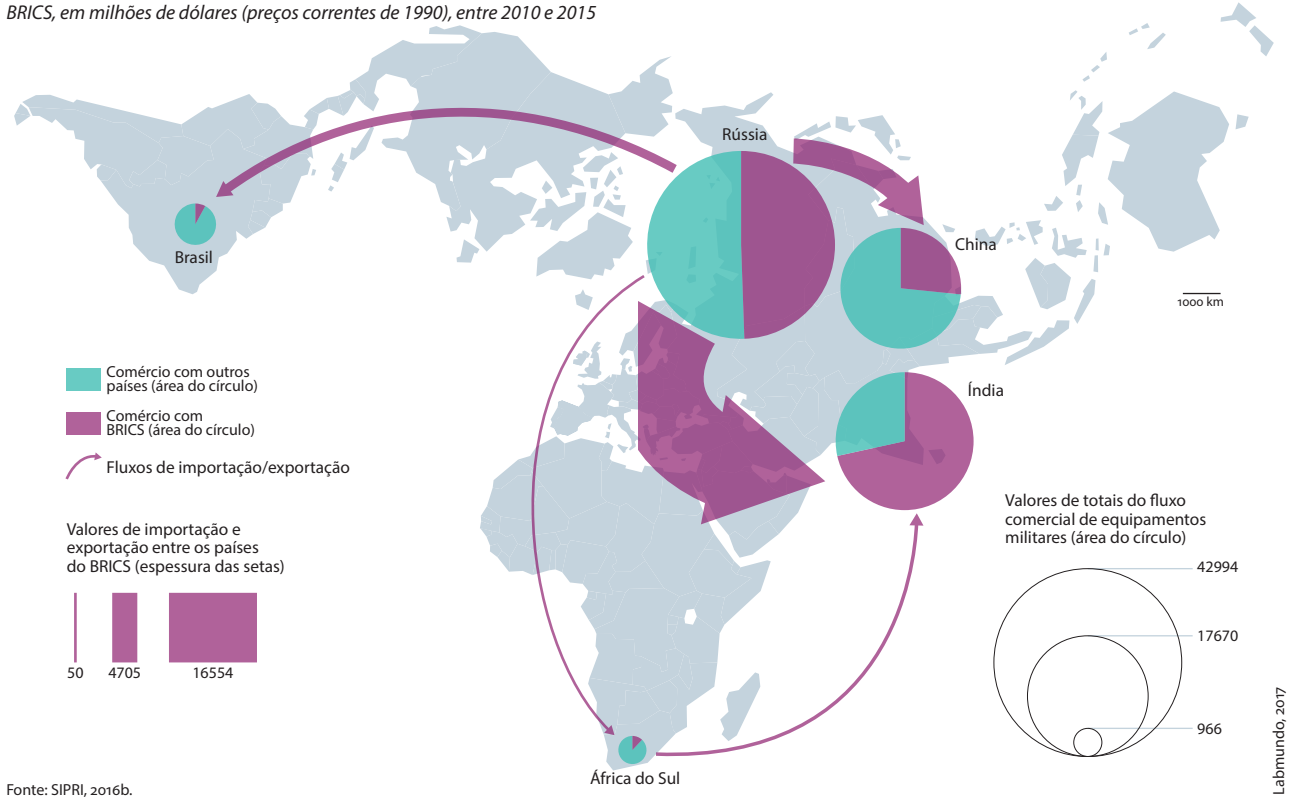
Comércio com BRICS e países em desenvolvimento

A indústria de armamentos brasileira vem aumentando o seu potencial competitivo com o desenvolvimento de sistemas de armas adicionais para exportação, incluindo um míssil cruzeiro de ataque terrestre, um foguete de artilharia guiada por GPS e mísseis antinavio e antirradiação, que são exemplos de como o setor busca incrementar suas tecnologias e opta por ir além das necessidades militares domésticas, buscando espaços nos mercados internacionais. O Brasil, no entanto, ainda não é um produtor estabelecido no comércio global de armas convencionais, crescendo apenas uma posição no ranking dos principais fornecedores mundiais, indo da 24a posição no período de 2009 a 2014, para a 23a, na relação de 2010 a 2015. No ranking de importadores, o Brasil seguiu ocupando a 26a posição, com uma participação moderada nas transações globais da indústria armamentista. Essa mudança modesta de posicionamento decorre da abordagem brasileira que não está focada apenas no aumento do poderio militar, mas sim na transferência de tecnologia, diretamente relacionada à visão que o Brasil tem do lugar que deveria ocupar no mundo.

No entanto, é importante analisar os mercados nos quais o Brasil tem participação. No ranking dos maiores compradores de armamentos brasileiros de 2010 a 2015, todos os países são do Sul, sendo que 3 são da Ásia, 5 da África, e 6 da América Latina, e desses 6, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai estão na América do Sul. Dentre os benefícios para o Brasil, como fornecedor de armamentos para os países do seu entorno, pode-se citar o comércio de equipamentos como um instrumento político para aumentar sua influência sobre os países compradores, contribuindo para manter a balança regional de poder. Como comprador, os benefícios incluem a transferência de tecnologia e a industrialização para fins militares. Mais do que isso, esses países muitas vezes não podem arcar com os custos ou a manutenção de sistemas avançados de alta tecnologia, o que leva o Brasil a buscar ocupar um nicho de mercado de itens de média e baixa tecnologia, diminuindo o preço da mercadoria, e atraindo compradores periféricos. É interessante também traçar uma comparação com as exportações brasileiras de armas de fogo e equipamentos associados, que é um tipo de comércio diferente do de armas convencionais, em que o Brasil encontra um forte mercado na América Latina, especialmente América Central e Caribe. Neste segmento ocupa o segundo lugar no ranking dos países que mais exportam armas desse tipo para a região, ficando atrás apenas dos EUA. Na relação do Brasil com os BRICS, a relevância da cooperação política entre os países do bloco não se reflete no comércio de armamentos com aqueles países. O Brasil, além de não exportar para nenhum dos parceiros do

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MILITARES ENTRE OS BRICS

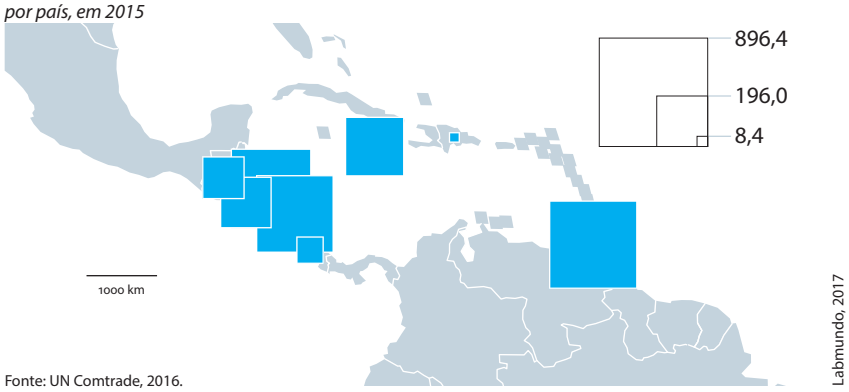
Valor absoluto do fluxo comercial de equipamentos militares, participação do comércio com os BRICS no total e fluxos de importação e exportação entre os BRICS, em milhões de dólares (preços correntes de 1990), entre 2010 e 2015



Fonte: SIPRI, 2016b.

EXPORTAÇÃO DE ARMAS

Armas de fogo e equipamentos associados exportados pelo Brasil em milhões de dólares, por país, em 2015



Fonte: UN Comtrade, 2016.

EXPORTAÇÃO DE ARMAS

10 principais países exportadores de armas de fogo e seus equipamentos associados para países da América Central e do Caribe, em milhões de dólares, em 2015.



Fonte: Sítio Web Comtrade ONU, 2016.

grupo, comprou armas convencionais apenas da Rússia, durante o período avaliado. As principais importações do Brasil vem da Alemanha, França, EUA, Israel, Itália e Rússia, que são, em sua maioria, potências já estabelecidas no mercado internacional do setor. A questão central é que o Brasil não é uma exceção na falta de diversificação de parceiros dentro dos BRICS, e que o comércio de armamentos dentro do grupo tem uma interface muito particular, com a Rússia sendo o único país que interage com todos os seus pares nesse sentido. Os maiores fluxos são da venda de armamentos russos para chineses e indianos, apesar de também existirem registros de compras da África do Sul e do Brasil em fluxos menores. A Índia aparece como o único país que mostra um comércio de armas intra-BRICS maior do que com outros países, mas a Rússia é a maior responsável por esses números. Embora o bloco se baseie na ideia de que esses países deveriam compartilhar de uma visão estratégica da política internacional, suas posições em relação aos temas da agenda global de segurança revelam que as diferenças ainda influenciam significativamente suas diplomacias, o que pode levar a um esvaziamento das parcerias comerciais no âmbito da defesa.

A assimetria material e geopolítica também é expressiva: China e Rússia são os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU no grupo; Brasil e África do Sul não têm armas nucleares. Para além disso, tanto Brasil quanto África do Sul não buscam projeção internacional baseada puramente no incremento do seu poderio militar, mas sim focando em seus atributos políticos e diplomáticos.

As posições que os BRICS defendem por meio das declarações conjuntas nas suas reuniões de cúpula são contrárias ao uso da força e a favor do respeito à soberania de cada nação, principalmente com o objetivo de construir a imagem de um grupo pacífico, que deseja contribuir para a estabilidade internacional. No entanto, este discurso contrasta com algumas posturas individuais dos seus membros. A questão do tratado sobre o comércio de armas ilustra bem essa questão, além de iluminar os obstáculos práticos no caminho de uma maior integração dos BRICS nos temas de segurança. É preciso ressaltar que China e Rússia aparecem no ranking dos maiores exportadores mundiais de armas convencionais, enquanto a Índia e a China estão no ranking dos maiores importadores.

O Tratado sobre Comércio de Armas (ATT), de 2014, tem como objetivo central estabelecer mecanismos que controlem as transações internacionais de armas convencionais e seus componentes. De modo geral, tratados desse tipo geram muita resistência por parte dos países fortemente integrados ao mercado internacional, que temem que a regulamentação leve a limitações nas suas estratégias de defesa e de transferência de tecnologia militar. Por esse motivo, muitos países com maior peso no comércio internacional de armamentos, seja como vendedores ou compradores, abstiveram-se de assinar o documento.

Pode-se assim entender a posição do Brasil e da África do Sul, países com participação pequena no mercado, como defensores do documento na Assembleia Geral da ONU de abril de 2013, e a de Rússia, China e Índia, que se abstiveram de votar. A Índia foi o país que teve a postura mais firme, condenando a assinatura do tratado e afirmando que a fiscalização do comércio de armas deve ser responsabilidade individual dos Estados. O Brasil não apenas foi favorável à adoção do tratado, como também sugeriu a ampliação de suas cláusulas e da lista de armamentos incluídos nos termos do acordo. Portanto, com posições tão diferentes sobre a regulamentação do comércio internacional de armamentos, seria possível dar força às transferências desse tipo de tecnologia e de bens no contexto intra-BRICS? Como intensificar a ampliação da integração econômica do bloco nesse segmento de mercado se o grupo reúne países com objetivos tão diferenciados no sistema internacional e em termos de estratégias de defesa?

Enquanto os BRICS, na retórica, aparecem como potencial fonte de políticas de contrapeso às estratégias das potências ocidentais, na prática, seus fluxos de importação de armamentos ainda são extremamente dependentes de países como Alemanha, França, Reino Unido e EUA, enquanto suas exportações estão destinadas à periferia do sistema internacional e aos países em desenvolvimento, reforçando o seu papel de atores de relevância intermediária no comércio mundial de armamentos.

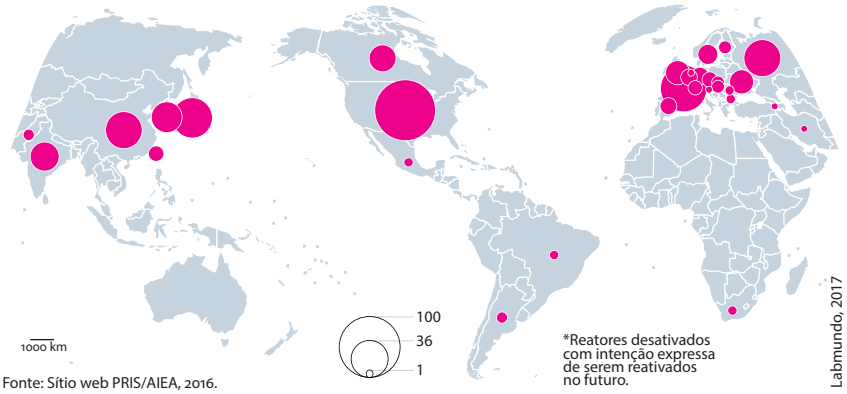
VEJA TAMBÉM:

Cooperação militar com o Norte p. 74
Geopolítica e cooperação nuclear p. 80
Mecanismos internacionais de defesa p. 28
Cooperação militar com o Sul p. 72

Geopolítica e cooperação nuclear

GEOPOLÍTICA NUCLEAR E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

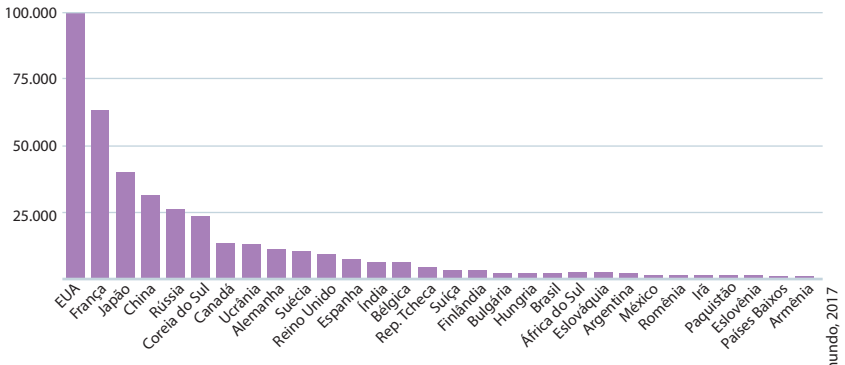
Quantidade de reatores nuclares operacionais e desativados por longo prazo, por país, em 2016***



Fonte: Sítio web PRIS/AIEA, 2016.

Labmundo, 2017

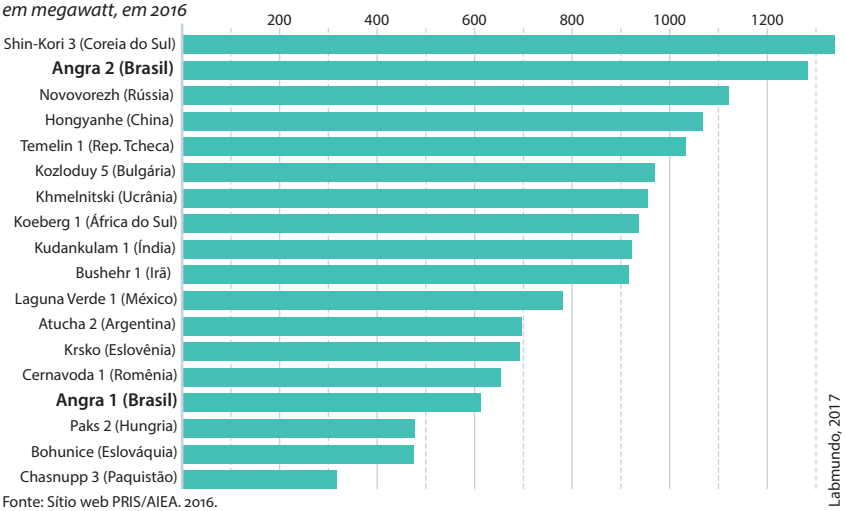
Capacidade energética, em megawatt, por país, em 2016



Fonte: Sítio web PRIS/AIEA, 2016.

Labmundo, 2017

Capacidade energética dos principais reatores nucleares de cada país em desenvolvimento, em megawatt, em 2016



Fonte: Sítio web PRIS/AIEA. 2016.

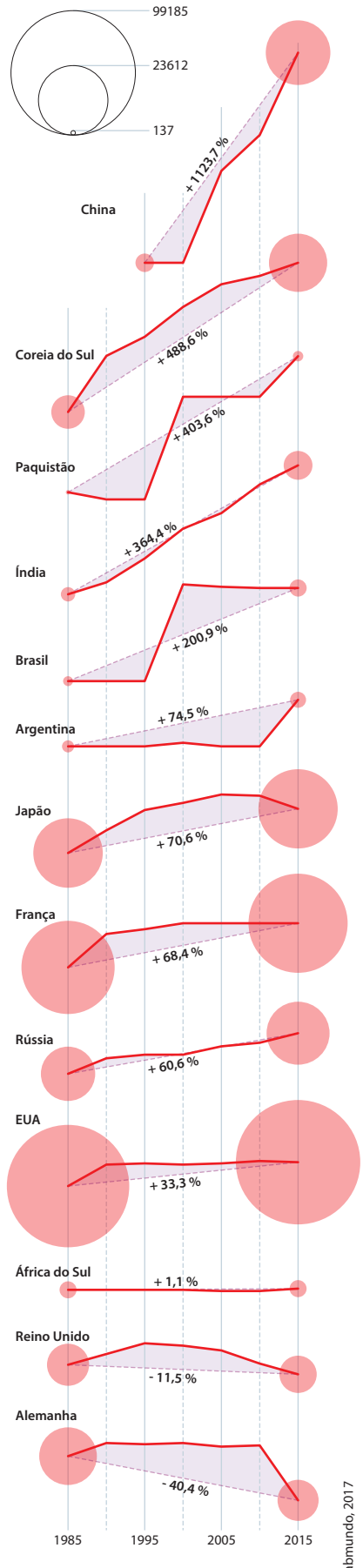
Labmundo, 2017

No contexto de Guerra Fria, o desenvolvimento de capacidades nucleares refletia diferentes objetivos nacionais, de acordo com a posição dos países no sistema internacional. Para as grandes potências, o objetivo principal era assegurar sua hegemonia ao buscar impedir a proliferação de armas nucleares. Os menos poderosos buscavam dominar a tecnologia nuclear por questões de poder e desenvolvimento, pelas rivalidades regionais que geravam uma corrida nuclear entre eles, assim como pelos benefícios práticos de contar com fonte de energia alternativa. No Brasil, esforços consideráveis em pesquisa e tecnologia nuclear foram realizados somente a partir de 1951, quando da criação do CNPq. A instituição assumiu o controle das reservas de tório e urânio no país. À época, a gestão nacional-desenvolvimentista do CNPq quanto aos rumos da política nuclear brasileira foi criticada pelo Itamaraty. As tensões do período ocasionaram a renúncia do presidente do CNPq e conduziram a questão nuclear ao status de assunto majoritariamente diplomático. Nesse período, o Brasil alinhou-se aos EUA e às medidas que se seguiram ao programa Átomos para a Paz, no qual o governo estadunidense buscava estimular a produção de energia nuclear para fins pacíficos pelo mundo. A iniciativa foi responsável pelo desenvolvimento de parte da rede nuclear global, culminando com a criação da AIEA.

Entre disputas internas e a competição direta com a Argentina, as décadas seguintes marcaram o aumento do interesse declarado do Brasil em expandir seu sistema de geração de energia nuclear. O governo militar buscou adquirir usinas nucleares visando constituir um complexo nuclear autônomo e o domínio do ciclo completo do combustível. Nesse período, o Brasil assinou o Tratado de Tlateloco (1967), no qual se comprometeu a não utilizar a tecnologia nuclear para fins militares, e se recusou a assinar o TNP, alegando que o acordo violaria e limitaria a soberania nacional sobre o desenvolvimento nuclear e congelaria a distribuição global de poder. Em 1975, o Brasil negociou um grande acordo nuclear com a Alemanha, na casa de 10 bilhões de dólares em valores da época, objetivando a transferência de tecnologia para a importação de urânio e a construção no país de dois reatores, voltados para fins pacíficos até 1985, além da opção de mais seis até 1990. Visando impedir a transferência da tecnologia

CORRIDA NUCLEAR

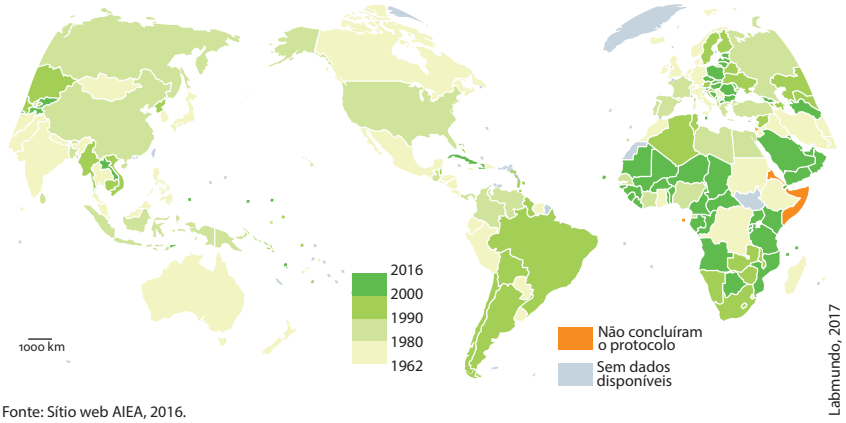
Evolução da produção de energia nuclear, por país, em megawatts, entre 1985 e 2015



Fonte: Sítio web AIEA. 2016.

ACORDOS DE SALVAGUARDA PARA FINS NUCLEARES

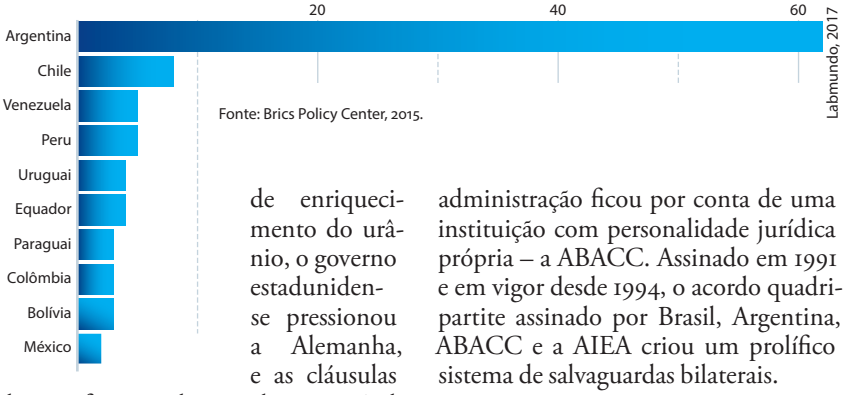
Principais protocolos, por país e data de conclusão, entre 1962 e 2016



Fonte: Sítio web AIEA, 2016.

COOPERAÇÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E AMÉRICA LATINA

Quantidade de acordos bilaterais, por país, entre 1961 e 2015



Fonte: Brics Policy Center, 2015.

de enriquecimento do urânio, o governo estadunidense pressionou a Alemanha, e as cláusulas de transferência de tecnologia sensível, firmadas no acordo, não avançaram. Dada a frustração com a negociação, no ano de 1979, o governo militar brasileiro deu início, sigilosamente, ao Programa Nuclear Paralelo, desenvolvido pela Marinha do Brasil em parceria com o Instituto de Energia Nuclear da USP, que buscava construir um reator para um possível submarino nuclear brasileiro. Em 1985, Angra I foi inaugurada. A redemocratização no Brasil marcou um período de reaproximação diplomática com a Argentina, tal como é sinalizado pela assinatura da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear (1985), que criou um grupo de trabalho conjunto para promover o desenvolvimento tecnológico e nuclear de ambos os países. Dois anos depois, José Sarney tornou público o programa autônomo dos militares e comunicou que o Brasil havia dominado a tecnologia de enriquecimento de urânio. Desde então, a pesquisa e o desenvolvimento nuclear passaram a ser de responsabilidade da Marinha. Em 1990, a Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileira-Argentina deu origem ao Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC), abrangendo todas as atividades nucleares de ambos os países e cuja administração ficou por conta de uma instituição com personalidade jurídica própria – a ABACC. Assinado em 1991 e em vigor desde 1994, o acordo quadripartite assinado por Brasil, Argentina, ABACC e a AIEA criou um prolífico sistema de salvaguardas bilaterais.

Na atualidade, o Brasil está em período de consolidação de seu programa nuclear. Desde 2008, a Estratégia Nacional de Defesa elenca como prioritária a intenção de desenvolver e dominar esta tecnologia. No Livro Branco da Defesa de 2012, há menção à necessidade do uso do submarino de propulsão nuclear para proteção dos recursos naturais e das rotas comerciais. Com Angra I e II em operação e Angra III em construção, o país conta com uma produção energética bem abaixo das potências mundiais, mas de relativa eficiência; os reatores brasileiros, embora em pequena quantidade, estão entre os que apresentam melhor desempenho. Dos resultados sensíveis em relação ao avanço do programa, podem ser lembrados o incentivo às pesquisas, o domínio do ciclo completo do combustível e o desenvolvimento do submarino com propulsão nuclear.

VEJA TAMBÉM:

Cooperação militar com o Sul p. 72
Cooperação militar com o Norte p. 74
Controle nuclear p. 32
Defesa e segurança (Atlas da PEB) p. 46

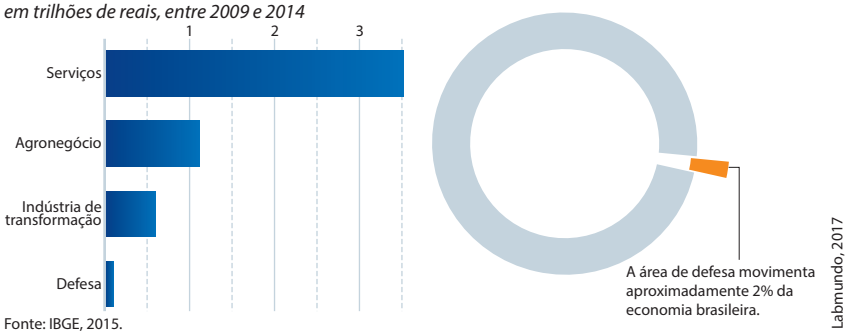
Economia, política e Congresso

A defesa do território nacional e a segurança da população são elementos estruturais do Estado-nação moderno e são dimensões decisivas para se medir o poder de cada país na política internacional. Para um Estado-nação exercer suas funções diante de seus cidadãos e para competir com às demais nações, produzindo relações de força e de equilíbrio entre elas, há um custo material: recursos e riqueza gerada nas cadeias produtivas e comerciais ligadas a questão da defesa e segurança, que podem ser medidas enquanto um PIB mundial e nacional da Defesa. O Brasil, por exemplo, é o 4º maior exportador de armas leves do mundo (as que mais matam), segundo relatório divulgado em 2013 pela *Small Arms Survey*. Trata-se de uma rede que movimentou 6 bilhões de dólares naquele ano. No que tange aos processos que exigem mais tecnologia, o Brasil é retardatário, com seus principais investimentos em questões-chave tais como a defesa cibernética e o submarino nuclear datando de 2009 em diante.

Há também uma dimensão política da defesa, cujas estratégias são variadas em qualquer sociedade, ensejando disputas que fazem parte dos conflitos políticos de todos os países. A temática da defesa encontra, nas relações internacionais, um contraponto ético e moral expresso nas noções de coexistência pacífica entre os povos e nos direitos humanos, os quais limitam a ação dos Estados-Nação nos conflitos externos e internos. O sistema multilateral visa definir quais os limites e direitos que uma sociedade possui para se defender. Historicamente, defesa e segurança são questões que ficavam restritas

DEFESA NO PIB BRASILEIRO

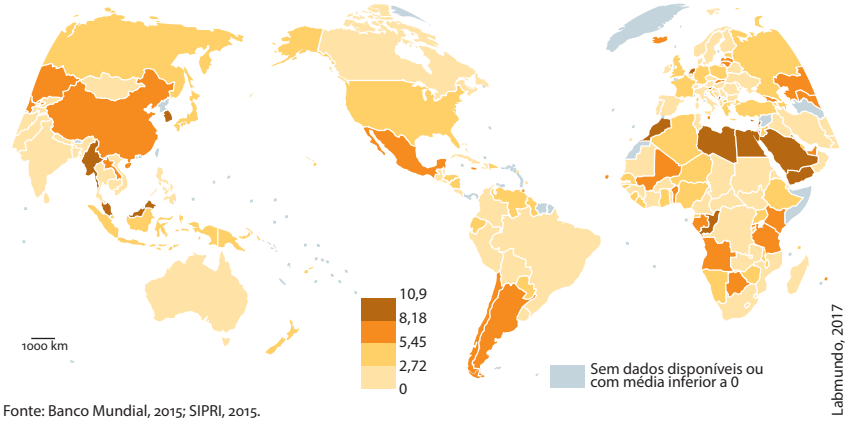
Valor total e participação no PIB do setor relacionado à defesa, em comparação com outros setores, em trilhões de reais, entre 2009 e 2014



Fonte: IBGE, 2015.

GASTOS MILITARES NO MUNDO

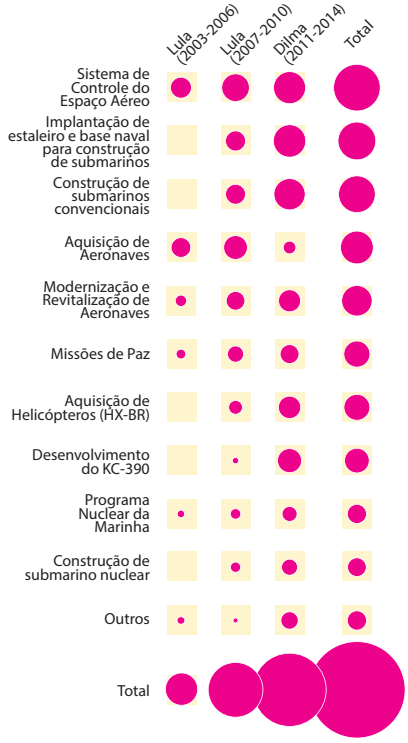
Média com relação ao PIB de cada país, entre 2000 e 2014



Fonte: Banco Mundial, 2015; SIPRI, 2015.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

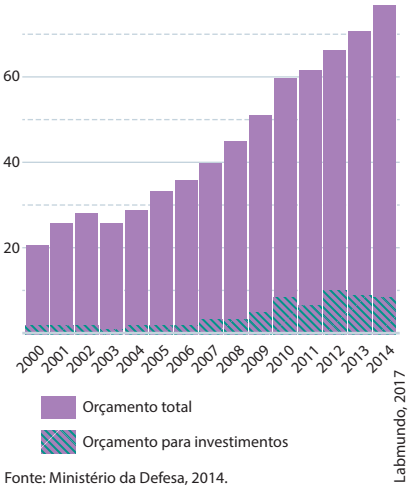
Orçamento dos principais programas da defesa brasileira, em milhões de reais, entre 2003 e 2014



Fonte: Sítio web do Ministério da Defesa, 2016.

ORÇAMENTO DA DEFESA BRASILEIRA

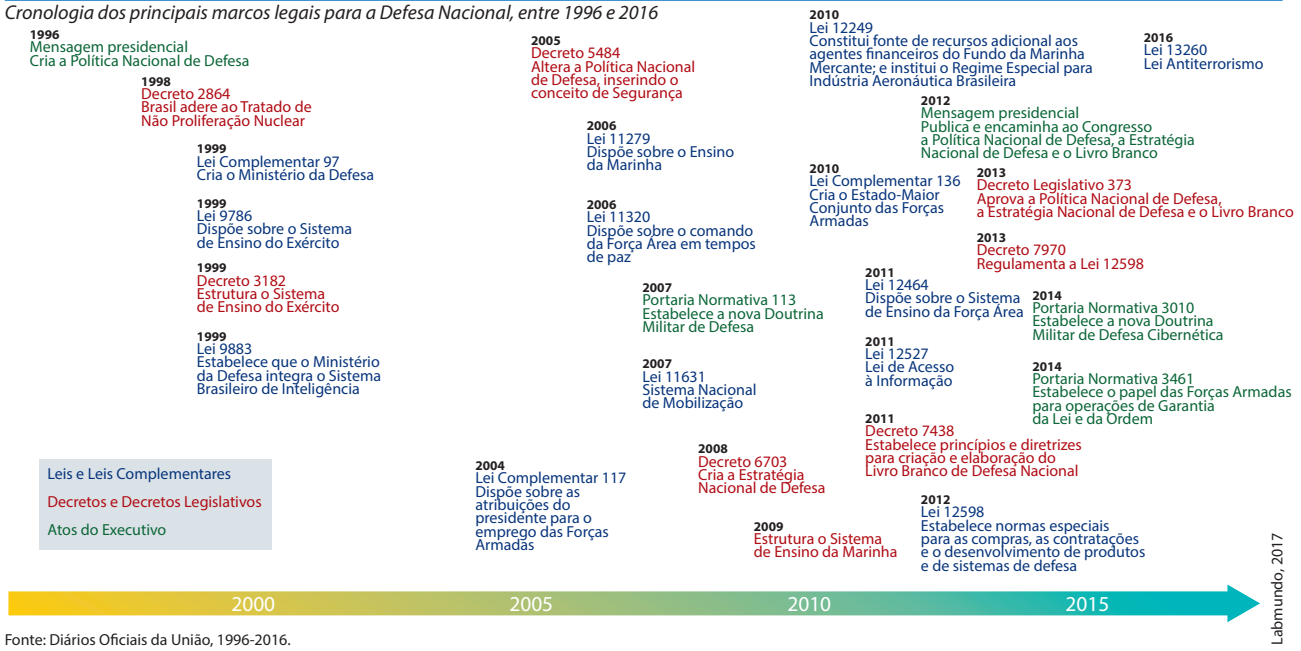
Valor do orçamento em defesa no Brasil e participação de investimentos no total, em bilhões de reais, entre 2000 e 2014.



Fonte: Ministério da Defesa, 2014.

PASSOS PARA UMA LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

Cronologia dos principais marcos legais para a Defesa Nacional, entre 1996 e 2016



Fonte: Diários Oficiais da União, 1996-2016.

a setores sociais tais como militares e empresários que atuavam na área. No século XXI, é possível identificar uma tendência internacional de inclusão de novos atores e novas temáticas para além das "tradicionais", como, por exemplo, as questões ambiental e alimentar e a participação da sociedade civil. Entretanto, ainda persiste, no mundo e no Brasil, uma apropriação da problemática da segurança e da defesa por uma agenda de fechamento democrático e de suspensão da prioridade ética dos direitos humanos, a qual se justifica, principalmente, pela chave do "combate ao terrorismo".

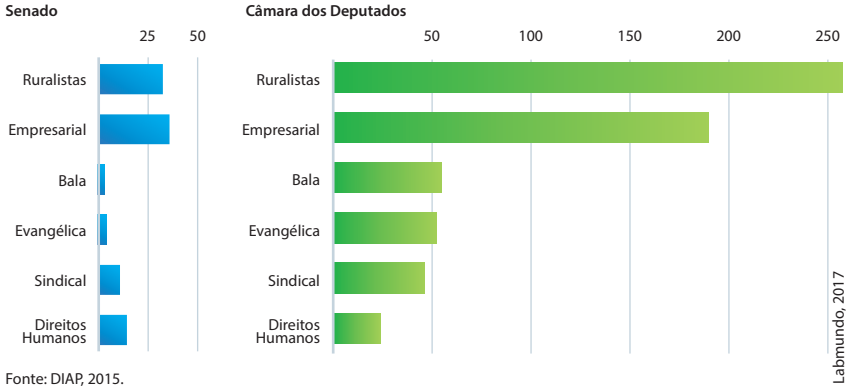
Há no parlamento brasileiro um constante conflito acerca da defesa, e a recente legislação que organiza a ação do Estado nesse setor é resultado das relações de força e da institucionalização desses conflitos em uma sociedade democrática. Desde a criação do Ministério da Defesa em 1999, existe um esforço de democratizar o tema, produzindo importantes momentos de cooperação entre militares e civis e uma maior publicização dos debates a partir de instrumentos legais tais como o Livro Branco de Defesa Nacional, ou a Lei de Acesso à Informação, que embora não seja específica da defesa, atingiu este campo de modo positivo e profundo.

Por outro lado, em 2016 o Brasil aprovou uma lei-antiterrorismo com conteúdo polêmico que é questionada por importantes setores da sociedade civil. Há, ainda, a permanência de legislações e estruturas do período ditatorial, entre elas a Lei de Segurança Nacional (usada no regime autoritário contra as oposições, e que passou por uma última reforma em 1983) ou as polícias estaduais militarizadas. Outro limite importante é a ausência de mecanismos de controle e inspeção pública que incidam tanto sobre as cadeias produtivas quanto sobre as redes comerciais da nossa Economia de Defesa. Os dados são escassos quer sobre o uso de matéria prima para a Indústria de Defesa, quer sobre o caráter das parcerias comerciais que o Brasil firma nessa área.

Nossa legislação sobre Defesa reflete um conflito crescente na sociedade brasileira, qual seja, aquele que se dá entre os defensores de uma agenda da segurança calcada exclusivamente em mecanismos repressivos e setores que entendem que a segurança só pode ser alcançada a partir do fortalecimento da transparência e dos direitos humanos. Tal conflito é, hoje, um dos mais importantes que se apresentam nos períodos eleitorais, gerando no Congresso bancadas temáticas atuantes nesse tema e que terminam por inserir a Economia Política da Defesa no centro das preocupações políticas da sociedade brasileira.

BANCADA DA BALA NO CONGRESSO NACIONAL

Quantidade de parlamentares integrantes das principais bancadas temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado brasileiros, em 2015



Fonte: DIAP, 2015.

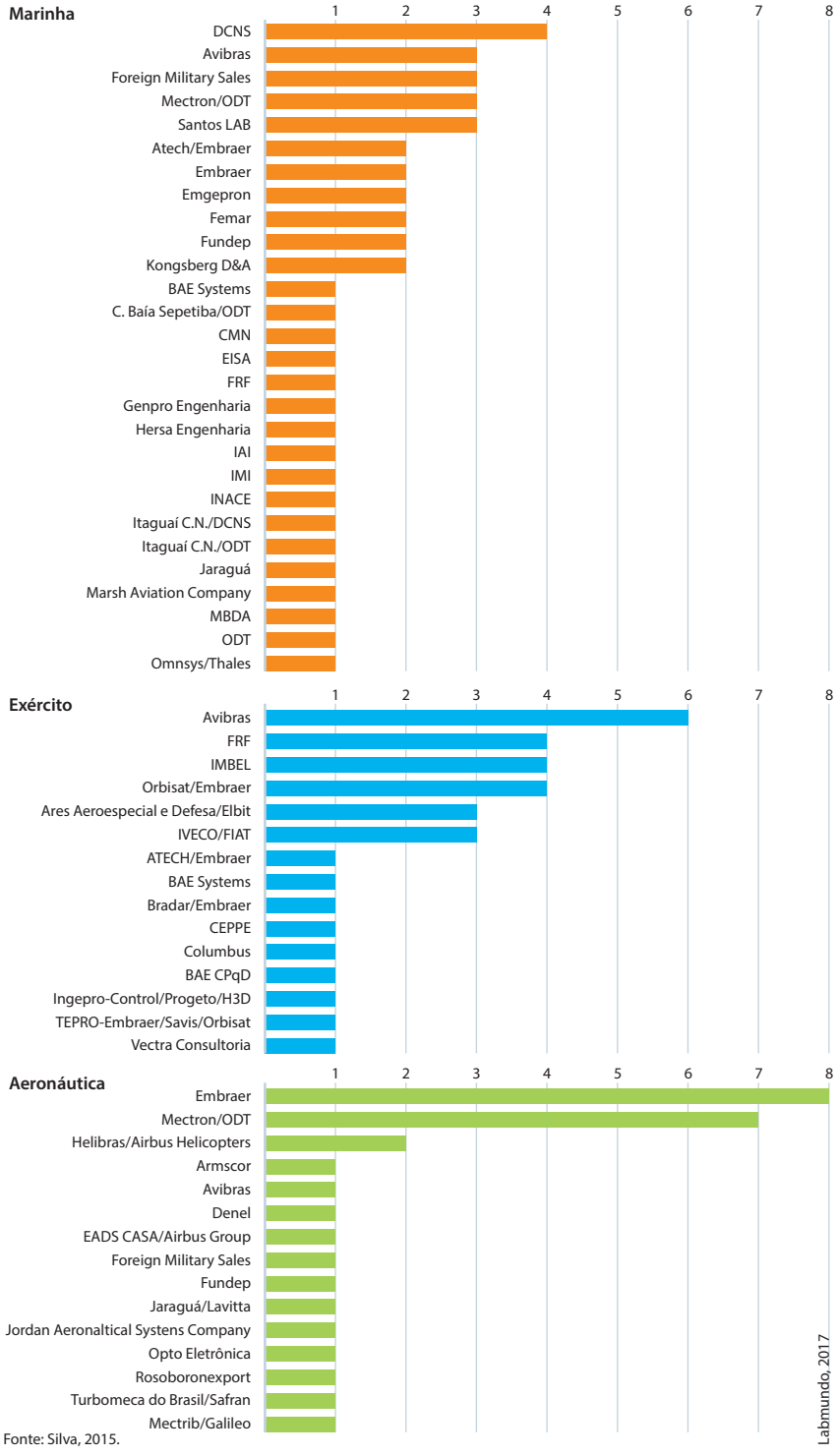
VEJA TAMBÉM:

Indústria de defesa no Brasil p. 84
Sociedade civil e defesa p. 86
Mecanismos internacionais p. 30
Comércio com BRICS p. 78

Indústria da defesa no Brasil

COMPRAS GOVERNAMENTAIS DO BRASIL

Quantidade de contratos em projetos, por empresa e por Força Armada do Brasil, entre 1999 e 2011



Fonte: Silva, 2015.

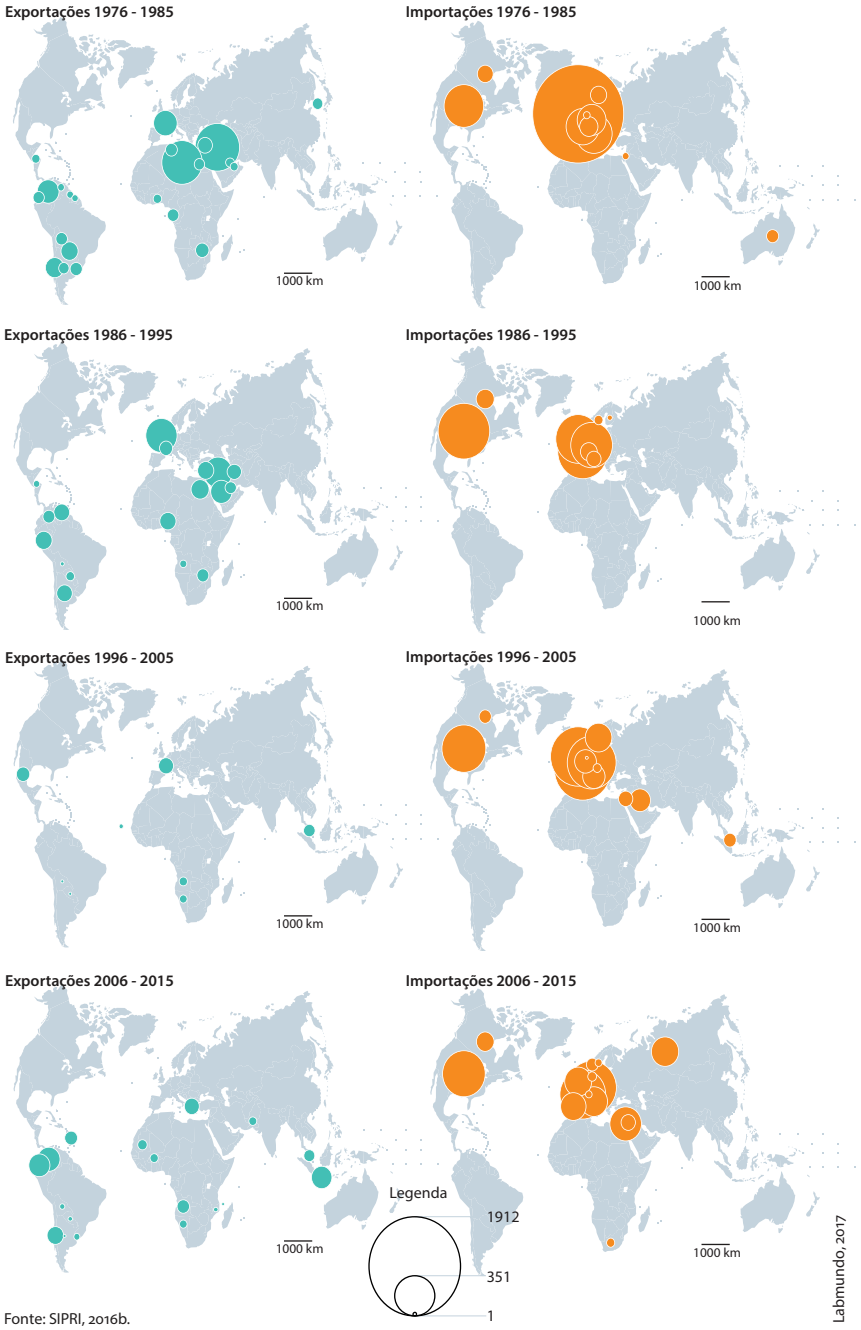
É considerado estratégico, para o Brasil, ter um setor industrial de defesa que, além de suprir a demanda interna governamental, também seja capaz de exportar e gerar bens e tecnologias que permitam efeito de transbordamento para a indústria civil. Uma aproximação ao tema da indústria de defesa no Brasil é frequentemente tarefa não trivial em função da escassez de dados exatos, devido à natureza sensível do tema - apesar dos esforços de transparência governamental como a Lei de Acesso à Informação. O uso de estimativas internacionais e de alguns trabalhos acadêmicos que obtiveram acesso parcial aos dados, embora tenha implicações metodológicas, é paliativo necessário para uma primeira abordagem do assunto.

Cabe ressaltar os fluxos de importação e exportação de material bélico, pelo Brasil, segundo país fornecedor e país de destino, respectivamente, para o período entre 1976-2015, conforme a disponibilidade de dados agregados sobre o tema. Dados relativos a esse período demonstram que o Brasil sempre importou muito mais do que exportou. Para todo este período, os EUA, França, Reino Unido, Itália e Alemanha são os principais fornecedores do Brasil.

Do ponto de vista da exportação, os clientes brasileiros mudaram ao longo do tempo devido a fatores domésticos e externos. Entre 1976 e 1995, o principal cliente das empresas brasileiras de material bélico era o Iraque. Outros países no Oriente Médio como Egito, Líbia e Arábia Saudita também eram clientes importantes. Esse foi o período de auge da indústria de defesa no Brasil, significativamente ligada ao Estado e com grau relativamente alto de sofisticação, com exportação de carros de combate lançadores de mísseis, por exemplo. Com o acirramento de questões políticas naquela região, o advento das Guerras Irã-Iraque e da I Guerra do Golfo, o principal cliente brasileiro não pode honrar compromissos financeiros. Tal fator, somado ao ocaso do modelo desenvolvimentista em meados da década de 1980 e a ascensão das políticas econômicas neoliberais, que preconizavam privatizações e redução dos subsídios estatais à indústria, contribuíram para o declínio nas exportações da indústria de defesa do Brasil. A partir de 2005 evidencia-se uma retomada da indústria de defesa, devido aos esforços de criação

COMPRA E VENDA DE MATERIAL BÉLICO

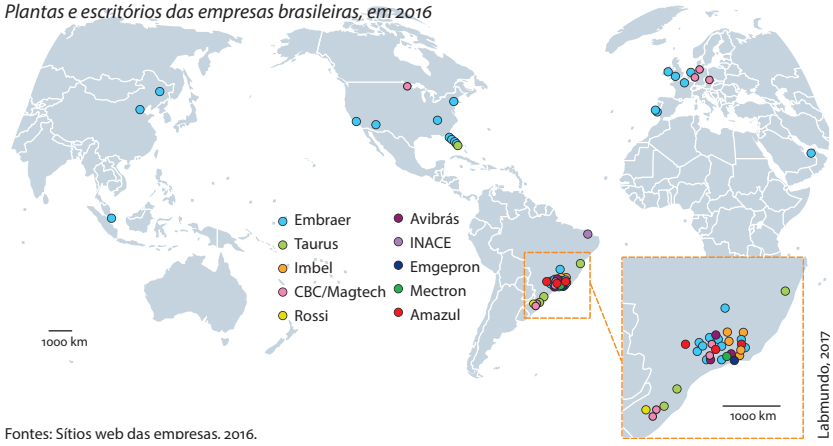
Importação e exportação de material bélico pelo Brasil, em milhões de dólares, entre 1976 e 2015



Fonte: SIPRI, 2016b.

EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE DEFESA NO BRASIL E NO EXTERIOR

Plantas e escritórios das empresas brasileiras, em 2016



Fontes: Sítios web das empresas, 2016.

de políticas públicas que visam ao fomento da base industrial de defesa. Segue-se um processo de expansão de vendas para clientes tradicionais como as forças armadas sul-americanas e também países da África, como Angola e Mauritânia.

Nesse sentido, é necessário ressaltar a presença internacional de empresas brasileiras de defesa. Embraer, do setor de aviação – comercial e militar –, CBC/Magtech, que fabrica munição, e a Taurus que fabrica armas leves, são os destaques de firmas que obtiveram substancial financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para expandir seus negócios. A Embraer, por exemplo, está produzindo parte do cargueiro militar KC-390 em Portugal e possui unidades e escritórios na China, nos EUA, etc. O gráfico demonstra os contratos de compras para 55 projetos estratégicos de material bélico pelas forças armadas do Brasil entre 1999-2011. Para o caso da Marinha do Brasil, o maior número de contratos é com o consórcio francês DCNS, responsável pelo projeto do submarino nuclear. Empresas privadas nacionais como a Avibrás, Mectron e Embraer e estatais como a Emgepron também ocupam posição de destaque nos contratos com a Marinha. No caso do Exército, predominam os contratos com a empresa privada nacional Avibrás, responsável pelas aeronaves daquela força, seguida pela Fundação Ricardo Franco (FRF) e a estatal Imbel, responsável por produzir o material bélico do Exército. No caso da Força Aérea Brasileira, a Embraer é a maior contratante seguida pelas também privadas Mectron, Helibrás/Airbus. Tais dados apontam para um panorama no qual o Estado Brasileiro participa, enquanto comprador, da indústria de defesa brasileira, utilizando materiais produzidos por empresas nacionais - públicas e privadas. Em outros casos, em especial em projetos com nível maior de sofisticação tecnológica, como o submarino nuclear, o Estado brasileiro precisou buscar contratos com empresas estrangeiras para suprir esta demanda.

VEJA TAMBÉM:

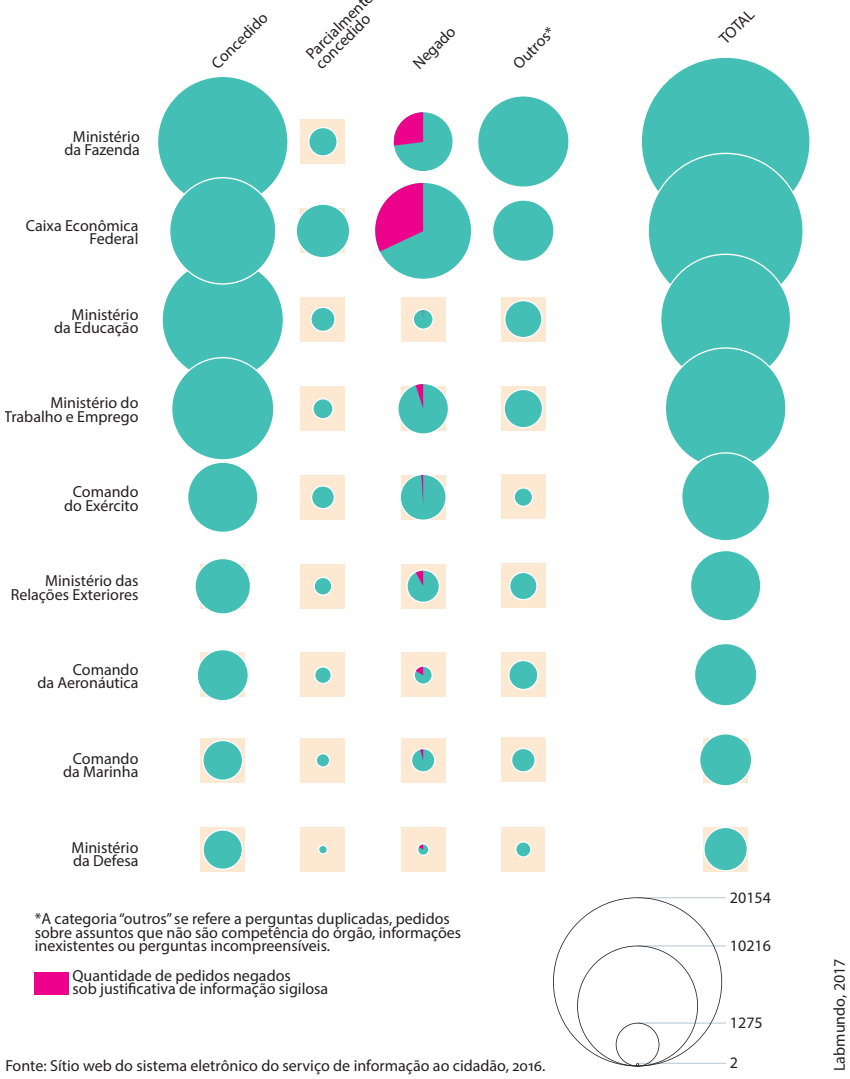
Economia, política e Congresso p. 82
Sociedade civil e defesa p. 86
Cooperação militar com o Sul p. 72
Cooperação militar com o Norte p. 74

Sociedade civil e defesa

A relação entre defesa, Forças Armadas e sociedade civil gera desafios, oportunidades de profissionalização dos militares e tentativas de democratização de suas relações com os civis. Qual é o papel da sociedade civil na construção da política de defesa e quais são suas demandas? De acordo com a Constituição de 1988, as Forças Armadas, sob autoridade suprema do Presidente da República, "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e (...) da lei e da ordem". É comum, contudo, o envolvimento das Forças Armadas em iniciativas sociais, de infraestrutura e de engenharia. Aos poucos, elas vêm consolidando seu papel em trabalhos sociais, sobretudo em regiões de difícil acesso. O aprofundamento do papel, internacional e doméstico, das Forças Armadas também implica maior interação do Exército,

ACESSO À INFORMAÇÃO

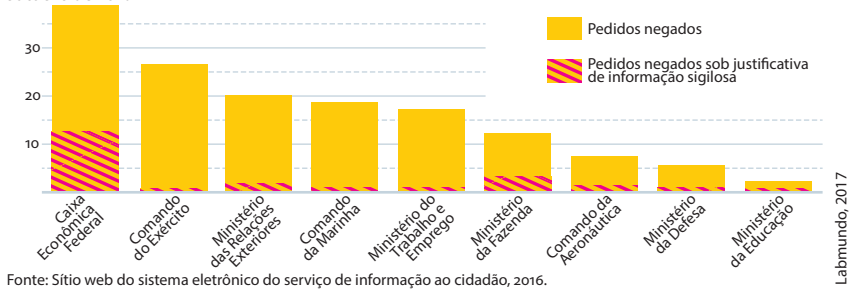
Quantidade de pedidos baseados na Lei de Acesso à Informação, por instituição e resultado, entre maio de 2012 e outubro de 2016



Fonte: Sítio web do sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão, 2016.

Labmundo, 2017

Respostas negativas a pedidos baseados na Lei de Acesso à Informação, em %, entre maio de 2012 e outubro de 2016

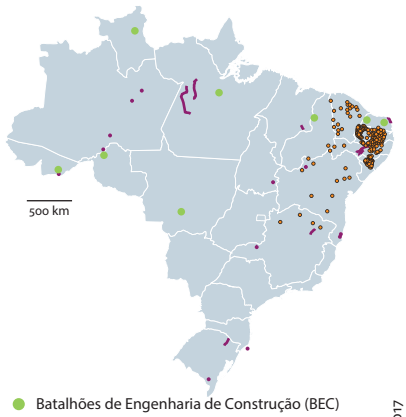


Fonte: Sítio web do sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão, 2016.

Labmundo, 2017

EXÉRCITO E INFRAESTRUTURA

Localização dos Batalhões de Engenharia de Construção e obras em andamento, em 2016

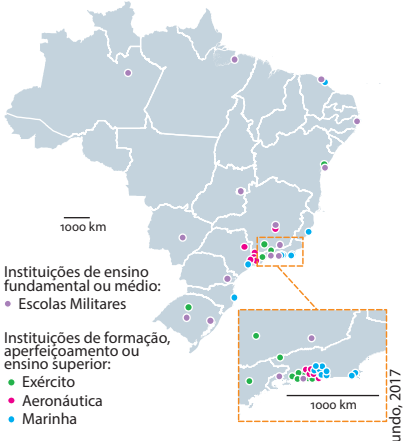


Fonte: Sítio web da Diretoria de Obras de Cooperação do Exercito Brasileiro, 2016.

Labmundo, 2017

INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO

Instituições de ensino das forças armadas, por localização, tipo e força armada, em 2016

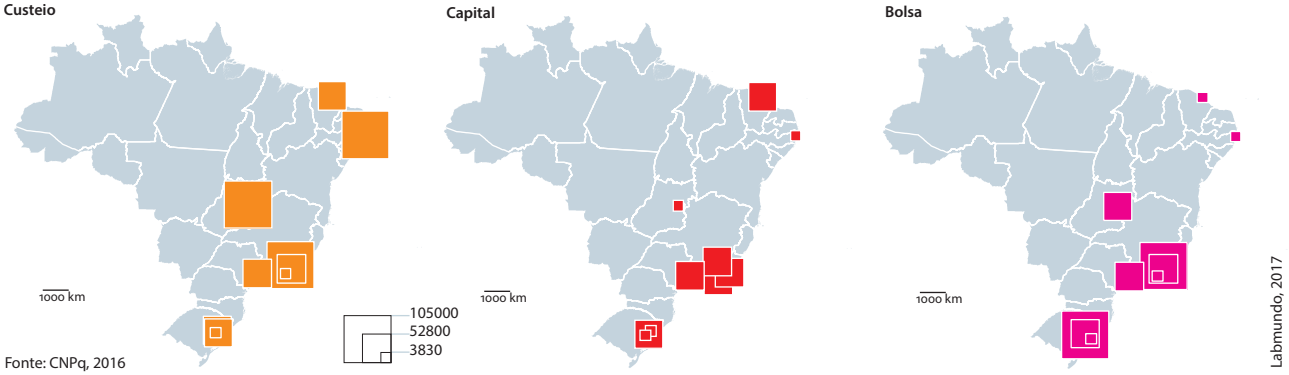


Fontes: Sítio web do Ministério da defesa, 2016; sítio web Exército Brasileiro, 2016

Labmundo, 2017

EDITAL PANDIÁ CALÓGERAS

Localização e montantes, em reais, do financiamento para projetos de pesquisa em Defesa nacional, em 2015-2016



Fonte: CNPq, 2016

da Marinha e da Aeronáutica com a sociedade e o aumento de demandas por segurança interna, para além dos assuntos de defesa.

Os "Programas Sociais da Defesa", atividades voltadas para integração entre Forças Armadas e a sociedade civil, são, nesse sentido, uma forma efetiva de envolvimento com as demandas da sociedade. Dentre as principais iniciativas, destacamos o "Projeto Soldado Cidadão" que qualifica social e profissionalmente os recrutas do serviço militar obrigatório, preparando-os para as demandas de trabalho; o "Programa Calha Norte", que promove a ocupação e o desenvolvimento social da região amazônica com projetos de infraestrutura (estradas, pontes, creches e etc.) e projetos sociais como escolarização e mutirões médicos; e o "Programa Força no Esporte" que promove, em parcerias com outros ministérios, a integração social pela prática esportiva com reforço escolar, orientações educacionais, serviço médico e odontológico e inserção profissional.

Outro projeto de grande visibilidade é o "Projeto Rondon", criado inicialmente em 1967 e reativado em 2005. Desde então, já enviou mais de 24 mil jovens estudantes universitários e professores de várias áreas do conhecimento ("rondonistas") para colaborar junto às lideranças locais e na formação de multiplicadores (produtores, agentes públicos, professores). As Forças Armadas proporcionam todo o apoio logístico de deslocamento fluvial (Marinha), aéreo (Força Aérea), bem como alimentação, transporte local e segurança das equipes (Exército).

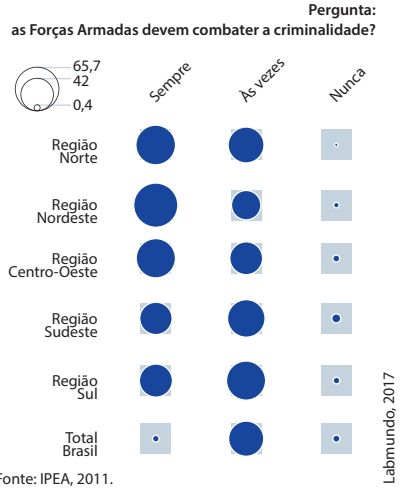
Merece destaque também a atuação do Ministério da Defesa no âmbito de formação educacional e pesquisa acadêmica. Além das escolas de formação das Forças Armadas, e cursos de pós-graduação em defesa abertos a civis e militares, outros programas incentivam a pesquisa e extensão em temas de defesa e segurança: o Programa Pró-Defesa; os Centros de Estudo de Política e Estratégia; o Programa Antártico Brasileiro (que monitora as mudanças ambientais na Antártida); o Instituto Pandiá Calógeras (que presta assessoria direta ao Ministério da Defesa na produção de análise e estimulo à trabalhos acadêmicos sobre defesa nacional). A criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) com encontros acadêmicos sobre defesa nacional e segurança e o aumento da produção científica em torno de temas de defesa e assuntos estratégicos são provas irrefutáveis do aumento do interesse da sociedade civil sobre os assuntos de defesa nacional.

As Forças Armadas também atuam nas chamadas "Ações Subsidiárias e Complementares", participando na construção de estradas, ferrovias, pontes, açudes, etc. ou na promoção de serviços de saúde pública em regiões longínquas e apoio humanitário em casos de calamidades como enchentes, deslizamentos de terras ou secas prolongadas. Há também as chamadas ações cívico-sociais (ACISO) que, por meio das Forças Armadas, levam às regiões mais pobres assistência médico-odontológica e construção de escolas, abrigos, hospitais, distribuição de água em regiões de seca, dentre outros.

Está previsto na Constituição que as Forças Armadas devem atuar na Garantia da Lei de Ordem (GLO) e tal atuação é a que gera maior embate com a sociedade civil. Duas iniciativas, nesse sentido, podem ser citadas: a

DEFESA OU SEGURANÇA?

Percepção quanto à ação das Forças Armadas no combate à criminalidade, por região brasileira, em %, em 2011



Fonte: IPEA, 2011.

Operação Ágata nas regiões de fronteira e a participação das Forças Armadas junto às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A criação, em 2010, das UPPs junto às favelas do Rio de Janeiro provocou grandes debates sobre quais os limites de atuação das Forças Armadas altamente qualificadas para atuarem externamente, mas não vocacionadas para lidar com segurança pública. Nas atividades de segurança em espaços urbanos estão as principais contradições de sua ação, uma vez que a securitização de espaços geralmente situados nas periferias urbanas onde vive a população mais pobre tende a ser muito mal avaliada por habitantes locais, ONG e movimentos sociais.

VEJA TAMBÉM:

Economia, política e Congresso p. 82
Participações em operações de paz p. 36
Amazônia Azul p. 64
Amazônia Verde p. 62

GLOSSÁRIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE METODOLÓGICO

Glossário

CAPÍTULO 1

Páginas 12 e 13

Geopolítica – É o campo do conhecimento que busca analisar os processos políticos, sociais e econômicos em associação com as características geográficas de um território ou conjunto de territórios. Trata-se de uma categoria fundamental para o entendimento das relações de força e equilíbrio no plano internacional e que precisa incluir todas as possibilidades de cooperação e conflito em um dado território.

Colonialismo – A colonização remete, em geral, ao processo de dominação prolongada de um território e sua população por um grupo social externo a ele, podendo redundar em ocupação, povoamento e criação de instituições (administração, defesa, educação, saúde, etc.). Contudo, quando se fala em colonialismo, refere-se à formação dos Impérios Coloniais modernos (séculos XV e XVI), cuja expansão abarcou todos os continentes entre os séculos XVI e XX e esteve estreitamente relacionada com a internacionalização do sistema capitalista e a constituição do sistema-mundo.

Descolonização - A descolonização moderna refere-se aos processos de independência das colônias nas Américas, na África, na Ásia e na Oceania. As lutas anticoloniais ocorreram em duas ondas: a primeira se iniciou no final do século XVIII com Haiti e Estado Unidos da América e se estendeu até meados do século XIX por todo o continente americano; a segunda, principalmente em África e Ásia, ocorreu entre os anos 1910 e 1980 do século XX.

Povos originários - São chamados de povos originários as populações que ocupavam um determinado território antes dos processos de colonização moderna promovida pelos impérios coloniais europeus. O termo "povos originários" abrange uma diversidade enorme de povos, nações, etnias e comunidades cujo único traço comum é ser diferente dos povos colonizadores (os indígenas nas Américas, as mais diversas etnias africanas e asiáticas, as comunidades aborígines da Austrália ou ainda os maoris da Nova Zelândia).

Quilombo - Os quilombos são os territórios ocupados pelas populações africanas e afrodescendentes que conseguiram fugir do regime de escravidão a que estavam submetidas no Brasil. Nesses territórios, que se formaram entre os séculos XVI e XIX, os antigos escravos constituíam comunidades, organizando a defesa e a subsistência coletiva e também recriavam seus laços culturais e simbólicos. Com a constituição brasileira de 1988, os quilombos passaram a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro, o que lhes confere direito à posse da terra que ocupam e à reparação histórica devido à violência da escravidão.

Páginas 14 e 15

Guerra da Cisplatina - Conflito armado ocorrido entre o império brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata entre 1825 e 1828 pela posse da Província Cisplatina, a região da atual República Oriental do Uruguai. A anexação da região pelo Império, de acordo com Hernani Donato (1987) não foi um episódio aceito pelo brasileiros. Uruguaios, auxiliados pela Argentina, dão início à guerra pela independência da região. Após uma exaustiva e custosa guerra, em 27 de agosto de 1828, Brasil e Argentina reconhecem e garantem a independência do Uruguai.

Cabanagem - A Cabanagem foi uma revolta popular que aconteceu entre os anos de 1834 e 1840 na província do Grão-Pará (região norte do Brasil, atual estado do Pará). Recebeu este nome, pois grande parte dos revoltosos era formada por pessoas pobres que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. Estas pessoas eram chamadas de cabanos. A revolução paraense foi considerada a mais radical e violenta do período regencial (DONATO, 1987).

Balaiada - Revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841 contra o monopólio político de um grupo de fazendeiros da região. revolta iniciou a partir de um simples fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos - o "Balaio", que teve uma das suas filhas estuprada por um policial sem que houvesse nenhuma punição. Agregou uma grande quantidade de pretos, mulatos, índios e cafuzos revoltosos contra fazendas e grandes propriedades. "A dureza da guerra estendeu-se até 1841, quando o exaurimento dos recursos balaios e a habilidade militar e política de Luís Alvez de Lima e Silva contribuíram para a pacificação. O título do futuro duque, Caxias, lembra o seu êxito no pacificar o Maranhão" (DONATO, 1987. p. 142).

Sabinada - "Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira" à frente dos partidários exaltados, proclamou a Bahia desligada do Império 'enquanto persistisse a menoridade do Imperador D. Pedro II'. Organizou governo e forças armadas que o sustentassem. Estas, porém, nada puderam diante do exercício regencial o mando do marecha-de-campo João Crisóstomo Calado(...)"(DONATO, 1987. p. 141). A "Sabinada" ganhou esse nome pelo seu Líder, Francisco Sabino e teve como principais aliados, militares e integrantes da classe média. Durou de 1837 a 1838.

Revolta dos Malês - ou Revolta de Escravos Nagôs, Malês e Tapas - De acordo com Hernani Donato (1987), "a melhor organizada dentre as revoltas de escravos baianos parece ter sido acionada pelos nagôs, tendo recebido a adesão de malês e tapas. (...). O programa da revolta de 1835 clamava, entre outras reivindicações, a abolição da propriedade e do catolicismo como religião oficial". (DONATO, 1987. p. 136). De acordo com o autor, a revolta teria sido preparada 3 anos antes pela organização secreta Ogboni, mas não durou mais que alguns encontros sangrentos, resultando em severa repressão como cinco fuzilamentos e dezenas de condenações ao açoite.

Revolução Farroupilha - De duração entre 1835 e 1845, ficou conhecida como a mais longa das revoluções brasileiras e, assim como a maioria delas, apresentou por justificativa o protesto contra o poder centralizador da Corte. Liderada pela classe dominante gaúcha que usou as classes mais pobres como apoio. "Pandiá Calógeras observou que 'federalistas, muito mais que separatistas, os farrapos pelejavam pelas liberdades locais'. (...). Mas foi o fator econômico que preponderou (...). A importação, para o nordeste do Império, do charque platino mais barato que o rio-grandense e a pesada taxação sobre o sal necessário às charqueadas foram duros golpes deferidos pelo governo contra o poder e a economia dos estancieiros. Seriam eles o cerne da revolução e os principais republicanos em 1838" (DONATO, 1987, p.137). Chegou a ser proclamada a República Rio-grandense, sob a ressalva de provisória até que o Brasil se tornasse uma república federativa. Em 1 de março de 1845, após exaustivas batalhas, foi acidado o acordo de pacificação. O Império conseguiu manter a hegemonia sobre a região, mas os revoltosos tiveram importantes êxitos como maior autonomia na região, anexação de oficiais rio-grandenses ao exército imperial, sobretaxação de 25% do charque importado, libertação dos prisioneiros de guerra, libertação de ex-escravos que lutaram no exército, dentre outras.

Guerra do Paraguai - Com duração entre 1864 e 1870, foi considerado o maior conflito armado internacional da região no século XIX. O conflito uniu Brasil, Argentina e Uruguai (união que também ficou conhecida como tríplice aliança) contra o mais bem sucedido vizinho, o Paraguai. O crescimento exponencial do Paraguai, tanto no campo econômico quanto militar (tornando-se a primeira força militar sul-americana), foi considerado pela coroa inglesa como um exemplo que não deveria ser seguido pelos seus vizinhos. A inglaterra interferiu fortemente no confronto, com o fornecimento de empréstimos e recursos militares. A guerra devastou o Paraguai, uma verdadeira potência econômica no período

e independente das nações europeias. Os efeitos da guerra para o país foram desastrosos e o Paraguai jamais voltou a ter bons índices de desenvolvimento econômico.

Páginas 18 e 19

Liga das Nações - Ou Sociedade das Nações. Foi uma organização internacional criada em 1919 e autodissolvida em 1946 com o objetivo de reunir todas as nações em torno da manutenção da paz. A Liga foi criada pelo Tratado de Versalhes, junto ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Pax Britannica - período de amplo domínio da Grã Bretanha no sistema internacional, compreendido entre o fim da Era Napoleônica e o início da Primeira Guerra Mundial. Durante esse período de domínio britânico, não houve ausência de guerras, mas os conflitos tiveram proporções menores, motivo pelo qual o século XIX ficou conhecido como um século de paz. O domínio inglês estava pautado na defesa do liberalismo econômico e do equilíbrio de poder entre as potências européias.

Concerto Europeu - mecanismo de equilíbrio de poder colocado em prática por Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia após o Congresso de Viena, em 1815. O objetivo era controlar possíveis ameaças ao equilíbrio europeu, como Napoleão havia feito nos anos anteriores. Esses Estados assinaram diversos Tratados de defesa mútua, de forma a impedir o surgimento de outra potência que pudesse controlar a Europa.

Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) - criada no contexto da Primeira Guerra Mundial pela Marinha do Brasil, era composta de três divisões, com o objetivo de defesa e patrulhamento do Oceano Atlântico, após as ações dos submarinos alemães.

Plano Calógeras - elaborado em 1918, consistia em um documento elaborado pelo parlamentar João Pandiá Calógeras, em que eram previstas diretrizes e planos de ações para o Brasil engajar-se na Primeira Guerra. Além de melhorias na infra-estrutura e na capacidade militar doméstica do país, o Plano previa a utilização de navios apreendidos na costa brasileira como arma de guerra. Os acontecimentos sistêmicos e a instabilidade política doméstica do Brasil fez com que o Plano não fosse implementado.

Quatorze Pontos de Wilson - discurso realizado pelo então Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em 1918, após o fim da Primeira Guerra Mundial. O presidente elencou pontos importantes para a manutenção da paz mundial e para evitar a emergência de novos conflitos. Entre eles, estavam o fim da diplomacia secreta e a criação de uma organização internacional para lidar com questões de paz e segurança.

Tratados de Locarno (1926) - acordos assinados pelos governos de Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália, na cidade de Locarno, na Suíça. Após o Tratado de Versalhes impor pesadas reparações de guerra à Alemanha, o Tratado possibilitava que o país germânico se reintegrasse na ordem mundial, com a garantia da inviolabilidade de suas fronteiras, a desmilitarização da região da Renânia e a integração à Liga das Nações.

Páginas 20 e 21

Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos - a comissão foi criada no período do Governo Vargas que antecedeu o alinhamento brasileiro aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Foi instalada como parte da negociação do engajamento brasileiro no conflito, com o objetivo de aprimorar as bases comuns das políticas de defesa dos dois países. Paralela à criação da Comissão, foram negociadas a cessão das bases no Nordeste e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Eximbank - oficialmente chamado de Export-Import Bank of the United States, é a agência oficial de crédito do governo norte-americano.

Força Aérea Brasileira (FAB) - criada em 1941, mesmo ano da criação do Ministério da Aeronáutica, participou da força expedicionária que lutou na Segunda Guerra Mundial. A FAB atuou no Atlântico Sul e na frente italiana. Participou, na década de 1970, da Guerrilha do Araguaia. Atualmente, é subordinada ao Ministério da Defesa e controla as bases aéreas do país e equipamentos

aeronáuticos do país, além de realizar treinamentos conjuntos com forças aéreas de outros países e com o Exército e a Marinha.

Páginas 22 e 23

Crise dos Mísseis - Em 1962 durante treze dias, o mundo vivenciou um dos episódios mais emblemáticos da Guerra Fria quando a União Soviética instalou mísseis nucleares na ilha caribenha de Cuba. No dia 22 de outubro, o presidente dos EUA, John Kennedy anunciou em rede nacional de TV a presença dos mísseis na ilha e estado de alerta com bloqueio naval e iminência de um conflito nuclear entre URSS e EUA.

CAPÍTULO 2

Páginas 26 e 27

A bases de dados sobre poder militar e conflito utilizadas no projeto -O uso de bases de dados sobre conflitos internacionais e capacidades militares pode oferecer informações substanciais para os estudos do poder militar. No entanto, tal uso não deve ocorrer sem que considerações sobre a natureza de tais dados seja feita, sob o risco de, na análise, refletir implicações normativas que não são as do analista. Assim sendo, cabe esclarece o uso de algumas bases de dados sobre poder militar e conflitos internacionais que foram utilizadas para confeccionar as imagens neste Atlas. Como qualquer medida quantitativa, tais medidas de poder militar não captam a realidade social perfeitamente, sendo, portanto, uma escolha de pesquisa considerá-las para tecer considerações sobre o problema analisado.

UCDP/Prio - produzida pelo Instituto de Pesquisas sobre a Paz da Universidade de Uppsala, esta base de dados de livre acesso essa base de dados foi utilizada para mapas sobre violência interestatal e intraestatal. Conflito armado é definido como tendo um número de baixas menor do que 1000 e maior do que 25 e guerra tem um número de baixas maior do que 1000.

The Military Balance - produzida pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sediado em Londres, essa base de dados é atualizada anualmente e publicada em forma de livro. Para o Atlas da Defesa, utilizamos seus dados para equipamento militar, e gasto militar percapita e efetivo militar permanente por mil habitantes. A dificuldade do uso desse material reside no fato de que não há um repositório que permita compilação de uma série temporal para vários países, procedimento que requereria a compra individual de livros e compilação manual. As descrições dos conceitos são sempre incluídas ao final de cada livro, no apêndice metodológico.

SIPRI - produzida pelo Instituto de Pesquisa em Paz de Estocolmo, a base de dados é de livre acesso e a utilizamos no atlas para obter os dados sobre o comércio internacional de armas, situação das ogivas nucleares e series temporais envolvendo gastos militares para diferentes países.

Correlates of War - foram utilizados o Índice de Capacidades Nacionais (Composite Index of National Capabilities - CINC) e a base de dados sobre disputas interestaduais militarizadas, produzidos pelo projeto Correlates of War, sediado nos Estados Unidos . O CINC inclui a produção de ferro e aço, população urbana, população total, gastos militares, pessoal militar e total da produção energética de um país com relação ao total de recursos disponíveis no sistema internacional. Os dados disponíveis para essa variável vão de 1816 a 2012, e o conceito que os autores desse índice utilizam para poder, inspirado numa visão neorrealista da política internacional, demonstra ser uma proxy operacional para poder relativo no sistema internacional, conforme seu livro de códigos (COW, 2010 p. 3).

Tanque principal de batalha (em inglês, Main Battle Tank) - veículos de combate blindados, rastreados, armados com uma arma montada na torre, com calibre mínimo de 75mm e pesando pelo menos 25 toneladas métricas sem carga. Veículos mais leves que atendam aos três primeiros requisitos são considerados tanques leves.

Artilharia - armas (incluindo canhões, obuses, lançadores de foguetes múltiplos e morteiros) com um calibre superior a 100 mm para peças de artilharia e 80 mm ou mais para morteiros capazes de atingir alvos terrestres com fogo indireto.

Submarinos - todos as embarcações concebidas para funcionar principalmente sob água. Submarinos com um deslocamento submerso abaixo de 250 toneladas são classificados como submarinos-anões; aqueles abaixo de 500 toneladas são chamados submarinos costeiros.

Principais navios de combate de superfície - todos os navios de superfície concebidos para operações de combate no alto-mar e que pesam acima de 1500 toneladas. Os porta-aviões, incluindo os portadores de helicópteros, são navios projetados para transportar aeronaves de asa fixa e/ou rotativa, não possuindo capacidade anfíbia. Outras embarcações envolvidas no combate de superfícies são cruzadores (acima de 9750 toneladas), destroyers (acima de 4500 toneladas) e fragatas (acima de 1500 toneladas).

Aeronaves táticas - Incluem as seguintes categorias. Caça para ataque a alvos no ar (Ftr): aeronave de asa fixa projetada principalmente para combate aéreo, que também pode ter capacidade limitada para ataque em superfície. As unidades estão equipadas com aeronaves destinadas a proporcionar superioridade aérea.

Caça para ataque a alvos no ar e ataque ao solo (FGA) - aeronave de asa fixa, este caça tem capacidade significativa para atuar em superfície, incluindo o ataque marítimo, e pelo menos alguma capacidade contra alvos no ar.

Caça de ataque a alvos em terra (Atk) - aeronave de asa fixa projetada exclusivamente para a tarefa de ataque à superfície, com capacidade limitada ou nenhuma capacidade de ataque contra alvos no ar. As unidades são aeronaves de asa fixa.

Páginas 28 e 29

Armas químicas - reconhecidas pela ONU como armas capazes de gerar destruição em massa, os efeitos nocivos dessas armas são causados pela toxicidade das substâncias empregadas em sua fabricação. Entre seus tipos, são incluídos gases e sufocantes.

Armas biológicas - consideradas armas de destruição em massa, essas armas utilizam toxinas ou agentes infecciosos, com o objetivo de provocar reações imunológicas. Tradicionalmente, são utilizados em sua fabricação vírus e bactérias com grande potencial de infecção e resistência.

Páginas 38 e 39

Centro de Excelência de Combate à Fome (CG-Fome) - Extinto no governo Temer, fruto de uma parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE). Inaugurado em 2011, busca ser um espaço global de intercâmbio de experiências de desenvolvimento de capacidades, promoção da cooperação Sul-Sul e redes de proteção, sobretudo na ára de alimentação escolar, nutrição e segurança alimentar e nutricional.

Programa Mundial de Alimentos - Filial de auxílio alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU) o PMA é a maior agência humanitária do mundo, fornecendo uma média de 90 milhões de alimentos, por ano em mais de 80 países.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - A FAO a entende como a garantia a todos de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos em longo prazo A segurança alimentar implica, portanto, quatro dimensões essenciais: a disponibilidade física de alimentos, o acesso econômico e físico aos alimentos, o uso dos alimentos e a sustentabilidade, no tempo, das três dimensões anteriores (FAO, 2011 apud: ECHART E CARVALHO, 2016. p.36).

Subnutrição - "a condição das pessoas cujo consumo de energía alimentar é constantemente inferior às necessidades mínimas de energia alimentar para poder levar uma vida saudável e realizar uma atividade física leve" (FAO, 2006, p. 2 apud Echart e Carvalho, 2016. p. 36).

Soberania alimentar - O Fórum para a Soberania Alimentar de Nyéléni, em 2007 (Bamako, Mali) definiu a soberania alimentar como "O direito dos povos a definir suas próprias políticas aimentares e agrícolas, proteger e regular a produção agropecuária nacional e o comércio para alcançar o desenvolvimento sustentável; determinar em que medida querem ser autossuficientes; restringir o dum- ping de produtos em seus mercados; e dar prioridade de uso e direitos sobre os recursos aquáticos para as comunidades que dependem da pesca. A soberania alimentar não nega o comércio, mas promove a for- mulação de políticas e práticas comerciais ao serviço do direito dos povos e das pessoas a uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável."

Páginas 42 e 43

Fluxos Financeiros Ilícitos - Refere-se ao movimento de capital entre países diferentes, associado com a atividade ilegal, ou mais explicitamente, ao dinheiro que foi obtido, transferido ou usado de forma ilegal, ou usado fora do território legal. Netes fluxos estão incluídos evasão de impostos e taxas, corrupção, roubo e tráfico de minerais, vida selvagem, drogas e pessoas, e o financiamento do Crime Organizado

Liga Árabe - Organização de Estados árabes, fundada em 1945, com o intuito de estreitar laços econômicos, políticos, sociais e culturais entre os países da região.

Panama Papers - Nome da investigação jornalística internacional que, por meio do vazamento de documentos confidenciais, expôs um esquema mundial de ocultação de dinheiro e patrimônio em paraísos fiscais, e que foram realizados por intermédio da empresa de advocacia Mossack Fonseca, do Panamá.

Resolução 1373 (2001) do CSNU - aprovada por consenso logo após os atentados de 11 de setembro, a Resolução autoriza a ONU a usar todos os meios necessários para combater e punir as atividades terroristas. Entre as medidas previstas, estavam o uso da força e as sanções econômicas.

CAPÍTULO 3

Páginas 50 e 51

Zona Econômica Exclusiva - zona adjacente ao mar territorial do país que se estendo ao limite máximo de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. Com base em critérios físicos e econômicos, é possível que um país pleiteie a extensão de sua zona exclusiva, que é analisada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental, na ONU.

Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira - de acordo com a Marinha do Brasil, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira é o programa do governo cujo objetivo é estabelecer o limite da Plataforma Continental além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Páginas 54 e 55

Base de Kourou – A base de Kourou é onde se situa o Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. O território é um território ultramarino francês, ao lado do Amapá, de onde os foguetes Ariane são lançados. A base também é usada por outros países, devido a sua boa localização geográfica, com latitude baixa.

Páginas 56 e 57

IBSA-Mar - exercícios navais conjuntos das Marinhas de Índia, Brasil e África do Sul, com base no fórum de diálogo trilateral, com o intuito de estreitar as relações entre os países na área da cooperação militar e tecnológica. O primeiro exercício ocorreu em 2008.

Operação Ágata - parte do Plano Estratégico de Fronteiras, é uma operação realizada pelas Forças Armadas do Brasil, nas zonas de fronteira, para prevenir e coibir atividades ilícitas como narcotráfico, contrabando, garimpos ilegais e crimes ambientais. É realizada desde 2011 e conta com o apoio de diversos Ministérios e agências governamentais.

Operação Fraterno - operação conjunta entre a Marinha Brasileira e a Armada Argentina, em que há treinamento e compartilhamento de táticas entre os oficiais dos dois países. Os países se revezam para sediar a atividade.

Operação Prata - operação realizada em conjunto pelas Forças Aéreas do Brasil e da Argentina, com o objetivo de observar e coibir o tráfego de aeronaves que realizem atividades ilícitas internacionais.

Páginas 60 e 61

Amazônia Legal - nome atribuído pelo governo brasileiro à àrea da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil. Abrange nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Biopirataria: É definida pela exploração, manipulação e apropriação de recursos biológicos ou conhecimentos tradicionais.

Pan-Amazônia - Abarca todos países que possuem em seu território a floresta amazônica: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, as Guianas, Suriname, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname, além do Brasil. Conceito também utilizado pelos movimentos sociais como identidade de luta.

Populações tradicionais - De acordo com J. Silva (2011) apesar de difícil conceituação, as principais referências acadêmicas sobre o tema consideram-nas como aquelas populações "que por décadas, séculos ou mesmo milênios, desenvolveram e ainda mantêm processos de adaptação a ambientes muito particulares, utilizando uma tecnologia simples, mas eficiente, e praticando uma cultura mítico religiosa igualmente fundamentada no meio em que vivem". Diegues (1993), enumera uma série de atributos dessas populações aqui sinteticamente explanadas: grande conhecimento e dependência da natureza, vivência e subsistência econômica e cultural sobre o território, preservação cultural e dos laços familiares, reduzida divisão do trabalho e domínio de todos os processos do trabalho, fraco poder político e autoidentificação.

Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) - instrumento jurídico acordado entre todos os países que possuem, em seu território, parte da Floresta Amazônica (Bolívia, Brasil, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Visa a promover a proteção ambiental da região, o desenvolvimento harmonioso e integrado para o bem-estar de suas populações, integração da econômica da região e cooperação para o desenvolvimento.

Páginas 64 e 65

Commodities - Produtos primários (sob a forma de matéria-prima ou com baixo grau de industrialização) produzidos em larga escala e por diferentes produtores.

Aquíferos - Formação ou grupo de formações geológicas capazes de armazenar água subterrânea. São constituídos por rochas porosas e permeáveis com capacidade de reter a água da chuva e utilizá-la para abastecer rios e poços artesianos.

CAPÍTULO 4

Páginas 70 e 71

Mísseis Anti-Ship - mísseis guiados projetados para uso contra navios e barcos de grande porte.

Páginas 72 e 73

Five Techniques - Método para manter a pessoa torturada de pé contra uma parede por muitas horas, encapuzar a vítima, expor a grandes barulhos, impedir o sono e limitar o acesso do torturado à água.

Tecnologia de Uso Dual – Conceito de origem estadunidense usado para definir a tecnologia que pode ser utilizada para produzir ou melhorar bens ou serviços de uso civil e/ou militar.

Cooperação Militar e Policial – A apresentação dos dados conjuntos da cooperação Militar e Policial, com os EUA, justifica-se pela metodologia usada na base dados do "Security Assistance Monitor", visto que esta é a forma em que os documentos de prestação de contas dos EUA apresentam os dados referentes aos programas de ajuda militar. Estes programas vão desde temas como o "Combate ao terrorismo", "não proliferação", "serviços das academias militares" e "educação militar internacional", como também estão incluídos programas de "ajuda contra o narcotráfico", que seriam de natureza policial, com atuação do DEA (Drug Enforcement Administration), órgão da polícia Federal dos EUA.

Páginas 74 e 75

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - grupo de países lusófonos, estabelecido em 1966 e composto por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O grupo realiza atividades de promoção e ensino da língua portuguesa e consolidou a cooperação entre os membros em temas diversos, como defesa, saúde, educação, entre outros.

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) - estabelecida em 1985, na Assembleia Geral da ONU, é formada pelos países da América do Sul e da África que possuem saída para o Atlântico Sul (África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai). São realizadas Reuniões Ministeriais com o objetivo manter a região como uma zona de paz e livre de armas nucleares.

Míssil A-Darter - míssil de quinta geração guiado por infra-vermelho utilizado em aviões de combate, produzido em conjunto por empresas privadas do Brasil (Mectron, Avibras e Opto Eletrônica) e da África do Sul (Denel Dynamics).

Páginas 78 e 79

Átomos para a Paz - Programa do governo estadunidense para estimular a produção de energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. O discurso de anúncio do programa forneceu, também, as bases para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

ABACC - Criada em 1991 a partir do acordo bilateral entre Brasil e Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade é a instituição responsável por fiscalizar os dois países quanto ao uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Administra, assim, o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC), que tem como objetivo o controle dos materiais nucleares utilizados pelos dois países, de modo que estes não sejam usados para a criação de armas.

Páginas 80 e 81

Projeto H-XBR – projeto de desenvolvimento de aeronaves militares que busca o fortalecimento da indústria nacional de defesa por meio da transferência de tecnologia. Seu começo data de 2008, quando foi assinado o consórcio entre a Helibrás e a Airbus Helicotper, subsidiária da Airbus, maior empresa do mundo em fabricação de aeronaves e sediada na França.

Cargueiro KC-390 - aeronave para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo desenvolvido e fabricado pela Embraer Defesa e Segurança, subsidiária do grupo brasileiro Embraer, maior empresa brasileira em fabricação de aeronaves.

Páginas 84 e 85

Pacificação - O conceito de "pacificação" é uma expressão que surge na época colonial com o objetivo de controlar revoltas contra a coroa e, ao de-

correr da história, assume contornos diferentes. Direcionou-se muitas vezes, a controle de povos, grupos considerados selvagens, perigosos ou conflituosos e estruturou políticas de conquistas e ocupações territoriais. Com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) o conceito retorna como estratégia de controle ao tráfico de drogas e o domínio sobre o território.

Referências bibliográficas

Nesta seção do Atlas nós disponibilizamos as referências bibliográficas usadas em cada capítulo, que consistem em livros, artigos de revista e de jornais, trabalhos acadêmicos, mas também uma lista dos sítios web consultados. Além disso, também adicionamos indicações de leitura para aprofundamento nos assuntos. Desejamos a todos uma boa leitura.

Livros e artigos

ABDUL-HAK, A. P. N. (2013). *O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil*. Brasília: FUNAG.

ACÁCIO, I. D. P. (2011). *Segurança Cibernética: análise sobre a Política de Defesa brasileira* (2000-2011). Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Niterói: UFF.

_____. (2013). P*olaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), IESP/UERJ, Rio de Janeiro.

AGUILAR, S. L. C. (2013). "Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa" in *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.4, Jul-Dez 2013, p. 49-71.

ALBUQUERQUE, M. R. A. de (2016). *O Brasil no Conselho de Segurança: Votações em Resoluções de Capítulo VII (1993-2011)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALBUQUERQUE, M. M.; REIS, A. C. F.; DE CARVALHO, C. D. (1977): *Atlas Histórico Escolar*. Rio de Janeiro: Fename.

ALÍPIO, J. R. S. (2007). *Amazônia Azul: a nova realidade geopolítica brasileira.* Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítima) - Escola de Guerra Naval (ESG), Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2007/CMGAlipioJorge-Final.pdf (acesso julho 2016)

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. (2009a) *Política Externa e Poder Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____ (2009b) *Política Externa e Poder Militar no Brasil: Universos Paralelos*. Rio de Janeiro, FGV.

ALVES, V. C. (2002). *O Brasil e a segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

ANDRADE, I. de O; FRANCO, L. G. A. (2015). "A indústria de defesa brasileira e a sua desnacionalização: implicações em aspectos de segurança e soberania e lições a partir da experiência internacional", *Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI*. n. 20.

ANTONUCCI, C. (2007). *Axis Forces in North África*. Hong Kong: Concord Publication Co.

AMORIM NETO, O. (2011). *De Dutra a Lula: a Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

ARAGON, L. E. (2007). *População e meio ambiente na Pan-amazônia: próximo lançamento do grupo MAPAZ/NAEA*, Belém. Disponível em http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/355 (acesso novembro 2016).

ARAIA. E. (2016). "As riquezas do fundo do mar: a nova fronteira da mineração." Sítio da Web *Brasil 247*. Disponível em: www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/137724/As-riquezas-do-fundo-do-mar-a-nova-fronteira-da-mineração.htm. (acesso julho 2016).

ARAÚJO, J. S. (2014). "'A guerra que vai acabar com todas as guerras': o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 – 1918", *História: Debates e Tendências*, v.14, n.2.

ARQUILLA, J; RONFELDT, D. (1993). "Cyberwar is Coming!" in *Comparative Strategy*, v. 12, nº 2, p. 141– 165.

ATAÍDE, Y. D. B. de. (1994-1995). As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. São Paulo: *Revista USP*, Dossiê Canudos, 20, dez. 1993-fev. pp. 88-99

BARACUHY, B. (2006). "A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira", *Contexto Internacional*, PUC-RJ, v.28, n.2.

BETHELL, L. (2005). *A América Latina Após 1930*. Vol VI. São Paulo: EDUSP.

BIDDLE, S (2004) *Military Power: Explaining Victory and Defeant in Modern Battle*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

BITZINGER, R. (2014) *Brazil's Re-Emerging Arms Industry: The Challenges Ahead*. RSIS Commentary, n.195, outubro.

BLANK, Stephen (org) (2011). *Russian Military Politics and Russia´s 2010 Defense Doctrine*. Strategic Studies Institute.

BLUM, William (2003). *Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Londres, Zed Books.

BONALUME NETO, R. (1995). *A nossa Segunda Guerra: Brasileiros em combate (1942-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura.

BORBA, P. (2011) "Estrutura e Conjuntura no Conflito Mexicano: uma interpretação alternativa para a violência relacionada ao narcotráfico", *Revista Conjuntura Austral*, v. 2, n. 6, p. 121-144, UFRGS.

BORGHETTI, N. R. B.; BORGHETTI, J.R.; ROSA FILHO, E. F. da (2004). *Aqüífero Guarani: a verdadeira integração dos países do Mercosul*. Curitiba: Imprensa Oficial.

BRAUER, J.; DUNNE, J.P. (2005). "Arms Trade Offsets and Development". *Africanus* vol. 35, n.1,p.14-24.

BREDA DOS SANTOS, N. (2003). "Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações. Elementos para uma Nova Interpretação". *RBPI*, Brasília, v. 46, n.2, p. 87-112. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000200004&script=sci_abstract (acesso novembro 2016).

BRUM, C. E. (2014). "A medicina vai à guerra: a missão médico-militar brasileira na França durante a Primeira Guerra Mundial (1918-1919)", *Historia: Debates e Tendências* – v. 14, n. p. 306-317.

BRUSTOLIN, V. M. (2009) *Abrindo a Caixa-Preta: O desafio da transparência dos gastos militares no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BUCHANAN, E. (2014). "Britânicos ensinaram 'tortura psicológica' a militares brasileiros na ditadura", *BBC BRASIL*, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140530_tortura_grabretanha_dg (acesso novembro 2016).

CAMP, R. A..(2011). *Mexico: what everyone needs to know.* New York, Oxford University Press. p.113-115.

CARR, E. H. (2001). *Vinte anos de crise (1919-1939)*. Brasília: Editora UNB.

CARVALHO, J. M. (1996). *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará.

CARRANZA, O. (2007). *Radiografía de los Populismos Argentinos*. Buenos Aires, Liber Liberat.

CARVALHO, José Murilo de. (2005). *Forças Armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Zahar. p.222

CARVALHO, R. G. (2005). "A outra Amazônia"in *Jornal Folha de São Paulo*. 2005. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200509.htm (acesso novembro 2016)

CASTELLO BRANCO, M. T. (1960). *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

CASTRO, C. (2002). *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

CENTENO, M. A. (2002) *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. The Pennsylvania State University Press, Pennsylvania.

CEPIK, M. (2011). "A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional" in *Rev. Sociol. Polít*: Curitiba, v.19, n. suplementar, p.81-104, nov. 2011.

_____. (2014). "Politica de Defesa no Brasil: instituições, doutrina, capacidades e economia", *Fondation pour la Recherche Strategique*. Note n.7.

CEPIK, M.; BORBA, P. (2011) "Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional", *Contexto Internacional*, v.33, n.2, p.375-405, PUC-RJ.

CEPIK, M.; LICKS BERTOL, F. (2016) "Defense policy in Brazil: bridging the gap between ends and means?". *Defence Studies*, v. 16, n. 3, p. 229–247.

CHARITY, S; DUDLEY, N.; OLIVEIRA, D.; STOLTON, S. (editors). (2016). *Living Amazon Report 2016: A regional approach to conservation in the Amazon*. WWF Living Amazon Initiative, Brasília and Quito. Disponível em https://www.wwf.de/fileadmin/fm-wwf/Publikationen-PDF/WWF-Living-Amazon-Report-2016.pdf (acesso novembro 2016).

CHAVEZ Jr, S. F. de A. (2013). *Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz): o passo inicial para o efetivo controle da área marítima brasileira*. Monografia (Curso de Altos Estudos

de Política e Estratégia) ESG, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.esg.br/images/Monografias/2013/CHAVESJUNIOR.pdf (acesso julho 2016).

CHRISTANTE, L. (2010). "A era da mineração marinha" in *Revista Unesp Ciência*, v.1, n.10, p. 18-25 Disponível em http://www.unesp.br/aci/revista/ed10/ (acesso novembro 2016).

CHURCHILL, L. B.. (2010). *Imagining The Tupamaros: Resistance and Gender in Uruguayan and U.S. Revolutionary Movements, 1960s-1980s.* Tese (Doutorado em Filosofia). Tallahasse, The Florida State University.

CLARKE, R. A; KNAKE, R. K. (2010). *Cyber war: the Next Threat to National Security and what to do about it*. New York: Harper Collins.

COELHO, E. C. (2000). *Em busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record.

CORREA FILHO, S. L. S.; BARROS, D. C; CASTRO, B. H. R. D.; FONSECA, P. V. D. R.; GORNSZTEJN, J. (2013) "Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil". *BNDES Setorial* 38, p. 373-408, Rio de Janeiro. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1401 (acesso outubro 2016).

COSTA, W. M. (2012). "Projeção do Brasil no atlântico sul: geopolítica e estratégia", *REVISTA USP*, São Paulo, nº.95, p.9-22.

_____. (2014). "Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia". *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n.22. Disponível em: http://confins.revues.org/9839. Acesso em 05 de setembro de 2016.

CUNHA, M. C. (org). (1992). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

DAGNINO, R. (2010). *A indústria de defesa do governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular.

DHENIN, M; MENDONÇA, V. (2015). "O Brasil na Grande Guerra: uma contribuição para o esforço aliado", *Cadernos IDN*, nº18, Lisboa. Disponível em http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_18.pdf (acesso novembro 2016).

DIEGUES, A. C. S (1993) Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.) *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: APED/NAEA/UFPA, p. 219-249.

DINIZ, E. V. (2000). *O Brasil e a Liga das Nações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG.

DONADIO, M; TIBILETTI, M. de la P. (2016). *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe*. Buenos Aires: RESDAL.

_____. (2014). *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe*. Buenos Aires: RESDAL.

DONATO, H. (1987). *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: Ibrasa.

DUARTE, R. S. (2013): "Brazilian Cooperation is not a Free Lunch: An Analysis of the Interests Contained in the International Development Cooperation Strategy". *Geopolítica(s)* v.4, n.1, pp: 137-157. Madrid: UCM.

DUARTE, R. S.; LIMA, M. R. S. (2016). "Politicising financial foreign policy: an analysis of Brazilian foreign policy formulation for the financial sector (2003 - 2015)" in *Rev. Bras. Polít. Int.*, 59(1): e013, 2016.

DUNN, M; MAUER, V; KRISHNA-HENSEL, S. F. (2007) *Power and Security in the Information Age: Investigating the Role of the State in Cyberspace*. Hampshire, UK: Ashgate.

DURAND, M. F. ; COPINSCHI, P.; MARTIN, B.; PLACIDI-FROT, D.(2009): Atlas da Mundialização. Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo. São Paulo: Ed. Saraiva.

ELLNER, S. (1996). "Political Party Factionalism and Democracy in Venezuela". in *Latin American Perspectives,* v.23, n.3, p.101

FAUSTO, B. (2012). *História do Brasil*. São Paulo: Editora EDUSP.

FELBA-BROWN, V. (2009). "The Violent Drug Market in Mexico and Lessons from Colombia", B*rookings Policy Paper* nº 12 Brookings Institution. Disponível em: https://www.brookings.edu/wpcontent/uploads/2016/06/03_mexico_drug_market_felbabbrown.pdf (acesso novembro 2016).

FERREIRA, P. C.; DAWOOD, L.; OLIVEIRA, J. (2013). Brics e o tratado sobre comércio de armas. *Brics Policy Center*. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/interna/6023?tipo=BRICS%20Monitor#abrir (acesso dezembro 2016).

FERREIRA, O. S. (1985) As Forças Armadas na Constituição", *Política e Estratégia*, vol. III, no. 3, jul/set.

FIGUEIREDO, L. R. A. (2005). *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FLORENTINO, M. (2011). E*m Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Ed Unesp.

FRANCHI, T. (2013) *Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentá-

vel)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/14525 (acesso julho 2016)

GADELHA, R. M. A. F. (2002). "Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil", *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 63-80.

GAMA, A. O. S. (1982). *A Marinha do Brasil na primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Capemi.

GASPARI, E. (2014). *A Ditadura Escancarada: as Ilusões Armadas.* Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

GHOSN, F; PALMER, G; BREMER, S. (2004). "The MID3 Data Set, 1993–2001: Procedures, Coding Rules, and Description", *Conflict Management and Peace Science* 21:133-154. Disponível em http://cow.dss.ucdavis.edu/data-sets/MIDs (acesso julho 2016).

GLEDITSCH, N. P WALLENSTEEN, P.; ERIKSSON, M.; SOLLENBERG, M.; STRAND, H. (2002). "Armed Conflict 1946-2001: A New Dataset", *Journal of Peace Research. v.* 39, n.5, p. 615-637

GOES FILHO, S. S. (2015). *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Ed. rev. e atual. – Brasília: FUNAG

GOLDONI, L. R. F.; NETO, M. D. (2014). "Perspectiva da cooperação militar entre os BRICS" in *Revista Tensões Mundiais*. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 361-375.

GOMES DA COSTA, M. (2013). "Brasil e Zopacas: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul" in Porto Alegre: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBRREI). *Anais do SEBREEI*. p. 1-14

_____ (2016). *A projeção brasileira para o atlântico sul e os desafios para a defesa nacional*. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Niterói: UFF.

GURNAK, D.; HATTSTEIN, M.; STEFANIK, M.;

HANULA, M. (2010): *Historical Atlas of the World*. UK: Parragon.

HALTER, E.M.; HARRISON, R. M.; PARK, J.; SHARMAN, J. C.; VAN DER DOES DE WILLEBOIS, E. J. M. (2011). *The puppet masters: how the corrupt use legal structures to hide stolen assets and what to do about it*. Stolen Asset Recovery (StAR) initiative. Washington: World Bank. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/784961468152973030/pdf/651250REPLACEM061561B09780821388945.pdf (acesso fevereiro de 2017)

HANSEN, L; NISSENBAUM, H. (2009). "Digital Disaster, Cyber Security and the Copenhagen School", *International Studies Quarterly* nº 53, 2009.

HECK, E; LOEBENS, F; CARVALHO, P. D. (2005). "Amazônia indígena: conquistas e desafios". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255.

HENRIQUES, A. C. (2011). *O Programa Nuclear da Marinha e sua Contribuição para o Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ESG.

HENSEL, S. F. (2007). "Critical Infrastructures: Vulnerabilities, Threats, Responses". *CSS Analysis in Security Policy*, n. 16, v. 2. Zurique: Center for Security Studies (CSS).

_____. (2010). "Cyberwar: Concept, Status Quo and Limitations", *CSS Analysis in Security Policy*, n. 71. Zurique: Center for Security Studies (CSS)

HERZ, M. (2010). "Segurança Internacional na América do Sul". In: ALSINA JR, J.P.S; JOBIM, N; ETCHEGOYEN, S. W (orgs). *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 331-343

HEYE, T. (2005) *Os Determinantes Políticos dos Gastos Militares no Pós-Guerra Fria*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro.

HIRST, M. (2003). "Los claroscuros de la seguridad regional en las Américas", in *América Latina y la Guerra contra Irak*, Nueva Sociedad, Nº 185, mayo-junio 2003.

_____ (2010). "Brazil in Haiti: the chanllenges ahead" in *Noref Report*, fevereiro, nº 5, 2010. Disponível em http://noref.no/var/ezflow_site/storage/original/application/17b77a0b6d59adb6e1679d49947cb176.pdf (acesso 20 julho 2016).

_____ (2015). "O Brasil emergente e os desafios da governança global: a paz liberal em questão". *Revista Tempo do Mundo*, v.1, n.1, jan..

HOMMA, A. K. O. (2008). "Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia", *Embrapa - textos para discussão*, n 27. Brasília. Disponível em https://www.embrapa.br/documents/1035106/1047819/texto27.pdf/0de35ee8-b5a1-4c2b-94d8-76eef846cc5d (acesso novembro 2016).

HOSCH, W. L. (ED). (2010). *World War I: people, politics, and power*. New York: Rosen Publishing.

HOWARD-ELLIS, C. (2003). *The Origin, Structure & Working of the League of Nation*. New Jersey: The Lawbook Exchange.

IBGE. (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de janeiro: IBGE.

JACKSON, A. (2006) *The British Empire and the Second World War*. Londres: Hambledon Continuum.

JIMÉNEZ, W. J. O. (2006). *Los Paraestados en Colombia: Contexto Historico y Político*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Granada -Espanha, Granada.

JONES, A. (2014). *The War has Brought Peace to Mexico: World War II and the consolidation on post revolutionary state*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

KEEGAN, J. (1989). *The Second World War*. London: Penguin Books.

KENNY, P; SERRANO, M. (2012). "Introduction: Security Failure Versus State Failure". In: KENNY, P; SERRANO, M; SOTOMAYOR, A (orgs.). *Mexico Security Failure: Collapse into Criminal Violence*. New York: Routledge, p.1-26.

KEYNES, J. M (2002). *As consequências econômicas da paz*. Brasília: Ed UNB.

KILINGRAY, D. (2010). *Fighting for Britain: African Soldiers in the Second World War*. Nova York: Editora Boydel & Brewer.

KRAMER, F. D; STARR, S; WENTZ, L. K. (Orgs.) (2009). *Cyberpower and National Security*. Washington: National Defense UP.

KRISTENSEN, H.M; NORRIS, R.S (2014). Worldwide deployments of nuclear weapons, 2014. *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol 70 (5). Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1177/0096340214547619>(acesso outubro 2016).

LAURENZANO, M. (2008). *Os Conflitos Platinos e a Formação do Estado Brasileiro (1808-1828)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Londrina: UEL.

LOGUE, J. (1989). *Europe's Neutral and Nonaligned States*. Wilmington, Delaware, Scholarly Resources Inc.

LIMA, M. R. S. (2000): "Instituições democráticas e política exterior". *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, jul/dez/ 2000. Rio de Janeiro: IRI/PUC Rio.

_____. (2005): "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, pp. 24-59. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

_____. (2010) "Diplomacia, Defesa e a Definição Política dos Objetivos Internacionais: O Caso Brasileiro", in N. A. Jobim, S. W. Etchegoyen e J. P. Alsina, orgs., *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 401-418.

_____. (2013): "Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil" in *Lua Nova*, n. 90, pp. 167-201. São Paulo: CEDEC.

LIMA, M. R. S.; DUARTE, R. S. (2013): "Diplomacia presidencial e politização da política externa: Uma comparação dos governos FHC e Lula". *Observador On-Line*, v, 8, n. 9. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano - IESP/UERJ.

LONGO, W. P; MOREIRA, W. de S. (2009). "O Acesso A Tecnologias Sensíveis", *Revista Tensões Mundiais*, v. 5, n. 9, p. 79-98, Fortaleza/CE.

LUFT, M. V. (2013). *"Essa Guerra desgraçada": recrutamento militar para a guerra da Cisplatina*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS

MACHADO, F. da S. (2014). *Estratégia nacional de desenvolvimento das atividades espaciais do Brasil: justificativas, requisitos e componentes*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014

MAGALHÃES, D. A. M. de (2016). A política brasileira de exportação de armas no contexto da revitalização da Base Industrial de Defesa. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MAGNOLI, D; OLIVEIRA, G; MENEGOTTO, R. (2001). *Cenário gaúcho. Representações históricas e geográficas*. São Paulo: Ed. Moderna.

MANDARINO Jr., R. (2010). *Segurança e Defesa no Espaço Cibernético Brasileiro*. Recife: Cubzac.

MANN, Michael (1984) "The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results", *European Journal of Sociology*, vol. 25, no. 2, pp. 185-213.

MARES, D. (2006). *Drug Wars and Coffee Houses: The Policial Economy of the International Drug Trade*. Washington: CQ Press.

_____. (2012a). *Latin America and the Illusion of Peace*. New York: Routledge,

_____. (2012b). "Por que os latino-americanos continuam a se ameaçarem: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas", *Varia Historia*.v.28, n. 48, p.599-625.

MARIANO, M.P.; RAMANZINI Jr., H., ALMEIDA, R. A. R. de (2014). "O Brasil e a integração na América do Sul: uma análise dos últimos dez anos (2003-2013)". *Relações Internacionais*, n.41, Lisboa.

MARSHALL, M. G. (2014). "Major Episodes of Political Violence, 1946-2015" in *Center for Syste-*

mic Peace. Disponível em www.systemicpeace.org (acesso julho 2016).

_____. (2016) "Major Episodes of Political Violence, 1946-2015" in *Center for Systemic Peace*. Disponível em www.systemicpeace.org (acesso julho 2016).

MARTINS, L. H. Participação da Marinha brasileira na Primeira Grande Guerra. In: _____ (Coord.). *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1997. v. 5, tomo IB, p. 257-278.

MATTA, M. (2010). "Aquífero Alter do Chão: a maior reserva de água doce do pla-neta e sua importância estratégica para a amazônia e para o planeta" in *XIII Seminário Nacional de Gestão e Uso da Água.A Crise da Água*. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/rhima/files/2010/07/Milton-Matta.pdf Acesso em 23 de outubro de 2016.

MCALLISTER, C. (2010). "A Headlong Rush into the Future". in GRANDIN, G.; JOSEPH, G.. *A Century of Revolution*. Durham, NC: Duke University Press. p. 276–309.

MIGUEL, S. L. C. (2013). A*mazônia Azul: novas fronteiras*. Rio de Janeiro: ESG

MILANI, C. R. S. (2012a): "Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul". *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, pp. 211-231. Salvador: UFBA.

_____. (2012b): "Multilateralismo en crisis, cooperación sur-sur y política externa brasileña". *Líneasur*. v.1, n. 3, pp.40-55. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana.

MILANI, C. R. S.; ECHART, E. (2013): "Does the South challenge the Geopolitics of International Development Cooperation?". *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 4-1, p. 35-41. Madrid: UCM.

MILANI, C. R. S.; ECHART, E. M.; DUARTE, R. S.; KLEIN, M. (2015) *Atlas da Política Externa Brasileira*. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. (2013): "Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública". *Contexto Internacional*, vol. 35, n. 1. Rio de Janeiro: IRI/PUC Rio.

MILANI, C. R. S.; SUYAMA, B.; LOPES, L. (2014): "Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: que lições e desafios para o Brasil?" in *Cadernos de análise*. Fundação Friedrich Ebert.

MILOSLAVICH P.; KLEIN, E.; DÍAZ J.M.; HERNÁNDEZ C.E.; BIGATTI G., CAMPOS L.; ARTIGAS, F.; CASTILHO, J.; PENCHASZADEH, P.E.; NEILL, P.E.; CARRANZA, A.; RETANA, M.V; ASTARLOA, J.M.D.; LEWIS, M.; YORIO,P. ; PIRIZ, M.L; RODRÍGUEZ, D.; YONESHIGUE-VALENTIN,Y.; GAMBOA, L.; MARTÍN, A. (2011) "Marine Biodiversity in the Atlantic and Pacific Coasts of South America: Knowledge and Gaps", *Journal Plos One*, V6. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3031619/ . (acesso setembro 2016)

MORAES, R. F. (2010). *A Cooperação Brasil-Argentina na Área Militar: da autonomia das Forças Armadas às Relações Estratégicas*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UFRGS, Porto Alegre.

MOURA, G. (2012). *Relações exteriores do brasil 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Funag.

MUNOZ, E. E.; CARVALHO, T. C. de O. (2016). "A Cooperação Sul-Sul brasileira com a África no campo da alimentação": uma política coerente com o desenvolvimento?". *Cadernos CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p. 33-52.

MURRAY, D.J. (1994); Viotti, P. R. *The Defense Policies of Nations: A Comparative Study*. Baltimore: JHU Press. p.611

NEGRETE, A. C. A.; LEITE, A. W.; LESKE, A. C.; MIGON, E. X. F.; CÔRREA, F. G.; ANDRADE, I. de O.; ASSIS, J. de A. de ; VIANELLO, J. M.; FERREIRA, M. J. B.; MATOS, P. de O.; BRUSTOLIN, V. (2016). *Mapeamento da Base Industrial de Defesa*. Brasília: ABDI/Ipea.

NISSENBAUM, H. (2005) "Where Computer Security Meets National Security" in *Ethics and Information Technology*, n.7, p. 61-73.

NYE Jr., J. (2011a). *The future of power*. New York: PublicAffairs.

_____. (2011b). "Nuclear lessons for cyber security?" in *Strategic Studies Quarterly*, v.5, n.4 p.18-37.

OLIVEIRA, G. Z. de; SOSA, A. C. M. de; SILVA, H. P. da; SARTI, J. S.; SCHELP, P. G.; MATTANA, R. (2015). *A Política Externa Brasileira para a cooperação internacional em Defesa: análise dos projetos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (2003-2014)*. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_politica_externa_brasileira.pdf

PADULA, R. (2004). "Da IIRSA ao Cosiplan da Unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança". In: NETO, W. A. D. *O Brasil e as Novas Dimensões da Integração Regional*. Rio de Janeiro: Ipea, p.291-351.

PALMER, G; D'ORAZIO, V; KENWICK, M; ; Lane, M. (2015). "The MID4 dataset, 2002–2010: Procedures, coding rules and description", *Conflict Management and Peace Science*. Vol. 32(2) p.222–242. Disponível em http://cow.dss.ucdavis.edu/data-sets/MIDs (acesso julho 2016).

PEDONE, L. (2009) "Mecanismos unilaterais de cerceamento tecnológico e comercial e regimes que o brasil não aderiu", *III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. Universidade Estadual de Londrina.

PENNA FILHO, P. (2001) "África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)", *RBPI*, Brasília, v. 44 n.1, p. 69-93. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100006 (acesso novembro 2016).

_____. (2009). "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)", *RBPI*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200003 (acesso novembro 2016).

PEREIRA, A.D. (2010). "As relações África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à Constituição do IBAS", *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 85-106.

PESCHANSKI, J. A.. (2013). "Papa Doc's Feint: The misled opposition and the consolidation of Duvalier s rule in Haiti" in *Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 1–10.

PETTERSSON, T; WALLENSTEEN, P. (2015). "Armed Conflicts, 1946-2014", *Journal of Peace Research.* v. 52, n.4.

PINHEIRO, L. (1995). "A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial." *Revista USP*, n.26, p. 108-119. Disponível em http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28153 (acesso novembro 2016)

_____ (2004). *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004. 81p .

_____ (2015). "Integração Regional - projetos, dimensões e dinâmicas" in *Observador on-line*, v. 10, p. 1-5, 2015

PIRES, A. A.; PINTO, A. C.; DUARTE, A. P. ; REIS, B. C.; ROLLO, M. F. (org.) (2015). *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918*. Lisboa: Cadernos do Instituto de Defesa Nacional.

PUNTONI, P. (1992). *Guerras do Brasil (1504-1654) - ataques e invasões durante o Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

QUINTELLA, C.; GONCALVES, F. S. F. ; RUIZ, R (2016) *Caderno de Energia Nuclear*. Rio de Janeiro: FGV ENERGIA, 2016.

REGINBOGIN, H. R. (2009). *Faces of Neutrality*. Berlin: Transaction Publishers.

REIS, J. J. e GOMES, F. dos S. (orgs.). (1996) L*iberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

RICARDO, C. A. e FANY, R. (2011). *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Ed Instituto Sócio Ambiental.

RODRIGUES, T. M. S. (2003). *Narcotráfico, uma guerra na guerra*. São Paulo: Editora Desatino.

_____ (2012). "Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra", *Contexto Internacional*, v. 34, p. 09-41, PUC-RJ

_____. (2015a). "Drug Trafficking and Security in Contemporary Brazil", In: *International Security: a European – South American Dialogue*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.

_____. (2015b). *Política e drogas nas Américas: uma genealogia do proibicionismo*. São Paulo: Desatino.

RODRIGUES, T. M. S.; WINAND, e. ; AGUILAR, S. (Org.) (2016). *Defesa e Segurança do Atlântico Sul*. São Cristovão. Sergipe: Editora UFS, 269p.

RODRIGUEZ, J. C. C. (2013) *Os Efeitos de Limitadas Capacidades Materiais na Política Externa de Potências Intermediárias do Sistema Internacional: o caso do Brasil*. Tese (Doutorado), Universidade de Lisboa.

ROSER, M. (2016) *Famines*. OurWorldInData.org. Disponível em: https://ourworldindata.org/famines/ (acesso Maio 2016).

RUBIN, O. (2016). *Contemporary Famine Analysis*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing (SpringerBrief in Political Science).

RUSSETT, B.M (1972). Peace, War and Numbers. SAGE Publications, Inc; 1 edition.

SILVA, Maria Beatriz. Nizza da. Ser nobre na colônia. SP: UNESP, 2005

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. (2015) *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWELLER, R. L. (1994). "Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back", *International Security*, vol. 19, nº 1, pp. 72–107.

_____ (1998). *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler´s Strategy of World Conquest.* New York: Columbia University Press.

_____ (2006). *Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power*. Princeton: Princeton University Press.

SCHWELLER, R. L; PU, X. (2011). "After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline.", *International Security,* V. 36, N. 1, pp. 41-72.

SEELKE, C. R; FINKLEA, K. (2014). *U.S. -Mexican Security Cooperation: The Mérida Initiative and Beyond*, Washington, D.C.: Congressional Research Service.

SEITENFUS, R, (2000). *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS.

SEIXAS CORRÊA, L. F. (org) (2007). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas*. Brasília:Funag.

SINGER, J. D; BREMER, S; STUCKEY, J. (1972). "Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820-1965." In: RUSSETT, B. *Peace, War, and Numbers*. Beverly Hills: Sage, p. 19-48.

SILVA, A. H. L. (2010). "Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China" in *Pap. Polít*. Bogotá (Colombia), Vol. 15, No. 2, 667-689, julio-diciembre 2010.

SILVA, A. R. de A. (2011). Os Brics e a segurança internacional. *Brics Policy Center*. Disponível em http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/967/doc/5183057.pdf (acesso 28/04/2017).

SILVA, J. B (2011). População Tradicional da Amazônia Brasileira: conceituação, dilema atual e o papel da educação do campo. In: *1EPPCP.* Disponível em http://ieppecpb2011.xpg.uol.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2008/11.pdf (acesso 28/04/2017)

SILVA, P. F. (2015). *A política industrial de defesa no Brasil (1999-2014): intersetorialidade e dinâmica de seus principais atores*. Tese (Doutorado em Ciência Política) USP. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-15092015-113930/pt-br.php (acesso agosto 2016).

SILVA, R. F. (1997). *Colônia e nativismo: a História como "biografia da nação*". São Paulo: Hucitec.

SILVEIRA, J. X. da (2001). *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

SOUZA, G. L. M. (2013). *Reflexos da digitalização da guerra na política internacional do século XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Recife: UFPE.

SOUZA, M. de; VELOSO, F. T.; SANTOS, L. B. dos; CAEIRO, R. B. da S. (2014). "Governança de recursos comuns: bacias hidrográficas transfronteiriças" in *Rev. bras. polít. int.* v. 57, n. 2, p. 152-175, Dec. 2014

SOUZA, T. A. F. (2015). *Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) UFRGS, Porto Alegre.

SUAREZ, M. A. G; ACÁCIO, I. D. P. (2014). "Reflections on virtual to real: modern technique, international security studies and cyber security environment." In: KREMER, J; MULLER, B. (Orgs.) *Cyberspace and International Relations*. Berlin: Springer, p. 269-80.

TIDD, K. W. (2016) *Posture Statement of Admiral Kurt W. Tidd, commander, United States Southern Command, Before the 114th Congress Senate Armed Services Committee on the 10th March 2016*. Disponível em http://www.southcom.mil/newsroom/Documents/SOUTHCOM_POSTURE_STATEMENT_FINAL_2016.pdf (acesso outubro 2016).

TILLY, C. (1996) *Coerção, Capital e Estados Europeus: 1990-1992.* São Paulo, EDUSP.

TORRES, L. C. e FERREIRA, H. de S. (2005). *Amazônia Azul: a fronteira brasileira no mar*. Rio de Janeiro: Revista Passadiço, CAAML, p. 3-5.

TRISTÁN, E. R.. (2008). "Guerrilla o terrorismo: El debate en torno a la caracterización de algunas organizaciones revolucionarias a partir del caso de La Familia" in *Diálogos Revista Electrónica de Historia*, p. 4168–4188.

TROITSKIY, M. (2015). "BRICS Approaches to Security Multilateralism". *ASPJ Africa & Francophonie*, 2nd quarter.

VALENTE, R. (2015) "Militares tinham ordens para matar 'subversivos', diz telegrama". *Folha de São Paulo*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1654125-militares-tinham-ordem-para-matar-subversivos-diz-telegrama-dos-eua.shtml (acesso outubro 2016).

VARGAS, J. A. C. (2011). *Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

VARGAS, E.V. (1997). "Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 41-74.

VIDIGAL, A.A.F; CUNHA, M.B.D; FERNANDES, L.F.D.C; MENDES, I.D.A; SILVA, M.D; OLI-

VEIRA, L.L.D; CUNHA JR., O.B.D; ALBUQUERQUE, A.T.N.D.A; RODRIGUEZ, E.G.; ALMEIDA, J.A.N.A. (2006) *Amazônia Azul: O mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record.

VIGNA, A. (2014). "Um torturador francês na ditadura brasileira", *Agência Pública*. Disponível em http://apublica.org/2014/04/um-torturador-frances-na-ditadura-brasileira/ (acesso outubro 2016).

VILLA, R. D; RODRIGUES, T; BASTOS, F. C. (2015) "South America in the Post-Cold War Era: War on Drugs and the Reshaping ff the US Security Agenda", *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 21, n. 1, p.33-61.

VISENTINI, P. ; CEPIK, M. ; PEREIRA, A. D. (2010) *G3 - Fórum de Diálogo IBAS. Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Editora Juruá, 2010. 178p.

VISENTINI, P. (2013). "Brazil-USA relations during the Military Dictatorship (1964-1985)", in: MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). *Brazil-US Relations in the 20th and 21st Centuries*. Maringá: Eduem. v. 1, p. 195-216

WALTZ, K. N. (1979) *Theory of International Politics*. California: Addison-Weasley.

WARNER, E. P. (1938). "The Early History of Aviation." *Vermont: Lecture at Norwich University.* November 21, 1937.

WIESEBRON, M. (2013). "Blue Amazon: Thinking The Defense of The Brazilian Maritime Territory." *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. v.2, n.3, p.101-124.

WICKHAM-CROWLEY, T. P. (1991). *Guerrillas and revolution in Latin America: A comparative study of insurgents and regimes since 1956*. NJ: Princeton University Press.

ZHEBIT, A. (org) (2008). *Ordens e Pacis: abordagem comparativa das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Mauad.

Documentos e bases de dados

AIEA (2016). *Nuclear Power Reactors in the World - Reference data series nº 2*. Vienna: IAEA, 2016.

AKAMAI. (2016). *Akamai's state of the internet report* Q1. Disponível em https://www.akamai.com/us/en/multimedia/documents/state-of-the-internet/akamai-q1-2016-state-of-the-internet-security-report.pdf

ARMS CONTROL ASSOCIATION (2016). *Nuclear Weapons: Treaties & Agreements*. Washington. Disponível em: https://www.armscontrol.org/treaties (acesso novembro 2015)

BOLT, J.; VAN ZANDEN, J. L. (2014). The Maddison Project: Collaborative Research on Historical National Accounts. Netherlands: London: The Economic History Review v.67 n.3. pp 627–651. Disponível em: http://www.ggdc.net/maddison/maddison-project/data.htm (acesso 20 jul 2015)

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. (2016). *Pesquisa Projetos de Cooperação*. Brasília: Disponível em: http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa (acesso novembro de 2016).

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. (2016). *Cooperação Internacional*. Disponível em http://www.abin.gov.br/atuacao/cooperacao/cooperacao-internacional/ (acesso novembro 2016).

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. (2000). *Decreto Nº 3505, de 13 de junho de 2000*. Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Brasília.

_____. (2003). *Lei Nº 10683, de 28 de Maio de 2003*. Brasília.

_____. (2005). *Decreto Nº 5484, de 30 de Junho de 2005*. Política de Defesa Nacional. Brasília.

_____.. (2008). *Decreto nº 6.448, de 7 de maio de 2008*. Dispõe sobre a proibição da transferência de certos bens sensíveis de uso dual para o Irã. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.448-2008?OpenDocument (acesso novembro 2016).

_____.. (2010). *Decreto Nº 7411, de 29 de dezembro de 2010*. Brasília, 2010.

_____.. (2016). *Viagens Internacionais da Presidência da República*. Disponível em http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/Viagens%20internacionais11.pdf. (acesso novembro de 2016).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. (2014). "A Guerrilha do Araguaia". In BRASIL. Comissão

Nacional da Verdade. Relatório: Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília, CNV.p.679-726; p. 976.

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. (2014). *Doutrina Militar de Defesa Cibernética - MD31- M-07*. Brasília. Disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md31_m_07_defesa_cibernetica_1_2014.pdf (acesso fevereiro 2016)

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). Áreas Especiais: Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2 (acesso out 2016)

_____ (2015). *Séries estatísticas históricas*. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1 (acesso out 2016)

_____ (2011). *PIB per capita Municípios: IBGE, PIB Municipal, 2007-2011*. Disponível em http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default_xls.shtm (acesso maio 2016).

_____ (1990). Série histórica: 1990. Disponível em http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html (acesso junho 2015).

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) *Sistema de indicadores de percepção social*. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/120417_sips_defesanacional.pdf (acesso junho 2016).

BRASIL. Itamaraty (2016). *Pesquisa Atos Bilaterais. Brasília: Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil (acesso novembro de 2016).

_____ (2016). *Divisão de Acordos Internacionais do Itamaraty.* Brasília. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/ (acesso nov 2016)

BRASIL. Marinha do Brasil. (2015). *Programa Amazônia Azul*. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amz_azul/html/programa.html. (acesso novembro 2015).

BRASIL. Ministério da Defesa. (2007a) *Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)*. Brasília.

_____. (2007b). *Portaria Nº63 – DCT, de 31 de janeiro de 2007*. Aprova as Instruções Reguladoras para Criação de Estágio Setorial de Guerra Cibernética (IR 13-09) ", Boletim do Exército Nº 06/2007, Brasília.

_____. (2008). *Estratégia Nacional de Defesa. Paz, segurança para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa.

_____. (2009). *Glossário de Termos e Expressões para uso do Exército*. Brasília: Ministério da Defesa.

_____.. (2010a). "Portaria nº 037 – DCT, de 5 de Julho de 2010", *Boletim do Exército 28/2010*, Brasília.

_____. (2010b). "Despacho Decisório Nº 144, de 21 de Julho de 2010. Autorização para pagamento antecipado à empresa OFFENSIVE SECURITY", *Boletim do Exército*, 30/2010. Brasília.

_____. (2010c). "Portaria Nº 666, de 4 de Agosto de 2010. Cria o Centro de Defesa Cibernética do Exército e dá outras providências", *Boletim do Exército* Nº 31/2010. Brasília.

_____. (2010d). "Portaria Nº 667, de 4 de Agosto de 2010. Ativa o Núcleo do Centro de Defesa Cibernética do Exército e dá outras providências", *Boletim do Exército* Nº 31/2010. Brasília.

_____. (2011). *Desafios para a Segurança e Defesa Cibernética*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

_____. (2012). *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa.

_____. (2014a). *Doutrina Militar de Defesa Cibernética - MD31- M-07*. Brasília, 2014. Disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md31_m_07_defesa_cibernetica_1_2014.pdf. (acesso fevereiro 2016).

_____. (2014b). *Projetos estratégicos da Marinha*. Disponível em http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil. (acesso novembro 2015).

_____. (2016). *Viagens Internacionais dos Ministros da Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa. Documento obtido a partir da lei de acesso a informação.

BRASIL. Ministério da Saúde (2016). *Boletim epidemiológico*. Disponível em http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/12/2017_001%20-%20Dengue%20SE51_publicacao.pdf (acesso (outubro 2016).

BRASIL Ministério de Minas e Energia (2007). *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME: EPE, 2007.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. (2010) *Brasil 2022: Trabalhos Preparatórios*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

_____. (2011). *Desafios para a Segurança e Defesa Cibernética*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (2011). *Pré-Sal - o Papel da Marinha do Brasil na Defesa do Patrimônio e Alocação de Recursos para essa Finalidade*. Disponível em http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20111107_Luiz_Mendonca.pdf (acesso novembro 2016)

BRASIL. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2016). *SIOP/BI-Gerencial.* (Por lei de acesso à informação). Disponível em http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=469965&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef (acesso novembro 2016).

BRICS POLICY CENTER. (2015). *Acordos bilaterais de cooperação nuclear do Brasil com a América Latina*. Disponível em: http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/7058/doc/1253750038.pdf&gt. (acesso set 2016)

BRITISH PETROLEUM (2016) *BP Statistical Review of World Energy*. Disponível em https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf (Acesso em junho de 2016).

CAISAN. (2014). *Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2012 -2015.* Brasília. Disponível em: http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/balanco-das-acoes-do-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-plansan-20122015.pdf (acesso out 2016)

CEPAL (2016). *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe: 2016*. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40215/1/S1600416_pt.pdf (acesso maio 2016).

CISB (2016). *Cooperation Brazil-Sweden in Aeronautics and Defence*. Disponível em www.cisb.org.br/images/pdf/CooperationBRSEinAeronauticsandDefense2016.pdf. (acesso outubro 2016).

COUNCIL OF EUROPE. (2016). *Council of Europe Treaty Office*. Disponível em http://www.coe.int/pt/web/conventions/fulllist//conventions/treaty/185/signatures?p_auth=d2Uv1lV (acesso março 2016).

COW (2017). *National Material Capabilities Data Documentation: Version 5.0*. Michigan: University Of Michigan. Disponível em: http://www.correlatesofwar.org/. Acesso (Fevereiro 2017).

_____ (2010). *National Material Capabilities Data Documentation: Version 4.0*. Michigan: University Of Michigan.

EJOLT. (2016). *EJATLAS. Environmental justice Organizations Liabilities and Trade*. Disponível em https://ejatlas.org (acesso novembro 2016).

FAO (2014). *The State of Food and Agriculture 2014: Innovation in family farming*. Disponível em www.fao.org/3/a-i4040e.pdf (acesso dezembro 2015).

FAO; OCDE. (2015). *Perspectivas agrícolas 2015-2024.* Disponível em https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf (acesso dezembro 2015).

FUNAG. (2014). *II Conferência da Paz, Haia, 1907 a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa.* Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/II-conferencia-da-paz-daia-1907.pdf. (acesso dezembro 2015)

Global financial integrity (2017). *Illicit Financial Flows*. Washington. Disponível em: http://www.gfintegrity.org/issue/illicit-financial-flows/. Acesso: fevereiro de 2017

Global Initiative against Transnational Organized Crime (2016). *Organazied Crime and Illegaly Mined Gold in Latin America*. Geneva. Abril de 2016. Disponível em:< globalinitiative.net/wp-content/uploads/2016/03/TGIATOC-OC-and-Illegally-Mined-Gold-in-Latin-America-Report-1718-digital.pdf

IISS (2017). *The Military Balance 2017.* I Londres: Routledge.

____ (2016). *The Military Balance 2016.* I Londres: Routledge.

____ (2015). *The Military Balance 2015.* I Londres: Routledge.

ITU. (2015). *Global Cybersecurity Index & Cyberwellness Profiles Report*. Genebra. Disponível em http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-SECU-2015-PDF-E.pdf (acesso março de 2016).

MARSHALL, Monty G. (2016). *Major Episodes of Political Violence, 1946-2015*. Center for Systemic Peace. Disponível http://www.systemicpeace.org/inscrdata.html. Acesso em 05 jul 2016.

NETHERLANDS. (2015). *Dutch government Treaty Database*. Disponível em https://verdragenbank.overheid.nl/en/Verdrag/Details/002330 (acesso dezembro 2015).

ICIJ (2017). *The Panama Papers*. Washington: 2017. Disponível em:. https://panamapapers.icij.org/graphs/. Acesso: 15/01/2017

OCDE. (2014a). *OECDStats*. Disponível em https://data.oecd.org/oda/food-aid.htm (acesso novembro 2016).

OCDE (2014b). I*llicit Financial Flows from Developing Countries: Measuring OECD Responses*. Paris. Disponível em: <https://www.oecd.org/corruption/Illicit_Financial_Flows_from_Developing_Countries.pdf>

ONU. (2016a). *UN COMTRADE – repositório de estatísticas oficiais sobre comércio internacional. Divisão de Estatística, Nações Unidas*. Disponível em: http://comtrade.un.org/data/ (acesso novembro de 2016).

____. (2016b). *United Nations Treaty Collection. United Nations*. Disponível em https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=-VI-15&chapter=6&lang=en (acesso maio 2016).

____. (2016c). *United Nations Peacekeeping*. Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/ (acesso maio 2016).

OUR WORLD IN DATA. (2016). *Famines*. Disponível em: https://ourworldindata.org/famines/#note-2 (acesso 08 mai 2016)

PERU. GOVERNO DO PERU (2003). *Comisión de la Verdade y Reconciliación: Informe Final. Lima*, Governo do Peru. Disponível em: http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php (acesso maio 2015).

PMA. (2014). *El programa de Alimentos en Cifras*. Disponível em http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp275796.pdf (acesso fevereiro 2016).

PNUD. (2013). *IDH Municípios: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta (acesso maio 2016).

SIPRI. (2015). *World Nuclear Forces. Yearbook Summary 2015.* Oxford University Press: Oxford. Disponível em http://www.sipri.org/yearbook/2015/downloadable-files/sipri-yearbook-2015-summary-pdf (acesso fevereiro 2015).

_____. (2016a). *Arms Transfers Database - Methodology*. Disponível em http://www.sipri.org/databases/armstransfers/background (acesso agosto 2016).

_____. (2016b). S*IPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: http://milexdata.sipri.org (acesso fevereiro 2016).

SYMANTEC. (2014). *Internet Security Threat Report 2014*. .v.19. California. Disponível em: www.symantec.com/content/en/us/enterprise/other_resources/b-istr_main_report_v19_21291018.en-us.pdf (Acesso out 2016)

UCDP. (2016). *Uppsala Conflict Data Program. Department of Peace and Conflict Research*. Disponível em http://ucdp.uu.se/ (acesso julho 2016).

UNAIDS. (2016a) *The life-cycle approach to HIV. Geneva: UNAIDS Joint United Nations Programme on HIV/AIDS*. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/Get-on-the-Fast-Track_en.pdf (acesso junho 2016)

_____ (2016b). *UNAIDS Spectrum Estimates*. Disponível em: http://www.unaids.org/en/dataanalysis (acesso junho 2016)

_____ (2016c). *Fact Sheet 2016*. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/20150901_FactSheet_2015_en.pdf (acesso junho de 2016)

UNEP (2008), *Vital Water Graphics - An Overview of the State of the World's Fresh and Marine Waters*. 2nd Edition. UNEP, Nairobi, Kenya.

UNODC (2014). *Global Report on Traffickig in Persons*. Vienna: 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf>. Acesso: 10/01/2017

_____ (2015). *World Drug Report 2015*. Disponível em: http://www.unodc.org/wdr2015/ (acesso janeiro 2015).

USAID. (2016). *Foreign Aid Explorer.* Disponível em: https://explorer.usaid.gov/. (acesso fevereiro 2015).

WORLD BANK (2017). *Illicit Financial Flows (IFFs)*. Washington: 2017. Disponível em:. <www.worldbank.org/en/topic/financialmarketintegrity/brief/illicit-financial-flows-iffs

Sítios web acessados

Abacc: http://www.abacc.org.br/

Agência Brasileira de Cooperação: www.abc.gov.br

Agência de Europeia de Defesa (EDA): https://www.eda.europa.eu/home

AIEA: https://www.iaea.org/

Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A: https://www1.mar.mil.br/amazul/

Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança: http://www.abimde.org.br/

Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): http://asean.org/

Associação Nacional dos Veteranos da FEB: www.anvfeb.com.br

Avibras: https://www.avibras.com.br

Banco Mundial/WITS: http://wits.worldbank.org/

Banco Mundial: http://data.worldbank.org/

Brasil: cnidades ambientais de conservação: http://uc.socioambiental.org/mapa

British Petroleum: https://www.bp.com/

Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil: https://www.cert.br/

CNPq: http://cnpq.br/

Comissão de Limites da ONU: (http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm

Comissão de Segurança Hemisférica da OEA: http://www.oas.org/pt/council/csh/

Companhia Brasileira de Cartuchos: http://www.cbc.com.br/grupo-cbc

Computer Emergency Response Team: https://www.cert.gov.uk/

Comunidade de Países de Língua Portuguesa: www.cplp.org

Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN): http://www.iirsa.org/

Conselho de Segurança da ONU: http://www.un.org/en/sc/

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar: http://www.diap.org.br/

Diário Oficiais da União: http://portal.imprensanacional.gov.br/acervo-dou

Direito Público: http://www.dipublico.org/

Diretoria de Obras de Cooperação do Exército: http://www.doc.eb.mil.br/

Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty: www.dai-mre.serpro.gov.br

Empresa Brasileira de Aeronáutica: http://www.embraer.com

Empresa Gerencial de Projetos Navais: https://www.emgepron.mar.mil.br

Environmental Justice Atlas: https://ejatlas.org/

Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento: www.un.org/disarmament

European Defence Agency: https://www.eda.europa.eu/

Exército Brasileiro: www.eb.mil.br

Exército do Reino Unido: http://www.army.mod.uk/operations-deployments/22731.aspx

Força Aérea Real do Reino Unido: http://www.raf.mod.uk/organisation/stations.cfm?selectLocation=Overseas#

Forças Armadas de Portugal: www.emgfa.pt

Fundação Nacional do Índio: http://mapas2.funai.gov.br/portal_mapas/pdf/terra_indigena.pdf

Global FirePower Database: http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp

Guarda Nacional dos EUA: http://www.nationalguard.mil/

Indústria de Material Bélico do Brasil: http://www.imbel.gov.br/

Indústria Naval do Ceará: http://inace.com.br/

Institute for Economics and Peace: http://economicsandpeace.org/

Instituto Socioambiental: https://www.socioambiental.org/

Itamaraty: www.itamaraty.gov.br

Junta Interamericana de Defesa (JID): http://www.jid.org/

Marines dos EUA: http://www.marines.com/operating-forces/presence

Marinha do Brasil: http://www.marinha.mil.br

Marinha Real do Reino Unido: http://www.royalnavy.mod.uk/our-organisation/where-we-are/naval-base

Ministério da Defesa da França: http://www.defense.gouv.fr/ema/forces-prepositionnees/guyane/dossier/les-forces-armees-en-guyane

Ministério da Defesa do Brasil: www.defesa.gov.br

Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina: https://www.mrecic.gov.ar/

ONU: Departamento de operações de manutenção de paz: http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml

Organisation for Economic Co-operation and Development: http://www.oecd.org/

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: http://www.fao.org/home/en/

Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN): http://www.nato.int/

Organização Mundial da Saúde (OMS): http://www.who.int/

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE): http://www.osce.org/

OTCA: http://otca.pagina-oficial.com

Portal da Força Expedicionária Brasileira: www.portalfeb.com.br

Power Reactor Information System. (2016) Disponível em: https://www.iaea.org/pris/

Presidência da República do Brasil: www.presidencia.gov.br

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS): http://www.unaids.org/en/dataanalysis

Programa Mundial de Alimentos: http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp275796.pdf

Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime): https://mtcr.info/

Renctas: http://www.renctas.org.br

Rossi Esportes e Lazer: http://www.rossi.com.br/site/index.php

Scimago Journal: http://www.scimagojr.com/

Security Assistance Monitor: http://securityassistance.org/

Senado da Argentina: http://www.senado.gov.ar/

Senado do Brasil: http://www12.senado.leg.br/hpsenado

Sistema Eletrônico Do Serviço De Informação Ao Cidadão (e-Sic): https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html

State Partnership Program dos EUA: http://www.nationalguard.mil/Leadership/Joint-Staff/J-5/International-Affairs-Division/State-Partnership-Program/

Taurus Armas e Acessórios: http://www.taurus.com.br

U.S. Energy Information Administration (EIA): http://www.eia.gov

União Africana (UA): http://www.au.int/

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL): http://www.unasursg.org/es

United Nations Bibliographic System (UNBISNET): www.unbisnet.un.org

United Nations Development Programme: http://www.undp.org/

United Nations Environment Programme: http://www.unep.org/

United Nations Office on Drugs and Crime: https://www.unodc.org

United Nations Security Council: http://www.un.org/en/sc/

United Nations Treaty Collection: https://treaties.un.org/

United Nations: www.un.org

World Resources institute: http://www.wri.org/

Apêndice metodológico

A ideia de produzir o *Atlas da Política Brasileira de Defesa* respondeu à necessidade de organizar uma obra que tratasse da política de defesa e dos desafios de segurança do Brasil de modo amplo, rigoroso e de fácil entendimento para diversos públicos (do mundo acadêmico, mas também fora dele). O Atlas é um instrumento de estudo e de disseminação de conhecimentos do conhecimento; portanto, aborda temas clássicos da defesa, mas não se restringe a eles. Afinal, é uma obra sobre a política brasileira de defesa, e todos os elementos que a influenciam devem ser considerados, em busca de um entendimento mais abrangente e pluralista. Para analisar os temas relativos à defesa e à segurança do Brasil, usamos o conhecimento técnico e tecnológico adquirido com a experiência do *Atlas da Política Externa Brasileira*, publicado em português (2014), em espanhol (2015) e em inglês (2016). O uso da cartografia temática cumpre o objetivo de promover uma leitura rápida, dinâmica e moderna, sem abrir mão do conteúdo - este que é o principal objetivo do projeto. Para isso, foi imprescindível a parceria internacional com o Ateliê de Cartografia de SciencesPo, no âmbito do *Atlas da Política Externa Brasileira*, assim como o esforço conjunto do LABMUNDO e do OPSA, dois grupos de pesquisa no âmbito do IESP/UERJ, que integram a plataforma Latitude Sul.

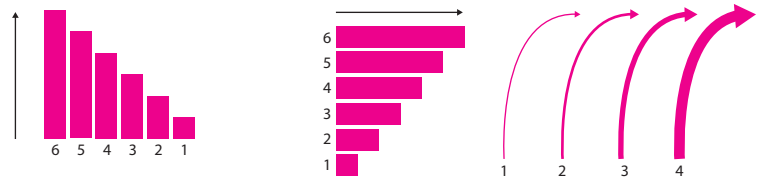
O trabalho conjunto entre LABMUNDO e OPSA foi fundamental para enfrentar o primeiro desafio do projeto: montar uma equipe. O processo de produção de um atlas por meio da cartografia temática tem uma série de peculiaridades que exigem uma abordagem multidisciplinar. Integraram a equipe professores, pesquisadores, doutorandos, mestrandos e graduandos que trabalharam coordenadamente ao longo de mais de dois anos de projeto, tanto presencialmente como por meio de recursos de comunicação virtual. A escolha desses pesquisadores foi feita de modo a abranger diversas áreas do conhecimento, necessárias para o trabalho multidisciplinar deste *Atlas*: Ciência Política e Relações Internacionais, História, Geografia e Cartografia, assim como especialistas em temas relacionados à política de defesa. Cabe ressaltar, também, o caráter pedagógico na escolha da equipe. A equipe priorizou estudantes de pós-graduação e manteve um trabalho constante de treinamento e orientação, sob a coordenação de Maria Regina Soares de Lima e Carlos R. S. Milani, de modo a contribuir para a formação e crescimento dos envolvidos como um todo.

A equipe, então, foi preparada para trabalhar com as particularidades deste *Atlas*. Por exemplo, coube no processo de capacitação ressaltar que a imagem não pode ser um elemento acessório ao texto, nem deve ter mera função ilustrativa. Pelo contrário, as imagens (sejam elas mapas ou gráficos, sejam elas matrizes ou linhas do tempo) trazem a informação e o argumento e, neste *Atlas*, têm a mesma importância que o texto. A

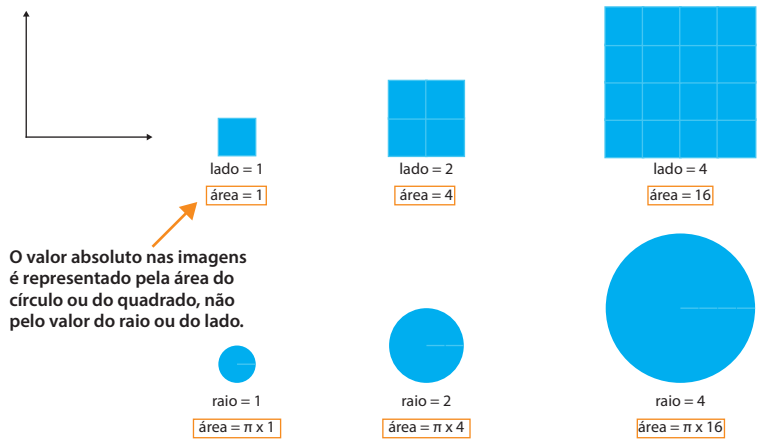
REPRESENTAÇÕES VISUAIS

Representação de uma variável no plano

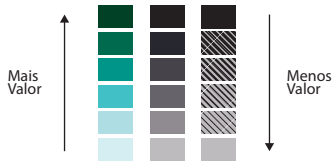
Tamanho em uma dimensão para quantidades absolutas



Tamanho em duas dimensões para quantidades absolutas



Escala de valor para quantidades relativas



Representação de mais de uma variável no plano

Em cores para mostrar diferenças



Em textura para mostrar diferenças



Em formas geométricas para mostrar diferenças

Labmundo, 2017

Fonte: Durand et al., 2009

DIFERENTES REPRESENTAÇÕES E SUAS DISTORÇÕES

Projeção de Bertin

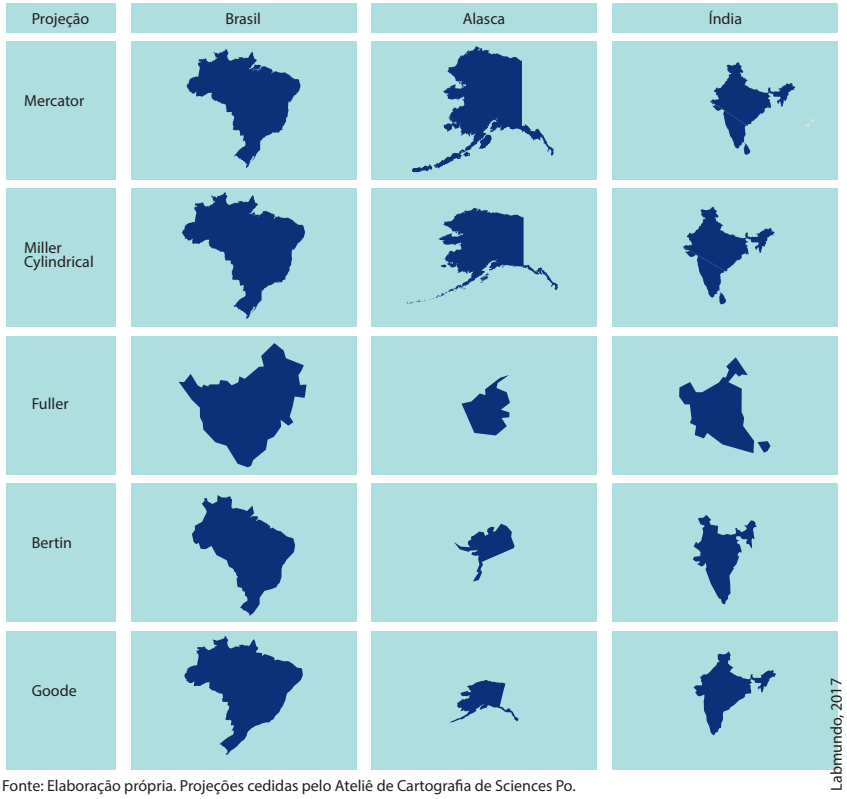
Projeção de Fuller

Projeção de Gall-Peters

Projeção de Mercator

Projeção Miller Cylindrical

Projeção de Robinson



Labmundo, 2017

Fonte: Elaboração própria. Projeções cedidas pelo Ateliê de Cartografia de Sciences Po.

cartografia temática tem como característica principal priorizar o conteúdo ao produzir uma imagem que seja transmitida ao leitor de modo claro e dinâmico. Com isso, a técnica usada neste *Atlas* vai além do georreferenciamento, pois permite relativizar o preciosismo técnico em prol da clareza e da capacidade informativa da imagem. A cartografia temática busca transformar dados complexos para representar fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos e internacionais. São imagens quantitativas e qualitativas. As escolhas metodológicas também são decisões políticas, acarretando vantagens e riscos.

Talvez a primeira decisão mais importante seja a escolha da projeção. O mapa na capa com o Sul para cima é um claro exemplo disso. A decisão de colocar o Sul ou o Norte (ou qualquer direção da rosa-dos-ventos) para cima é política, uma vez que o planeta tem forma de um geoide. Pensando em qual projeção seria mais apropriada para o nosso *Atlas*, decidimos que seria importante trazer o Brasil (principal objeto de estudo do *Atlas*) e a América do Sul para o centro da imagem, bem como evitar projeções que representem territórios muito distorcidos, o que é comum principalmente perto dos polos. A projeção descontínua de Bertin foi, então, escolhida como padrão para o nosso trabalho, ainda que corte a Ásia em duas partes. Todavia, em alguns momentos, foi necessário flexibilizar essa decisão. Por ser descontínua, a projeção de Bertin não é ideal para representar fenômenos relacionados aos oceanos ou à Antártida. Como o Atlântico Sul e a Antártida são considerados estratégicos pela política de defesa brasileira, achamos pertinente adotar outras projeções em casos pontuais. Quando essa decisão era tomada, mantivemos a preocupação em escolher outras projeções que não criassem grandes distorções territoriais.

A escolha das fontes também foi baseada em critérios científicos, metodológicos e políticos. O *Atlas* foi planejado e produzido por pesquisadores, com base no estudo de livros e periódicos acadêmicos, relatórios oficiais de instituições reconhecidas internacionalmente, banco de dados e documentos oficiais. Muitas vezes essas fontes não são neutras, mas os dados são obtidos por meio de uma metodologia e apresentados de modo a favorecer um

TIPOS DE CLASSIFICAÇÕES EM MAPAS

Dados hipotéticos usados como base para os mapas

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Paraguai	Peru	Suriname	Uruguai	Venezuela
Índice	0,46	0,93	0,53	0,49	0,31	0,21	0,11	0,40	0,56	0,13	0,42	0,24

Classificação com base na média dos dados

Máximo - 0,93 (Bolívia)

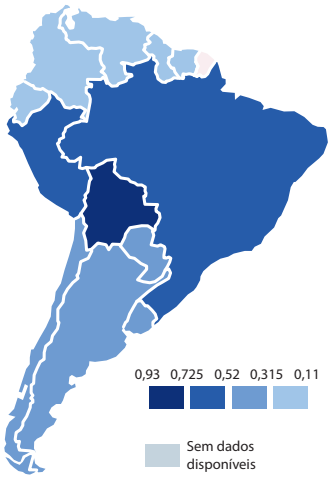
Mínimo - 0,11 (Guiana)

0,93 - 0,11 = 0,82

0,82 ÷ 4 = 0,205

0,93
+ 0,205
0,725
+ 0,205
0,52
+ 0,205
0,315
+ 0,205
0,11

Bolívia	0,93
Peru	0,56
Brasil	0,53
Chile	0,49
Argentina	0,46
Uruguai	0,42
Paraguai	0,40
Colômbia	0,31
Venezuela	0,24
Equador	0,21
Suriname	0,13
Guiana	0,11



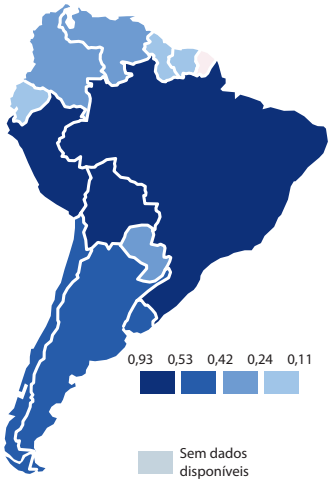
Classificação com base na quantidade de unidades

Quantidade de países = 12

Quantidade de classes = 4

12 ÷ 4 = 3

Bolívia	0,93
Peru	0,56
Brasil	0,53
Chile	0,49
Argentina	0,46
Uruguai	0,42
Paraguai	0,40
Colômbia	0,31
Venezuela	0,24
Equador	0,21
Suriname	0,13
Guiana	0,11

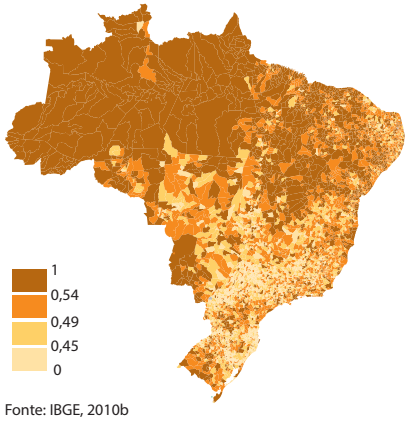


Fonte: Elaboração própria.

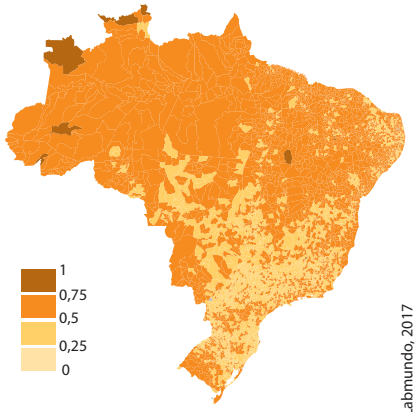
Labmundo, 2017

Exemplo concreto sobre o índice de Gini em municípios brasileiros, em 2010

Recorte por quantidade de municípios



Recorte por média da variável



Fonte: IBGE, 2010b

Labmundo, 2017

ponto de vista. Cientes dessa possibilidade, a equipe deste *Atlas* buscou diversificar o máximo a quantidade de fontes e identificar a mensagem que elas transmitem, para apresentar aos leitores mais de um ponto de vista, de modo a incentivar e enriquecer o estudo e o debate sobre a política de defesa e de segurança do Brasil. Também houve a preocupação em buscar dados recentes e atualizados, mas isso nem sempre foi possível. Deve-se ressaltar que a falta de dados foi um empecilho frequentemente encontrado nas pesquisas sobre o Brasil e outros países do mundo. Temas relacionados à defesa são tradicionalmente mais opacos do que outras áreas, como comércio, meio ambiente e direitos humanos. Ainda que parte das nossas solicitações por meio da Lei de Acesso à Informação tenham sido atendidas, outros dados continuaram inacessíveis, inclusive relativos aos níveis regional e internacional. Em alguns momentos, fomos forçados a encontrar alternativas na produção de imagens, por falta de acesso a dados oficiais, confiáveis e atualizados.

Assim como as fontes, as imagens também podem ser controvertidas. Então, a preocupação com a confiabilidade na fonte foi acompanhada de uma atenção especial no uso das técnicas de cartografia temática de modo a não dar margens para interpretações equivocadas. A cartografia temática é um poderoso instrumento de comunicação, mas, assim como qualquer metodologia, pode ser usada para manipular o leitor. Conscientemente ou não, o uso de elementos gráficos, cores, recortes e classificações de modo a distorcer a perspectiva do receptor está crescendo junto com a popularização dessas imagens em jornais, revistas, televisão e redes sociais. É preciso saber ler e interpretar as imagens. Por isso, este *Atlas* busca preparar o leitor para que consiga identificar as decisões metodológicas e políticas por trás de cada imagem, de modo que tome familiaridade com a leitura de imagens desta obra e de outras.

A escolha da quantidade e do recorte de categoria é um exemplo disso. Não existe uma técnica mais correta para a classificação de um fenômeno em mapas. A escolha de três, quatro ou dez classes é uma escolha do autor, que é tomada de acordo com a necessidade apresentada pelo fenômeno. O mesmo pode ser afirmado em relação ao

recorte, que podem tomar como referência a quantidade de unidades, a média dos dados ou até mesmo uma classificação arbitrária. Deve-se ressaltar que o resultado final se transforma de acordo com a escolha, assim como a mensagem que é passada pela imagem. O *Atlas* buscou usar quatro categorais sempre que possível. Em alguns momentos, como a representação das capacidades militares, foram adotadas mais classes. Devido à grande assimetria entre os países a adoção de apenas quatro categorias colocaria dentro de uma mesma categoria países com dados significativamente díspares, o que causaria estranhamento e imprecisão. Por esse motivo, é importante que a legenda sempre apresente sempre de modo inequívoco quais são as classes usadas naquela imagem.

A legenda também tem como objetivo indicar e esclarecer o uso de símbolos (mais frequentemente barras, setas, círculos e quadrados) e cores nas imagens tem como objetivo demonstrar variações nas quantidades absolutas ou relativas. Enquanto que duas cores diferentes buscam representar fenômenos diferentes (sejam eles opostos ou complementares), a escala de tonalidades dentro de uma cor indica a variação do fenômeno representado. Do mesmo modo, enquanto que o uso de diferentes símbolos (círculos, quadrados, triângulos, etc.) represente a distinção entre os fenômenos que busca representar, a variação de tamanho deles é proporcional à quantidade absoluta analisada. Todavia, a comparação desses elementos gráficos não é feita do mesmo modo. Enquanto que a leitura de imagens compostas por barras e colunas é feita de acordo com a extensão destas, as setas devem ser comparadas de acordo com a espessura. A extensão das setas em mapas representa apenas o destino e a origem do fenômeno. Também deve-se ressaltar que enquanto barras e colunas mantém a espessura uniforme e variam o seu tamanho, os círculos e quadrados aumentam em duas dimensões. Portanto, o fenômeno é representado pela variação do tamanho da área do símbolo, não pelo raio ou pelo lado.

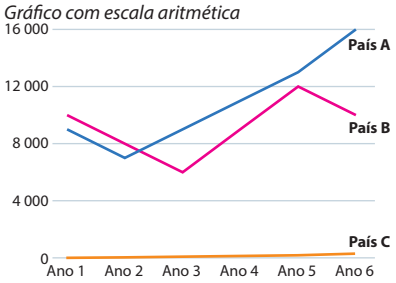
A escolha pelo uso da escala aritmética ou logarítmica também é fruto de uma decisão metodológica, baseada no tipo de informação que a imagem busca passar. Os gráficos em escala aritmética, que são os mais frequentemente usados em publicações acadêmicas e na mídia, facilitam a leitura das quantidades absolutas. Esse tipo de gráfico é ideal, portanto, para a comparação de valores entre os casos selecionados. Os gráficos em escala logarítmica, por sua vez, tornam a evolução do fenômeno mais visível. O uso dessa escala, portanto, favorece o estudo do fenômeno ao longo do tempo. Ainda que exista perda na comparação imediata da quantidade absoluta, ela pode ser feita pelos círculos ou quadrados no início e final de cada linha.

TIPOS DE ESCALA EM GRÁFICOS

Dados usados como base para os gráficos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
País A	9 000	7 000	9 000	11 000	13 000	16 000
País B	10 000	8 000	6 000	9 000	12 000	10 000
País C	10	40	100	140	200	300

Gráfico com escala aritmética



Uso da escala logarítmica

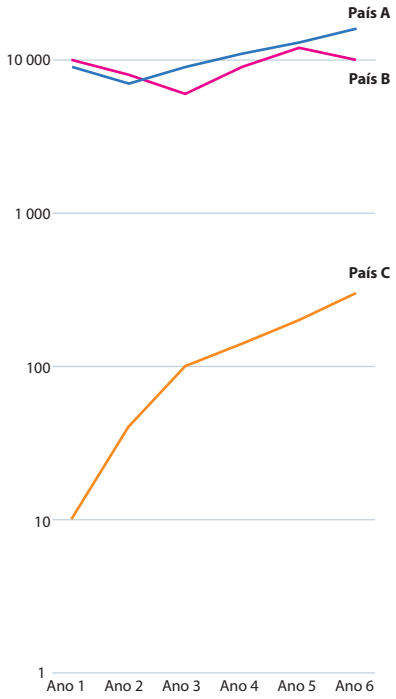
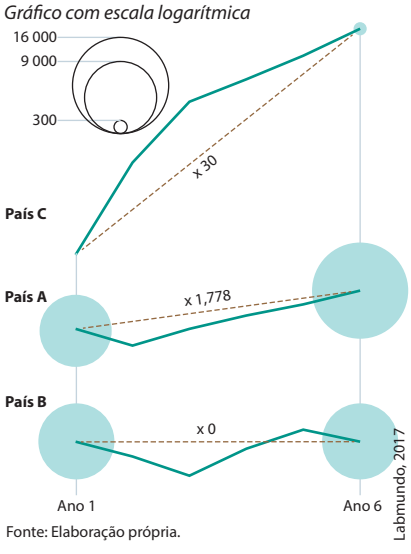


Gráfico com escala logarítmica



Fonte: Elaboração própria.

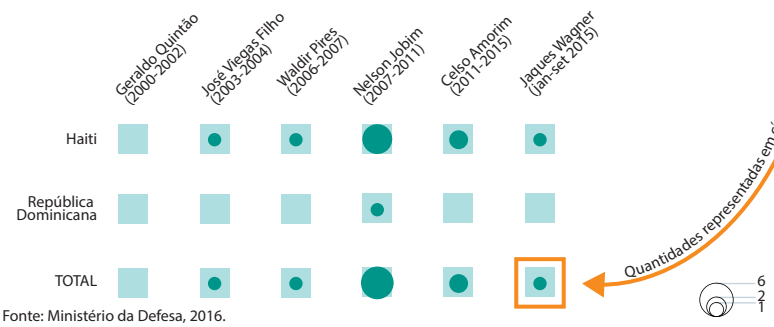
Labmundo, 2017

INTERPRETAÇÃO DE TABELAS EM CÍRCULOS PROPORCIONAIS

Dados usados como base para a tabela

	Geraldo Quintão	José Viegas Filho	Waldir Pires	Nelson Jobim	Celso Amorim	Jaques Wagner
Haiti	0	1	1	5	2	1
República Dominicana	0	0	0	1	0	0
TOTAL	0	1	1	6	2	1

Quantidade absoluta de viagens de Ministros da Defesa



Fonte: Ministério da Defesa, 2016.

Labmundo, 2017



O Latitude Sul é uma plataforma de pesquisa que congrega quatro grupos do CNPq interessados em discutir, aperfeiçoar e apresentar trabalhos e projetos sobre o lugar político, econômico e social do "Sul" nas relações internacionais. Por meio dessa parceria, os pesquisadores buscam potencializar o olhar crítico sobre as relações Norte-Sul, as desigualdades sociais, as diferenças em termos de status e poder decisório, bem como as hierarquias na política internacional contemporânea.

www.latsul.org

labmundo

O Laboratório de Análise Política Mundial é uma iniciativa interdisiciplinar de pesquisa e ensino lançada em março de 2006. Durante seus primeiros anos, funcionou exclusivamente na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Hoje, ele conta com duas antenas que, de modo conjunto e em parceria, asseguram a participação de pesquisadores de diferentes departamentos e centros universitários do Brasil e do exterior em vários projetos, seminários e publicações: a antena de Salvador, na UFBA, e a do Rio de Janeiro, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

www.labmundo.org



O OPSA é um núcleo de referência destinado à análise, ao monitoramento e ao registro de eventos políticos nos planos doméstico e internacional dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e a sistematização de informações sobre os processos políticos dos países do subcontinente, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

www.opsa.com.br

"É preciso escrever um poema várias vezes para que dê a impressão de que foi escrito pela primeira vez". A frase é do poeta Mario Quintana. Guardião do idioma, o poeta sabia como é difícil parecer simples. Lapidava suas joias. Na arte, reunia humor, leveza e perspicácia. Um dia – dizia –, o poema cria vida e voa. Logo pousa nos corações e mentes dos leitores, onde se perpetua.

O Atlas da Política Brasileira de Defesa que o leitor tem em mãos evoca esse processo. Os mapas são criativos, os gráficos bonitos, as páginas entremeadas, harmonicamente, de raciocínios desafiadores e de obras de arte. Tudo parece simples. As ideias comunicam-se sem ruídos aos leitores, fazendo-lhes ver, de maneira íntegra e concisa, relações de poder a partir de perspectivas teóricas, históricas e geográficas.

Súbito, as complexas interações da política internacional parecem óbvias. Mas o óbvio, aqui, só parece simples porque resume conclusões de análises densas e rigorosas. O valor desta obra está justamente na capacidade dos autores de reinterpretar o mundo, tornando-o mais inteligível para a maioria de nós.

Mas não se iludam: esta é uma obra científica. Os autores são honestos ao expor as premissas que sustentam seus argumentos e rigorosos ao colher e referenciar dados de fontes variadas. São também corajosos: apresentam-nos a sua leitura do mundo, mas nos instigam a pensar sobre as possíveis evoluções da nossa Política de Defesa. E ainda fazem o texto parecer simples.

O resultado cria empatia com o leitor e parece ser espontâneo. Não é. Aprofunda o esforço iniciado com o Atlas da Política Externa Brasileira e avança em temas sensíveis, como as relações entre civis e militares, a institucionalização e os investimentos no setor de Defesa no Brasil. Ao cabo, condensa reflexões de dois dos mais respeitados analistas das relações internacionais brasileiros ao longo de suas exitosas carreiras.

Ao fazê-lo mediante a coordenação de um grupo de jovens pesquisadores, Maria Regina Soares de Lima e Carlos Milani dão-nos, ainda, a lição de que vale a pena passar aos jovens suas experiências e sabedoria, facilitando o trabalho das próximas gerações de interpretar um mundo cada vez mais dinâmico e perigoso. Ao ganhar o mundo com tanta beleza, este Atlas também perpetuará nas mentes de seus leitores o compromisso de produzir análises densas, rigorosas e corajosas. E que pareçam simples, a fim de melhor subsidiar as decisões sobre nossa Política de Defesa.

Antonio Jorge Ramalho
Professor do IREL/UnB & Diretor da ESUDE-CDS/UNASUL

IESP.UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

labmundo

OPSA
OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pandiá

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLACSO
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

ISBN 978-987-722-231-9